
GÊNERO, FEMINISMOS E
DITADURAS NO CONE SUL



JOANA MARIA PEDRO E
CRISTINA SCHEIBE WOLFF
(Organização)

GÊNERO, FEMINISMOS E
DITADURAS NO CONE SUL

Ilha de Santa Catarina

Editora Mulheres

2010

© 2010, Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff

Série Ensaios

Coordenação editorial
Zahidé Lupinacci Muzart

Revisão dos artigos em português

Valéria Andrade

Revisão dos artigos em espanhol

Jair Zandoná

Capa

Gracco Bonetti

Editoração

Rita Motta - Ed. Tribo da Ilha

APOIO: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

Leny Helena Brunel CRB 14/540

G326 Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul /
apresentação Joana Maria Pedro e Cristina
Scheibe Wolff. – Florianópolis : Ed. Mulheres,
2010.
p. 296
ISBN 978-85-86501-88-3

1. Feminismo. 2. Ditadura – Cone Sul. 3. Clandestinidade.
4. Exílio. I. Pedro, Joana Maria. II. Wolff, Cristina Scheibe.

CDU 396

Editora Mulheres

Rua Joe Collaço, 430

88035-200 Florianópolis, SC

Fone/Fax: (048) 3233-2164

E-mail: editoramulheres@floripa.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff</i>	

ARTIGOS E ENSAIOS

¿Qué le hace el género a la memoria?	13
<i>Alejandra Oberti</i>	

De novelas, sexo e rock' and roll: as relações amorosas em dias de revolução	31
<i>Andrea Andújar</i>	

Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana	52
<i>Margarita Iglesias</i>	

Represión Política y Género en la Dictadura Paraguaya	74
<i>Alfredo Boccia Paz</i>	

Memoria y memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985)	94
<i>Graciela Sapriza</i>	

Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989)	115
<i>Joana Maria Pedro</i>	

O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura	138
<i>Cristina Scheibe Wolff</i>	

Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia	156
<i>Margareth Rago</i>	

O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar 174
Ana Alice Alcântara Costa

A palavra como um bisturi..... 191
Cláudio Pereira Elmir

Mulheres Brasileiras no Exílio e Consciência de Gênero 208
Rachel Soihet

O corpo como campo de batalha 225
Olivia Rangel Joffily

DEPOIMENTOS

Memoria, experiencia política y testimonio 246
Alejandra Ciriza

Recordar pensando el pasado para repensar el presente 264
Miriam Suarez

Memórias do cárcere de uma feminista ex post 276
Albertina de Oliveira Costa

Lembranças de um tempo sem sol..... 284
Maria Amélia de Almeida Teles

AUTORAS / AUTORES 293

APRESENTAÇÃO

As narrativas sobre os “anos de chumbo” ou os “tempos de ditadura”, nos países do Cone Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai têm sido bastante freqüentes. Nos livros, escritos em forma de depoimentos ou coletâneas em sua maioria, são narradas as prisões, as torturas, os exílios, os atos de exceção promovidos pelos governos militares, as organizações armadas, os movimentos de resistência e de direitos humanos. De outro lado também a historiografia tem focalizado ultimamente os movimentos de mulheres e feministas, tanto aqueles chamados de Primeira Onda, como os da Segunda Onda. O que este livro traz como novidade é justamente juntar estas duas questões: gênero e feminismo com ditaduras e todas as suas conseqüências e desdobramentos.

Os capítulos deste livro são oriundos das mesas redondas apresentadas no Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, realizado na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, entre 4 e 7 de maio de 2009. Este evento teve por objetivo principal constituir uma rede de pesquisadoras/es envolvidas com pesquisa e recuperação da história recente no Cone Sul sobre a temática Gênero, feminismos e ditaduras, produzindo na troca e exposição dos trabalhos, um momento de debate e de produção original de conhecimentos sobre a temática.

Desde março de 2006 Joana Maria Pedro vem coordenando uma pesquisa em História Contemporânea que vem focalizando os movimentos de mulheres e feministas que num movimento de expansão, atingiram, através das notícias, dos livros, da circulação de pessoas, diferentes países e em diversas épocas. Este processo teve início nos Estados Unidos em meados dos anos sessenta, na Europa começou ainda no final dos anos sessenta e no Brasil e na América Latina em período posterior: no início dos anos setenta. O que temos observado é que diferente dos Estados Unidos e de vários países da Europa, a América Latina e em especial o países do Cone Sul, ou seja: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, viveram nestes mesmos anos ditaduras militares que dificulta-

vam a circulação de informação, impediam qualquer manifestação e possuíam um caráter altamente conservador. Por outro lado, Cristina Scheibe Wolff vinha trabalhando desde 2005 com as organizações armadas de esquerda que, neste momento da ditadura militar, atuaram nestes países, começando a pesquisa pelo Brasil, sempre com uma abordagem centrada nas relações de gênero.

A partir destas pesquisas, formamos uma equipe no Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina que vem se empenhando em realizar investigações comparativas que enfocam o tema Gênero, feminismos e ditaduras nos países do Cone Sul. Entre estes projetos estão “Movimento de Mulheres e Feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)”, coordenado por Joana Maria Pedro e “Relações de gênero na luta da esquerda armada: Uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul. 1960-1979”, coordenado por Cristina Scheibe Wolff, além de vários projetos de pós-doutorado, doutorado, mestrado, trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica. A equipe total desta pesquisa conta com cerca de 15 pesquisadores.

Para realizar o trabalho investigativo, contamos ao longo destes anos com financiamentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq - através do Edital conjunto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Edital Universal, Edital de Ciências Humanas, Bolsas de Produtividade em Pesquisa, Bolsas de Iniciação Científica e de Pós-doutorado Júnior) da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC, através de Editais Universais). Com estes recursos visitamos os vários países do Cone Sul e entramos em contato e conhecemos várias/os pesquisadoras/es que trabalham com temáticas semelhantes, realizamos entrevistas, coletamos dados do período de 1960 a 1990 e adquirimos livros.

Nesta atividade o movimento realizado foi o nosso, de sair do Brasil e ir para estes países. O que propusemos com o Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul foi um movimento contrário: a vinda de algumas pessoas que significaram, para além da escrita de uma história comparativa - nosso projeto inicial - a formação de uma rede de pesquisadoras/es; a constituição de intercâmbios entre universidades e, principalmente, programas de pós-graduação; ainda, a elaboração de projetos coletivos de pesquisa, a troca de experiências e principalmente a formulação de novos conhecimentos sobre este período da história recente em que os países do Cone Sul, e entre eles o Brasil, viveram processos semelhantes, porém, certamente, reagiram a estes conforme suas configurações culturais, sociais e históricas. Esta proposta se materializa especialmente neste livro, que apresenta um panorama amplo do que de mais inovador tem sido produzido no campo dos estudos de gênero sobre o período das Ditaduras Militares no Cone Sul.

A escolha dos intelectuais que participaram no evento foi pautada por suas trajetórias de pesquisa no assunto, por sua vida relacionada com os acontecimentos

que estamos focalizando e, também, por serem pessoas importantes para a constituição de redes de relações acadêmicas. Além disso, são pessoas que têm uma produção sobre uma temática comum, se considerarmos o Cone Sul. Outra questão que convém salientar é que o tema do debate não é apenas a história recente do Cone Sul, mas a articulação entre “Gênero, Feminismo e Ditaduras”. Ou seja, o que foi destacado no debate foi a forma como as ditaduras nestes diversos países interferiram ou não nos movimentos feministas e de mulheres dos anos setenta e oitenta, na produção de mudanças ou permanências nas relações de gênero. Debates ainda de que maneira os movimentos sociais e as próprias ditaduras utilizaram o gênero em suas estratégias discursivas e em suas práticas de luta e/ou repressão, como viveram homens e mulheres suas trajetórias de luta e de exílio, a partir de uma perspectiva de gênero. Estes são os temas que aparecem neste livro em dois tipos de textos. Os textos colocados no início do livro são textos que fazem análises de processos ocorridos em um ou mais países, estabelecem comparações e apresentam resultados de pesquisas minuciosas. Ao final do livro, no entanto, consideramos importante também apresentar quatro textos que são também depoimentos de pessoas que viveram o momento estudado, mas que não deixam de também apresentar uma reflexão, calcada na experiência ulterior de cada uma das “depoentes”, sobre a centralidade do gênero e da discussão feminista para a compreensão do processo histórico em foco.

No primeiro capítulo, ao centrar sua discussão sobre a relação entre gênero e memória, **Alejandra Oberti** analisa depoimentos de mulheres militantes de esquerda da Argentina que evidenciam como elas colocavam a militância e as tarefas da organização acima de tudo em suas vidas. Depoimentos sobre como se sentiam nas organizações, sobre partos realizados em situações difíceis, entre outros, mostram outras possibilidades de pensar as relações entre público e privado, valorizando questões que dificilmente foram pensadas como objeto da história e das ciências sociais.

Andrea Andújar, no capítulo seguinte, analisa a questão das relações amorosas nas décadas de 1960 e 1970 na Argentina marcada pela emergência dos movimentos revolucionários, do rock’ and roll e do amor livre, usando como contraponto para as novas relações propostas aquelas que as novelas mostravam no cotidiano e que expressavam valores bastante tradicionais.

Em seu capítulo *Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de al democracia o la reinvencción de una democracia latinoamericana*, **Margarita Iglesias Saldaña** focaliza a emergência, nos anos setenta e oitenta de movimentos de mulheres, especialmente os dedicados aos direitos humanos no Uruguai, no Chile e na Bolívia. Articula esta história com a das mulheres que desde o final do século XVIII e especialmente no século XIX vem clamando por igualdade e cidadania.

Alfredo Boccia Paz em seu capítulo *Represión política y género em la dictadura paraguaya*, apresenta uma ampla pesquisa sobre as formas de repressão sofridas por homens e mulheres no Paraguai. Fala de violações, torturas, exílio. Compara os números e principalmente, focaliza a diferença no tratamento que homens e mulheres receberam da polícia de Alfredo Strossner.

Para **Graciela Sapriza** no capítulo *Memória y memorias de mujeres em el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985)*, memória e esquecimento tem um sentido ético e político. A autora se utiliza de vários tipos de fontes para empreender uma abordagem de gênero sobre o processo de repressão às iniciativas políticas de esquerda no Uruguai. Mostra como o corpo se constituiu em um espaço político nas mãos dos torturadores e constata assim que não era somente informações o que se buscava na tortura.

Joana Maria Pedro apresenta narrativas sobre o feminismo nos vários países do Cone Sul, realizando uma comparação através de quadros em que demonstra a existência de muitas semelhanças e diferenças significativa também, nas trajetórias e nos discursos de mulheres que se tornaram feministas, ou se identificaram de alguma maneira com o feminismo no período das Ditaduras Militares.

Em seu capítulo, **Cristina Scheibe Wolff** procura apresentar maneiras alternativas de se estabelecer comparações entre os diversos países do Cone Sul, com respeito às relações de gênero e a participação de mulheres em diversas organizações de esquerda armada. Utilizando especialmente depoimentos orais, e alguns documentos escritos, a autora atenta também para as diferenças entre as linhas ideológicas das organizações, e nas conjunturas sociais, econômicas e políticas entre os países.

Através da análise do depoimento oral de Criméia Alice de Almeida Schmidt, que participou do episódio da Guerrilha do Araguaia, sendo uma das únicas sobreviventes, **Margareth Rago** chama a atenção em seu capítulo para as maneiras pelas quais o fato de ser mulher atuava na clandestinidade e na situação dada pela prisão e pela tortura.

Ana Alice Alcântara Costa no capítulo *O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar*, narra a história do feminismo no Brasil durante o período da ditadura, articulando esta narrativa com sua própria trajetória de vida como feminista. Fala dos principais eventos que, desde o início da década de 1970 marcaram a formação dos grupos de mulheres, o surgimento de periódicos feministas, debates entre feministas e partidos de esquerda.

Em seu texto, **Cláudio Elmir** problematiza a memória e a escrita autobiográfica ao analisar o livro *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares. Na narrativa da prisão, da tortura, de seus longos anos de exílio, o autor vai mostrando como Tavares explora elementos de seu corpo masculino, a sexualidade que perpassava as sessões de tortura e o próprio processo narrativo que se torna uma reconstrução do eu do narrador, também marcado pelo masculino.

Rachel Soihet em seu capítulo *Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero*, articula participação política e gênero. Mostra como o exílio proporcionou o contato de inúmeras mulheres brasileiras com o feminismo internacional, levando a formação de inúmeros grupos. Fala das dificuldades, das atividades e destaca a trajetória de Zuleika Alambert. Esta, de mulher envolvida com partido político veio a tornar-se feminista, ligada a partido. Enfim, o capítulo fala de transformações pessoais provocada pelo contato com o feminismo.

Finalizando esta parte do livro, **Olívia Rangel Joffyly** mostra em *O corpo como campo de batalha*, através de testemunhos de mulheres torturadas pela repressão no Brasil, como o gênero era usado na tortura das mulheres, através da violência sexual, da tortura psicológica, do constrangimento, do apelo à maternidade e afetividade e, ao mesmo tempo, mostra as respostas e elaborações destas mulheres sobre o que viveram.

Abrindo a segunda parte do livro, numa rica mistura de testemunho e reflexão filosófica sobre a própria noção de testemunho, memória e experiência, **Alejandra Ciriza** conta de sua trajetória de militante do Partido Revolucionário de los Trabajadores (PRT), na Argentina, frente ao desaparecimento de suas companheiras e companheiros. Fala também sobre os dilemas colocados por sua posição feminista frente a companheiros que nem sempre compreenderam esta posição como revolucionária.

Miriam Suarez no seu depoimento intitulado *Recordar pensando el pasado para repensar el presente*, narra sua trajetória de vida no interior da história de seu país, a Bolívia, desde 1964, com a presença de Che Guevara. As ditaduras e as lutas através de organizações e partidos políticos, as prisões, as torturas, o nascimento de sua filha na prisão para quem deu no nome de “Libertad”, o exílio na Suíça, o contato com o feminismo, a crítica aos companheiros de luta, o enfrentamento e a união com a luta dos povos indígenas, são alguns dos temas que aparecem neste manifesto pela Liberdade.

Em *Memórias do cárcere de uma feminista ex post*, **Albertina de Oliveira Costa** narra como vê as relações de gênero e classe que vivenciou na cadeia. Focaliza as relações entre torturada e torturador, entre presas e policiais. Destaque-se à análise que faz dos elogios à “coragem” das mulheres, presentes no discurso dos próprios militares e torturadores.

Para fechar este livro e abrir o coração, **Maria Amélia Telles** apresenta um testemunho de sua militância, sua prisão, a tortura, a separação dos filhos, contando toda uma luta de constante reconstrução de si e de sua família. Mostra sua luta intensa e a esperança, que nunca deixou morrer, de uma sociedade transformada, com valores socialistas e feministas.

Para encerrar esta apresentação gostaríamos de expressar nossos agradecimentos a todos os participantes do Laboratório de Estudos de Gênero e História

- LEGH/UFSC que organizaram e trabalharam muito na realização do evento que gerou este livro. Além deste livro, o Colóquio gerou também um vídeo com as conferências e os anais do evento em que os textos completos foram publicados, disponíveis em <http://www.coloquioconesul.ufsc.br>.

Vários dos componentes do Laboratório foram incansáveis e sem estas pessoas este Colóquio e todos os seus resultados não poderiam existir. Queremos destacar a atuação de Adriano Luna de Oliveira Caetano, Ana Maria Veiga, Andrei Martin San Pablo Kotchergenko, Cláudia Nichnig, Deusa Maria de Sousa, Felipe Bruno Martins Fernandes, Gabriel Felipe Jacomel, Gabriela Miranda Marques, Isabel Cristina Hentz, Isabella Cristina de Souza, Ivonete Pereira, Jaqueline Trajano, Joana Vieira Borges, Juliana Bez Kroeger, Larissa Viegas de Mello Freitas, Lídia Maria Vianna Possas, Lílian Back, Lorena Zomer, Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, Maíse Caroline Zucco, Maria Cristina de Oliveira Athayde, Maria Laura Osta Vazquez, Mariana Joffily, Mário Martins Viana Júnior, Priscila Carbonieri de Sena, Roselane Neckel, Rosemeri Moreira, Sergio Luis Schlatter Junior, Soraia Carolina de Mello, Vivian Moretti. Queremos ainda agradecer a Carmem Ramos que, como um verdadeiro “anjo da guarda” vela por todas/os nós, e sempre que estamos em apuros é a ela que recorremos. Outras pessoas ligadas ao IEG - Instituto de Estudos de Gênero e à Revista Estudos Feministas também nos ajudaram, foi o caso de João Felipe Horr, Raphaela Cavalheiro, Jair Zandoná e André Parachen.

Da mesma forma gostaríamos de agradecer a todos os que coordenaram grupos de pesquisa e que participaram do Colóquio, aos que com sua assistência, discussões, textos apresentados, certamente contribuíram para o aprimoramento dos textos aqui publicados. Um agradecimento especial vai também para as/os conferencistas convidadas/os, inclusive aquelas que acabaram por não apresentar seus textos para esta publicação.

Vale ressaltar o apoio que tivemos para a realização do Colóquio e financiamento da publicação deste livro da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, além de toda a infra-estrutura oferecida pela Universidade Federal de Santa Catarina, com a participação valiosa do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Para terminar mesmo, uma menção ao trabalho dedicado da Zahidé Muzart, nossa editora, que soube com paciência e a dose certa de pressão, fazer com que concluíssemos nossa parte do livro.

*Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff
Florianópolis, primavera de 2009*

¿QUÉ LE HACE EL GÉNERO A LA MEMORIA?

Alejandra Oberti

Consideraciones iniciales

Quiero centrar esta presentación referida a la relación entre género y memoria en diferentes relatos de mujeres que hablan sobre su participación política en el pasado reciente argentino y que, como consecuencia de esa actividad, han vivido de manera dramática, los efectos de las políticas represivas. Creo que una lectura atenta a las tensiones que se despliegan en esos relatos habilitan la pregunta del título.

No voy a hablar específica y únicamente del periodo de la dictadura, voy a referirme al problema de la militancia y de su relación con la violencia política — asumida como herramienta de transformación social — y con la represión durante los años setenta.

El proceso de radicalización política que se desarrolló en la Argentina desde finales de la década de 1960, y que tuvo muy variadas expresiones entre las cuales se destaca la lucha armada, sufrió a lo largo de los primeros años setenta diferentes formas de represión. Si marzo de 1976 marca un punto de inflexión en el modo en que la represión se organizó y unificó bajo la forma de “terrorismo de Estado”, los años previos estuvieron signados por modalidades represivas estatales y paraestatales muy extendidas. La década del setenta, que comenzó con un gobierno dictatorial ya instalado a partir de 1966, vio crecer a la militancia al mismo tiempo en que crecía y se organizaba la persecución. Cuando las fuerzas armadas dieron el golpe militar de 1976, ya había centenares de asesinados por la Triple A y otros grupos, un número desconocido de desaparecidos, más de mil presos políticos, poblaciones arrasadas en el norte y varios centros clandestinos de detención.

Por otro lado, y también a modo de consideración inicial, quiero decir que no leo los relatos de las militantes con un gesto de recuperación histórica que ponga en el centro algo que estuvo en los márgenes (para el caso, tópicos como la participación de las mujeres en la política en los años setenta, los efectos diferenciados de

la represión, los modos de resistencia específicos y el papel fundamental de las mujeres en la lucha contra las dictaduras en la región). Seguramente, con estos elementos se puede construir un contrarrelato — de hecho yo misma lo he hecho en algunas ocasiones — absolutamente legítimo, que desestabilice las perspectivas hegemónicas de lo que es y ha sido la vida política y la resistencia a la dictadura. Pero el ejercicio que quiero realizar en esta ocasión es otro: leer la memoria del pasado reciente **desde el género**, como incidencia en otros discursos que refieren a este problema, como intervención en lecturas pasadas, como cruce y como relaciones problemáticas. Releer el pasado reciente desde el género implica tensar los discursos sobre ese pasado y creo que el **relato testimonial** producido en los últimos años ofrece un escenario lleno de dobleces y flexiones ideal para una empresa de este tipo.

Con esto no quiero decir que no haya que analizar documentos porque desde allí sólo se puede repetir el canon. Sólo quiero señalar que los documentos favorecen una lectura ordenada pero a la vez limitada. Sospecho que las escenas producidas por las narraciones personales abren fisuras, en algunas ocasiones porque contrastan con lo que dice la letra impresa, en otras porque permiten que la memoria se embarulle con culpas y deseos. En todo caso producen una apertura hacia el presente y el futuro porque habilitan los canales para discutir otras cuestiones que se vinculan con la pervivencia del pasado en el presente, como, por ejemplo, la cuestión de la responsabilidad personal.

Ciertamente, el tipo de testimonio al que me refiero puede ser encontrado en diferentes tipos de producciones. Un modo es escuchar con atención a los actores¹, pero también se puede apelar a otras formas del testimonio, que sostienen de modo diferente la potencia de la primera persona, especialmente, aunque no solo, la literatura y el cine. Después de todo, el hablar en nombre propio tiene muchas formas y que el archivo nunca es suficiente es algo que saben los investigadores que hacen del pasado su teatro de operaciones. No se trata de confianza ni de desconfianza en la primera persona, se trata simplemente de una cierta convicción de que en la repetición está la diferencia y, en consecuencia, de que al narrar, al relatar, al argumentar sobre los hechos vividos el *yo* que narra en tanto sujeto de la enunciación, no repite mecánicamente una y otra vez lo mismo, sino que se desplaza, está cada vez en otro lugar. La primera persona del testimonio, se puede pensar como “desobediente” a los mandatos estatuidos por las memorias canónicas: hablan desde sus presentes, asumiendo el pasado de manera descentrada.

1. La imagen predominante del testimonio como esa producción en la que los actores relatan sus experiencias no nos debe hacer olvidar, como dice Ricœur, el comienzo testimonial de todo documento y la reserva de testimonialidad que en éste se conserva. Cf. RICŒUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: FCE, 2004.

Ahora bien, si en el testimonio en general se opera un desplazamiento, en los testimonios de las mujeres — de una gran parte de las mujeres — ese desplazamiento tiene un plus: se trata de un desplazamiento desde el género. En lo que sigue voy a referirme al modo en que ese plus puede ser localizado, si quienes leemos lo hacemos, a su vez, desde el género.

Las voces

A continuación, voy a presentar distintos testimonios donde se articulan represión, militancia y género. La participación política — y también las dramáticas consecuencias de la represión — se exponen en cada uno de estos casos de manera tensionante y, en este sentido, la articulación entre memoria y género permite una intervención crítica sobre los discursos de la militancia.

I - En una entrevista de hace pocos años, Pilar Calveiro se refiere a su posición como mujer y militante del siguiente modo:

Desde la lógica “igualadora” que mencioné antes, se pretendía que las mujeres fuéramos buenas militantes y, por lo mismo, buenas combatientes, pero partíamos de condiciones tan desiguales que, de manera “natural” tendieron a destacar los hombres, en particular los más “fierros”. Entre una mujer con capacidades políticas sobresalientes y capacidades militares mediocres y un hombre que destacara militarmente aunque su visión política fuera pobre, se seleccionaba a este último, entre otras cosas porque las capacidades políticas permitían cuestionar a una conducción bastante limitada en ese sentido, lo que te colocaba de inmediato en la categoría de “disidente”. Mi percepción personal es que las mujeres fuimos mucho más críticas con la línea “oficial”, más cuestionadoras de las conducciones y las jerarquías internas, más agudas para percibir las contradicciones entre el discurso de las organizaciones y la realidad política circundante, menos disciplinadas que los hombres. Creo que un hecho significativo al respecto es que una sola mujer llegó a ser miembro de la Conducción Nacional de Montoneros.²

Los textos producidos por las organizaciones revolucionarias de aquella época remarcan que ante la opción guerrillera los cuerpos de varones y mujeres debían disponerse por igual a la producción de un futuro en el cual ver realizados

2. AMADO, Ana. “El desorden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro”. In: *Mora* n° 12. Buenos Aires, diciembre de 2006, p. 64.

los ideales revolucionarios. Sin embargo, al reflexionar sobre su condición de mujer y militante, Calveiro realiza una doble operación: revisa los alcances y los límites de la igualdad declamada (“partíamos de condiciones tan desiguales”) y se interroga sobre el modo en que se establecían las jerarquías al interior de las organizaciones. En esa interrogación, establece una secuencia que comienza con el señalamiento de que las mujeres estaban menos dotadas para lo militar, sigue por la valoración de la formación militar por sobre la política, para derivar luego en la afirmación de que las mujeres eran más críticas. Es la evaluación de su propia experiencia y de la de otras mujeres, que realiza **en la actualidad**, la que permite desplegar nuevos puntos de vista y valorar de manera distinta cuestiones en apariencia intrascendentes. **Relee, creo yo, todo el corpus del pasado reciente.**

II - En los textos que componen la compilación *Mujeres Guerrilleras* (1996) sucede algo similar. En ese libro las militantes relatan su experiencia enlazando de un modo particular pasado y presente. Porque al construir la historia de la propia militancia cada una de ellas desarrolla reflexiones y expone los sentimientos que las llevaron a experimentar la política como un eje central en sus vidas y a dejar en un segundo plano “lo personal”. Pero, al mismo tiempo, el análisis que realizan se ve nutrido por elementos discordantes que vienen del presente. Construyen un yo narrativo donde conviven en tensión la reconstrucción del pasado y la organización de una memoria que desde el presente incorpora nuevos elementos. La fragilidad de ese yo dividido se pone particularmente en evidencia a la hora de repensar situaciones dilemáticas, como aquellos momentos en los cuales las mujeres — incluso algunas con hijos pequeños — dispusieron de sus propios cuerpos para la militancia, asumiendo que arriesgar la vida era parte del proyecto político que sostenían.

No se trata de una oposición banal o simplificadora respecto de una posición masculina o femenina, ni de responder a un supuesto patrón de género, pero de hecho, el dilema entre cuerpo e identidad, abierto de algún modo para las mujeres que hicieron apuestas políticas radicales, está muy presente en los testimonios actuales de mujeres militantes.³

Si la militancia implicaba una igualación que se producía sólo en términos ideales, es en la reinterpretación del reclamo de que esa paridad se haga efectiva y de las consecuencias de que no lo sea, que se introducen preguntas desestabilizadoras. Los testimonios de mujeres abren juicio sobre el pasado desde una

3. Cf. ACTIS, Munú; ALDINI, Cristina; GARDELLA, Liliana; LEWIN, Miram; TOKAR, Elisa. *Ese Infierno*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001. CAPARRÓS, Martín; ANGUIA, Eduardo. *La Voluntad*. Buenos Aires: Norma, 1997. CIOLLARO, Noemí. *Pájaros sin luz*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1999. DIANA, Marta. *Mujeres Guerrilleras*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1996.

perspectiva, la de hoy, en la cual la presencia en el espacio público de los movimientos de mujeres y feministas es vital.

III - Los relatos acerca de la decisión que llevó a las militantes a intentar compatibilizar la militancia con la vida en pareja y la maternidad dan cuenta de una tensión indecible que, si bien no se resuelve en cada caso del mismo modo, implicó para muchas una superposición de actuaciones muchas veces incompatibles. En el Archivo Oral de Memoria Abierta⁴ hay numerosos testimonios que se refieren a lo que significó tener y cuidar niños pequeños en situaciones de violencia.⁵ Es lógico, una parte importante de los testimonios que reunimos son de militantes que durante el período al que se refieren las entrevistas tuvieron hijos. Lo llamativo no es, claro está, que las mujeres tengan hijos, sino que se trata de mujeres muy jóvenes y que eligieron la militancia como una forma de vida. Cuando digo eligieron la militancia, estoy hablando en un sentido muy amplio: organizaciones políticas y sociales, estudiantiles, sindicales, armadas. En muchos casos, se trata de una maternidad decidida de manera consciente y, a la vez, una militancia también decidida y aceptada en todas sus consecuencias. Es cierto que no siempre la actividad política comienza clandestina, ni en un clima abiertamente represivo. Si tomamos como ejemplo el caso de las agrupaciones peronistas vinculadas a la Tendencia Revolucionaria, la militancia se desarrolló en una parte del período, públicamente y con una inserción importante en el movimiento de masas. La clandestinidad fue algo que “devino” a partir de cierto momento. Como señala Pilar Calveiro,

-
4. Memoria Abierta reúne, preserva, organiza y difunde el acervo documental de las organizaciones de Derechos Humanos y de otros archivos personales e institucionales referidos al terrorismo de Estado en Argentina. Produce testimonios sobre la vida social y política de los años sesenta y setenta y trabaja sobre la memoria territorial y espacial del período de violencia política en Argentina. Actualmente, el archivo oral de Memoria Abierta cuenta con más de seiscientos testimonios de familiares de personas detenidas-desaparecidas y/o asesinadas (madres, padres, abuelas, abuelos, hijas, hijos, parejas, hermanas, hermanos), militantes, sobrevivientes de centros clandestinos de detención, presos políticos, exiliados, intelectuales, artistas y profesionales e integrantes de organizaciones políticas, gremiales, sociales y religiosas. Las entrevistas refieren a la experiencia personal de las personas entrevistadas, en relación a los principales procesos sociales, políticos e ideológicos de la segunda mitad del siglo XX, con especial énfasis en la movilización social y política de las décadas de 1960 y 1970, el terrorismo de Estado y la lucha por los derechos humanos durante la dictadura y bajo el régimen constitucional posterior. Indagan las influencias políticas, ideológicas y religiosas del entrevistado y las experiencias personales en marcos familiares y sociales.
 5. El hecho de que se trate de mujeres en edad reproductiva no llevaba, en esa época, necesariamente al embarazo y a la maternidad (sobre todo tratándose de una población de mujeres activas políticamente y, en una proporción importante, provenientes de sectores con recursos económicos y con un nivel de educación medio o superior). En consecuencia, una primera pregunta que una lectura desde el género debiera formularse es por qué la maternidad se multiplica.

“De hecho, el 3 de septiembre de 1974 [la Tendencia] se autoproclamó, proclamando que la lucha armada volvía a ser la práctica política principal. Con esta decisión condenó a muerte a sus organizaciones de base territoriales, sindicales, estudiantiles, que aunque siguieron intentando una batalla cada vez más desigual dentro del movimiento peronista, estaban indisolublemente asociadas a Montoneros”.⁶

De todos modos, es necesario señalar que tanto para aquellas militantes que devinieron clandestinas, como para quienes optaron explícitamente por formas de acción militarizadas, la maternidad se presentó como una opción casi indiscutida. Había muchas razones para tener hijos, entre ellas que se transformarían en los hombres nuevos del mañana. En el mismo sentido, no había razón para no tenerlos si el futuro aparecía como una promesa; y esto es así incluso en el caso de las dos principales organizaciones armadas de Argentina (el Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo y Montoneros). La maternidad era un deber militante que no se contradecía con la exigencia de una entrega absoluta a la causa de la revolución. Una revolución que, a su vez, demandaba que los cuerpos de varones y mujeres se dispusieran por igual a la producción de un futuro en el cual verían realizados los ideales revolucionarios.

Extraer de los cuerpos todo lo que estos puedan dar era la consigna obligada para aquellos varones y mujeres que estuvieran dispuestos a entregar su vida por la causa revolucionaria.⁷ Lo extremo de la exigencia tiene, sin embargo, diferencias, se trate de cuerpos femeninos o masculinos. Ciertamente, en el marco de la lucha revolucionaria, ser un buen padre o una buena madre era indicado como una tarea revolucionaria más, que debía ser llevada a cabo sin descuidar todas las otras, pero la maternidad es una práctica social que presenta una indiscutible marca de género: sólo las mujeres pueden parir, por lo tanto para ellas hay una parte de la tarea que es indelegable.

6. CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia. Una aproximación a la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires: Norma, 2005.

7. El problema del compromiso militante es abordado en distintos documentos y publicaciones de las organizaciones de la Nueva Izquierda. En líneas generales, se puede decir que la entrega que se exige es la máxima e involucra cada aspecto de la vida de manera total. Entre los documentos que indican cómo debe proceder en relación a su vida personal un militante revolucionario, se puede mencionar como particularmente emblemático “Moral y proletarianización” del PRT-ERP. Este texto fue escrito en la cárcel de Rawson en 1972 por Luis Ortolani. Recientemente se publicó de manera completa en *Políticas de la Memoria* n° 5 (Buenos Aires, verano de 2004/5), en un dossier titulado “Militancia y vida cotidiana en los sesenta/setenta”. Fue acompañado de dos intervenciones críticas: “Militancia, política y subjetividad. La moral del PRT- ERP” de Alejandra Ciriza y Eva Rodríguez Agüero y mi texto “La moral según los revolucionarios”, p. 75-102.

La represión creciente y la militancia clandestina eran moneda corriente hacia 1975, no sólo para militantes de las organizaciones armadas, sino para muchos activistas sindicales, militantes estudiantiles y sociales que eran perseguidos por las fuerzas de seguridad o estaban amenazados por las bandas paramilitares. No había en esos momentos lugares seguros, ni las casas, ni la calle.

En ese clima, mujeres embarazadas, madres recientes o con niños pequeños participaron activamente no sólo de tareas militantes que eran peligrosas, considerando la situación represiva de la época, como podría ser realizar pintadas o asistir a reuniones clandestinas, sino también de acciones armadas. Es así, que la ausencia, y hasta el riesgo de vida, eran considerados como un sacrificio en aras también de esos hijos.

Cito un fragmento de "Moral y Proletarización":

Los hijos de los revolucionarios deben compartir todos los aspectos de la vida de sus padres, incluso a veces sus riesgos. Por cierto que debemos tratar de brindar a los niños protección especial, propia de su corta edad. Pero siempre que esa protección especial no se contraponga con los intereses superiores de la revolución. La hermosa imagen de la madre vietnamita que amamanta a su hijo con el fusil a su lado, que hemos visto en algunos afiches y revistas, es todo un símbolo de esta nueva actitud revolucionaria frente a los hijos. Los vietnamitas brindan a los hijos toda clase de atenciones especiales, pero cuando a veces ellos deben compartir los riesgos de la guerra, sus padres no vacilan en que así sea. Para que esta actitud revolucionaria frente a los hijos sea posible, es necesario que se integren al concepto de pareja y al concepto de unidad familiar que hemos señalado⁸.

La estetización de la violencia presente en la descripción de la madre vietnamita y una noción de sacrificio fuertemente instalada se conjugan para indicar modos de subjetivación donde el compromiso con la revolución excede, aparece como un exceso, en relación a cualquier idea de cuidado de sí. El borramiento de sí en el colectivo, y la supervivencia en el colectivo, en el caso de que sobrevenga la muerte, aparecen como un mandato, el único posible si quiere ser fiel al ideario revolucionario.

Así lo explica una militante del PRT-ERP:

8. ORTOLANI, Luis. Moral y proletarización. In: *Políticas de la Memoria* n° 5. Buenos Aires, verano de 2004/5.

Evidentemente la pareja era un compañero militante. O sea, no había posibilidad de otro tipo de pareja. Porque si empezabas a hacer una pareja con una persona que no era militante, o él se integraba a la organización o vos tenías que irte, porque no había posibilidad. No había términos medios.

¿Conociste casos así?

Mirá, yo, los casos que conocí, se integraban a la organización. No de compañeras o de compañeros que hayan dejado de militar, porque tu vida de relaciones era prácticamente el partido, no tenías mucha posibilidad de hacer otro tipo de vida afuera.

Mi pareja era con un compañero que era militante. En ese momento nosotros estábamos con la filosofía de crear la pareja militante, la familia militante, lo que significaba juntarse o casarse, tener chicos y criar a los hijos dentro de la militancia. En ese momento, por ahí no tomando mucha noción de lo que venía en tema de la posible represión, la posible pérdida de los padres, ese tipo de cosas.

Criar a un hijo en la militancia supone en que uno está pensando en la militancia en un largo plazo...

Sí

Quince años, veinte años...

Y sí, lo que te lleve la vida o lo que el enemigo te permita mantenerte con vida. Porque ya estaba en ese momento el criterio de formar el hombre nuevo y dentro del hombre nuevo nuestros hijos iban a ser los hombres nuevos del mañana. Pero, bueno, también dentro de eso nos hemos mandado muchas cagadas. Especialmente en muchos casos, posponer, priorizar la militancia al chico, hacerles vivir, a veces, grandes inseguridades. O sea, la inseguridad existía, pero, además, dentro de esa inseguridad hacer cosas más inseguras todavía. Estarlos cambiando de casa en casa y una cantidad de cosas con el criterio de que vamos a hacer la revolución, vamos a tomar el poder y los chicos que lo bancaran. Y no es tan así. Uno a la distancia ve hoy que ha hecho grandes macanas con el tema de los chicos.⁹

9. MEMORIA ABIERTA. *Testimonio de Alicia Sanguinetti*. Buenos Aires, 2002. Alicia nació en 1945. Militó en el PRT-ERP. Estuvo presa desde 1970 y hasta el 25 de mayo de 1973. Tras su liberación, continuó militando clandestinamente hasta 1977. Su compañero y padre de su hijo, militante del Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), fue secuestrado en noviembre de 1974 y permanece desaparecido. Alicia es fotógrafa y militante del movimiento de Derechos Humanos. Su hijo nació en 1974.

IV - El cuarto ejemplo, que es sobre el que pretendo extenderme, está tomado de algunas entrevistas que integran el Archivo Oral de Memoria Abierta y tratan sobre embarazos y partos vividos en situaciones de extremo riesgo.

Los relatos sobre partos vividos en contextos de represión muy extrema se multiplican en este archivo. Partos en la clandestinidad, en la cárcel, en centros clandestinos de detención, en distintas circunstancias y con distinta suerte.

Voy a citar extensamente a dos militantes que tuvieron hijos en ese momento:

El (...) 14 de febrero a la mañana empiezo con contracciones. Esta pareja maravillosa no va a trabajar, se quedan conmigo, ellos me cronometran las contracciones, perfecto, las tenía regulares cada cinco minutos. A eso del mediodía llega mi viejo, que era el único que conocía la casa, y me dice: "me pasaron este sobre debajo de la puerta" y bueno decía: "Fueron muy vivos para mudar a la amiguita pero sabemos que está en tal dirección y tengan cuidado con Nicolás [se refiere a su hijo de dos años] que es muy chiquito y le puede pasar algo. Un amigo de la Triple A". Yo no me había movido de ahí, pero lo que había hecho — digo como error, para pensar cómo me habían localizado — la noche anterior estaba hinchadísima, entonces lo llamo al obstetra desde esa casa y era el mismo obstetra que me había atendido con Nicolás, en esa época yo estaba legal. Sospecho que tuvieran pinchado ese teléfono. Bueno, entonces ahí se arma todo un debate de qué hacíamos con Nicolás. La primera situación de riesgo era esa y estábamos diciendo que lo llevamos acá o allá y al rato, que yo me había enganchado también con ese debate, digo "a mí se me acaban de cortar las contracciones pero en cualquier momento voy a parir, y yo no lo voy a tener ahora con ese médico. Digo, entonces, qué hacemos con Nicolás y qué hago yo. Qué hacemos con todo".

Entonces bueno, ahí decidimos que yo me fuera a tener el bebé a mi pueblo natal que es Dolores, donde tenía un tío que era obstetra. Pero, bueno, el tema era cómo llegar allá porque, o me habían detectado por el teléfono ese que yo había usado o, por más que viejo estuviera haciendo contra seguimiento, lo habían seguido a mi viejo, entonces lo que había que cortar era el vínculo con mi viejo que podía ser el que estuviera detectado. Bueno, yo no me acuerdo porqué en esa situación horrorosa mi viejo termina pidiéndole a un amigo de él, sin decirle para qué, que se encontrara con él a las doce de la noche en uno de estos garajes que hay en Buenos Aires de muchos pisos de autos.

Bueno, yo salgo a las diez de la noche tirada en la parte de atrás de un auto, de ahí paso a otro, de ahí al auto de mi viejo, hacemos horas de

contra seguimiento, siempre tirados atrás Nico y yo hasta que llegamos al estacionamiento. Y yo ahí rompo bolsa, o me parece que rompo bolsa, me empiezo a mojar. No le digo nada a mi viejo porque, si le digo me agarra de las pestañas y me mete en el primer hospital. Me quedé calladita. Bueno llega este señor, que no sabía nada, por supuesto. Mi papá le dice “Graciela tiene un problema, necesito que la lleves a Dolores” y se portó como un duque. Lo único que dijo es “lamento no haber traído el cepillo de dientes”. Le pidió plata a mi viejo porque tampoco tenía plata para la nafta. Y yo ahí tirada atrás con Nico, partimos.

Yo me acuerdo que en la locura de ese momento yo pensaba “voy a tener el chico en el camino y yo ya he tenido un chico, pero este viene de cola, ¿lo podré tener?, ¿no lo podré tener?” no pensaba que no tenía más contracciones y que, por ende, no lo iba a tener ahí.

Después de Florencio Varela ya me senté ¿no? ya no íbamos tirados atrás. Y este señor que me decía “querés parar a tomar un café” y yo le decía “no, no, no, sigamos” y yo pensaba “le estoy haciendo miércoles el auto”, todo mojado.

Bueno, llegó a las cuatro y media de la mañana a Dolores, a la casa de una prima mía, que por supuesto no sabía que yo iba tampoco, le toqué el timbre a esa hora.

Ustedes imagínense, además, la cara de terror de cada persona que me venía porque era como si yo viniera con el séptimo de infantería detrás, ya estábamos en febrero del 76.

Así que bueno, a esa hora lo llamé a mi tío que era obstetra. Y le dije, bueno “mirá yo empecé con las contracciones a la mañana, se me cortaron al mediodía, rompí bolsa”. Me manda a la partera que decidí que la bolsa estaba fisurada y me pregunta — en esa época no había ecografías — si yo había traído la radiografía esta de que el bebe venía de nalga. Y no, me había olvidado, en el medio de ese despiole me la había olvidado. Así que hubo que esperar que se hiciera de día para hacer otra placa, tardaban en revelarla... La cuestión es que como a las siete de la tarde viene mi tío, que también estaba aterrado porque en realidad era para una cesárea la situación. El chico estaba de nalga, estaba con las piernas no en posición fetal, sino extendidas en una especie de v corta, pero nadie me quería hacer una cesárea para que no me quedara más de lo necesario. Entonces me acuerdo que viene mi tío y me hace todo una explicación de que en realidad si no se hace cesárea podía no salir o podía quedarse trabada y ahogarse, pero que bueno, que se podía intentar el parto por vía baja, pero que yo resolviera. Y yo le decía “mirá, yo no estoy en condiciones de resolver nada, pero

además no soy médico así que decidí vos”, bueno y me seguía haciendo todo tipo de explicaciones. Y me acuerdo que al final dijo, “bueno vamos a intentar por vía baja y si no resulta haremos una cesárea”. “Hay que internarte ya porque vos estás con rotura de bolsa desde ayer y hay peligro de una septicemia”. Y yo dije: “bueno, pero sabés que yo no lo voy a dejar a Nicolás recién llegado con toda esta locura” y entonces negocié de internarme al otro día a las seis de la mañana. Y bueno, fue un infierno ese parto, fue un infierno. Además de ser un infierno el parto en sí, porque realmente era muy complicado para tenerlo así, menos la partera estaban todos muy involucrados, mi tío era el obstetra, el pediatra era el mismo pediatra que me había atendido a mi cuando nací, el ginecólogo que me puso la peridural era un flaco que había bailado conmigo en la adolescencia, era un amigo, la única que mantenía cierta distancia y actuaba con racionalidad era la partera que no tenía relación conmigo. Y yo me acuerdo la sensación horrible cuando finalmente nació Dolores — que ya tenía el nombre elegido desde antes — cuando salí de la sala de partos, que no hubiera nadie para saber si había sido nena, si había sido varón, para saber cómo estaba, cómo estábamos. Porque claro, mi prima tenía dos criaturas chiquitas y se había quedado con Nicolás también. Así que la sensación de soledad, del momento que salí... Y me acuerdo que después no había nursery en mi pueblo, así que enseguida me pusieron la nena al lado. Y la chiquita no paraba de llorar, la única manera de calmarla era sentarse uno y ponerla a ella paradita, que era como estaba en la panza. Esa era la única manera que se calmaba. Era un horror. Me acuerdo que a las dos horas tuvo una diarrea con el meconio, me ensució toda, ensució las sábanas... tener que levantarme, lavar las sábanas, era una sensación de mucha soledad y desprotección.¹⁰

Otra militante, Alicia Ruszkowski, se refiere al parto de su segundo hijo que nació en 1976, del siguiente modo:

Esteban nació en la maternidad Sardá¹¹, año 76. Nació... A pesar de todo, yo tuve unos buenos partos. Era muy chico... pero fijate vos

-
10. MEMORIA ABIERTA. *Testimonio de Graciela Iturraspe*. Buenos Aires, 2008. Graciela nació en 1951. Militó en las Fuerzas Armadas Peronistas, en Descamisados y finalmente en Montoneros Zona Norte. La detuvieron junto a su esposo en 1975 y pasó gran parte de su segundo embarazo detenida en el Penal de Devoto y en Coordinación Federal (su compañero permaneció 8 años preso), una vez liberada continuó militando. Su hijo Nicolás nació en 1974; Dolores (cuyo nacimiento narra en el fragmento seleccionado), en 1976; y Julián en 1988.
 11. Se refiere al Hospital Materno-Infantil Ramón Sardá de la ciudad de Buenos Aires, la maternidad pública más importante de esta ciudad.

como eran los mecanismos míos, yo tenía tanto temor de que nos pasara algo, que Esteban fue muy chiquito cuando nació y yo no usé ropa de embarazada hasta los siete meses. Yo creo que esto, si uno lo recuerda, yo andaba vestida con la ropa normal, porque era tan chiquita la panza. Es más, se hacían las primeras ecografías, que eran los aparatos estáticos de ecografía... y era el séptimo mes y el médico me dice, "me parece que usted tiene un retraso de crecimiento, su bebé". Yo lo quería esconder, era así, yo lo quería esconder porque la etapa del '76 que vivíamos en ese departamento de Parque Chas, fue tremenda. Porque era de volver Quique (el marido) y permanente cayó éste, cayó este compañero, cayó este otro, cayó este otro, era todos los días, todo los días una situación así, entonces yo escondía el embarazo!!

Cuando Esteban nace, me acuerdo que la dejamos a Anita (se refiere a su hija de dos años) en la casa de mi cuñada en el barrio de La Boca, Quique (el marido) me lleva a la Sardá y Esteban nace a las doce y media de la noche como escupida, porque tenía dos quilos quinientos. Dos quilos quinientos pesaba, estaba perfecto, pero era chiquito. Dos quilos seiscientos, casi en un pasillo nació, porque no había ni lugar en la Sardá. Pero aparte era el momento de mayor represión, donde las mujeres que estaban detenidas desaparecidas tenía a sus hijos ahí, con lo cual, yo me acuerdo, Quique me deja, y se va, yo me quedo solita mi alma, ahí, y se olvida de dejarme una bolsita con pañales. Con lo cual nace Esteban, a la mañana venían las enfermeras que eran como sargentos de gendarmería, pos parto, a las pocas horas, me hacen levantar porque había que limpiar porque había que limpiar e ir al baño, y yo no tenía pañales. Esteban había nacido y viste que largan el meconio, eso negro, pobrecito... estaba todo sucio.

Aparte, Esteban fue el que incorporó el mandato de silencio del 76. Nunca lloró, nunca lloró el primer año de vida, a lo sumo él hacía un quejido si tenía ganas de comer. Te juro que fue así. Con lo cual yo tenía una angustia espantosa. Estaba sola, sin pañales, sin ropa de cambio, Quique apareció a la mañana... Después las chicas de ahí, porque era una sala común, me prestaron pañales...

Tuve esos partos que eran buenos, porque eran partos naturales, yo soy medio dura como un cascote, no había mucho tema de hacer mucha historia. En realidad mi mamá vino pero yo no la podía llevar a conocer la casa. Fue un ratito al hospital, se volvió a Mar del Plata,

vino mi cuñada.... Pero vivíamos totalmente clandestinos, totalmente clandestinos.¹²

Los discursos sociales de la primera mitad del siglo XX se caracterizaron por *maternalizar* a las mujeres. Esto es, convertirlas en madres, entendiendo por maternidad un vínculo natural e incompatible con otras actividades; eso fue el paso inicial para luego transformar esa maternidad en un asunto de Estado.¹³ Sin embargo, las prácticas maternas efectivamente existentes actualizaron el mandato de modos diversos y muchas veces tensionantes. Una expresión elocuente de esa tensión ha sido la convivencia de discursos maternalistas con prácticas de control de la natalidad que llevaron a que la Argentina tenga, ya muy tempranamente, tasas globales de fecundidad bajas comparadas con otros países de la región. En 1970 la tasa global de fecundidad de la Argentina era de 3,0 (hoy es 2,2) y en los grandes centros urbanos esa tasa descendía a 2,0 en el caso de la ciudad de Buenos Aires (ciudad) y a 2,6 en la de Córdoba.

Ahora bien, ¿qué sucedió en el universo de la militancia revolucionaria? Si bien no es posible tener estadísticas precisas, sí se puede afirmar que la actividad política no se presentó como un obstáculo determinante a la hora de decidir tener hijos.¹⁴

De hecho, el discurso de las organizaciones revolucionarias también se podría calificar como “pronatalista”, aunque, claro está, con argumentos y sentidos asociados diferentes a los del Estado, la Iglesia y otras instituciones burguesas.¹⁵

Leyendo desde el género

Como señala de manera clara y contundente Alicia Sanguinetti (2002), los y las militantes de las organizaciones revolucionarias se disponían a integrar todos

-
12. MEMORIA ABIERTA. *Testimonio de Alicia Ruszkowski*. Buenos Aires, 2008. Alicia nació en 1947. Militó en el Peronismo de Base y en la Juventud Peronista. Además de la militancia barrial, se destacó como militante sindical. Es una de las primeras egresadas de la carrera de sociología en su ciudad, Mar del Plata, y su marido, asesinado al resistirse a la detención, fue uno de los fundadores de dicha carrera. Su hija Ana nació en 1974, Esteban, en 1976 y Laura, en 1978. Estuvo detenida en la ESMA.
 13. Cf. NARI, Marcela. *Políticas de maternidad y maternalismos político*. Buenos Aires: Biblos, 2004; FELITTI, Karina Alejandra. “Natalidad, soberanía y desarrollo: las medidas restrictivas a la planificación familiar en el tercer gobierno peronista (Argentina, 1973-1976)”. In: *Rev. Estud. Fem.* vol.16, n. 2. Florianópolis, 2008, p. 517-537.
 14. En el Archivo Oral de Memoria hay 287 testimonios de militantes sociales y políticos de las décadas de 1960 y 1970, todos los cuales sufrieron algún tipo de persecución, ya sea detenciones legales o ilegales, exilio o clandestinidad. Son 131 mujeres y 156 varones de la ciudad de Buenos Aires, de distintas localidades de Córdoba, Mendoza, Buenos Aires, Santa Fe y Jujuy y, con una representación muy limitada, de otros lugares del país. El 80% tiene hijos y, dentro de esos, el 82% tuvieron entre uno y dos hijos en el período que va de 1966 a 1976.

los aspectos de la vida a la causa. Esto es, construir la pareja militante, tener hijos para la revolución, formar una familia que se convierta en el núcleo de una sociedad liberada. Ahora bien, si documentos y testimonios coinciden en resaltar ese mandato, la familia declamada para y por la revolución no es una entidad abstracta que pueda simplemente enunciarse. Por lo menos no lo es en la medida en que las parejas pretendan convivir, compartir gastos y decisiones comunes en la organización de la cotidianidad. Es decir, al momento en que surgen las cuestiones de orden práctico, esa enunciación abstracta debe materializarse en discursos concretos que resuelvan los aspectos prácticos de la vida en común. Dónde vivir, cómo organizar las tareas domésticas, cómo se distribuyen las responsabilidades económicas y otras cuestiones cotidianas son difíciles de soslayar.

Una militante expresa sus desvelos de la época del siguiente modo:

(...) el machismo se filtraba (...) amparado en algunos casos por compañeras que habían llegado a la militancia por sus maridos. Era típico entonces que asumieran el rol de sostenedoras de la militancia de ellos. Pero yo había llegado como muchas otras, por mi decisión y mi trabajo, y si el compañero no se hacía cargo de su parte en la casa, uno sentía con mucha claridad que se quitaban espacios de libertad de acciones de cada uno (*sic*). De a poco una empezaba a quedar segregada, preparando la comida para las reuniones.¹⁶

Existe una tensión entre un sistema de ideas que, si bien llega hasta esta generación de militantes de modo un poco pudoroso y con la energía disminuida, todavía arrastra la fuerza de la costumbre y la tradición.

Ahora bien, la gestión de lo cotidiano es todavía más difícil de eludir cuando los militantes tienen hijos. Frida continúa su testimonio contando que fue duramente cuestionada por su compañero por haber contratado a una niñera, entonces organizaron una reunión con los responsables políticos de su grupo para discutir

15. Además del mencionado documento "Moral y proletarización", el PRT-ERP publicó en su prensa distintos artículos donde argumenta sobre la importancia de la maternidad, la pareja, la familia y la fidelidad en la construcción del hombre nuevo. Cf. "EL papel de la mujer en la revolución". In: *El combatiente* n° 157. Buenos Aires, 3 de marzo de 1975 y "El papel de la familia en el socialismo". In: *El combatiente* n° 177. Buenos Aires, 6 de agosto de 1975. Por su lado, numerosos testimonios de militantes vinculados a la organización Montoneros se refieren a la importancia que se le daba a la "moral revolucionaria" en relación a la familia, la maternidad y la pareja. A modo de ejemplo, se puede mencionar que en el "Código de justicia penal revolucionario" de 1975 se sanciona específicamente la infidelidad, bajo el título de Deslealtad: "Incurrén en este delito quienes tengan relaciones sexuales al margen de la pareja constituida, son responsables los dos términos de esa relación aún cuando uno solo de ellos tenga pareja constituida". Cf. MONTONEROS — Consejo Nacional, "Código de justicia penal revolucionario" [1975]. In: *Lucha armada* n° 8. Buenos Aires, 2007.

16. "Testimonio de Frida". In: DIANA. *op. cit*, p. 61.

el tema. Se reunieron en su casa y cuando su compañero quiso preparar un café le tuvo que preguntar dónde guardaba el azúcar. Entonces ella dijo:

[...] creo que el problema ya está planteado, porque si en una casa donde hay dos bebés con los padres, uno de los adultos no sabe donde está el azúcar, está muy claro que el debate acá no es conmigo sino con el compañero que no sabe donde está el azúcar en su casa. [...] ese comentario mío ocasionó una catarsis colectiva de los compañeros que habían venido. El responsable fue el que hizo la catarsis mayor y empezó a hablar de los conflictos con su compañera.¹⁷

Como puede verse en los testimonios citados, la opción por la militancia clandestina y riesgosa no contradice la maternidad. Los hijos de estas militantes nacieron en 1974 y 1976. Y, en ese sentido, ellas parecen aceptar el mandato de la maternidad sin cuestionamientos.

Ahora bien, el relato de los partos y los comentarios acerca de los riesgos que debían sufrir los hijos de los militantes, contrasta con la versión estetizada del código normativo del PRT-ERP o de las organizaciones revolucionarias peronistas. El niño al que la madre no deja crecer para no mostrarse embarazada es cifra y síntesis de los riesgos y los miedos con que vivieron sus embarazos y partos muchas mujeres y también anticipo de las consecuencias de embarazos y nacimientos en condiciones tremendas. Aunque efectivamente se trata de situaciones diferentes, estos recuerdos remiten a una cuestión que encontramos en otros testimonios de mujeres que “cayeron” estando embarazadas con todo lo que eso significó (partos en centros clandestinos de detención, abortos por la tortura, apropiación de niños).

En este sentido, las figuras emblemáticas y casi estereotipadas de un hijo que no llora y de una hija que no para de llorar expresan de manera dramática las consecuencias del parto clandestino. Esteban incorporó el mandato del silencio del 76, no llora, no crece y no llama la atención — recuerda su madre. Dolores llora sin parar.

Mientras, la soledad y el desamparo son las expresiones que mejor definen los sentimientos de estas dos mujeres. Con una red familiar fragmentada y fragilizada por la misma situación represiva — que no es reemplazada por la organización — tienen que recurrir al Estado (ni más ni menos que el Estado represor) para parir.

Escuché una y otra vez estos testimonios. La voz de la mujer que dice enunciados tales como “eran partos buenos” o “yo soy dura”, se evoca a sí misma “solita mi alma”. Ese desamparo que las dos subrayan sin dudar, se vincula con la

17. *Ibidem*, p. 60.

ausencia del compañero o alguien cercano al lado en el momento del nacimiento del hijo, pero también aparece como consecuencia de la “promesa rota”. En vez de los hijos para la construcción del hombre nuevo, la soledad y el dolor del parto en estas condiciones.

La imagen del militante heroico, o para el caso de la militante abnegada que en una mano tiene el fusil y en la otra al hijo, está tomada de otras revoluciones, la vietnamita, la cubana. Esos íconos resultaban propicios para promover la continuidad de la revolución, incluso a veces a pesar de su propia muerte, sin embargo, no parecen bastar a la hora de proponer modelos de conducta que expresen el sacrificio en todas sus dimensiones.

¿Qué le hace el género a la memoria?

Quisiera volver a la pregunta del inicio. Si bien no tengo una respuesta concluyente, podría comenzar por señalar que hay testimonios de mujeres — pero también de algunos varones — que desarrollan la capacidad de intercalar temas que hacen a la participación en el espacio público con cuestiones cotidianas, habitualmente asociadas a la vida privada. Inesperadas declaraciones afectivas se imponen por sobre el cerrado discurso de las razones del Estado y de la política. Pero esto no significa que el mundo de lo privado y el mundo de lo público se encuentren indiferenciados, sino que se los ha puesto en relación de otro modo: despojados de los privilegios jerárquicos con los que son habitualmente presentados y, en este sentido, estos relatos intervienen sobre las interpretaciones del pasado reciente desde un lugar descentrado.

Esos relatos no tratan de rehacer la historia incluyendo esta vez a las mujeres, dándoles el lugar que les fuera negado. Más bien proponen una memoria que valoriza cuestiones que podrían parecer intrascendentes, que no están inscriptas, y no lo estarán, en los grandes hechos de la historia. El desasosiego por la pérdida de los seres queridos, el estupor ante la derrota de los ideales; pero también la conciencia de los límites de esos ideales, trazan una memoria que permite distanciarse de las versiones estatuidas, proponer otras formas de relacionarse con los sucesos del pasado y redefinir las dimensiones con las que se analizan el pasado reciente para establecer una memoria crítica.

Su valor radica, precisamente, en que constituyen “antimonumentos”. No porque reivindicquen el lado de las sombras,¹⁸ sino porque habilitan a pensar nuevos

18. Algunas corrientes del pensamiento feminista se proponen resistir “desde el lado de las sombras”, esto es reivindicar acriticamente los llamados valores femeninos. En una especie de celebración de ciertos atributos femeninos, como la maternidad y la capacidad de cuidar, sostienen la distinción binaria y jerarquizada entre lo masculino y lo femenino pero invirtiendo el signo. Lo femenino es exaltado en resistencia a los valores fálicos que se vinculan a la dominación masculina.

vínculos entre lo público y lo privado, lo personal y lo político; por medio de un movimiento que inscribe lo general en lo singular, lo político en lo privado. No buscan arrancar del olvido a las mujeres que participaron de esas experiencias para colocarlas en un panteón junto a los héroes, sino que recuperan los gestos más sutiles, aquellos más difícilmente representables.

BIBLIOGRAFÍA

ACTIS, Munú; ALDINI, Cristina; GARDELLA, Liliana; LEWIN, Miram; TOKAR, Elisa. *Ese Infierno*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

AMADO, Ana. "El desorden de los cuerpos en los años 70. Entrevista a Pilar Calveiro". In: *Mora* n° 12. Buenos Aires, diciembre de 2006.

CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia. Una aproximación a la guerrilla de los años 70*. Buenos Aires: Norma, 2005.

CAPARRÓS, Martín; ANGUITA, Eduardo. *La Voluntad*. Buenos Aires: Norma, 1997.

CIOLLARO, Noemí. *Pájaros sin luz*. Buenos Aires: Planeta, 1999.

CIRIZA, Alejandra; RODRÍGUEZ AGÜERO, Eva. "Militancia, política y subjetividad. La moral del PRT- ERP". In: *Políticas de la Memoria* n° 5. Buenos Aires, verano de 2004/5.

DIANA, Marta. *Mujeres Guerrilleras*. Buenos Aires: Planeta, 1996.

FELITTI, Karina Alejandra. "Natalidad, soberanía y desarrollo: las medidas restrictivas a la planificación familiar en el tercer gobierno peronista (Argentina, 1973-1976)". In: *Rev. Estud. Fem.* vol.16, n. 2. Florianópolis, 2008.

NARI, Marcela. *Políticas de maternidad y maternalismos político*. Buenos Aires: Biblos, 2004.

OBERTI, Alejandra. "La moral según los revolucionarios". In: *Políticas de la Memoria* n° 5. Buenos Aires, verano de 2004/5.

RICCEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Buenos Aires: FCE, 2004.

TESTIMONIOS CONSULTADOS

MEMORIA ABIERTA. *Testimonio de Alicia Ruskowski*. Buenos Aires, 2008.

MEMORIA ABIERTA. *Testimonio de Alicia Sanguinetti*. Buenos Aires, 2002.

MEMORIA ABIERTA. *Testimonio de Graciela Iturraspe*. Buenos Aires, 2008.

DOCUMENTOS PARTIDARIOS CONSULTADOS

MONTONEROS – Consejo Nacional. “Código de justicia penal revolucionario” [1975]. In: *Lucha armada* n° 8. Buenos Aires, 2007.

ORTOLANI, Luis. “Moral y proletarización” [1972]. In: *Políticas de la Memoria* n° 5. Buenos Aires, verano de 2004/5.

PRT-ERP. “El papel de la familia en el socialismo”. In: *El combatiente* n° 177. Buenos Aires, 6 de agosto de 1975.

PRT-ERP. “EL papel de la mujer en la revolución”. In: *El combatiente* n° 157. Buenos Aires, 3 de marzo de 1975.



DE NOVELAS, SEXO E ROCK'AND ROLL: AS RELAÇÕES AMOROSAS EM DIAS DE REVOLUÇÃO.

Andrea Andújar

Introdução

Era o ano de 1967 quando Frida começou a estudar em uma faculdade da Universidade Nacional da província de Tucumán, no noroeste da Argentina. Ela tinha 18 anos, e as discussões sobre política que escutava nos corredores entre uma aula e outra talvez não a surpreendessem muito, já que desde pequena ela costumava freqüentar com seu pai os atos que acompanhavam as discussões eleitorais. Claro que as oportunidades de participar neste tipo de evento político não haviam sido muitas em um país no qual os golpes de Estado e a instauração de ditaduras militares sucediam-se quase sem trégua desde 1955. O último, ocorrido em 28 de junho de 1966, havia derrocado o presidente constitucionalmente eleito Arturo Illia, dando início a um governo de fato liderado pelo general Juan Carlos Onganía. Por tanto, para Frida, acostumada a ver seu pai preso por suas atividades políticas, ou escondido na casa de alguma família amiga, não era exatamente estranho participar de assembléias estudantis e protestos de rua contra um governo de fato, desafiando as proibições impostas. Foi em uma dessas ocasiões que escutou as palavras que a seduziriam eternamente: “O único que eu quero ganhar para a revolução é você”, lhe disse um companheiro de estudos, militante de uma organização trotskista. O namoro começado esse dia durou apenas poucos meses. Mas quase 30 anos depois, durante a entrevista em que relembra esse instante de sua vida, ela não pode evitar perguntar-se em voz alta: “existe alguma coisa mais doce e romântica?” Não esperava e não precisava de resposta

alguma. Para ela a resposta estava clara, quase tão clara como a convicção que tinha aos seus 18 anos de que nunca poderia apaixonar-se por outro homem que não fosse “um militante de punhos erguidos”. E foi assim que, mesmo depois de separar-se desse jovem, continuou militando em sua faculdade e apaixonando-se. Um tempo depois, quem cativou seu coração foi um ativista do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), uma organização política marxista a qual Frida finalmente se integrou, e que em meados do ano de 1970 fundaria uma estrutura militar, o Exército Revolucionário do Povo (ERP)¹.

Enquanto isso, também em 1970, mas em um lugar mais perto da capital Buenos Aires, uma jovem chamada Gabriela aterrissava em um avião que a trazia de França. Filha de um diplomata, estudante de teatro em Paris e ativista durante o Maio Francês, ela voltava à Argentina disposta a invadir com sua voz o rock’ and roll vernáculo, assunto que nesse momento era quase exclusivamente de homens. Teimosa e persistente, ela conseguiu gravar um disco em 1972, cantando uma música de sua própria autoria chamada “Vou deixar a casa, papai”. Nela avisava ao seu pai não apenas que ia embora, mas inclusive que havia um homem que a esperava do outro lado da porta do lar. Dava um beijo de despedida na teste de seu pai e ordenava-lhe não derramasse nenhuma lágrima sequer ante sua partida.

Jovens que como Frida ou Gabriela penetravam nos palcos do nascente rock’ and roll local, nas universidades ou nas organizações político-armadas, procurando outros amores e outros destinos para suas vidas, constituíam indícios de que nas décadas de 60 e 70, frente ao ideal feminino mais expandido socialmente, ou seja, o da filha submissa, mãe amorosa e esposa dedicada, outros começavam a formar-se e abrir passagem². Guerrilheiras, feministas ou roqueiras; microscópicas mini saias ou largas túnicas multicoloridas, armas na bolsa ou microfone nas mãos, pílulas anticoncepcionais escondidas em lugares recônditos da gaveta mais segura da casa, davam conta de mulheres com horizontes diversos e experiências que, não sem contradições, iam constituindo outras formas de ser e de relacionar-se. Essas outras formas continham uma vasta oposição aos valores, crenças e comportamentos associados à geração precedente, ao por em xeque a estrutura da família, o exercício da autoridade dentro e fora dela, o lugar das mulheres

1. As palavras de Frida e os acontecimentos de sua vida que constituem esta parte do meu trabalho foram obtidos de Diana, Marta: *Mujeres Guerrilleras*, Editora Planeta, Buenos Aires, 1996, p. 59.
2. Diversas autoras e autores dão conta dessas transformações e seus alcances, sobretudo no que diz respeito às mulheres pertencentes aos setores médios. Assim, por exemplo, Dora Barrancos sustenta que no âmbito universitário, fundamentalmente nas novas carreiras que foram conformando espaços de graduação, como psicologia, sociologia ou antropologia, a matrícula feminina aumentou substancialmente, passando de uma presença de 5% na década de 1930 a 30% durante os anos 60, e 40% no final dos anos 70. Ver: Barrancos, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina. Una historia de cinco siglos*. Sudamericana, Buenos Aires, 2007. Também Feijóo, Maria del Carmen e Nari, Marcela M. A.: “Los 60 de las mujeres” em *Todo es historia*, Ano XXVII, Nº 321, abril, 1994.

na sociedade e, com isso, as relações entre os sexos. Mas também se misturaram com as contestações que, estimuladas pelos elevados níveis de conflito operário e as mobilizações e protestos populares, uma parte desta geração de jovens mulheres e homens impulsionou contra a existência do estado, as relações capitalistas de produção, o imperialismo ou a vigência de um sistema político em que as ditaduras militares e as repressões da dissidência eram moeda comum.

Todas essas insubordinações se expressaram de diversas maneiras. Algumas passaram pelo envolvimento na militância política em diversas organizações que perseguiam um leque heterogêneo de objetivos, como a luta pela revolução e a instauração do socialismo, o retorno do peronismo ao governo ou, ainda que em um grau muito menor, a emancipação das mulheres do poder patriarcal.³ Outras se vincularam ao movimento hippie ou o ensaio de experiências de vida comunitárias contrárias à “sociedade de consumo” e próximas à “natureza”. Muitos outros jovens não se somaram inteiramente a nenhuma de tais opções e adotaram apenas alguns dos preceitos que estas continham. Mas compartilhavam a concepção de que o “sistema” – palavra com a qual nesse momento se englobavam todas as esferas de exercício do poder e da opressão da sociedade capitalista- era essencialmente injusto e que era preciso atuar contra ele⁴. Essa noção comum a todas as alternativas de rebelião foi um dos pilares no qual se cimentou uma contracultura que uniu parte desta geração e permitiu solidificar uma identidade que entrelaçava o “ser jovem” com a ruptura da “ordem estabelecida”.

Uma das maiores expressões dessa contracultura foi o rock’ and roll. Ele nasceu como um emblema de rebeldia de uma juventude – pertencente fundamentalmente aos setores médios- que se auto-celebrava como a expressão máxima da liberdade e que apostava, através deste gênero musical, em colocar a música no centro do social e do compromisso com a mudança⁵. Mesmo que sua rápida massificação possa estar relacionada com uma indústria cultural que foi descobrindo um campo fértil de consumo e benefício nos jovens, o poder de convocatória do rock’ and roll residiu na erosão desse “mundo tradicional” que sugeriam

-
3. Entre 1966 e 1976, anos que delimitam este trabalho, existiram na Argentina pelo menos 17 grupos armados, dos quais 5 tiveram alcance nacional: As Forças Armadas Peronistas (FAP), As Forças Armadas Revolucionárias (FAR), os Montoneros, as Forças Armadas de Liberação (FAL) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, fundado em 1965 e que em 1970 criou seu braço armado, o Exército Revolucionário do Povo. Entre as organizações feministas, por sua parte, podemos mencionar a criação em 1970 da União Feminista Argentina (UFA), o Movimento de Liberação Feminina (MLF), criado em 1972, e dois anos mais tarde, o aparecimento da Associação para a Liberação da Mulher Argentina (ALMA), fundada por antigas integrantes da UFA e do MLF.
 4. Uma interessante análise sobre este processo pode ser encontrada em Cataruzza, Alejandro: “El mundo por hacer”, in Revista *Lucha Armada en la Argentina*. Buenos Aires, Año 4 Número 10, 2008.
 5. Pujol, Sergio *Las ideas del rock. Genealogía de la música rebelde*, Editorial Homo Sapiens, Rosario, 2007.

suas letras e seus acordes. Uma das mais potentes e atrativas erosões se referia aos vínculos afetivos e íntimos entre mulheres e homens, expressando-se na pregação do “amor livre” que dominava as estrofes⁶.

Mas a adesão a estas idéias não necessariamente levou à subtração absoluta da influência que o “mundo tradicional” exercia no terreno desses vínculos, especialmente se esse mundo tomava forma em personagens cujas vidas estavam cheias de encruzilhadas e intrigas forjadas em formato televisivo. Era difícil não saber da vez em que Teresa desmaiou sobre a máquina de costura com que trabalhava todas as noites na sala de jantar de sua casa. Quando retomou a consciência, estava deitada em sua cama. Seu pai, Don Félix, estava em frente a ela perguntando-lhe o que havia acontecido. “Dói-me a alma”, respondeu desatando a chorar. Don Félix adivinhou de imediato que o motivo de tanta tristeza não era outro que o rapaz que ele desprezava profundamente e vivia na casa da frente. Querendo apaziguar o ódio que percebeu no rosto de seu pai, Teresa lhe suplicou que entendesse que a culpa de seu infortúnio era só dela, já que era ela a “sentimental” que estava “morrendo de amor em pleno século XX”. A agonia se precipitara porque naquela noite, espiando como sempre pela janela, Teresa descobriu que Rolando, o antigo namorado por quem continuava perdidamente apaixonada, tinha sido capturado por outra: uma senhorita “de nariz empinado” que ele conheceu dirigindo seu táxi. A câmera fixa no rosto de Teresa com a música de fundo prenunciava a chegada da propaganda. O que aconteceria depois? Os dilemas, encontros e turbulências destes amores eram acompanhados apaixonadamente por milhares de pessoas que todas as terças-feiras às 22:00 hs sintonizavam o Canal 13, uma das emissoras de televisão existentes então, à espera de um novo capítulo de “Rolando Rivas (taxista)”, novela de Alberto Migre, um prolífero escritor deste gênero, cujo primeiro ciclo foi transmitido no ano de 1972⁷.

Mistura de melodrama, folhetim, rádio teatro e teatro de costume, as novelas conquistaram a atenção de públicos de distintas classes sociais e idades desde suas primeiras aparições na televisão argentina em 1953. Suas tramas eram baseadas (e ainda o são) nos sofrimentos e sacrifícios pelos que deveriam atravessar

-
6. Uma reconstrução das mudanças no modelo conjugal, nas expectativas e redefinições das relações de casal e dos novos estilos de relações afetivas, embora abordando sujeitos, espaços sociais e fontes distintas às que trabalho aqui, se pode ver em Cosse, Isabella: “Del matrimonio a la pareja: continuidades y rupturas en el modelo conyugal en Buenos Aires (1960-1975)”, in *Anuario IEHS*, núm. 23, 2008.
 7. Em 1995 gravou-se uma versão desta novela em português, com o objetivo de ganhar o público brasileiro e com isso expandir o mercado para a exportação de novelas argentinas. Seu título era “Antônio Alves, taxista”, e foi realizada em uma co-produção de Omar Romay – importante produtor de novelas, entre outros produtos televisivos, e dono e um canal de televisão durante vários anos- com o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Entretanto, os problemas na adaptação fizeram com que a trama não tivesse êxito no Brasil.

um casal – sempre heterossexual- para alcançar a felicidade, que não era outra coisa que a concretização de uma união matrimonial consagrada exclusivamente pela via religiosa.

Neste trabalho pretendo explorar a construção dos vínculos de casal, os significados atribuídos ao amor, o conteúdo e a materialização das relações amorosas na militância política durante as décadas de 60 e 70 na Argentina. Particularmente, me interessa examinar que tipos de vínculos amorosos íntimos foram tecidos dentro do ativismo revolucionário e em que medida se promoveram nesse espaço idéias sobre o amor e as relações inter-genéricas diferentes daquelas que circulavam através de algumas produções culturais de forte presença social. Para isso, proponho empreender um diálogo entre distintas fontes e perspectivas, criando um entramado interpretativo que conecte os esboços sobre estes vínculos presentes nos relatos recolhidos de entrevistas e escritos de ativistas de organizações políticas com os esboços cristalizados nas letras de rock e na ficção televisiva, fundamentalmente nas novelas.

“Não quero nada que ele não queira”: amores de novela

Valeria e Claudio apaixonaram-se em 1972. Ela tinha começado sua militância política numa agrupação estudantil da faculdade de Humanidades da cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, discutindo com integrantes de partidos de esquerda. Finalmente decidiu incorporar-se às Forças Armadas de Liberação (FAL), organização político-militar de esquerda criada em 1968. Valeria tinha um filho, fruto de um amor de sua adolescência e de um casamento prematuro, que ficou sob os cuidados de sua mãe e seu pai quando ela foi presa e transferida em 1971 para a penitenciária de Rawson, localizada na província de Chubut, na Patagônia austral argentina. Depois do massacre de Trelew em 22 de agosto de 1972⁸, seu destino foi a prisão de Devoto, localizada na Cidade Autônoma de Buenos Aires, onde, a partir de discussões políticas mantidas por meio de sinais, papéis escritos em senha e outras formas que permitiam driblar os guardas penitenciários, relacionou-se com Claudio⁹.

Nem o fato de que quase não se viram e menos ainda de que não tiveram contato físico algum foram obstáculos para o começo de uma relação amorosa entre eles. Na verdade foi a partir dos descobrimentos das coincidências ideológicas e políticas

8. Assim se denomina o assassinato de 16 ativistas políticos que ocorreu na base aeronaval Almirante Zar nas proximidades do Penal de Rawson, na austral cidade argentina de Trelew, na madrugada do dia 22 de agosto de 1972, logo de uma tentativa de fuga organizada pelos que estavam reclusos nesta prisão.

9. Os detalhes da vida de Valéria foram relatados por ela durante várias entrevistas que mantivemos entre o final de 1989 e o começo de 1990.

que nasceu o afeto. Foi somente em 25 de maio de 1973 que ela e Claudio, atravessando as saídas dos pavilhões da prisão de Devoto no calor do Devotazo, puderam encontrar-se frente a frente¹⁰. Foi também neste dia que Valeria voltou a reunir-se com seu pequeno filho. A partir daí, os três começaram uma vida juntos na qual a militância de ambos se conciliaria com o amor e com a criação do menino.

As eleições de Valéria enfureciam bastante sua mãe, quem, mesmo nunca tendo conseguido impedir que sua filha fizesse o que desejava, preferiria que as vicissitudes da vida da jovem se parecessem mais aos de Mônica Helguera Paz, a heroína da trama “Rolando Rivas (taxista)”¹¹.

Mônica, uma adolescente de “classe acomodada” recém saída do ensino médio, conquistava suas seguidoras com as ilusões do amor correspondido, mas cheio de impedimentos, que sentia por Rolando, um jovem taxista órfão cujo único refúgio ante os embates do destino era oferecido pelos seus “amigos de ferro”, outros taxistas. O principal inconveniente para a concretização da relação amorosa, expressada no casamento, era a diferença de classes, claramente exposta por um terceiro em questão, Juan Marcelo Etchenique, um jovem de promissora carreira profissional, tutor legal de Mônica com a morte de seu pai, e também apaixonado por ela. Seria esta diferença de estrato social que, ainda que aparentemente superada ao princípio, terminaria impondo-se e conduziria a um final pouco comum nas novelas da época: o rompimento do casal que ocorreu no segundo ciclo da transmissão. De fato, Mônica e Valeria eram diferentes. Mas também o eram os conceitos de amor que a mulher da ficção e a de carne e osso professavam?

Se nos adiantamos na trama da novela, não é difícil notar que seu autor era permeável a introduzir nela muitos elementos que remetiam ao contexto social e político da época. Assim, por exemplo, Rolando tinha um irmão guerrilheiro, casado e com filhos, morto no oitavo capítulo em um enfrentamento com as forças repressivas. Além disso, Rolando não encarnava o típico galã robusto, característica comum dos protagonistas que o precederam. Ao contrário: não apenas os desencontros com Mônica o impediam de comer como, para não preocupar Noemi, sua irmã mais velha, ele lavava os pratos depois de jogar no lixo a comida que ela lhe deixava preparada todas as noites.

Por sua parte, Mônica rebelou-se contra os preceitos de seu pai e de sua classe, apaixonando-se por um jovem carente de um “porto seguro”, de um futuro definido, por quem ela também estava disposta a abandonar a vida sem

10. O Devotazo foi a liberação de presos e presas políticos determinado pela anistia assinada pelo presidente Hector J. Cámpora no dia de sua posse, fruto da pressão popular.

11. “Rolando Rivas (taxista)” teve um enorme êxito, e inclusive teve diversos homens como ferventes seguidores. Esta novela teve dois ciclos (emitidos em 1972 e 1973, respectivamente) e originou um filme homônimo que estreou em 1974.

sobressaltos garantida por sua situação econômica. As diferenças de classe do casal protagonista de nenhum modo eram novidade desta novela. Ao contrário, costumavam ser o principal obstáculo que deveriam superar os apaixonados na tradicional narrativa das novelas na tradicional produção do gênero. Entretanto, adquiriam um matiz distinto em uma sociedade na qual estas diferenças estavam sendo fortemente questionadas. Que elas finalmente tenham prevalecido, poderia muito bem ser um eco na novela da impossibilidade da coexistência entre classes antagônicas, proclamada e praticada por aqueles que acreditavam, como Valéria, uma militante da carne e osso, que só a revolução anti-capitalista criaria uma sociedade igualitária.

Apesar destes indícios de algumas novidades no relato da novela, a maioria das personagens femininas de “Rolando Rivas (taxista)” respondia às características de um modelo menos inquietante do que aquele que estavam forjando aquelas outras mulheres que presumivelmente a novela pretendia refletir. Geralmente, elas apareciam em seus quartos ou sentadas em alguma mesa: a da sala, se eram Mônica e sua amiga confidente, ou a da cozinha, se eram as mulheres do ambiente familiar ou social de Rolando. Mesmo existindo entre estas últimas uma que ganhava a vida como taxista, as atitudes das mulheres eram majoritariamente marcadas pela passividade, interrompida apenas por um “emocionante” telefonema ou uma furtiva escapadela à espera do encontro com o ser amado. No caso da protagonista, estas situações a habilitavam ganhar as ruas mais despreocupadamente, mantendo resguardada a candidez quase virginal que a caracterizava¹². Quando alguma mulher ultrapassava esses “limites”, era por ser a malvada da trama, cuja simples existência constituía uma “prova” a mais pela qual deveria passar o amor do casal. Esse era o caso de Matilde, a viúva do guerrilheiro, que assumiu posições de ativa sedução e manifesto desejo sexual em relação ao seu cunhado Rolando.

Por seu lado, o tipo de relação amorosa que recaía sobre o casal protagonista se baseava em três pilares que não questionavam o tradicional modelo de amor: um amor heterossexual, monogâmico e com intenção de construção de uma família através do casamento. Nesta proposta, a mulher, cuja fortaleza de caráter se orientava à luta para estar com seu ser amado, terminava mimetizada em seu desejo com ele quando tal encontro ocorria. Isso dava a entender Mônica quando proferia a frase citada no título desta seção, referindo-se a Rolando, numa conversa com sua madrastra: “Eu não quero nada que ele não queira”.

12. Outras particularidades dos personagens femininos que encarnavam a “boa” mulher era o sofrimento silencioso e a abnegada entrega, características postas em Teresa, a namorada de Rolando antes da chegada de Mônica a sua vida, e personagem a quem me referi no início deste trabalho.

Mas esta simbiose não era o único horizonte possível para as mulheres nem para seus amores. Pelo menos não para aquelas que moviam suas pernas ao ritmo do rock' and roll ou inspiravam algumas de suas letras.

“Algo está sendo gestado, o sinto ao respirar”¹³: amores roqueiros

Convulsionada por insurreições operárias e populares, saturada de recorrentes ditaduras militares, atenta às guerras anti-coloniais e revoluções em vários lugares do mundo, não foi difícil para uma parte da sociedade argentina, sobretudo para muitos de seus jovens homens e mulheres dos setores médios, agenciar-se e recriar ao mesmo tempo um movimento musical que fazia da recusa e da insubordinação aos cânones sociais vigentes sua razão de existir.

A meados da década de 1960, poucos destes jovens tinham ficado fora da influência dos The Beatles –ainda mais depois da filmagem em 1964 de *Os Reis do Iê, Iê, Iê (A Hard Day's Night)*–, após terem sucumbido aos movimentos pélvicos que transformaram Elvis Presley em rei por vários anos. Assim, começaram a surgir programas televisivos tais como “Ritmo e Juventude” e “O clube do Clã”, que proclamavam a chegada de uma nova onda musical. Palito Ortega, Violeta Rivas, Sandro e “Los de Fuego”, entre outros, assumiram a vanguarda juvenil do momento. Mas a mudança não passaria por eles.

Na verdade, foram outros que consumaram o avanço de uma nova “filosofia de vida” que, no ritmo do rock' and roll, não apenas se evidenciava no cabelo longo ou no estilo de vestir, mas abordava explicitamente a desautorização dos uniformes, a preferência pela paz em vez da guerra ou a valorização do comunitário frente ao individual¹⁴.

Os laços amorosos tecidos nas estrofes deste ritmo musical pouco se pareciam àqueles que tomavam forma nas vozes de personagens televisivos como Mônica Helguera Paz e Rolando Rivas. Ainda que circunscritos a um vínculo heterossexual, a relação mulher-homem podia adquirir ali diversas conotações e

13. Com estas palavras começava uma das estrofes da música: “América do Sul ou o regresso da aurora”, de Gustavo Santaolalla, um jovem compositor que integrava “Arco Iris”, uma das bandas de rock' and roll que nos primeiros anos da década de 1970 trilhavam as ruas de Buenos Aires. A música foi gravada no ano de 1972 no disco de mesmo nome.

14. Esses outros, que a princípio formavam grupos como Los Shakers –integrado pelos irmãos uruguaios Fattorusso– e que cantavam em inglês, começaram a atrever-se a por no rock letras em castelhano, entoando sentimentos e vivências que quase sempre tinham por trás uma paisagem urbana. Assim, em uma rápida seqüência, apareceram em 1966 Los Beatniks, e também neste ano, Los Gatos Salvajes, que alcançaram um grande êxito com um disco simples de duas músicas: “Ontem Não Mais” e “A Balsa”, ao vender 200 mil cópias. Tal cifra deixava claro que o nascente cenário musical começava a ocupar um espaço social que em pouco tempo congregaria a milhares de seguidores e se alimentaria com o impulso de novas bandas.

possibilidades. Assim, em algumas ocasiões, havia expressões que combinavam fugacidade no encontro com explícito desejo sexual. Era o caso, por exemplo, de uma música composta por Norberto Napolitano, mais conhecido como Pappo, de cuja guitarra saíram talvez as melhores cadências do blues local, quando em 1972, com sua banda “Pappo’s blues”, gravava: “Eu só quero fazer amor com você e continuar caminhando um pouco sob o sol. E de uma hora para outra te vou te dizer que tenho que te deixar outra vez”. Deste modo, as expressas referências ao ato de fazer amor rompiam certos tabus da geração precedente sobre a sexualidade, ao torná-la parte do dizível publicamente, mas também ao apresentá-la como um condimento de um encontro momentâneo que, por tanto, não implicava relações duradouras ou contratos de matrimônio.

Em outros casos, os rapazes não eram os únicos sujeitos ativos do desejo sexual. Ao contrário, este podia residir também em jovens mulheres que, como Catalina, sabiam “o argumento do lençol rasgado pelo amor”, segundo estreavam “Pedro e Pablo” em 1971. Ou inclusive iam além, propondo relações em que não se precisava do amor como uma permissão para o prazer. A isto incentivava Carolina Maria Fasulo, ou Carola, segundo figurava em “Damas Negras”, seu único disco, gravado em 1974, quando a música *blues* “Maria Coração” propunha: “Maria Coração, posicione bem o cóccix [...] valorize tuas boas pernas, Isadora Super Stone. Vá com tudo ao sexo, que se dane o resto”.¹⁵

Por outro lado, nesta liberalização das relações, englobada sob o lema do “amor livre” e que reconhecia nas mulheres uma capacidade de iniciativa similar à dos rapazes, não desapareciam necessariamente certas figuras tradicionais como a do namorado formal. Mas o modelo se apresentava como a antítese do que se supunha que ansiavam o pai e a mãe da garota em questão. Em “É sempre o mesmo, menina”, também da banda “Pappo’s blues”, gravada em 1973, se podia escutar: “[...] tua mãe e teu pai estão convencidos de que sou um vagabundo. É sempre o mesmo, menina, o namorado da menina doutor tem que ser [...]”. Aqui, as marcas da ruptura geracional ficavam impressas nas escolhas amorosas das mulheres jovens. No lugar do “doutor”, título de uma carreira profissional que para as gerações anteriores simbolizava o acesso ao progresso econômico e ao prestígio social, as filhas preferiam o “vagabundo”, personificado no rapaz roqueiro, que escolhia ser um marginal do “sistema” e desprezava a busca das comodidades da vida burguesa.

Como expressão cultural de uma sociedade controvertida na qual os projetos coletivos se conjugavam com buscas individuais de um mundo melhor, as propostas sobre os vínculos amorosos que circulavam através do rock’ and roll eram produto das transformações que tentavam provocar mulheres e rapazes

15. Em espanhol, “Dale duro a la matraca” é uma expressão do lunfardo (gíria de Buenos Aires) que se refere, neste caso, ao ato de manter relações sexuais assiduamente.

de distintas classes sociais e experiências políticas, e ao mesmo tempo se amoldavam a elas. Mas teriam pontos de encontro com as relações amorosas forçadas por aquelas e aqueles que tinham optado pela militância política e a revolução? Para responder esta pergunta, começemos então a penetrar nas experiências de vida de algumas delas e deles.

De batalhas e amores insurgentes

Como normalmente ocorria quando havia assembléia, a polícia monitorava com mais frequência as portas da faculdade de Humanidades da Universidade Nacional de La Plata. Caso recebessem a ordem, eles ingressavam para dissolver a reunião estudantil, em que se discutia a possibilidade de abrir disciplinas paralelas em “matérias que estavam a cargo de professores de direita ou que impediam a discussão”, lembra Valéria. Era o ano de 1968 e faltava pouco para que se cumprisse outro aniversário do golpe de Estado que, dois anos antes, havia colocado o General Juan Carlos Onganía na presidência da Argentina. Os que participavam da assembléia, incluindo Valéria – que havia entrado há pouco tempo no curso de Psicologia –, estavam inquietos com a presença policial. Ninguém tinha se esquecido do ocorrido na noite de 29 de julho de 1966, quando a guarda de infantaria policial invadiu a Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires, descarregando paulada e gases lacrimogêneos sobre estudantes e docentes. Tampouco estava longe a lembrança da morte do estudante Santiago Pampillón, assassinado em setembro de 1966 durante a repressão de uma assembléia estudantil na cidade de Córdoba. Naquele dia, em La Plata, os estudantes tiveram sorte e a reunião terminou sem sobressaltos, mas alguns começaram a propor, quase sussurrando, que era preciso desafiar a ditadura, e a violência que esta exercia, com algo mais que assembléias e mobilizações. Para Valéria, que havia iniciado seu ativismo político no centro de estudantes universitários, a decisão não foi fácil e exigiu longas discussões com seus companheiros mais próximos. Ela sabia que podia perder a vida nisso, mas finalmente resolveu que a melhor ferramenta para enfrentar a violência estatal era a luta armada. E optou por integrar-se a uma organização político-militar, ainda que não soubesse nada de armas e muito menos de táticas de combate.

As mulheres que entravam nas organizações político-militares possuíam várias características em comum. Geralmente, sua inserção no partido político havia ocorrido através de um homem – o namorado, o amigo ou o irmão – ou pelo seu ingresso na universidade.¹⁶ Este último espaço implicava a saída do controle

16. Uma análise exaustiva sobre este aspecto pode ser vista em Andújar, 1990. Ver também Pasquali, 2005.

familiar primário e a aproximação a “outros mundos”, onde as discussões políticas e teóricas sobre a realidade e a presença de organizações políticas e estudantis se transformavam em pólos atrativos de participação.

Muitas delas eram de classe média urbana – pelo menos nas origens das formações guerrilheiras –, jovens e, em sua maioria, carentes de militância política prévia. Algumas das mulheres estabeleceram vínculos de casal sólidos e foram mães dentro da organização e depois romperam as relações amorosas no exílio durante a segunda metade dos 1970.

Um caso paradigmático destas trajetórias foi o de Alejandra, uma militante que começou sua atividade política na universidade durante o ano de 1970. Lá conheceu um estudante que “foi o primeiro que falou comigo das idéias do Che, também foi quem me iniciou sexualmente” (apud DIANA, 1996, p. 28-29). Com ele começou a militar em uma organização política estudantil de esquerda, e com ele casou-se. Mas, passado um tempo, a relação começou a deteriorar-se. Alejandra lembrava que, quando tentou dizer-lhe que entre eles já não havia diálogo nem paixão, “me respondeu que um militante não tinha que ter filhos nem mulher, porque o amor o agarrava à vida, e o militante deveria estar disposto a dar a vida pela revolução. Sua resposta me abalou, mas não discuti com ele porque me pareceu que essas inquietudes minhas eram debilidade política”.

Deste relato se desprendem várias questões. A primeira diz respeito ao sentido conferido ao amor e à importância adjudicada aos vínculos amorosos. A palavra “amor” pode se referir a vários tipos de relações que, como neste caso, possuem um ordenamento hierárquico e, às vezes, contraposto. Segundo as expressões de Alejandra, seu companheiro – e acredito que finalmente ela também – distinguia pelo menos dois sentidos: o amor de casal e o amor à revolução. Este último adquiria um lugar de maior relevância que se manifestava na questão de “estar disposto a dar a vida”. Assim, o “povo”, expressão que sintetiza o coletivo social pelo qual se lutava, era merecedor de um amor muito maior que aquele que podia ser sentido por uma pessoa. E isto era totalmente coerente com as linhas de ação defendidas pelas organizações políticas, de privilegiar mais as necessidades e interesses do coletivo social do que aquelas provenientes dos vínculos pessoais. Este amor pelo “povo”, além do mais, podia conduzir à morte, enquanto que o amor sentido pelos “filhos ou pela mulher” se agarrava à vida. Dessa forma, o vínculo amoroso ingressava na arena das oposições coletivo-individual, morte-vida, podendo funcionar o amor de casal como um freio para o amor a outros ou para a capacidade de dar a vida por esses outros.

É provável, de todo modo, que estas considerações sobre o amor fossem influenciadas, ao menos, por dois paradigmas básicos. O primeiro era o paradigma guevarista do “homem novo”, encarnado em um rapaz, herói cotidiano e líder das massas, cujo destino estava marcado pela construção do socialismo. Pouco disso re-

metia a suas relações íntimas, que, além do mais, estariam supostamente enquadradas em uma heterossexualidade difícil de discutir publicamente nesses momentos.

O segundo estaria relacionado com o ideário católico do “amor ao próximo”, reforçado pelos membros da Igreja, ainda que a partir de lugares antagônicos. Assim, por exemplo, o Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTM) propunha um estreito laço entre a atividade política e a religiosa, orientando ambas a uma opção por um setor específico desse próximo: os pobres. Esta escolha sustentava uma prática política de abnegada entrega à luta pela liberdade dos setores oprimidos, fortalecida na idéia de que o amor “pelos pobres” devia estar anteposto a qualquer outra questão. Mesmo num momento em que muitas noções fortemente enraizadas no ideário da Igreja Católica sobre o amor estavam sendo socialmente questionadas (tais como o exercício da sexualidade mediado pelo matrimônio, o destino reprodutivo, ou a exigência da virgindade nas mulheres), é possível supor que alguns de seus princípios – como, por exemplo, aquele contido no “dar a vida” pelos outros – mantiveram-se vigentes em certos setores da militância, sobretudo se eram defendidos por grupos considerados revolucionários e “progressistas”. Isso podia ser válido inclusive para aquelas e aqueles militantes que careciam de afiliação ao catolicismo e que integravam organizações políticas de esquerda ou marxistas, como é o caso de Alejandra.¹⁷

De todas as formas, é interessante ressaltar que Alejandra, embora abalada com a resposta de seu companheiro a suas inquietudes sobre a falta de diálogo e paixão em sua relação, não se sentiu legitimada para expressar esse sentimento, já que sua reclamação aparecia para ela mesma como uma debilidade, além de tudo, política. O que significa isto?

Um dos questionamentos que circulavam com maior facilidade entre os e as ativistas políticos referia-se às “debilidades” provenientes de atitudes *pequebu*, diminutivo de pequeno-burguesas. Assim, se fazia alusão a tudo o que remetia a princípios, ideais e modos de vida dos setores de classe média ou burgueses e, portanto, antipopulares, ou afastados do considerado “proletário” e, em consequência, revolucionário. Geralmente, estes comportamentos eram relacionados com atitudes individualistas ou demandas vinculadas à “vida pessoal”, tais como certos pontos de vista sobre o uso do próprio tempo que pudesse pôr em

17. De fato, o historiador Pablo Pozzi aponta que muitos dos primeiros militantes que conformaram uma das organizações político-militares marxistas mais importantes, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP), provinham de famílias católicas e haviam freqüentado escolas de ensino fundamental ou médio de padres. Isto explicaria, ao menos parcialmente, que dentro da cultura partidária desta organização se reivindicaram “valores cristãos como o ser calado, a humildade, a dedicação, a simplicidade”; ver Pozzi, 1996. Igualmente, em *Moral y proletarización*, documento central do PRT-ERP publicado em 1972, era definido como autênticas virtudes proletárias, entre outras coisas, a tenacidade, a generosidade e o amor ao próximo. Ver De Santis, 2006, p. 99.

segundo plano a “entrega total à militância”, ou o desenvolvimento de certos gostos ligados ao consumo de bens ou produtos culturais como o *rock*, altamente criticado em algumas organizações por ser considerada expressão do imperialismo norte-americano ou inglês. A denominação *pequebu* também podia referir-se ao desfrute de certas “comodidades” ou de uma “boa situação econômica”, assim como o fato de colocar os problemas individuais por cima dos sociais. Conseqüentemente, esta recriminação colocava em xeque o nível de compromisso militante com a revolução. Neste sentido, Alejandra não esteve disposta a ser questionada por este lado e por isso, possivelmente, seu silêncio.

Por outro lado, os espaços para o nascimento de laços afetivos entre casais e aqueles que expressavam o compromisso com a revolução geralmente se misturavam e, para muitas e muitos militantes, podiam tornar-se indissolúveis. De tal maneira, construir relações amorosas fora de suas organizações se tornava praticamente impensável. Segundo relata Tina, uma ativista que esteve primeiro nas Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e depois em Montoneros – ambas organizações político-armadas de corte peronista –, “as relações com os companheiros eram o marco da luta. Não poderíamos conceber um casal fora da militância” (DIANA, 1996, p. 47). Isso podia ocorrer por diversas razões. A primeira é talvez a mais óbvia. Como o compromisso com a atividade política demandava a quase totalidade do tempo cotidiano, era escasso o que se destinava a outras ocupações ou inclusive a passatempos que permitissem o contato fluente com quem não estivesse na militância. Assim, o universo das relações afetivas ficava primordialmente marcado e constrangido aos espaços da ação política.

Em segundo lugar, essa prática militante que englobava a vida inteira fortalecia afinidades e níveis de confiança e entrega que tinham origem no compartilhar de ideais comuns e princípios de vida, contexto em que as “sintonias” afetivas nasciam também porque havia outras “sintonias” (as políticas) e um permanente contato cotidiano.

Por outro lado, se ambos os integrantes do relacionamento participavam conjuntamente das atividades políticas, os atritos gerados por um maior tempo dedicado à militância podiam ser menores. Inclusive, a tentativa de incorporar as companheiras ou esposas dos militantes, com base numa certa visão de sua influência na vida familiar e nos demais integrantes da família, ou simplesmente para que elas não fossem um obstáculo à militância dos homens, chegou a ser parte do objetivo de ação de algumas organizações. Foi neste contexto, por exemplo, que a direção do Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo (PRT-ERP) decidiu criar em 1973 a Frente das Mulheres, um novo âmbito para a atividade política de massas, que deveria ser colocado em prática em todas as regiões do país, destinado a desenvolver o trabalho político entre

mulheres dos setores subalternos.¹⁸ Entretanto, um ano mais tarde, esta frente só existia nas províncias de Córdoba e Buenos Aires. Frente à dificuldade de levar adiante a tarefa, mas também remarcando sua importância, uma nota de um boletim interno do PRT-ERP argumentava: “temos companheiros que possuem capacidade e responsabilidade para tornar-se quadros profissionais, e isto é dificultado por problemas com suas companheiras” (apud POZZI, 2001, p. 243).¹⁹ Estas palavras revelam algumas concepções dos dirigentes destas organizações de como funcionavam ou deviam funcionar os vínculos afetivos, e do lugar que homens e mulheres ocupavam na sociedade, mas também a respeito do papel que deviam desempenhar no partido e na revolução.

Mesmo quando muitas das próprias ativistas do partido não militavam motivadas por questões relacionadas à maternidade – real ou potencial –, nem por atividades e preocupações provenientes do “espaço doméstico”, predominava entre os militantes homens do PRT-ERP uma visão que colocava as mulheres como “guardiãs do lar” e, conseqüentemente, cerceadoras/facilitadoras das liberdades dos outros – seus esposos. Isto não quer dizer que eles não percebessem que, nessa “vida do lar”, as coisas na verdade ocorriam ao revés.

De fato, em *Moral y proletarización*, documento escrito por um militante, citado antes, sumamente lido pelos e pelas ativistas dessa organização, sustentava-se o seguinte: “devemos compreender que nosso companheiro amoroso ou nossos filhos não são objetos de nosso prazer ou de nossas necessidades” (apud DE SANTIS, 2006, p. 109). Esta “coisificação das relações humanas”, segundo se apontava, e a resultante subordinação entre as pessoas, eram parte dos ideais e estilos de vida burgueses, que deveriam ser combatidos com afinco tanto quanto o aparelho de dominação política e repressiva do qual dispunha essa classe social. Isso exigia, então, construir uma moral revolucionária oposta à burguesa, ainda que, desde um olhar retrospectivo, esse dever estivesse bem longe de ser alcançado em algumas questões, tais como certos aspectos relativos à concepção sobre a família, a criação dos filhos e o papel da mulher.

Esses temas ingressavam no terreno da disputa ideológica e, nesse sentido, se argumentava que “na sociedade burguesa, a mulher, especialmente a operária, constitui um setor particularmente explorado” (p. 114). A definição dessa particularidade alinhava a condição de ser mulher com o pertencimento de classe e, no seu interior, com a relação profissional. Assim, se explicava que “é bem visível

18. Uma análise sobre as condições de emergência e as características desta Frente pode ser vista em Pozzi, 2001 e em Martínez, 2008.

19. O boletim citado data de abril de 1974. A referência a “quadros profissionais” nesta citação não necessariamente significava que fossem militantes que viviam de renda e que dedicavam todo seu tempo à atividade política, tal como em outros casos, mas sim que exclusivamente se dispunham eternamente à militância revolucionária.

a dupla exploração à que se [...] submete [a mulher] em forma de salários inferiores, condições de trabalho piores que a dos homens e até atentados ao seu pudor por parte dos patrões e do pessoal hierárquico” (p. 115). Com base neste diagnóstico, se convocava a incorporar, como parte das reivindicações das organizações revolucionárias, “a liberação da mulher, particularmente da mulher proletária” (p. 115). A opressão das mulheres, então, ficava em segundo plano, englobada e desfocada ante a exploração de classe. Ainda mais quando se expressava que a importância de cooptá-las vinha da “influência que a mulher tem na família” (apud POZZI, 2001, p. 243).²⁰ Nesse sentido, o objetivo de incorporar as “mulheres proletárias” à militância política não era um fim, e sim um meio para a incorporação ao partido do “verdadeiro” quadro revolucionário, esse rapaz operário, cujas potencialidades poderiam desenvolver-se se sua “companheira” evitasse constrangê-lo com as cotidianidades do lar.

Talvez neste enfoque que posicionava as mulheres como apêndice da militância masculina se pode encontrar uma das chaves para compreender os obstáculos que entorpeceram o desenvolvimento da Frente de Mulheres.²¹ Se, efetivamente, muitas das esposas dos trabalhadores a que o PRT-ERP queria orientar sua ação viviam desfocadas nas tarefas domésticas como parte fundamental de suas atividades, e sujeitas aos tempos e ritmos de vida de acordo com as necessidades de maridos, filhos etc., por que seria interessante para elas participar em um espaço político que, ainda que reconhecesse sua opressão, pretendia definitivamente que aceitassem manter seu tradicional lugar em prol da revolução e até triunfar o socialismo? E, por outro lado, para as mulheres militantes do partido, que atrativo podia ter esforçar-se em criar um âmbito de militância que terminava reenviando-as a um “mundo feminino” do qual não apenas não se sentiam parte, mas que inclusive recusavam enquanto representação de um estereótipo de mulher diametralmente oposto ao modelo de combatente guerrilheira que aspiravam alcançar? Além disso, se o eixo da confrontação social e política estava primordialmente na exploração de classes, que atrativo poderia ter participar num âmbito vinculado à “questão da mulher”, tão distanciado do lugar da “barricada” próprio do enfrentamento contra a ordem social?

Igualmente, nessa “barricada”, lembrava-se as militantes o seu lugar possível, se seguimos a explicação que o ERP dava sobre a importância das mulheres na guerrilha rural de Tucumã. Em um documento de dezembro de 1975, se sustentava que as mulheres “contribuíram para melhorar a ordem, a qualidade

20. A citação é retirada de boletim interno do PRT-ERP (n. 41, de 27 de abril de 1973).

21. Na verdade, a criação da Frente de Mulheres em Córdoba e Buenos Aires ocorreu finalmente em 1974. Mas até 1975 estas sedes regionais da Frente já não existiam, e o projeto seria definitivamente abandonado.

das comidas e a higiene em geral [...]. Quando notam um companheiro decaído, imediatamente se aproximam a perguntar-lhe o que lhe passa” (apud POZZI, 2001, p. 240).²² Assim, por mais empenho que as militantes colocassem em ocultar comportamentos e atitudes associadas ao seu sexo – como a “sensibilidade” ou a importância dos vínculos de casal na vida cotidiana –, se privilegiavam uma e outra vez aquelas “qualidades femininas” que vinculavam às mulheres a capacidade maternal e de cuidar e o papel de companheira no matrimônio.

De todo modo, não foi o PRT-ERP o único partido que as posicionou neste lugar. Algo semelhante ocorreu também na organização Montoneros. Se revisarmos sua estrutura de direção, foram escassas as mulheres que a ocuparam, e por sua vez, o interesse pela situação social das mulheres tampouco teve entidade própria. Como mostra a historiadora Karin Grammatico ao estudar a formação do Agrupamento Evita, frente de inserção social criada pelos Montoneros para o trabalho político com as mulheres dos setores subalternos, as razões que os levaram a iniciar a construção deste espaço estavam muito mais relacionadas com a disputa política com setores ortodoxos do peronismo – e em particular com espaços que, desde o final da década de 1940, nucleava suas mulheres, como a Rama Feminina –, do que com uma perspectiva ancorada no questionamento das desigualdades de gênero (GRAMMÁTICO, 2007).

Em algumas ocasiões, por outro lado, a constituição de casais podia suscitar fortes controvérsias dentro de uma organização, a tal ponto de se abandonar o âmbito da intimidade. Era possível que a questão do casal formasse parte, por exemplo, de um painel de discussão da célula,²³ especialmente quando se tratava do rompimento do vínculo amoroso, ou, inclusive, de seu possível início. O testemunho de uma militante do PRT-ERP, relatado por Pozzi (2001, p. 253-254) reúne alguns indícios sobre esta “publicidade” dos laços afetivos:

“É terrível o que me aconteceu. Um companheiro que é da frente militar e que quer ter uma relação comigo fala com seu responsável, não comigo. O responsável regional fala com meu responsável regional que era uma mulher. Então vem a companheira e [...] me fala sobre o assunto da vida curta, que eu não me faça de difícil, que esse companheiro é de primeira”.

Para conhecê-lo, a militante deveria passar à frente militar. Como essa frente a atraía – inclusive mais que a idéia de ter uma relação –, aceitou a mudança.

22. A citação é retirada de *Estrella Roja*, n. 65, de 1 de dezembro de 1975.

23. As células eram organismos integrados por militantes de um partido político, constituídas como espaço de debate, discussão e execução das ações políticas decididas.

Começou um relacionamento amoroso com ele que levou, finalmente, ao casamento. Entretanto, as coisas não funcionavam para ela, questão que colocou em uma reunião com seu responsável. O testemunho é revelador:

Eu propus [...] que nos separássemos porque não dava mais conta. Mas tive que propor ao responsável da célula [...]. O responsável me disse “eu não posso resolvê-lo”. Então eu disse: “Este é um problema de casal. Contamos-lhe porque vivemos na mesma casa, para que saiba que estamos separados”. Então me disse: “tem que haver uma reunião com o responsável regional”. Veio o responsável regional [...] convocou a célula e disse: “bem, a opinião de todos os companheiros da célula sobre o comportamento do casal, especialmente o da companheira”.

Cada um dos que estavam presentes foi emitindo sua opinião, argumentando que não havia problemas em que ambos seguissem na mesma casa ainda que separados, “porque eles se davam bem”. Mas o marido expressou que a amava e que não queria separar-se. Frente a isto, o responsável sustentou que o problema era que ela era uma *pequeno-burguesa* e ele era um operário. Portanto, não se tratava de uma questão afetiva, mas de classe. Assim, terminou propondo uma “trégua de 15 dias” para ver se as coisas entre eles podiam resolver-se. No 14º dia, ela foi presa.

Deste relato derivam-se diversas questões. A primeira é o critério priorizado na promoção da militante em relação à frente de ação militar e a forma como tal promoção ocorreu. Longe de ter considerado suas qualidades para assumir a luta armada, usou-se o desejo de um rapaz por ela, rapaz que, além disso, “negociou”, em princípio, com outro homem para que se concretizasse o encontro. Quando uma mulher interveio na questão, o fez justificando que ele era muito bom companheiro, e que a vida era curta para ser exigente – pelo menos no caso da mulher.

O segundo ponto destacável se refere à desqualificação do argumento de separação ao expô-lo como uma questão de classe originada na condição *pequeno-burguesa* da mulher. É plausível presumir que, se a colocação tivesse partido do operário, o argumento da origem de classe teria um peso menor, ainda que seguramente também tivesse sido utilizada na hora de questionar a mulher, mas ao revés. Este argumento assume especial importância se considerarmos que o papel destinado pelas organizações à classe operária como sujeito revolucionário privilegiado dava aos integrantes de tal classe social um tipo de legitimidade *a priori* no que diz respeito a suas práticas, suas palavras e, também, como se pode observar, a seus sentimentos.

Em terceiro lugar, não se pode desconsiderar que esta proposta de separação se produziu dentro de uma célula militar. Assim, rispidez, brigas, ciúmes etc., ocasionados nesta frente em particular, poderiam comprometer a segurança de seus

integrantes ou o êxito de um operativo militar. Porém, este tipo de discussão não era privilégio da frente militar. Em outros âmbitos da militância também havia lugar para estes debates, já que tudo o que concernia à vida dos e das militantes estava atravessado pelo seu envolvimento político.

Por outro lado, a experiência desta mulher guarda uma semelhança inelutável com a já exposta anteriormente por Alejandra: as inquietudes e rupturas abordadas por mulheres nas relações de casal pareciam não escapar das acusações relativas às debilidades *pequeno-burguesas*. Com isso se questionava a autonomia delas para decidir quando e com quem estar, por um lado. E se fortalecia, por outro, uma concepção de amor duradouro (ante uma vida que poderia ser muito curta) e “casamenteiro” (ainda que se desprezasse a união de branco e pela igreja, como narraram muitas militantes).

Inclusive, havia outro prisma que influenciava as concepções sobre os relacionamentos de casais. O mesmo tinha a ver com a fidelidade e o adultério, normativas sociais que se mantinham aparentemente intocáveis também nos embates dos projetos de mudança social.

Geralmente, apesar de questões como o exercício da sexualidade sem implicar um contrato matrimonial para o caso das mulheres ou a convivência de um casal sem dito contrato não serem criticadas nem impedidas, as declamações que circulavam na época sobre o “amor livre” não eram aceitas facilmente dentro de alguns espaços de militância.²⁴ O conceito de adultério, por exemplo, não perdeu sua vigência e, de fato, algumas organizações o castigavam abertamente. As sanções variavam de acordo com o papel que cumpria o “acusado” ou a “acusada”. Se ocupassem um espaço de direção, o castigo podia consistir em sua destituição do mandato, ainda que nos casos de liderança máxima isso nem sempre ocorria. Se não exerciam tais cargos, então podiam ser degradados com a realização de tarefas de menor importância ou ficar desconectados de seus responsáveis políticos.

Isto podia vincular-se, por outro lado, à vigência de uma concepção tradicional em torno da família e, mais no caso das mulheres, às limitações para o exercício livre de sua sexualidade.²⁵ Mas não se pode deixar de lado, como o evidenciam Alejandra Ciriza e Eva Rodríguez Agüero, que não se tratava apenas de apegar-se a uma série de noções tradicionais em torno das relações de casal, o matrimônio ou a sexualidade, mas também de uma tentativa por suspender o

24. De fato, no já citado *Moral y proletarización*, esta idéia foi totalmente rejeitada por ser considerada parte de uma moral burguesa que, sob o predicamento do “amor livre”, estabelecia “novas formas de escravização da mulher e ossificação das relações entre ambos os sexos”; cf. De Santis, 2006, p. 108.

25. De certa forma, a férrea moral que os integrantes do PRT-ERP tinham sobre este tema em particular e outros relacionados ao comportamento individual, garantiu-lhes a qualificação de *Monges Vermelhos*.

desejo individual para estar disposto a entregar a vida pela revolução (CIRIZA; AGÜERO, 2004-2005).

Nesse cenário no qual se pretendia construir corpos dedicados à revolução, também diminuía a aceitação no referente à homossexualidade ou ao lesbianismo. Um e outro eram geralmente concebidos nas organizações, como em grande parte da sociedade, como uma doença, “desvio das normas da natureza”, ou, de acordo com as palavras de um militante trotskista, “um mal do capitalismo”, que desapareceria uma vez feita a revolução.

Apesar dessas posições que deixavam incólumes alguns dos tradicionais “diques” em torno do exercício da sexualidade; apesar das desigualdades existentes entre mulheres e rapazes; apesar das tensões entre velhos modelos de amar e novas propostas; apesar de subordinações e insubordinações de distintos tipos; apesar de tudo isso, as organizações político-militares foram construídas e sustentadas por mulheres que, apesar de tudo, apostavam em mudar o mundo e seu lugar nele. Elas podiam estudar, ler, participar de reuniões, incorporar-se às frentes legais ou à guerrilha e terminar fazendo o que se esperava “de seu sexo”. E é provável que também assistissem a algum show de *rock*, e que não perdessem, na medida do possível, as idas e vindas dos amores de Mônica e Rolando.

Reflexões finais

Os projetos conflitantes e as disputas que atravessaram a sociedade argentina durante a década de 1970 foram muito mais amplos que aqueles que se jogaram na cena que poderíamos rotular como política. Certamente, as mobilizações sindicais, os combates políticos armados ou não, as ocupações das universidades, as passeatas de multidões, foram cruciais no futuro desta história. Mas nossa visão sobre o passado não deve perder de vista que tais conflitos foram dinamizados por homens e mulheres que militaram entre amores e desamores; que tiveram relacionamentos sólidos, também paralelos, mas pelo menos momentâneos, quase sempre com militantes; que temiam por suas vidas e também pelas vidas de filhos/as, de companheiros/as amorosos/as e de amigos/as. Seria ingênuo passar por cima do fato de que os que militaram em organizações político-militares, além de atirar, escutavam *rock’ and roll*, ou samba ou algum tango, e sabiam também o que acontecia em “*Rolando Rivas (taxista)*”.

Geralmente, os bens da indústria cultural, tais como a música, o cinema, a televisão ou a publicidade, tendem a mostrar um campo de representação feminina no qual as mulheres são apresentadas como vítimas, dependentes e fracas,

objetos sexuais, de decoração ou de intercâmbio. Entretanto, esses mesmos bens culturais sugerem paradoxalmente, ainda que a conta-gotas, outras figurações femininas que contrastam com os discursos tradicionais. Assim, apareceu uma Mônica Helguera Paz, que desobedecia aos mandatos de seu pai, mas não tanto, enquanto o cóccix relaxado de Carola reivindicava o amor livre. A partir disso, é possível pensar a cultura como um espaço de disputas que, em contextos nos quais os conflitos sociais são mais agudos, absorve críticas, questionamentos e buscas que se distanciam dos tipos de relações prescritas, mesmo que isso não consiga cristalizar em novas concepções.

Como foi mostrado, algo similar ocorreu com as relações afetivas entre as militantes e os militantes nas organizações político-militares. Por um lado, pretendeu-se traçar novos vínculos amorosos “igualitários” e “libertários”, nos quais foi posta em questão a retórica instituída sobre como devia ser o amor e quais deviam ser os pilares que lhe deram sustento. Por outro lado, entretanto, isto conviveu também em tensão com imaginários tradicionais sobre o amor, as relações entre homens e mulheres, a mulher ou a heterossexualidade. Em última análise, essas tensões, essas construções, foram parte do mundo da militância e, como tal, parte do mundo da política. Andrea; Débora; LOZANO,il; Karin;LAURA, .: eBuenos Aires:

BIBLIOGRAFIA

ANDÚJAR, Andrea. ‘Si nos dejan hablar’: las mujeres en las organizaciones político armadas en la Argentina. In: BERKSHIRE CONFERENCE ON WOMEN HISTORY, 11, 1990, . *Anais...*: un Buenos Aires: p.

CIRIZA, A.; AGÜERO, E. Rodríguez. Militancia, política y subjetividad: la moral del PRT-ERP. *Políticas de la memoria*, n. 5, Buenos Aires, p. , 2004/2005.

DE SANTIS, Daniel. *A vencer o morir: historia del PRT-ERP. Documentos*. Buenos Aires: Nuestra América, Buenos Aires, 2006. Tomo I. 2 v...: Planetan.p.

GRAMMÁTICO, Karin. La Agrupación Evita: apuntes de una experiencia política de mujeres. In: BRAVO, María Celia et al. *Historias de luchas, resistencias y representaciones: mujeres en la Argentina, siglos XIX y XX*. Tucumán: EDUNT, 2007. p.

MARTÍNEZ, Paola. Las mujeres en los proyectos revolucionarios de la década del 70: análisis desde una perspectiva de género de la organización político-militar PRT-ERP. In: JORNADAS NACIONAIS DE ESPAÇO, MEMÓRIA E IDENTIDADE, 5, 2008. Faculdade de Humanidades, Universidade Nacional de Rosario. Trabalho apresentado.

PASQUALI, Laura. Narrar desde el género: una historia oral de mujeres militantes. In: ANDÚJAR, Andrea et al. (org.). *Historia, género y política en los 70*. Buenos Aires: FFYL-UBA/Feminaria, 2005. Disponible em: <www.feminaria.com.ar>.

POZZI, Pablo. Los Perros: la cultura guerrillera del PRT-ERP. *Taller: Revista de Sociedad, Cultura y Política*, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 1996.

_____. *Por las sendas argentinas: el PRT-ERP, la guerrilla marxista*. Buenos Aires: EUDEBA, 2001.:g. Rosario:.



LOS DESAFÍOS DEL CONO SUR DESDE LAS PERSPECTIVAS DE LAS MUJERES. LA DEMOCRATIZACIÓN DE LA DEMOCRACIA O LA REINVENCIÓN DE UNA DEMOCRACIA LATINOAMERICANA

Margarita Iglesias Saldaña

Creo que la individualidad está completamente controlada por el poder y que somos individualizados, en el fondo, por el mismo poder... (M. Foucault)¹

Una estrella entre los dientes y una cruz en la pollera, hijas de la Cruz del Sur... Madre Cruz ¿qué ha sido de ellas?²



La marcha de las ciudadanas a Versailles (1789)

1. FOUCAULT, Michel. *Folie, Une question de pouvoir*. Jornal do Brasil, 1974. En Dits et Écrits, Paris Gallimard, 2001 (1994), p. 1551.
2. Preludio para La Cruz del Sur, Horacio Ferrer/Astor Piazzolla.

En 1793, Olympe de Gouge fue guillotizada en París por haber reclamado un gobierno diverso y haber escrito algunos años antes, en 1791, como demanda y crítica a la Declaración Universal de los Derechos del Hombre, la Declaración Universal de los Derechos de las Mujeres y la Ciudadana. Fue una expresión disonante de la revolución francesa; interpretaba a esa mitad de la sociedad que había participado activa y decididamente en la gesta revolucionaria y que se había visto conculcar sus derechos políticos y de ciudadana en el nacimiento mismo de la democracia moderna, dándose como razón que la mujer no era un sujeto de razón.

Durante la Revolución Francesa, las mujeres no estuvieron ausentes: hicieron su aprendizaje político moderno a través de sus opiniones, participando en los distintos acontecimientos e interviniendo directamente en las luchas sociales. Llegaron a participar en los conflictos armados y estuvieron siempre en los motines y en las insurrecciones sociales y revolucionarias, espontánea y/o organizada, irrumpieron y practicaron la política en el espacio público, en las asociaciones populares y sociales; crearon sus propias organizaciones, el club de las tejedoras. El número de mujeres arrestadas por sospechosas durante la época del terror y asesinadas en la guillotina, dan cuenta de la activa participación de las mujeres en el proceso revolucionario y en la revolución. Olympe de Gouges fue una de esas mujeres y en su Declaración dio cuenta de esta creación de la política desde las mujeres, cuestión que sólo encontró el lugar de igualdad en la segunda mitad del siglo XX.

El reconocimiento del estatus civil a las mujeres a partir de la Revolución Francesa abrió la vía de la instrucción y educación pública en igualdad de condiciones en relación a los hombres, pero al mismo tiempo cierra la demanda del reconocimiento de estatus político de las mujeres en los inicios de la época contemporánea.

Las mujeres de la Revolución Francesa abren así el debate sobre la ciudadanía y el ejercicio de la política con reconocimiento de la diferencia sexual que queda hasta mediados del siglo XX enmascarada en sus derechos civiles.³ Olympe de Gouge, partidaria política girondina, subía al cadalso gritándole a sus verdugos: "Hijos de la patria, ustedes vengarán mi muerte".⁴

Pasados 220 años de este grito desesperado, las mujeres seguimos efectuando la dulce venganza de la muerte de esta precursora y sus pares francesas de la época. Las memorias de las mujeres como actrices sociales en sí mismas y no subordinadas o enmascaradas por la historia de los hombres, que hasta hace muy poco tiempo fue entendida como historia universal, ha sido incorporada en los

3. GODINEAU, Dominique. *Les femmes dans la société française, 16-18 siècles*. Paris: Colin, 2003.

4. PELLEGRIN, Nicole. *Olympe de Gouges, une femme du XXIe siècle Les disparues de l'histoire*. In: Supplément Olympe de Gouges. Paris: Le Monde Diplomatique, Novembre, 2008.

últimos treinta años en la historiografía como una propuesta que ha permitido historizar y, por lo tanto, textualizar aspectos de la historia que hoy son determinantes en los análisis de las distintas épocas y sociedades estudiadas.

Entre sujetos memorables y memorias sujetadas: una historia por reconstruir

Al igual que Paul Ricoeur,⁵ una puede pensar en la turbación que provoca el exceso de memoria o la falta de la misma, el exceso de memoria en algunas historias o el exceso de olvido en otras, el exceso y la soberbia de algunas conmemoraciones o el pudor y la reserva de otras; pero lo que convoca e importa a nosotras/os es encontrar esas memorias políticas e históricas que tendrán muchos rostros y muchos retazos contruidos y restituidos en tiempos y lugares distintos, lo importante es la reconstrucción de la historia, de las historias, desde lo cotidiano y personal a lo público y colectivo, de la capacidad de restituir proyectos en comunes para la sociedad y para las personas.

Creo que ningún análisis postdictatorial en el Cono Sur puede desentenderse de a lo menos dos asuntos que me parecen fundamentales: la cantidad de desapariciones y asesinatos que fueron necesarios a las dictaduras para las transformaciones antidemocráticas en las décadas de los setenta y ochenta, y la emergencia en política latinoamericana de protagonismos de sujetos y movimientos sociales hasta entonces subterráneos o subordinados a las lógicas de la Emancipación social que proponía el protagonismo del proletariado y el movimiento obrero como los únicos sujetos revolucionarios y con capacidad de transformación radical de las sociedades y de las democracias. Ambos fenómenos surgen en el Cono Sur en el contexto de Estados que levantan como propuesta el terrorismo para el control social y la gobernabilidad política.

La gran profusión de trabajos de memorias, en el Cono Sur, tienden a victimizar a las y los actoras/es sociales de las propuestas societales y políticas en disputa en las décadas de los años 60 y 70. Se ha buscado una memoria emblemática que dé cuenta de las atrocidades de las dictaduras, sin incorporar los proyectos que suscitaban las reacciones feroces de las derechas políticas, que llevaron a dar golpes de estados que institucionalizaron el terrorismo de estado en distintos países de la región como formas de disciplinamiento social y recuperación del poder político que les permitieran redefinir sus intereses sin negociar democráticamente con los distintos sectores sociales y proyectos en sus países.

Es por eso que según Támara Vidaurrezaga: "Si el sufrimiento de las víctimas ha pretendido mantenerse en los márgenes de las memorias emblemáticas

5. RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

aceptables, más clandestinizados, aún están los proyectos divergentes al hegemónico que se intentaron borrar mediante tanta represión".⁶

Es por esto que las memorias e historias de las mujeres deben ser recuperadas desde esos lugares que E. Jelin ha denominado *subordinados*:

"Durante los períodos dictatoriales de los años sesenta a los ochenta en el Cono Sur de América Latina, muchas de las manifestaciones ocultas de los grupos políticamente subordinados tenían estas características de resistencia. Pero dada la prioridad que fue asumiendo la demanda democrática, fácilmente estas formas de resistencia se fueron convirtiendo en acción política. O mejor dicho, eran políticas desde su inicio."⁷

Una de las primeras aproximaciones en este sentido fue la constatación que hicieron Michelle Perrot y Georges Duby en la década de los años 90 cuando constataban que:

"Los sujetos sin memoria son más fácilmente manipulados. La creciente fuerza de los Estados supone un contrapeso de la sociedad civil: agrupaciones, individuos que se recuerden y sean capaces de oponer su propia memoria a la del poder"⁸

En 1990, M. Perrot y G. Duby abren así el debate sobre las herencias, las transmisiones familiares y culturales, y los modelos vehiculados a través de la religión, el derecho o la educación. Al mismo tiempo que se preguntan sobre la conservación de las huellas de las posibles memorias de las mujeres, dado que hasta hace unos 30 años, en lo que ellos llaman el teatro de la memoria, las mujeres eran sólo una ligera sombra.⁹

En esa misma década B. Anderson y J. Zinsser (1992) postulaban la necesidad de construir una historia propia de las mujeres, dado que la historiografía clásica, con sus periodizaciones, no permitía entender una historia de las mujeres:

"contar la historia de las mujeres, situarlas en el centro y dar sentido a sus experiencias significó reconceptualizar la historia europea, para que así pudiéramos comprender cómo habría sido la historia si se hubiera

-
6. VIDAURRAGAZA ARÁNGUIZ, Tamara. *Mujeres en Rojo y Negro. Memorias de tres mujeres mirtistas (1971-1990)*. In: CHACALTANA, Cristina; OJEDA Arinda; ARÁNGUIZ, Soledad. Buenos Aires: ediciones América Libre, 2007.
 7. JELIN, Elizabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. In: MATO, Daniel. *Cultura, Política y Sociedad. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005, p. 229-239. Disponible on-line en www.clacso.org.ar/biblioteca.
 8. BLAISE, Suzanne. *Le rapt des Origines ou le Meurtre de la Mère*. Paris: S/f.
 9. PERROT, Michèle; DUBY, Georges. *Historie de femmes en Occident*. Paris: PLON, 1990.

contemplado a través de los ojos de las mujeres y dispuesto con arreglo a los valores que ellas definen".¹⁰

Las democracias modernas, que para este artículo situaremos su origen con la Revolución francesa, nacen excluyendo a las mujeres del derecho al sufragio y a la representación política, por lo que la lucha de las mujeres, genéricamente, estuvo atravesada hasta mediados del siglo XX por la idea de igualar su condición de sujetos políticos modernos y de construir una representación propia en el espacio público.

Genevieve Fraisse (1995) ha señalado las formas de inclusión de las mujeres en el discurso de la modernidad desde el estatus que las identificó con la naturaleza: se les hizo visibles y protagonistas en tanto madres, considerándolas también productoras de moral y buenas costumbres y por todo ello se les reconoció carta de ciudadanía. El razonamiento teórico que excluyó a las mujeres de la política en el discurso de la modernidad occidental no estuvo finalmente basado en su falta de raciocinio, sino en la puesta de que éste estuviera al servicio de fines que la trascienden, en los lazos siempre indirectos con la sociedad, a través de los cuales influye a distancia. Se produce la paradoja de que la igualdad en la diferencia la promueve la madre, mientras que la desigual igualdad hace que la ley la mantenga en posición de menor de edad, jugándose con la ambigüedad del consentimiento, siendo al mismo tiempo acto de libertad y acto de sumisión. En la modernidad se redefinió históricamente la subordinación de las mujeres nuevamente sobre la diferencia sexual y de esta forma la desigualdad se incardinó en un discurso de la igualdad. Las mujeres fueron sujetos de ciudadanía por ser madres y, como tales, se les reconoció poder.¹¹

Con el capitalismo, el Estado y el mercado quedaron separados de la familia y las mujeres quedaron limitadas a la esfera privada-doméstica y, desenganchadas de la esfera pública y política — controlada y habitada por los hombres y el Estado —, aunque las reconoció por su rol materno, no las consideró en igualdad con el hombre, cristalizando así lo que G. Fraisse ha denominado como la separación del gobierno político del gobierno familiar: "La época que se abre con la Revolución Francesa y el final de la monarquía (...) este Contrato social de Rousseau que anuncia, sin decirlo claramente, una transformación radical y fundamental: la afirmación de una disociación entre lo doméstico y lo político, entre la familia y la ciudad."¹²

10. ANDERSON S., Bonnie; ZINSSER P., Judith. *Historia de la Mujeres: una historia propia*. Barcelona: Crítica, 1992, Vol 2, p. 15.

11. FRAISSE, Geneviève. *Muse de la Raison*. Paris: Gallimard, « Folio histoire », 1995.

12. FRAISSE, Geneviève, *Los dos gobiernos: la familia y la ciudad*. Barcelona: Cátedra, 2004, p. 15.

Contrario a esta operación política simbólica de la Modernidad, por sus prácticas masivas en los diferentes movimientos reivindicativos que marcaron la Revolución Francesa, las mujeres participaron activa y creativamente en la construcción de la soberanía de la política ciudadana moderna, pero esta acción no definió su especificidad de mujeres,¹³ a diferencia de lo que si hicieron los hombres: subordinar a las mujeres a través de las leyes y los Códigos civiles a la tutela masculina, atribuyéndose, así, el universal masculino moderno del ejercicio de la política.

Como lo ha escrito Joan W. Scott, la cuestión de la ciudadanía de las mujeres en la Revolución Francesa es una cuestión paradójica que hace aparecer las contradicciones de una teoría universal de los Derechos del Hombre puesta al servicio de la exclusión política de las mujeres.¹⁴ Estas ideas generales se transmitirán en América en los periodos de formación de las Repúblicas postcoloniales, afectando la idea de la representación de las mujeres en los procesos sociales y políticos del continente.

Las Mujeres y el siglo XIX. Normar para educar

Es en los Códigos civiles de principios del siglo XIX, en Chile el de 1833, que empiezan a organizarse las sociedades modernas junto con la vida cotidiana: matrimonios, regímenes patrimoniales, filiaciones legítima e ilegítima, autoridad parental, sucesiones, transacciones de compra y venta, todo bajo la autoridad masculina. El Código Civil es, al mismo tiempo, el instrumento societal que establece el concepto del Derecho ciudadano.¹⁵ Instrumento que a su vez estableció las normativas del control social sobre las poblaciones redefinidas en clases, estratos y etnias de América Latina occidentalizada.

Como lo expresa José Pedro Barrán para el Uruguay: “Los grandes controladores sociales del siglo XIX en la cultura occidental fueron el ejército y la policía, el maestro, el cura, el patrón y el padre de familia. Todos ellos podían participar de ambas formas de poder, pero, un tanto, obviamente, el ejército y la policía — sobre todo esta— tenían la función específica de castigar el cuerpo si no se obedecía, y maestros, curas, patronos y padres de familia, usaban como método fundamental la represión del alma, el convencimiento que las conductas ‘indisciplinadas’ se

-
13. GUILHAUMOU, Jacques; LAPIED, Martine. L'action politique des femmes pendant la Révolution française. In: FAURÉ, Christine. *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*. Paris: PUF, 1997, p. 140.
 14. SCOTT, Joan W. *La citoyenne paradoxale. Le féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Albin Michel, 1997.
 15. IGLESIAS SALDAÑA, Margarita. Las mujeres del Bicentenario: Del “Queremos educarnos y votar en las próximas elecciones” a la primera Presidenta en Chile. In: PARENTINI, Luis Carlos (Compilador). *Historiadores chilenos frente al Bicentenario* Santiago, Cuadernos Bicentenario, Presidencia de la república, 2008, p. 263-269.

debían a culpas o errores a corregir por los mismos protagonistas del ‘error’: los niños, la mujer, los delincuentes, las ‘perezosas’ clases populares”.¹⁶

Como lo plantea Dora Barrancos para la Argentina del Siglo XIX: “Resulta bien conocido que el largo siglo XIX significó un retroceso para las mujeres debido, entre otras importantes cuestiones, a la obturación de los derechos civiles, fenómeno que persistió en la Argentina — y no sólo en este país — aún mucho después de haber accedido a los derechos políticos. Los ordenamientos sancionados en las sociedades occidentales, en su mayoría inspirados en el Código francés de 1804 — más conocido como Código Napoleónico — constituyeron una ominosa inferiorización de la condición femenina que contrastó con momentos anteriores, más benévolos.”¹⁷

Las mujeres latinoamericanas combatieron, desde los inicios de las sociedades independientes de las Colonias, por el acceso a la igualdad en el trabajo, la educación y el derecho a ejercer el sufragio.¹⁸

El siglo XX: problemático y febril...¹⁹

Durante todo el siglo XX, mujeres chilenas, argentinas y uruguayas combatirán contra la desigualdad institucionalizada. La mayoría de las mujeres de estos países asumen los roles otorgados por las constituciones y naturalizados tanto en lo público como en lo doméstico y familiar. Graciela Sapriza constata que: “En las primeras décadas del siglo, el estado asumió un rol protagónico en la vida económica, las comunicaciones y la expansión del sistema educativo. Una legislación laboral avanzada, la secularización de la vida pública y privada y una política tutelar con respecto a la mujer fueron algunos de sus rasgos característicos”.²⁰

Es en esta condición que estas mujeres, así como en todos los países occidentales u occidentalizados, lucharon por terminar con la desigualdad institucional, partiendo por conquistar el derecho a salarios dignos y condiciones de trabajo aceptables, así como a ejercer su capacidad de ciudadana política. Cuestión que

16. BARRÁN, José Pedro. *Historia de la Sensibilidad en el Uruguay. La cultura “bárbara”*. El disciplinamiento. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008, p. 41.

17. BARRANCOS, Dora. Inferioridad jurídica y encierro doméstico. In: LOZANO, Fernanda Gil; PITA, Valeria Silvina; INI, María Gabriela. *Historia de las mujeres en la Argentina*, (bajo la Dirección). Buenos Aires: Taurus, 2000, p. 111.

18. Al respecto existe una profusa bibliografía que ha sido elaborada sobre todo por mujeres en distintos ámbitos de la vida social y académica, sólo mencionaremos este que permite una lectura comparada en la época para los tres países de esta presentación: LAVRIN Asunción. *Mujeres, feminismos y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay 1890-1940*. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2005.

19. Términos del tango Cambalache, utilizados para referirse al siglo XX.

20. SAPRIZA, Graciela. *Los caminos de una ilusión. 1913: Huelga de mujeres en Juan Lacaze*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo. Colección Raíces, 1993, p. 69.

culminará con la obtención del derecho a sufragio más o menos para todos estos países, al final de la primera mitad del siglo XX. Es así que, además de crear movimientos emancipatorios propios, las mujeres se incorporaron a los partidos políticos y movimientos sociales del siglo XX, asumiendo como suyas las luchas de estos distintos partidos y movimientos.

Si hasta hace unos treinta años, las mujeres, es decir la mitad de la humanidad más o menos, eran sólo un pálido reflejo representado en la historia, la reconstitución de las memorias que pudieron darle identidad propia ha sido un largo y exitoso trabajo historiográfico en el tiempo, tanto es que hoy día ya casi nadie discute la existencia de la historia de las mujeres o la perspectiva de género que se ha incorporado a los materiales del trabajo de las historiadoras y de los historiadores. La puesta en cuestión de la desigualdad de los sexos es el postulado de la nueva era que funda la libertad del individuo y la autonomía del sujeto. Hombres y mujeres son seres razonables, se supone o se busca negar, que son potencialmente sujetos. Si se adopta el punto de vista del sujeto autónomo e individual, se plantea de forma distinta, la cuestión de la relación entre un hombre y una mujer, entre el cuerpo y el espíritu de cada sexo. Desde aquí se reinterroga tanto el lugar de la naturaleza en el mundo humano, como la importancia de la alteridad en el trabajo del pensamiento.²¹

Las Hijas de la Cruz del Sur

Es a partir de América Latina y en épocas de dictaduras y regímenes autoritarios que comienzan a reelaborarse la concepción actual de los Derechos Humanos, ampliando su comprensión más allá de lo acordado en la Declaración Universal de los Derechos Humanos en la postguerra europea. Las mujeres fueron parte fundamental en esta reelaboración desde sus prácticas y propuestas en diversos ámbitos: resistencias, sobrevivencias, prácticas de autoayuda donde “los logros obtenidos por las mujeres fueron productos de su propio quehacer, en el que se mezclaron organizaciones de diversa índole, movilizaciones y, sobre todo, una acumulación de experiencias que irán profundizando los contenidos de la práctica y la teoría en los distintos momentos”.²²

De hecho, cuándo comienzan a ser derrotadas las propuestas de los gobiernos progresistas de la década del 70 en Uruguay (1972), Chile (1973), Argentina

21. FRAISSE, Geneviève. De la Destination au Destin. Histoire Philosophique de la différence des sexes. In: GENEVIÈVE, Fraisse; PERROT Michelle. *Histoire des Femmes. Le XIX Siècle*. Paris: PLON, 1991, T 4, p. 58.

22. GAVIOLA, Edda, LARGO, Eliana, PALESTRO, Sandra. *Una Historia Necesaria. Mujeres en Chile: 1973-1990*. Santiago: Aki& Ahora, 1994, p. 27

(1976), en el Cono Sur, también son derrotados los sujetos sociales que hasta entonces sustentaron las políticas de cambios en estos países. Las mujeres no establecieron programas propios al interior de estos partidos y movimientos, pero tuvieron una activa participación en la aplicación de las políticas y las acciones sociales. En los 80, asistimos a una incesante y persuasiva reaparición del concepto de Derechos Humanos (DDHH) en América Latina, según lo han estudiado entre otros autores, Roberto Garretón, Waldo Ansaldi, Eric Hersberg, Felipe Agüero, Elizabeth Jelin y Aldo Marchésis.²³

Según estos autores, y con matices diferentes, esta reconceptualización se enraíza en una necesidad de dar cuenta de estrategias defensivas desarrolladas en la región por una diversidad de organizaciones tanto en lo ideológico, como lo político y lo social, pero que las une el ataque de los Estados que aplican el terrorismo como política de gobernabilidad con regímenes dictatoriales y/o autoritarios. Estos organismos autodenominados de DDHH jugaron un rol preponderante en el acompañamiento de los movimientos sociales, así como en la defensa de la vida de las poblaciones perseguidas y los derechos conculcados. A través de estos organismos, se comenzaron a dibujar nuevas estrategias políticas, tanto de las organizaciones sociales, como de los partidos políticos perseguidos y reprimidos:

“A través del desarrollo de estos movimientos se comenzó a construir un sentido particular, contingente e histórico a la noción misma de dd.hh. Los informes de Verdad y Reconciliación, en sus distintivas versiones en el Cono Sur, son un paso más, en la consolidación de este particular sentido específico de la noción de dd.hh. en la región. Sobre este tema no existen mayores divergencias, los informes expresaron un acuerdo mínimo entre los sectores ‘democráticos’ consistente en el reconocimiento de que durante las dictaduras se habían violado los dd.hh. y de que esto no se podía repetir. Cuando los textos se refieren al concepto de violación de los dd.hh. se hace mención exclusiva a algunos derechos civiles y políticos, y en algunos casos podríamos plantear exclusivamente al **derecho a la vida**.²⁴

-
23. GARRETON Roberto. *Informe Anual 1986-1987*, Comisión Interamericana de Derechos Humanos, OEA, 1987; ANSALDI, Waldo (Dir). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. México: FCE, 2007; HERSBERG Eric; AGÜERO, Felipe (Org.) *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur: visiones en disputa en dictadura y democracia*. Madrid: Ed. Buenos Aires, Siglo XXI, 2005; JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002; MARCHESSI, Aldo, *Vencedores vencidos: las respuestas militares frente a los informes “Nunca Más” en el cono sur*. In: Eric Hershberg, op.cit.
 24. MARCHESSI, Aldo. Las Lecciones del pasado, Memoria y ciudadanía en los Informe “Nunca Más”. In: *Culturas e identidades en América Latina y el Caribe*. CLACSO, 2001, disponible on-line en www.clacso.org.ar/biblioteca.

Ese este **derecho a la vida** que nos parece que refunda la participación de las mujeres en Argentina, Chile y Uruguay en las épocas de Dictaduras. El encuentro público de las acciones de muchas mujeres en épocas de dictadura en América Latina, y las nuevas formas de ejercer la política con capacidad de cambio, es uno de los aportes más impactantes de la vida colectiva que inaugura nuestro caminar del siglo XXI.

Las mujeres hemos tenido que enfrentar históricamente dictaduras personales y dictaduras colectivas para estar en la política; primero adhiriendo durante largos periodos a propuestas masculinas que se definían como universal, y luego, o simultáneamente, ir dibujando propuestas propias que aportaron antecedentes políticos que, para este Coloquio, analizaremos en las resistencias antidictatoriales en los tres países mencionados, desde donde emergen nuevas formas de ejercer la política desde las mujeres en el espacio público. No sólo como propuestas para combatir y corregir las discriminaciones y opresiones instaladas históricamente por sociedades a predominancia masculina, sino también como ejercicio distintivo de la política, que incluye lo cotidiano, lo doméstico, lo afectivo y lo reproductivo como práctica política distintiva. Eso, muchas veces, significó oposiciones violentas por parte de los hombres, incluso de las parejas cuándo las mujeres reclamaban la igualdad frente a las responsabilidades familiares, como contraparte de esta nueva forma de ser y estar de las mujeres en las sociedades mencionadas. Es en los años 70 que en los tres países mencionados surgirán o resurgirán movimientos, agrupaciones y acciones de mujeres, así como la incorporación al ejercicio de la política, de los movimientos feministas en sus diferentes recomposiciones durante los periodos de las dictaduras instaladas en los tres países.

Los años de dictaduras en el Cono Sur

En Chile, Argentina y Uruguay surgirán junto con los golpes de Estados, las primeras agrupaciones de mujeres en la defensa de la vida: buscan a los detenidos políticos y así dan vida a expresiones políticas que podríamos definir desde los vientres; buscan a sus hijos, maridos y hermanos. También serán detenidas las mujeres militantes de los partidos y movimientos de las izquierdas revolucionarias y tradicionales.

En Argentina, según el Informe Nacional sobre Desaparición de personas Nunca Más, en 1984 las mujeres representan el 33% de los detenidos desaparecidos, y 10% de entre ellas se encontraban embarazadas. En Argentina, no sólo se las asesinó y torturó, sino que además se implantó la política de secuestro de las hijas e hijos de las mujeres embarazadas detenidas, desaparecidas. Se calculan que 400 bebés nacieron en cautiverio, de los cuales sólo 80 han recobrado

su identidad gracias a la lucha de las organizaciones de derechos humanos y la amplia movilización social. Por el silencio de los partícipes y cómplices, por la impunidad de la que son responsables los distintos gobiernos “democráticos” que se sucedieron, nada se sabe del destino de esos niños y niñas, hoy adultos que rondan los treinta años.²⁵

En el Uruguay, en el año 1993, se entregaba el Informe del Servicio de Paz y Justicia, no oficial, Nunca Más. Las mujeres uruguayas eran parte de las víctimas reprimidas y asesinadas.²⁶

Cuando en el año 2005 se entregaba en Chile el Informe de Tortura y Prisión política, conocido como Informe Valech, el país se remecía ante la constatación de una verdad ahora indesmentible. No sólo se había asesinado y hecho desaparecer personas durante los años de dictadura, sino que se había torturado masivamente y que ni todas las torturadas y todos los torturados habían muerto o desaparecido. Entre otros aportes, el que nos parece históricamente más significativo en este reconocimiento oficial es la distinción que hace respecto a la tortura y prisión política desde una perspectiva de género. Era la primera vez que un informe de esta naturaleza incorporaba esta dimensión.

Este informe entrega la cifra de 3.399 mujeres detenidas que representan el 12,5% del total de prisioneras y prisioneros políticos validados en el Informe. Según este mismo informe, el 60% de estas mujeres reconoció explícitamente su militancia política activa en el momento de la detención. Las edades de estas mujeres, en una gran mayoría, fluctuaban entre los 18 y 50 años al momento de su detención, sólo un 6,2% tenía menos de 18 años y un 3,47% más de 50 años.²⁷

Estos informes daban cuenta de forma traumática de la participación de las mujeres en las nuevas formas de resistencias en los años de plomos en el Cono Sur. Estos movimientos y agrupaciones estuvieron a la cabeza de las resistencias anti dictatoriales desde los primeros momentos en que se produjeron los golpes de Estados. Hasta allí no tenían existencia en los tiempos políticos y sociales precedentes. El aprendizaje de estas mujeres en los diferentes países y en las diversas formas de organización social, sindical y política en orientaciones masculinas y masculinizadas de las sociedades, previas a los golpes de Estados, les daba la experiencia que posibilitaba estas nuevas propuestas de alcances políticos nacionales e internacionales en la época. El mundo entero supo de las nuevas formas de terror que asumían los Estados y gobiernos dictatoriales del Cono Sur. Ya no eran obras de caudillos o dicta-

25. Informe Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) Nunca Más. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

26. Informe Nunca Más. Violaciones Derechos Humanos, 1972-1985. Montevideo: SERPAJ, 1989.

27. Informe de la Comisión Nacional Sobre Prisión Política y Tortura. Santiago: Gobierno de Chile, Ministerio del Interior, 2005.

dores aislados; se iniciaba una nueva era de dictaduras estatales y emergían nuevos sujetos protagonistas de las resistencias y propuestas políticas democráticas; mujeres y jóvenes eran las fuerzas visibles de estas nuevas propuestas.

Es en el decenio de las mujeres declarados por Naciones Unidas a nivel mundial entre 1975 y 1985, que comenzarán a emerger las organizaciones de mujeres en lo social, político y sindical con una fuerza hasta entonces insospechada. Al mismo tiempo aparecerán las agrupaciones y movimientos feministas con propuestas que enlazan lo privado y lo público reclamando democracias en el país, en los hogares y en las relaciones de parejas, incluidas las relaciones sexuales. Es en este mismo decenio que comienzan las transformaciones del sistema económico, político y social, que aspira a instalar el neoliberalismo a ultranza en estos países. Transformaciones que tendrán su lugar culminante en Chile.

Al conculcarse las formas de la democracia representativa, se impulsaron expresiones asociativas que darán curso a democracias participativas inclusivas de los sujetos sociales hasta entonces subordinados a la clase obrera y al proletariado que no conllevaba la distinción, étnica, sexual y/o ideológica.

Por otra parte, los feminismos latinoamericanos se desarrollaron, significativamente y con diferentes ritmos, desde fines de la década de los 70 generalizándose, durante los años 80, en todos los países de la región. Su surgimiento se dio paralelo la expansión de un amplio y heterogéneo movimiento de mujeres, expresando las diferentes formas en que las mujeres comenzaban a entender, conectar y actuar en los espacios públicos con demandas sociales y políticas relativas a su discriminación y en contra de los regímenes dictatoriales y/o autoritarios. Dentro de esa heterogeneidad, en los inicios del despliegue movimientista podemos distinguir algunas vertientes básicas que expresaban la forma específica y diferente en que las mujeres construyeron identidades, intereses y propuestas. La vertiente feminista propiamente dicha, que inició un acelerado proceso de cuestionamiento de su ubicación en los arreglos sexuales y sociales, extendiéndola a una lucha por cambiar las condiciones de exclusión y subordinación de las mujeres en lo público y en lo privado. La vertiente de mujeres urbano populares, que iniciaron su actuación en el espacio público, a través de la politización de sus roles tradicionales, confrontándolos y ampliando sus contenidos hacia el cuestionamiento en lo privado. Y la vertiente de mujeres adscritas a los espacios más formales y tradicionales de participación política, como los partidos y sindicatos, las que a su vez comenzaron un amplio proceso de cuestionamiento y organización autónoma al interior de estos espacios de legitimidad masculina por excelencia. Estas vertientes se multiplicarán en muchos otros espacios en la década de los 90.²⁸

28. VARGAS, Virginia. *Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio*. (Una lectura política personal. In: MATO Daniel (Coord.): *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002.

URUGUAY

De la fuga masiva de las mujeres tupamaras a las formas de resistencia múltiples durante la dictadura. 1970-1985

Antes de los golpes de Estados y de la instalación de los sistemas dictatoriales, las mujeres uruguayas habían realizado una acción nunca vista anteriormente en el continente: organizaron una fuga masiva desde la cárcel de Punta Rieles. En lo que se conoce como la Operación Paloma, 13 mujeres presas políticas, casi todas tupamaras, se fugaron de la cárcel del Buen Pastor el 8 de marzo de 1970. Este hecho no ha sido aún reivindicado como uno de los mayores acontecimientos realizados por mujeres en el siglo XX latinoamericano. Con el golpe de Estado y la instalación de la dictadura uruguaya, se politiza la vida cotidiana y los afectos. En 1982 comienzan a articularse con fuerza nuevos grupos de mujeres preocupadas con la defensa de los derechos humanos y las necesidades de subsistencia. Las mujeres se vuelven protagonistas de la lucha por la democracia, formulan reivindicaciones específicas y finalmente buscan su incorporación en la esfera de los partidos políticos a partir de la coordinación de organizaciones y grupos de mujeres.

La presencia de las mujeres en el espacio público en las décadas de los 70 y los 80 estuvo notoriamente influida por las características del trabajo social y político que imponían las condiciones dictatoriales. Las mujeres en Uruguay, como en otros países de América Latina, creaban nuevas formas políticas antidictatoriales: derechos humanos, ollas populares, policlínicas, comedores infantiles, entre otras.

En 1979 se formó en Montevideo el Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer

(GRECMU), orientado a la investigación sobre la situación de la mujer. Esta iniciativa sería seguida posteriormente por la formación de áreas de la mujer o de estudios de género en otras instituciones, tal como ocurrió en el Centro Interdisciplinario de Estudios para el Desarrollo, Uruguay (CIEDUR) o en el Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay (CIESU).

A nivel barrial se crearon, a fines de los años 70 y principios de los 80, organizaciones como el Plenario de Mujeres del Uruguay (PLEMUU), Ayuda Mutua de Mujeres de la Ciudad Vieja, la Unión de Mujeres Uruguayas (UMU), el Grupo María Abella de Paso Carrasco, y otras definidas a partir de cuestiones religiosas — tales como el Grupo de Mujeres Ecuménicas — o vinculadas a grupos políticos como la Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos (AMULP).

A fines de 1984 la mesa de Condición de la Mujer de la CONAPRO (Concertación Nacional Programática), formada por representantes femeninas de los cuatro partidos políticos, delegadas del PIT-CNT y de la asociación de estudiantes

ASCEEP-FEUU6, de varias organizaciones de mujeres — Consejo Nacional de Mujeres (CONAMU), PLEMUU, (Asociación de Mujeres Periodistas (AMPU), Proyecto Mujer de la Asociación Uruguaya de Planificación Familiar, Investigación y Reproducción Humana (AUPFIRH) — elaboraron documentos de diagnóstico y propuestas en relación a la situación de la mujer y la educación, los medios de comunicación, el trabajo, el orden jurídico, la salud y la participación de la mujer en estos sectores.

En el Uruguay, las organizaciones de mujeres recorrieron un camino de intensa búsqueda para encontrarse con intereses específicos, para elaborar demandas propias, y también para articular propuestas globales de transformación de la sociedad. Lograron, en términos generales, constituir un espacio propio al identificarse como actores sociales específicos y no de retaguardia o apoyo de espacios mixtos, planteándose mejorar su calidad de vida, cuestionando el orden social que admite la subordinación de las mujeres.²⁹

Durante la década de los 80, el movimiento de mujeres constituyó en Uruguay una de las mayores novedades en cuanto a la aparición de nuevos actores sociales con un discurso político propio. La formación de organizaciones no gubernamentales (ONGs) de mujeres dedicadas a actividades específicas, la creación de Programas o Departamentos de la Mujer en organizaciones mixtas y el esfuerzo de comunicadoras y otras profesionales y militantes, permitió colocar de alguna manera la temática de la mujer en la opinión pública, lograr su incorporación a nivel de Estado y realizar acciones tendientes a mejorar la condición de grupos específicos de mujeres.

CHILE

El Golpe de Estado y la Dictadura militar. Mujeres por la vida... Somos Más

En 1973, comenzaba una nueva era de la historia chilena: un Estado militarizado, una paz de los cementerios y una estrategia política de terrorismo de Estado. En forma subterránea y paralelamente, las mujeres de diversas tendencias políticas y condiciones socioeconómicas se organizaron para protestar en contra de la represión, las condiciones económicas, las violaciones a los derechos humanos, asumiendo un rol importante de resistencia y oposición a la dictadura militar.

29. ESPINO, Alma. *“Erase una vez una Comisión de Mujeres...” Estrategias de Incorporación de las trabajadoras al Movimiento Sindical: Evaluación y Propuestas*. Montevideo: Serie de Investigación N° 130. Centro Interdisciplinario de Estudio sobre el Desarrollo. Disponible on-line en www.chasque.apc.org/ciedur.

Desde el 11 de septiembre de 1973 las mujeres volcaron sus aprendizajes y fuerzas primero a la defensa de la vida y posteriormente a la organización de resistencia. Desde 1982 el cambio de modelo económico — sustitución de importaciones — por el de exportaciones neoliberal y ajuste del Estado, provocó la aparición de una cesantía galopante que obligó a las mujeres a trabajar en el denominado “empleo mínimo” o “empleo para los jefes de Hogar” (PEM y POJH) teniendo una participación superior a los hombres, fenómeno que repercutió en la relación de poder intrapareja, puesto que la mujer se ha convertido, en muchos hogares, en el principal sostén de la familia.

Estos cambios realizados en dictadura militar cambiaron las formas de relaciones y organizaciones de la sociedad chilena. En la década de 1970 surgieron las Organizaciones No Gubernamentales — ONG'S — en el marco de la dictadura militar. Algunas como una estrategia laboral para profesionales de las capas medias, otras como formas de organizaciones sociales y antidictatoriales, todas como un lugar para expresar el compromiso social de una generación que buscaban recursos y formas de solidaridad que permitieran romper los entramientos y la represión impuestos a toda forma de organización de resistencia antidictadura.

En los años 70 y 80 se perfilan los movimientos feministas que estuvieron entre los movimientos sociales que combatieron los Estados con gobiernos dictatoriales. Apoyaron desde sus ONGs, con asesoría y capacitación, a grupos de mujeres (sindicatos, pobladoras) y se involucraron, con diversos matices, en las protestas antidictatoriales, nacionales e intercontinental que exigía una ampliación de los espacios de participación ciudadana. La mayoría de estos movimientos se apoyaron en la existencia de las declaraciones y organizaciones internacionales respecto a los derechos de las mujeres, especialmente la primera Conferencia Mundial sobre la Condición Jurídica y Social de las Mujeres, realizada en México en 1975 y que llevó a la Declaración del Decenio de la Mujer por parte de la Asamblea de Naciones Unidas, lo que permitió el comprometimiento por parte de los gobiernos hacia la eliminación de las discriminaciones en contra de las mujeres y su integración a los planes de desarrollo. Los compromisos que allí se firmaron permitieron a los movimientos introducir las demandas en los contextos nacionales, como es el caso de Chile.

El período dictatorial se caracterizó por una notable presencia de mujeres (de toda condición) en los hechos de resistencia activa. Cabe agregar que su presencia en esos hechos no fue sólo a través de organizaciones de mujeres, sino también como miembros de Comités Locales de Derechos Humanos o de Subsistencia, de movimientos pacifistas amplios como el movimiento contra la tortura. La movilización de las mujeres durante este período se expresó desde diversas maneras, como madre, esposa, hermana, pariente de detenidos desaparecidos y asesinados, creando las organizaciones de familiares de detenidos desaparecidos.

Su actividad no se limitó, sin embargo, a salir a la calle para protestar y combatir (arriesgando la vida) contra la dictadura, sino también para integrarse a grupos de fortalecimiento social, económico, cultural y político. Es en esta época que los distintos movimientos de mujeres, feministas y no feministas fueron parte significativa de las luchas sociales emprendidas en contra de la dictadura. Junto a los jóvenes, fueron las mujeres quienes se vieron interpeladas y afectadas en su condición de mujeres y de participantes de lo social.

Organizadas, en un comienzo, a iniciativa de algunas iglesias, las primeras de estas instancias — los Comedores infantiles y las Bolsas de Cesantes — se plantearon como alternativas de emergencia ante los efectos que provocaban en los niños el creciente desempleo, producto de los despidos masivos, la persecución política y la represión que siguió al golpe militar. Inmediatamente siguieron los Talleres de Pobladoras, los Comités de Abastecimiento y las Comisiones de Vivienda, responsables por resolver problemas inmediatos de subsistencia y, a su vez, existían como forma de solidaridad entre los sectores más afectados por la represión. Tenían una forma pluralista de diversas aspiraciones políticas desde los militantes de la gama de partidos de la izquierda chilena y sectores antidictatoriales que comienzan a organizarse desde el mismo golpe de Estado.

En este escenario nacen la Asociación de Familiares de Presos Políticos, de Detenidos Desaparecidos y de Ejecutados Políticos, formados en casi su totalidad por mujeres, y se crearon los Comités de Defensa de la Mujer CODEM. En la década de los años 80 fue organizado el Movimiento feminista, el Movimiento de Mujeres por el socialismo, la Casa de la Morada (de connotación feminista), se reorganizó el Movimiento de Emancipación de la mujer chilena, cuyo origen databa desde la primera mitad del siglo XX y que había jugado un rol esencial en la obtención del derecho al sufragio de las mujeres y por las reivindicaciones sobre el aborto, MEMCH'83. Además, hay que citar: Mujeres de Chile (MUDECHI), Movimiento de Mujeres Independientes (MMI), Mujeres por el Socialismo, Movimiento de Mujeres Pobladoras (MOMUPO) y el Coordinador Político de Mujeres de Oposición. Se realizan varios Encuentros Nacionales de Mujeres, y se multiplican las publicaciones feministas y centros de Estudios de la Mujer.

El establecimiento de la dictadura militar trajo aparejado un nuevo proyecto para las mujeres chilenas desde las políticas y los discursos del Estado y el gobierno: la Seguridad nacional y la patria en peligro frente a la amenaza constante del marxismo. Las mujeres fueron llamadas, junto a los jóvenes, a ser los pilares de la "reconstrucción nacional" incentivándolas a la recuperación de los roles y patrones tradicionales, madre, esposa, dueña de casa, apelando de forma preferencial a las mujeres que se habían movilizado en la defensa pública y masiva de la patria en peligro durante la Unidad Popular, y que reclamaban la intervención de las Fuerzas Armadas para dicho fin. Se apela, entonces, a la mujer como sujeto

poseedor de valores inmutables por sobre la historia, más allá de los cambios sociales en los que venían participando.

En la década de los 80, las mujeres chilenas están organizadas a través de distintas propuestas, de derechos humanos, por la vida, sindicales, en partidos políticos, en asociaciones comunitarias y de barrios, así como las diferentes propuestas feministas, desde Centros de Estudios, casas de las mujeres o movimientos por la diferencia sexual. Eso produce un encuentro entre demandas sociales y democrática, derechos de las mujeres y propuestas feministas, sintetizándose el todo en la consigna programática antidictatorial “democracia en el país, en la casa y en la cama”³⁰, politizando lo privado, planteándose, simultáneamente, en contra de la dictadura en todo el país, como en contra de los abusos de poder en la esfera de los doméstico. El gran movimiento unitario se basaba en la defensa del derecho a la vida, a la democracia y a la igualdad.

Otro fenómeno destacable de este período en la sociedad chilena es la irrupción de la escritura de las mujeres y la expresión artística, música y plástica. Desde la resistencia, estas expresiones buscarán exponer en lo público sus protestas y propuestas desde un campo no reconocido hasta entonces, ni en los movimientos sociales ni en el campo literario. La generación de escritoras de los ochenta tendrán “lengua de víbora” para denunciar la represión y el silencio a que la dictadura obligaba en el espacio público, a la vez que propondrá nuevos temas desde lo privado, desde los cuerpos y desde la ruptura de los silencios obligados para transformarse en un referente de mujeres luchadoras pertenecientes a movimientos y partidos, a la vez inventoras de un lenguaje que dará cuenta de los cambios en las propuestas feministas en la época, escribiendo desde los bordes e irrumpiendo en los espacios públicos con instalaciones para ocupar las calles de las ciudades.³¹

ARGENTINA

De la ronda de la plaza de Mayo a la Universidad de las Madres

En abril de 1977 nació el movimiento de las Madres de la Plaza de Mayo. Con catorce mujeres al momento de su creación, en pocos meses superaba el centenar, número que continuó incrementándose. La búsqueda de sus hijos constituyó la base de su acción, así como la exigencia de respuesta a los miles de casos de detenidos desaparecidos. Semana a semana marchaban las mujeres frente a la Casa Rosada haciendo visible el horror y demostrando su combatividad. Una de sus fundadoras, Azucena Villaflor de De Viventi, fue hecha desaparecer. Tras la inter-

30. Consigna del Movimiento de mujeres creada en las manifestaciones en las calles en los años 80.

31. IGLESIAS, Margarita. *Mujeres de Chile y Perú: Historia, derechos, feminismos. 1970-1990*. In: *Historia de las Mujeres de España y Latinoamérica*. Madrid: Cátedra. Vol. IV, 2006, p.851-871.

rupción temporal de las marchas, en 1979 las Madres las reanudaron e iniciaron una campaña destinada a lograr la publicación de las listas de detenidos desaparecidos. Organizaron también las “Marchas de la Resistencia”, la primera de las cuales se realizó en diciembre de 1981. Ellas, y más tarde las Abuelas de Plaza de Mayo, fueron las primeras en ejercer resistencia pública a la dictadura. Crearon con sus actos un nuevo modelo de acción y un nuevo discurso que se transformó en acción organizada. Estas mujeres crearon la resistencia de la filiación maternal. “El uso que el discurso dictatorial hacía de las familias como unidad natural de la organización social tuvo su imagen en espejo en parte del movimiento de derechos humanos — la denuncia y protesta de los familiares era, de hecho, la única que podía ser expresada — Después de todo, eran madres en busca de sus hijos”³²

Las madres, las abuelas y los hijos (hijos de los desaparecidos) de los años setenta han mantenido sus actividades y lograron que se creara inmediatamente después del retorno a la democracia en 1983, el Banco Nacional de Datos Genéticos, donde se resguarda la sangre de las y los parientes de las y los detenidas/os desaparecidas/os, cuestión que ha permitido recuperar a cerca de 80 hijos de estos. Se podría hablar de una memoria de la sangre que permite la permanencia de la posibilidad de la identificación de la descendencia para la restitución de la identidad que les fue borrada con su propio secuestro y la desaparición forzada de sus madres y padres.

Durante el conflicto de las Islas Malvinas, las mujeres se movilizaron contra la guerra y el servicio militar obligatorio. La acción de las Madres y del conjunto del movimiento de Derechos Humanos fue determinante en el fin de la dictadura. En este contexto convocaron, previo a las elecciones de 1983, la Marcha contra la Ley de Pacificación Nacional y también a la tercera Marcha de la Resistencia, a la que asistieron cerca de quince mil personas que exigían aparición con vida de los desaparecidos y juicio y castigo a los culpables de los crímenes contra el pueblo.

Entre los grupos nuevos, destaca el Movimiento de Amas de Casa del País, surgido en julio de 1982, en el contexto de las “huelgas de compras” y concentraciones contra la carestía de la vida realizadas en Buenos Aires, Córdoba y Rosario. La presencia de estas mujeres se hizo más notoria en los “vecinazos”, que llegaron a reunir hasta veinte mil personas en algunos partidos del Gran Buenos Aires.

Las dueñas de casa organizadas del Gran Buenos Aires elaboraron entonces un petitorio contra el alza del costo de la vida, dirigido al Ministro de Economía. Sin embargo, al igual que el movimiento vecinal, la actividad de las amas de casa es intermitente.

32. JELIN, Elizabeth. *La Familia en la Argentina: Modernidad, Crisis Económica y Acción Política*. In: VALDÉS S., Ximena; VALDÉS E., Teresa (Editoras.) *Familia y Vida Privada ¿Transformaciones, tensiones, resistencias o nuevos sentidos?* Santiago: CEDEM, FLACSO, 2005, p. 41-76.

Con la vuelta de la Democracia, las mujeres siguieron marchando: buscando las y los hijas/os de sus propias hijas e hijos desaparecidos; exigiendo verdad y justicia; creando sus propias universidades (La Universidad de la Madres). Se han incorporado a las luchas sociales de Argentina y escriben su propia Historia.

Madre Cruz ¿qué ha sido de ellas?

En las postdictaduras, todas estas innovaciones se plasmaron en medidas distintas en los países mencionados; todos crearon las secretarías de las mujeres o sus equivalentes; todos han incrementado la participación de las mujeres en la política administrativa; incluyendo la elección de mujeres presidentas como Michelle Bachelet, en Chile, y Cristina Fernández, en Argentina. Casi todos los gobiernos han abogado por la igualdad de género y han modernizado los aparatos legislativos respecto a las discriminaciones: pero, al mismo tiempo, se ha intensificado la desigualdad de la riqueza y las mujeres son las víctimas principales de la pobreza en estos países, al punto que se han escrito miles de papeles que explican la feminización de la pobreza y la precariedad de las mujeres. Ya no son víctimas del desconocimiento, sino que ahora son víctimas de la desgracia de ser pobres en su mayoría: se ha visibilizado la violencia intrafamiliar y se combate con leyes y formas preventivas. Pero lo cierto es que también se han incrementado los abusos de poderes en las instituciones y lugares de trabajo así como los femicidios. Las violencias ejecutadas en dictaduras enseñaron a nuestros países a ejercerlas más allá de los Estados en las vidas privadas: la impunidad es una regla presente en el ejercicio del poder de los que concentran las riquezas, las administraciones políticas y la no condena por las participaciones en regímenes dictatoriales avalan estas prácticas sociales de poderes.

Muchos de los temas puestos en la discusión pública por los movimientos de mujeres y feministas como maternidad libre, sexualidad no controlada, y paridad de condiciones sociales, se trasladaron a las organizaciones de mujeres pobladoras y de sectores sociales no profesionales en los barrios más pobres, lo que provocó el encuentro de reivindicaciones feministas como las mencionadas, con reivindicaciones sociales y políticas de otras organizaciones de mujeres. Actualmente, los Estados han incorporado la transversalización de género en sus políticas públicas, pero las mujeres siguen siendo minoritarias en las representaciones políticas de los gobiernos y en los Parlamentos. Los movimientos no se han reactivado y la reacción en contra de sus derechos no se hace esperar. Lo que es cierto es que las transformaciones en las relaciones hombre-mujer han cambiado la actitud de las Mujeres en estos países y como dice la escritora uruguaya

Cristina Peri Rossi: la única revolución triunfante del siglo XX es la de las mujeres que, sin ser espectacular, llegó para quedarse en nuestras sociedades.³³

BIBLIOGRAFÍA

ANDERSON S., Bonnie; ZINSSER P., Judith. *Historia de las Mujeres: una historia propia*. Barcelona: Crítica, 1992

BARRÁN, José Pedro. *Historia de la Sensibilidad en el Uruguay. La cultura "bárbara". El disciplinamiento*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

BARRANCOS, Dora. Inferioridad jurídica y encierro doméstico. In: LOZANO, Fernanda Gil; PITA, Valeria Silvina; INI, María Gabriela. *Historia de la mujeres en la Argentina*, (bajo la Dirección). Buenos Aires: Taurus, 2000.

BLAISE, Suzanne. *Le rapt des Origines ou le Meurtre de la Mère*. Paris: S/f.

ESPINO, Alma. "Erase una vez una Comisión de Mujeres..." *Estrategias de Incorporación de las trabajadoras al Movimiento Sindical: Evaluación y Propuestas*. Montevideo: Serie de Investigación N° 130. Centro Interdisciplinario de Estudio sobre el Desarrollo. Disponible on-line en www.chasque.apc.org/ciedur.

FOUCAULT, Michel. *Folie, Une question de pouvoir*. Jornal do Brasil, 1974. En *Dits et Écrits*, Paris: Gallimard, 2001 (1994).

FRAISSE, Geneviève; PERROT Michelle. *Histoire des Femmes. Le XIX Siècle. T 4*. Paris: PLON, 1991.

FRAISSE, Geneviève. *Los dos gobiernos: la familia y la ciudad*. Barcelona: Cátedra, 2004

_____. *De la Destination au Destin. Histoire Philosophique de la différence des sexes*. In: *Muse de la Raison*. Paris: Gallimard, « Folio histoire », 1995.

33. PERI ROSSI, Cristina. Disponible on-line en: www.cristinaperirossi.es; Gran parte de los antecedentes históricos para este artículo, se encuentran en *Historia de las mujeres en España y América Latina. Del siglo XIX a los umbrales del siglo XX. Tomo III; y Del siglo XX a los umbrales del XXI. Tomo IV*, ambos volúmenes coordinados por G. Gómez-Ferrer, G. Cano, D. Barrancos y A. Lavrin, Madrid, Cátedra, 2006.

GAVIOLA, Edda; LARGO, Eliana; PALESTRO, Sandra. *Una Historia Necesaria. Mujeres en Chile: 1973-1990*. Santiago: Aki& Ahora, 1994.

GODINEAU, Dominique. *Les femmes dans la société française, 16-18 siècles*. Paris: Colin, 2003.

GUILHAUMOU, Jacques; LAPIED, Martine. L'action politique des femmes pendant la Révolution française. In: FAURÉ, Christine. *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*, Paris: PUF, 1997.

IGLESIAS SALDAÑA, Margarita. Las mujeres del Bicentenario: Del "Queremos educarnos y votar en las próximas elecciones" a la primera Presidenta en Chile. In: PARENTINI, Luis Carlos (Compilador). *Historiadores chilenos frente al Bicentenario*. Santiago: Cuadernos Bicentenario, Presidencia de la República, 2008, p. 263-269.

_____. Mujeres de Chile y Perú: Historia, derechos, feminismos. 1970-1990. In: *Historia de las Mujeres de España y Latinoamérica*. Madrid: Cátedra. Vol. IV, 2006.

INFORME COMISIÓN NACIONAL sobre la Desaparición de Personas (CONADEP) *Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

INFORME DE LA COMISIÓN Nacional Sobre Prisión Política y Tortura. Santiago: Gobierno de Chile, Ministerio del Interior, 2005.

INFORME NUNCA MÁ. Violaciones Derechos Humanos, 1972-1985. Montevideo: SERPAJ, 1989.

JELIN Elizabeth. La Familia en la Argentina: Modernidad, Crisis Económica y Acción Política. In: VALDÉS S., Ximena; VALDÉS E., Teresa (Editoras.) *Familia y Vida Privada ¿Transformaciones, tensiones, resistencias o nuevos sentidos?*. Santiago: CEDEM, FLACSO, 2005.

JELIN, Elizabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. In: MATO, Daniel. *Cultura, Política y Sociedad. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005, p.229-239. Disponible on-line en www.clacso.org.ar/biblioteca

LAVRIN, Asunción. *Mujeres, feminismos y cambio social en Argentina. Chile y Uruguay 1890-1940*. Santiago de Chile: Centro de Investigaciones Diego Barros Aranda, 2005.

MARCHESSI, Aldo. Las Lecciones del pasado, Memoria y ciudadanía en los Informe "Nunca Más". In: *Culturas e identidades en América Latina y el Caribe*. CLACSO, 2001. Disponible on-line en www.clacso.org.ar/biblioteca.

PELLEGRIN, Nicole. *Olympe de Gouges, une femme du XXIe siècle Les disparues de l'histoire*. In: Supplément Olympe de Gouges. Paris: Le Monde Diplomatique, Novembre, 2008.

PERROT, Michèlle; DUBY, Georges. *Historie de femmes en Occident*. Paris: PLON: 1990.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

SAPRIZA, Graciela. *Los caminos de una ilusión. 1913: Huelga de mujeres en Juan Lacaze*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo. Colección Raíces, 1993

SCOTT, Joan W. *La citoyenne paradoxale. Le féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Albin Michel, 1997.

VARGAS, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio. (Una lectura político personal. In: MATO Daniel (Coord.). *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002.

VIDAURAZAGA ARÁNGUIZ, Tamara. *Mujeres en Rojo y Negro. Memorias de tres mujeres miristas*. In: CHACALTANA, Cristina; OJEDA Arinda; ARÁNGUIZ, Soledad. Buenos Aires: ediciones América Libre, 2007.



REPRESIÓN POLÍTICA Y GÉNERO EN LA DICTADURA PARAGUAYA

Alfredo Boccia Paz

Como todos los países de la región, el Paraguay atravesó en la segunda mitad del siglo pasado un prolongado periodo histórico de represión política que dejó secuelas en todos los ámbitos de su estructura social. El férreo control a los medios de expresión, el aislamiento internacional y los ocultamientos consecuentes del miedo colectivo, propiciaron una situación cuando menos curiosa: sabemos ahora mucho más de lo que sucedía en esos años que lo que sabían quienes vivieron ese tiempo.

Si bien el régimen del general Alfredo Stroessner comparte muchos rasgos con las dictaduras militares de derecha que gobernaron los países vecinos y es indistinguible en cuanto a la violación sistemática de los derechos humanos, existen características diferenciales que hacen del caso paraguayo algo distinto de los demás. Una de ellas es la duración del periodo represivo, mucho más extenso que el de las demás dictaduras del Cono Sur. Stroessner asumió el poder en 1954 y lo abandonó luego de un golpe de Estado en 1989, tras gobernar con mano de hierro durante casi 35 años.

Gráfico 1

Duración de la dictaduras del Cono Sur

Paraguay	1954.....	1989
Brasil	1964.....	1985
Argentina	1976.....	1983
Uruguay	1973.....	1984
Chile	1973.....	1989
Bolivia	1971.....	1985

Otro rasgo no menos importante es que en la práctica se trataba de un gobierno omnímodo y autoritario, el general Stroessner mantuvo un obsesivo cuidado por

guardar las apariencias de la formalidad democrática, manteniendo un Parlamento dócil y llamando a elecciones cada cinco años, en las cuales él era el sempiterno candidato del oficialista Partido Colorado, una de las agrupaciones políticas centenarias del país. Por último, debe señalarse que no existía en Paraguay – a diferencia de países como Chile o Uruguay – una tradición histórica de prácticas cívicas democráticas.

En lo demás, el régimen de Alfredo Stroessner tiene los mismos perfiles de los que fueron surgiendo en el continente durante los llamados *años de plomo*. Se sustentaba en la Doctrina de Seguridad Nacional, la que justificaba la represión ilegal y violenta a todo sector que pudiera encuadrarse como “enemigo interno”. La “reconstrucción” del país y la “instauración de la paz” luego de años de caos político constituyeron el soporte discursivo de un modelo ideológico que no toleraba el menor disenso y que reprimía con saña toda persona u organización que pudiera alentar ideas cercanas al “peligro comunista”.

La violencia estatal contra toda la sociedad civil fue sistemática, prolongada y despiadada. Más allá de las víctimas personales, debe anotarse entre las consecuencias de la dictadura la destrucción de todo atisbo de organización social preexistente y la postergación – o construcción en condiciones precarias y riesgosas – de las que vendrían después.

Obviamente, en un periodo tan largo de tiempo, hubo variaciones en el tipo de represión empleada, en los grupos demográficos de los que provenían las víctimas directas y también claras diferencias de género en cuanto a la forma en que fueron golpeadas por la violencia estatal.

Género y discurso represivo

Sólo recientemente se volvieron más numerosas las publicaciones referentes a las consecuencias específicas de la represión sobre el género femenino¹. Si a la característica común de los regímenes en la época, la oscuridad sobre sus actos, le agregamos el silencio que rodea atávicamente la violencia contra las mujeres, encontramos una primera explicación para esta ausencia de estudios.

Pero esta situación también puede entenderse porque las dictaduras de la época reforzaron el rígido sistema patriarcal tradicionalmente imperante, asignando un rol social secundario a la mujer y diferenciando su papel en los espacios públicos y privados. En los años de violencia política, los militares impusieron un discurso y una práctica autoritaria que exacerbaba una construcción social

1. BRAVO, Nazareno. *El discurso de la dictadura militar argentina (1976-83)*. Utopía y praxis latinoamericana, vol 8, número 22, Maracaibo, 2003.

que remarcaba el “lugar” de la mujer en la familia, como ama de casa y esposa pero, sobre todo, como madre².

La escuela se convierte en un instrumento fundamental de reafirmación de esta jerarquía de valores. Eso ha sucedido tempranamente en Paraguay, donde se instauró el tamiz de afiliación obligatoria al partido oficialista como requisito “sine qua non” para acceder a cargos docentes. La moral cristiana también sirvió de apoyo doctrinario para esa estructura patriarcal. La mayor parte de las dictaduras cultivaron relaciones cercanas a la complicidad con la jerarquía católica más conservadora de sus respectivos países. En ese sentido, Paraguay fue, de alguna manera, una excepción a la regla, pues el general Alfredo Stroessner carecía justamente de autoridad moral para ser un referente en esos temas.

La población en su totalidad conocía su doble vida afectiva y sus numerosas aventuras extraconyugales, de las cuales quedaron un tendal de hijos. En efecto, si bien aparecía en actos protocolares con la primera dama Ligia Mora de Stroessner, mantenía lazos sentimentales públicos con una amante “oficial” — “Ñata” Legal — con la cual tuvo dos hijas³. Fue precisamente en la casa de ésta donde pasó la última noche de su mandato. Por otra parte, era “vox populi” — años más tarde confirmada por testimonios publicados después de su muerte — que Stroessner y algunos de sus generales llevaban una vida de lascivia y abusos de niñas menores de edad. El dictador tenía políticos y militares que le conseguían jovencitas para su diversión. Con estos antecedentes, resulta entendible que Stroessner no impregnara sus discursos de moral cristiana, sino que apelara a un mensaje patriarcal, dominante y disciplinador.

Mujeres organizadas en la dictadura

Dificultades de varios tipos hicieron imposible que las organizaciones de mujeres alcancen un grado aceptable de articulación durante la mayor parte del siglo pasado. Las primeras iniciativas se registran hacia 1904, con las ideas de Serafina Dávalos, la primera mujer reconocida como feminista y promotora, entre otras, en 1919, del Movimiento Feminista de Asunción⁴. Otros emprendimientos aislados fueron dándose en los ámbitos gremiales, sindicales y políticos. Pero, en general, estas organizaciones eran pequeñas con relación al total de la población⁵.

2. LAUDANO, Claudia. *Las mujeres en los discursos militares*. Buenos Aires: Editora 12, 1997.

3. LEGAL, María Estela. *Mi vida con el presidente Stroessner*. Asunción: Editorial Medusa, 2008.

4. BAREIRO, Line; SOTO, Clyde; MONTE, Mary. *Alquimistas. Documentos para otra historia de las mujeres*. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993.

5. BAREIRO, Line. *Las recién llegadas*. San José: IIDH, Estudios Básicos de Derechos Humanos IV, 1995.

Si las organizaciones previas eran demasiado incipientes, con el advenimiento del general Alfredo Stroessner al poder en 1954, las condiciones se hicieron aún más difíciles. Un largo silencio atraviesa las décadas de los sesenta y setenta, época en que sólo un puñado de mujeres urbanas tuvo activismo en la defensa de los derechos humanos y en la asistencia a grupos campesinos y políticos perseguidos. La represión política y el temor asfixiante que permeó la estructura social paraguaya produjo un corte prolongado en las demandas de género. Los efectos de este golpe sobre las organizaciones sociales no fueron suficientemente estudiados, pero produjeron un retroceso evidente.

A mediados de la década del ochenta hubo un surgimiento de grupos de mujeres con reivindicaciones de género. Un hito trascendente de esos años fue la creación, a fines de 1985, de la Coordinación de Mujeres Campesinas, que levantaba como bandera la igualdad de derechos de la mujer en la sociedad y se constituyó en una referencia importante de resistencia contra el régimen⁶. Al año siguiente fue fundado el grupo Mujeres por la Democracia y, poco tiempo después, ya eran diez las organizaciones que convocaban al Primer Encuentro Nacional de Mujeres, bajo el lema "Por nuestra igualdad ante la ley". De esa iniciativa surgiría más tarde la Coordinación de Mujeres del Paraguay, primer colectivo importante. Hacia el fin de la dictadura (1989) existían unas cincuenta organizaciones de mujeres y eran numerosos los estudios y publicaciones sobre los problemas de género. Con la apertura democrática de los años siguientes se multiplicaron las iniciativas y las luchas por las reivindicaciones políticas⁷.

Pese a lo expuesto, debe reconocerse que la visualización de la cuestión de género no era común ni siquiera en ámbitos opositores durante los años de la dictadura. Ejemplo de ello es el programa del Segundo Congreso Nacional de Derechos Humanos, realizado en Asunción en 1982⁸. En esta reunión se analizó la situación de los trabajadores, de los indígenas, de las poblaciones rurales y de los menores de edad, pero no se hizo ninguna mención al colectivo de mujeres. De las dieciocho ponencias presentadas, sólo dos fueron expuestas por mujeres. Otro coloquio similar realizado en Montevideo en 1985 — debido a las dificultades de organizarlo en Paraguay — revela la misma omisión⁹.

Todo esto no significa, obviamente, que las mujeres no participaran de las actividades políticas y sociales del país. Su protagonismo, como lo indica Line

-
6. ROYG, Elisabeth. *Magui Balbuena. Semilla para una nueva siembra*. Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.
 7. BAREIRO. Op. Cit., 1995.
 8. Comisión de Defensa de los Derechos Humanos - Asociación de Abogados Latinoamericanos por la Defensa de los Derechos Humanos, Filial Paraguay. *Segundo Congreso de Derechos Humanos*. Asunción, 1982.
 9. Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía y la Democracia (SIJADEP). *Paraguay, un desafío a la responsabilidad internacional*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

Bareiro¹⁰, se canalizaba a través de algunas vías usuales. La primera de ellas era el activismo en partidos políticos. La mayor parte de las veces, sin embargo, a las mujeres le estaban reservadas tareas tradicionalmente domésticas como realizar actividades para recaudar fondos, encargarse de trabajos administrativos o de secretaría, organizar comidas o fiestas y recibir a visitantes. Las responsabilidades de conducción y debate quedaban a cargo casi exclusivo de los hombres. Si bien hubo mujeres que ocuparon cargos relevantes en ambos partidos políticos tradicionales — Colorado y Liberal —, éstas eran la excepción. En el Partido Colorado son destacables los protagonismos de mujeres de carácter fuerte -atributo “varonil”- como Lola Miño y Eduvigis Amarilla de Benítez.

A partir de la década del sesenta, otra manera en la que las mujeres se insertaban en la política fue la defensa de los derechos humanos. Su labor en la asistencia a presos políticos — visitarlos en sus lugares de reclusión, proveerles alimentación y ropas, comunicarlos con sus familiares — llegó a ser casi privativa de las mismas. Se consideraba que al ser mujeres, estaban menos expuestas a la represión policial. Si bien en muchos casos su vinculación con estas labores provenía de lo afectivo o familiar, buena parte de las mujeres que participaban de estas actividades tenían una clara conciencia política e intervenían en la promoción de denuncias internacionales contra el régimen.

La Comisión de Defensa de los Derechos Humanos nació el 17 de junio de 1967 y en ella militaron muchas mujeres. Su liderazgo desde su fundación fue ejercido por Carmen Castro de Lara Castro, una mujer emblemática en el tema de los derechos humanos y que, además, era una importante política liberal. Cuando los derechos humanos ganaron visualización e importancia, a partir de 1978, con el gobierno de Carter en los Estados Unidos, estas organizaciones locales dejaron de ser monopolio femenino. De todos modos, como lo señala Jelin¹¹, este tipo de militancia no implicaba precisamente una toma de posición ideológica ni se basaba en demandas de género.

Una tercera vía de participación política era la de su vinculación conyugal o familiar con un hombre político. Esta situación se dio y se sigue dando en Paraguay, así como en muchos otros países latinoamericanos. Como ejemplo puede citarse la gravitante influencia en la política liberal de Rafaela Guanes, esposa del político opositor exiliado, Domingo Laíno. Incluso en las organizaciones clandestinas que se enfrentaron a la dictadura, se repite este fenómeno. Nidia González Talavera era la segunda dirigente en importancia de la Organización Político Mi-

10. BAREIRO. Op. Cit., 1995.

11. JELIN, Elizabeth. *¿Ante, de, en y? Mujeres, Derechos Humanos*. Lima: Red Entre Mujeres, 1993.

litar, grupo guerrillero duramente reprimido en 1976. Era la pareja del principal líder, Juan Carlos Da Costa¹².

Marco jurídico del derecho de las mujeres

Las mujeres, al inicio de la dictadura, no podían votar. Ni las mujeres ni las personas con trastornos mentales. Recién siete años después de instalado el régimen stronista, en 1961, se promulga la Ley de Derechos Políticos de la Mujer, que reconocía el derecho al voto. A las mujeres casadas les estaba vedada la posibilidad de acceder y hacer uso de los bienes propios. Ese era un derecho reservado a los hombres según el Código Civil que estuvo en vigencia hasta 1992.

Durante la dictadura, el Código Penal trataba la violación sexual como un delito contra el honor y las buenas costumbres y constituía un factor atenuante del delito la “mala fama” de la víctima, la cual era frecuentemente medida por la ausencia de himen. Si el violador accedía a casarse con la víctima, podía ser eximido de la pena. Del mismo modo, el adulterio cometido por una mujer estaba tipificado como delito, no así si el infiel era el hombre. Ambos códigos — civil y penal — calificaban el delito de modo desigual según se tratara del varón o la mujer. El Código Penal iba más lejos: si la mujer fuese sorprendida en flagrante infidelidad, el marido era eximido si cometía homicidio (artículo 21, inciso 7). El caso contrario — la mujer sorprendiendo al marido — era penado como homicidio, sin más.

El gobierno de Stroessner estuvo regido por dos constituciones: la de 1940 y la de 1967. Pero es recién con la promulgación de la carta Magna de 1992 donde se logran avances en otros aspectos de la lucha por la igualdad de género. A nivel internacional, los desarrollos más importantes a favor de la mujer se presentaron con la Convención por la eliminación de la discriminación contra la mujer de las Naciones Unidas de 1979 y con la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia Contra la Mujer de 1994, ambas aprobadas por el Paraguay mediante la Ley 1215 de septiembre de 1995. En 2001, Paraguay ratificó el Estatuto de la Corte Penal Internacional que considera crímenes de lesa humanidad “la violación, la esclavitud sexual, la prostitución forzada, el embarazo forzado, la esterilización forzada o cualquier otra forma de violencia sexual de gravedad comparable”¹³.

El Informe Final de la Comisión de Verdad y Justicia

La violencia de género, desde la violencia psicológica — con respecto a su condición de mujer —, a la violencia sexual como método de tortura, integraba

12. BOCCIA PAZ, Alfredo. *La década inconclusa. Historia real de la OPM*. Asunción: El Lector, 1997.

13. Comisión de Verdad y Justicia. *Informe Final. Anive haguã oiko*. Asunción, 2008.

la metodología represiva del terrorismo de Estado. De esta manera, las mujeres detenidas por el régimen militar sobrellevaron una represión con pautas de castigos específicos, un trato diferente con respecto a su género. Destaca el castigo de carácter sexual y de género en las sesiones de interrogatorio y tortura. En este sentido, la violencia contra la mujer, según las Naciones Unidas, es hoy considerada como “todo acto de violencia basado en la subordinación de género, que tiene como resultado posible o real un daño físico, sexual o psicológico, incluidas las amenazas, la coerción, o la privación arbitraria de la libertad, ya sea que ocurra en la vida pública o en la privada”¹⁴.

Aunque la discriminación de género no puede considerarse solamente una consecuencia del sistema represivo, las violaciones de los derechos humanos refuerzan, amplifican y profundizan esa discriminación validando la injusticia de género como normatividad social. Sólo recientemente los estudios e informes sobre tortura comienzan a reconocer una diferencia en la aplicación de estas a hombres y mujeres durante el periodo dictatorial. Las mujeres que resistieron activamente a la dictadura, fueron parte de aquellas que no siguieron el curso normal y esperable de sus historias. Rompieron con lo establecido y fueron protagonistas, aunque para eso debieron meterse en asuntos “de hombres”. La trasgresión fue advertida por la dictadura, que no sólo reprimió política sino también moralmente a las mujeres¹⁵.

Las violaciones a los derechos humanos cometidas por la dictadura de Stroessner fueron documentadas en el Informe Final de la Comisión de Verdad y Justicia, publicadas en 2008. Esta Comisión realizó un análisis general sobre las violaciones de los derechos humanos ocurridas en Paraguay. Si bien todo el informe tiene el mérito de tener un enfoque de género, destina un capítulo específico a los hechos violatorios que afectaron a mujeres. La Comisión destaca el problema de la invisibilización de las violaciones contra las mujeres debido al papel subordinado y la no consideración de la importancia de las violaciones y el estigma que acompaña a algunas de ellas, además de que dichos hechos llegan a ser considerados como “normales” o “naturales” por la cultura machista.

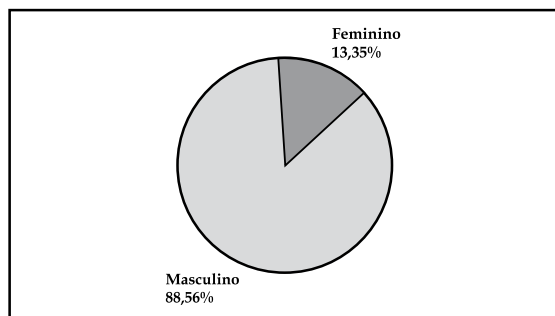
En la introducción del informe se resalta que tanto la necesidad de verdad como la de justicia serían incompletas si no se contribuye a esclarecer las violaciones de derechos humanos contra mujeres como política de Estado, tanto por comisión directa de los agentes estatales como por la omisión de las garantías de hacer respetar la vigencia de los derechos, así como por la comisión o complicidad con la actuación de particulares, cuando estos hechos se producen con el consentimiento, apoyo o tolerancia del Estado.

14. Idem.

15. ZAMORA G, Andrea. *La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura chilena: apuntes para una reflexión*. Debates: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 2008. Disponible on-line en: <http://nuevomundo.revues.org/index27162.html>. Acceso en septiembre de 2009.

Del total de registros de violaciones de derechos humanos, 1.469 casos corresponderían a mujeres (13,3%) y 9.536 a hombres (86,7%).

Violaciones de derechos humanos por sexo



Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

En la primera época de la dictadura (1954 - 1966), el porcentaje de mujeres fue de 6%; en la segunda época (1967 - 1981) del 18%; y en la tercera época (1982 - 1989) los registros de mujeres fueron del 11%.

Hechos violatorios por sexo

Periodos de la Dictadura	Femenino	Masculino	Porcentaje Mujeres	Porcentaje Hombres
1954 a 1966	149	2.209	6%	94%
1967 a 1981	895	3.986	18%	82%
1982 a 1989	227	1.786	11%	89%
Totales	1.271	7.981		

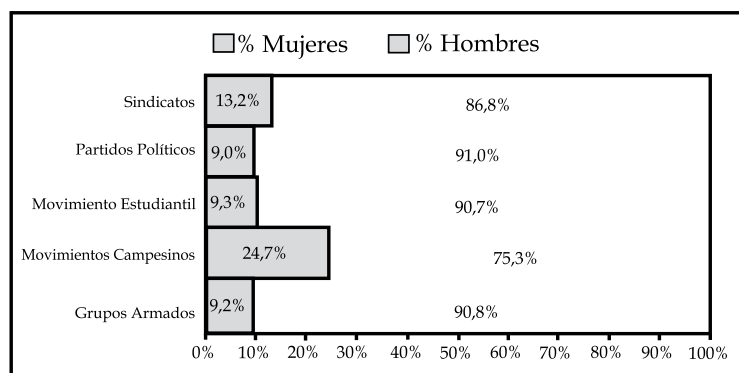
Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

La diferencia puede deberse a tres factores: a) la menor participación política femenina, b) la concepción de la represión que invisibiliza a las mujeres y c) el ataque a comunidades que, al contrario, las castigaba en forma indiscriminada.

En cuanto a la participación en organizaciones (políticas, grupos armados, estudiantiles, campesinas, sindicatos, etc.) las mujeres tienen menor participación que en la muestra general de hombres y mujeres. 25% de ellas activaban en organizaciones campesinas, 13% en sindicatos, 9% en partidos políticos, 9% en movimientos estudiantiles y 9% en grupos armados. Estos últimos incorporaron menos

mujeres en sus columnas en relación a los movimientos estudiantiles, pero la represión las golpeó con más fuerza.

Participación en organizaciones según el sexo



Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

Mujeres víctimas por organización a la que pertenecían

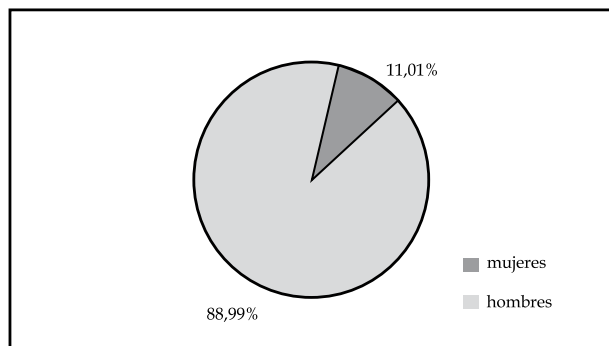
Militancia	Femenino	Porcentaje de mujeres
Ligas Agrarias	220	37%
Partido Liberal	75	13%
Otra	70	12%
Partido Comunista	53	9%
Partido Colorado	39	7%
Sindicatos	27	5%
OPM	22	4%
Partido Febrerista	20	3%
Movimiento Campesino	19	3%
Movimiento Estudiantil	13	2%
Movimiento Religioso	13	2%
FULNA	10	2%
Cultura y Prensa	8	1%
Movimiento "14 de Mayo"	3	1%
Mujeres	3	1%
Partido Demócrata		
Cristiano	1	0%
Indígena	0	0%
Totales	596	100%

Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

Según los testimonios brindados a la Comisión de Verdad y Justicia por mujeres, la mayor violación de los derechos humanos estuvo compuesta por la detención arbitraria y la privación ilegal de la libertad con 93,7%; torturas y otros tratos o penas crueles, inhumanas o degradantes con 39,3%; exilio con 5,4%; otros casos de violencia sexual con 4,2%; violación sexual con 3,4%; desaparición forzada con 2,7% y ejecuciones extrajudiciales con 0,45%. Este patrón es muy similar al de los hombres

En el caso de las personas ejecutadas o desaparecidas es importante destacar que la mayoría de casos de desaparición forzada involucraron a hombres (299 hombres, 89%, y 37 mujeres, 11% del total de desaparecidos).

Desaparición forzada por sexo



Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

Las esposas, las hijas, las hermanas, las compañeras fueron, sin embargo, también víctimas de dichas violaciones de los derechos humanos. Fueron ellas, en casi todos los casos, las que quedaban a cargo de la supervivencia, propia y de la familia. Esta situación queda invisibilizada la mayoría de las veces. Quedarse solas a mantener el hogar, con el miedo de ser también apresadas en cualquier momento y aisladas por el miedo colectivo que inmovilizaba la solidaridad es una historia repetida mil veces durante los 35 años de dictadura.

Los relatores destacan el hecho de que muchas mujeres que brindaron su declaración lo hacían en calidad de testigos o en nombre de alguna otra persona, como su padre, su pareja o sus hijos, pero no como víctimas ni como personas afectadas por la represión. Esto sucedía pese a que efectivamente ellas también eran víctimas de la represión, pero daban prioridad a las violaciones que sufrieron sus familiares. Las mujeres narran más el impacto que produjo la represión en ellas y en la familia, mientras que los varones centran sus relatos en su militancia, su detención y su tortura. Las mujeres refieren más impactos psicológicos de

amenazas y tristeza que los varones, quienes centran sus relatos en su actividad política y la represión personal.

Lugares de reclusión – mujeres

Lugar de Reclusión	Femenino	Porcentaje
Abraham Cué	31	3,13%
Alcaldía Policial	23	2,32%
Caaguazú	8	0,81%
Cárcel de Villarrica	2	0,20%
Central de Policía	41	4,14%
Chacará	3	0,30%
Comisarías	221	22,32%
Delegación de Gobierno	148	14,95%
Dest. Improvisado	32	3,23%
Destacamento militar	25	2,53%
Emboscada	83	8,38%
Guardia de Seguridad	18	1,82%
Investigaciones	243	24,55%
La Técnica	16	1,62%
No corresponde	68	6,87%
Tacumbú	6	0,61%
Vigilancia y Delitos	22	2,22%
Totales	990	100%

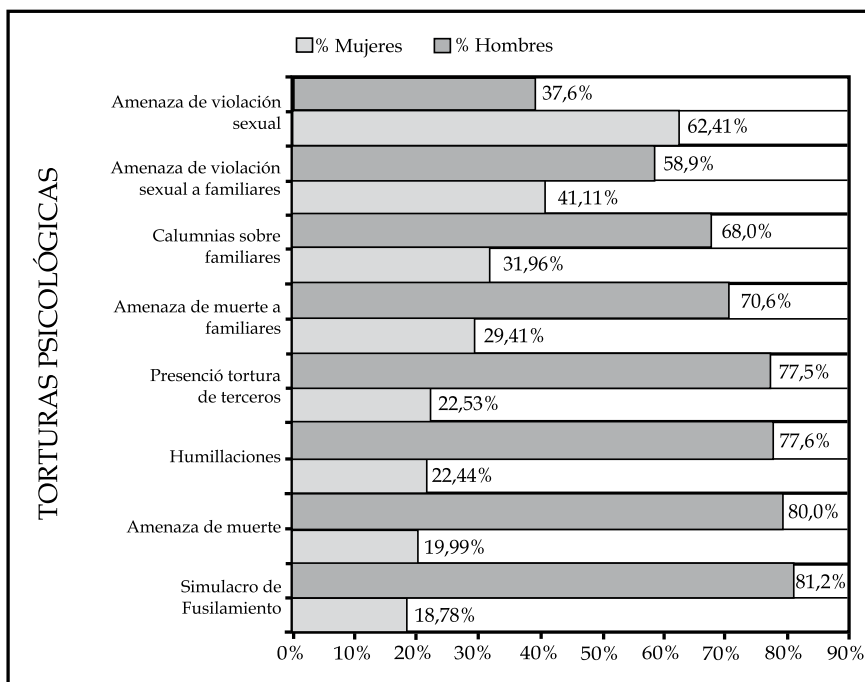
Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

Torturas físicas por sexo

Tortura	Femenino	Masculino	Porcentaje Femenino	Porcentaje Masculino
Golpes	295	1.517	14,90%	85,10%
Golpes con instrumentos	235	1.359	13,40%	86,60%
Colgamiento o posición externa	49	486	9,20%	90,80%
Pileteada	62	490	11,20%	88,80%
Asfixia com bolsa	6	71	9,00%	91,00%
Eletricidad o picana eléctrica	51	389	11,50%	88,50%
Quemaduras o cortes	35	148	20,20%	79,80%
Totales lógicos	317	1.584		

Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

Torturas psicológicas por sexo



Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

Esta característica ha sido mencionada en otros estudios¹⁶. La experiencia directa y la intuición indican que hombres y mujeres desarrollan habilidades diferentes en lo que concierne a la memoria. Las mujeres recuerdan eventos con más detalles, expresan más sentimientos y recurren más a experiencias íntimas y a las relaciones personalizadas, sean en la familia o en el activismo político.

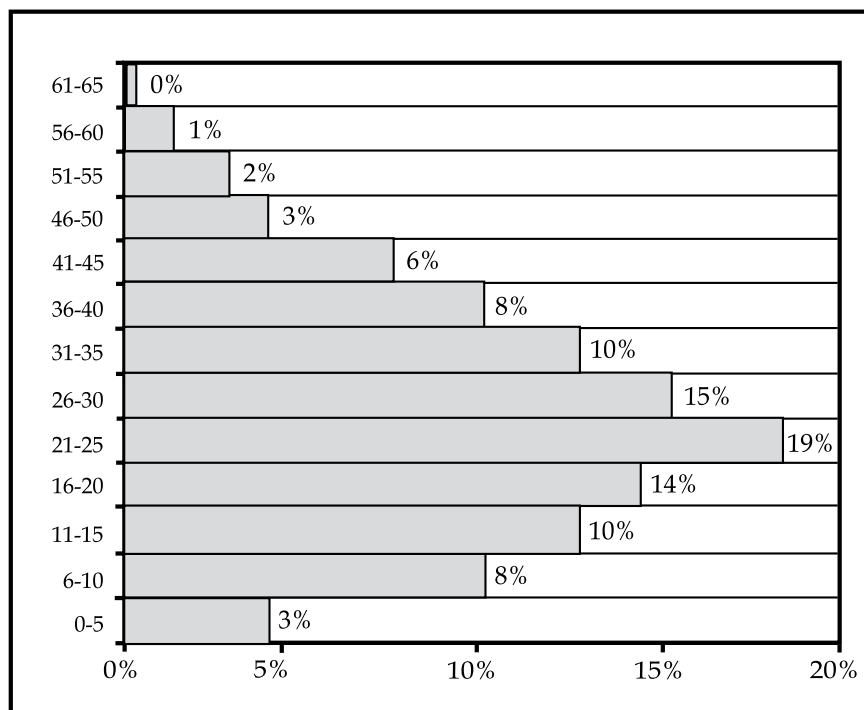
Comparación con otros países

Los datos del Informe de Verdad y Justicia del Paraguay pueden ser comparados con los de algunos de los países vecinos. En Argentina el CONADEP¹⁷ registra escuetamente que las mujeres constituyeron el 30% de las/os desaparecidas/os. El 10% de las mismas estaban embarazadas (3% del total).

16. Cf. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. España: Siglo Veintiuno editores, 2001; OLAVARRÍA, José. *El sexismo que tortura y mata. Política de género y represión política hacia las mujeres en Chile*. Chile: Ed. Flacso, 2003; ZAMORA G, Op. Cit.

17. Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas (Conadep). *Informe Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

Edad de las mujeres



Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

En Chile, la Comisión Valech¹⁷ informó en noviembre de 2004 que, al final del proceso, fueron reconocidas como víctimas de prisión política y tortura 28.459 personas, que corresponden a 34.690 detenciones. Del total de personas, 1.244 eran menores de 18 años y de éstas 176 eran menores de 13 años. El 12,5%, que equivale a 3.399 personas, eran mujeres. Aunque la Comisión prefirió no incluir preguntas sobre el tema, 316 mujeres relataron espontáneamente haber sido violadas. De ellas, 13 quedaron embarazadas y seis de estas gestaciones llegaron a término. 229 mujeres estaban embarazadas al momento de su detención y, por lo menos, 11 de ellas fueron igualmente violadas.

En Brasil, el profesor Marcelo Siqueira Ridenti reelaboró informáticamente los datos de la investigación *Brasil Nunca Mais*, aislando los procesos relativos a las organizaciones de izquierda, centrándose en la situaciones de las mujeres vin-

17. Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. *Informe (Comisión Valech)*. Santiago, 2004.

culadas. Sobre un total de 4124 procesados de izquierda, 660 eran mujeres (16%). El número sube para 18.3% cuando se toma el conjunto de las organizaciones armadas urbanas¹⁸.

En Uruguay, Álvaro Rico¹⁹ publicó muy recientemente una investigación (*) sobre el terrorismo de Estado entre los años de 1973 y 1985. A través de tres tomos, con 1.500 páginas y la consulta a 20 archivos, la obra recopila una profusa documentación de fuentes gubernamentales, militares y policiales de la época. Se presenta un listado de 5.295 presos, 116 asesinados políticos y 67 bebés que estuvieron con sus madres en las cárceles. Aunque se reconocen que los datos son muy parciales, se logró la documentación de 740 mujeres presas en Punta de Rieles en condiciones de invisibilidad, pues no se conocía ningún listado. De estas mujeres 23 murieron por razones políticas, la mayor parte en prisiones.

Violencia sexual

La violencia sexual es entendida como cualquier conducta que tenga una connotación sexual y que se ejerza sobre una persona por su condición de género mediante acciones como amenazas, intimidación, y uso de fuerza que apunten a destruir, violentar o humillar a la víctima. Este concepto se enmarca dentro de la legislación vigente sobre Derechos Humanos y por el cual las Naciones Unidas ha insistido muchas veces que todo tipo de violencia sexual es una forma de tortura y un crimen de lesa humanidad.

La violencia de género, o violencia con carácter sexual, es una de las principales características de la represión a mujeres torturadas en las dictaduras militares. Se le otorga un carácter de género específico porque pretendía deliberadamente afectar la sexualidad de la víctima, estableciendo una relación de sometimiento y de desigualdad de poder²⁰.

El informe de la Comisión de Verdad y Justicia señala un importante subregistro de las violaciones, sobre todo cuando la víctima es varón. Del total de mujeres, un 9% manifestó haber sufrido violación sexual, en comparación con el 1,5% del total de hombres que lo señaló.

-
18. RIDENTI, Marcelo Siqueira. *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*. Departamento de Sociología da Universidade de São Paulo. Revista Tempo Social, São Paulo, 1990.
 19. RICO, Álvaro (coordinador). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay 1973-1985* (tres tomos). Universidad de la República. Montevideo: Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU), 2009.
 20. OLAVARRÍA, Op. cit.; CARRERA, Carolina. *Un secreto a voces. Violencia sexual como tortura durante la represión política en Chile*. Revista Mujer Salud, Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, número 1, 2005.

Torturas sexuales por edades

Edad	Violación sexual de mujeres
0-5	2%
6-10	0%
11-15	26%
16-20	16%
21-25	19%
26-30	21%
31-35	7%
36-40	2%
41-45	5%
46-50	2%

Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ

Algunos motivos que explican este subregistro son la vergüenza, la culpa o el estigma que acompaña a la violencia sexual, dado que constituye un ataque a la identidad e intimidad de la persona. Además, debe sumarse el miedo a represalias por convivir en la misma comunidad que su victimario. El 37% de las víctimas fueron niñas y el 82,2% de los casos se presentaron en departamentos del interior del país.

Si se suman los testimonios recibidos por la Comisión sobre violaciones sexuales con otras formas de violencia sexual como manoseos, acosos, posturas humillantes, desnudos forzados, además de las amenazas directas de violación sexual a la víctima o a sus familiares, el porcentaje es del 23,7% de las mujeres. Es decir, la cuarta parte de las víctimas fue objeto de algún tipo de ultraje sexual. Este porcentaje debe ser muy superior en realidad. Con seguridad, una mujer que fue torturada recibió algún tipo de ultraje sexual.

Es frecuente en los testimonios que, en relación con su pareja, el hombre se responsabilice de no haber podido evitar lo ocurrido, generando una continua autodescalificación. Pero, además, en la lógica de algunas sociedades patriarcales la violación contra la mujer también va dirigida contra la virilidad del hombre, en tanto que éste es señalado socialmente como alguien incapaz de proteger sus "pertenencias". Su impotencia, su virilidad es cuestionada. La imagen femenina manchada genera sentimientos de desprecio hacia ella, ya no es la misma, pues la tuvo otro²¹.

21. JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Coordinadores). *Construir la democracia: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina*. Caracas Nueva Sociedad, 1996.

Torturas sexuales contra mujeres

Tortura sexual a mujeres	Porcentaje
Violación por personas del mismo sexo	1%
Obligar a ponerse en posiciones humillantes o a bailar frente a los torturadores	1%
Ser obligado a presenciar la tortura sexual de otro	1%
Violación sexual en presencia de hijos/pareja	1%
Permanecer desnudos/as	3%
Violación sexual por personas de diferente sexo	3%
Sufrió torturas sexuales, mas no desea hablar de ello	3%
Violación sexual por varias personas	4%
Violación sexual por una persona	6%
Acoso sexual	11%
Abuso y manoso sexual	11%
Humillaciones sexuales o comentarios degradantes	21%

Fuente: Elaborado en base a datos de la CVJ. Los datos no son mutuamente excluyentes. Mas de una categoria violatoria puede afectar a la misma persona.

En el caso de las detenciones arbitrarias, los bebés, niños, niñas y adolescentes eran privados de su libertad en los mismos centros de reclusión que los adultos y padeciendo con las mismas condiciones. Hubo nacimientos de bebés en el Policlínico Policial de Asunción y en otros centros de detención. No se registraron casos de apropiación indebida de bebés por parte de los captores, situación denunciada con frecuencia en Argentina. El 15,5% de la población infantil sufrió algún tipo de violencia sexual (63% niñas y 37% niños). Un tercio de esta población fue violada sexualmente.

Un caso llamativo fue el de Julia Ozorio Gamecho, la primera mujer que se presentó para hablar ante la Comisión sobre la esclavitud sexual a la que fue sometida por el Ejército durante la dictadura. Ozorio fue arrebatada de su hogar en la ciudad de Nueva Italia, en el departamento Central de Paraguay, cuando tenía 13 años. Se la llevó un coronel, vicecomandante del Regimiento Escolta Presidencial. Durante los dos años siguientes permaneció cautiva y sometida a esclavitud sexual por el militar. Según Ozorio, existían otras niñas en situación similar que servían de objeto sexual de los militares. El secuestrador de Julia Ozorio la puso en libertad porque había cumplido los 15 años y ya no le interesaba. Según dice, salvó la vida porque a su secuestrador le recordaba a su hija muerta. Ozorio se fue a Argentina por seguridad y desde entonces ha vivido en Buenos Aires. Treinta y siete años después, en 2008, regresó a Paraguay para presentar en un

libro²² la historia de lo que le ocurrió durante los dos años que estuvo sometida a la esclavitud sexual.

La discriminación y el exilio

A menudo, el exilio fue el resultado del compromiso político de los hombres. Las mujeres debieron acompañar a sus parientes, no como resultado de un proyecto político propio sino como esposas, hijas o madres. En esas condiciones los efectos de la experiencia del exilio son diferentes de los exilios ligados a un proyecto político o un compromiso propios. Las mujeres debieron movilizar sus recursos personales para cuidar y alimentar, a veces en el espacio doméstico hogareño, otras en iniciativas comunales, a sus hijos.

La Comisión de Verdad y Justicia registra en su informe final 428 testimonios de personas que sufrieron el exilio. Frente al número total de víctimas, esto supone que una de cada 26 violaciones a los derechos humanos denunciadas conlleva el exilio. La cifra es muy pequeña frente a la realidad de que el destierro es habitualmente una pena familiar. El expatriado termina llevando al exterior a toda o parte de su familia. La Propia Comisión señala, en ese sentido, que debe calcularse que no menos de 20.000 paraguayos y paraguayas vinculadas a los casos denunciados fueron víctimas del exilio. De los casos estudiados, el 83% era de sexo masculino y 17% de sexo femenino. Una de las características del exilio paraguayos fue su larga duración. A lo largo de la dictadura de Stroessner hubo dos picos de exilio político: los años 1958-59 y el año 1976, momentos coincidentes con fuertes represiones a organizaciones clandestinas – FULNA y “14 de Mayo” en el primer caso y OPM en el segundo.

Muchas mujeres recuerdan los años de exilio como los de mayor igualdad en la participación política. Las reuniones se hacían en las casas y al haber menor poder, ni investiduras en juego, todos podían ser tenidos en cuenta. Es más, muchas iniciativas feministas en América Latina nacieron justamente de la experiencia del exilio. En algunos casos, las mujeres pudieron tener contactos diferentes, y a su retomo formaron grupos o se integraron a los ya existentes. En otros, se constituyeron como organización en el exilio.

Conclusiones

Las dictaduras latinoamericanas de nuestro pasado reciente representaron un duro golpe al desarrollo de los movimientos feministas produciendo un enorme

22. OZORIO, Julia. *Una rosa y mil soldados*. Asunción: Intercontinental Editora, 2008.

retroceso. El periodo autoritario vivido por el Paraguay tuvo un sustento ideológico conservador y autoritario, fue fundamentalmente patriarcal y machista. Su aparato represivo profundizó las desigualdades al golpear de modo más intenso y doloroso a las mujeres que, incluso en las violaciones de derechos humanos, les tocó la parte más terrible de la historia.

Luego del golpe de 1989 los numerosos grupos de mujeres en pleno crecimiento y desarrollo encontraron en los nacientes espacios del proceso de democratización caminos para su madurez. El movimiento de mujeres logró durante la transición política la modificación de las leyes discriminatorias y fue partícipe de la construcción de políticas e instituciones estatales para la igualdad de género.

Sigue siendo necesario, sin embargo, echar una mirada crítica a los tiempos en que las libertades estaban conculcadas para entender que la discriminación de género, si bien no puede considerarse una consecuencia del sistema represivo, se ve amplificada y profundizada. Comprender esta situación revaloriza al necesidad de fortalecer las instituciones democráticas y ayuda a valorar en su justa dimensión el coraje y coherencia de las mujeres que enfrentando la violencia y la incomprensión, mantuvieron la lucha contra toda forma de discriminación.

BIBLIOGRAFÍA

BAREIRO, Line. **Las recién llegadas**. San José: IIDH, Estudios Básicos de Derechos Humanos IV, 1995.

BAREIRO, Line; SOTO, Clyde; MONTE, Mary. **Alquimistas. Documentos para otra historia de las mujeres**. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993.

BOCCIA PAZ, Alfredo. **La década inconclusa. Historia real de la OPM**. Asunción: El Lector, 1997.

BRAVO, Nazareno. **El discurso de la dictadura militar argentina (1976-83)**. Utopía y praxis latinoamericana, vol 8, número 22, Maracaibo, 2003.

CARRERA, Carolina. **Un secreto a voces. Violencia sexual como tortura durante la represión política en Chile**. Revista Mujer Salud, Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, número 1, 2005.

Comisión de Defensa de los Derechos Humanos – Asociación de Abogados Latinoamericanos por la Defensa de los Derechos Humanos, Filial Paraguay. **Segundo Congreso de Derechos Humanos**. Asunción, 1982.

Comisión de Verdad y Justicia. **Informe Final. Anive haguã oiko.** Asunción, 2008.

Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas (Conadep). **Informe Nunca Más.** Buenos Aires: Eudeba, 1984.

Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura. **Informe (Comisión Valech).** Santiago, 2004.

JELIN, Elizabeth. **¿Ante, de, en y? Mujeres, Derechos Humanos.** Lima: Red Entre Mujeres, 1993.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** España: Siglo Veintiuno editores, 2001;

JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Coordinadores). **Construir la democracia: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina.** Caracas Nueva Sociedad, 1996.

LAUDANO, Claudia. **Las mujeres en los discursos militares.** Buenos Aires: Editora 12, 1997.

LEGAL, María Estela. **Mi vida con el presidente Stroessner.** Asunción: Editorial Medusa, 2008.

OLAVARRÍA, José. **El sexismo que tortura y mata. Política de género y represión política hacia las mujeres en Chile.** Chile: Ed. Flacso, 2003;

OZORIO, Julia. **Una rosa y mil soldados.** Asunción: Intercontinental Editora, 2008.

RICO, Álvaro (coordinador). **Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en el Uruguay 1973-1985** (tres tomos) Universidad de la República. Montevideo: Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos (CEIU), 2009.

ROYG, Elisabeth. **Magui Balbuena. Semilla para una nueva siembra.** Buenos Aires: Trompo Ediciones, 2008.

Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía y la Democracia (SIJADEP). **Paraguay, un desafío a la responsabilidad internacional.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo**. Departamento de Sociología da Universidade de São Paulo. Revista Tempo Social, São Paulo, 1990.

ZAMORA G, Andrea. **La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura chilena: apuntes para una reflexión**. Debates: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 2008. Disponible on-line en: <http://nuevomundo.revues.org/index27162.html>. Acceso en septiembre de 2009.



MEMORIA Y MEMORIAS DE MUJERES EN EL RELATO DE LA DICTADURA (URUGUAY, 1973-1985)

Graciela Sapriza

Introducción

En Uruguay, la década de 1960 marcó el inicio de una acelerada crisis económica, social y política. Las propuestas de reformas estructurales en la producción llevadas adelante por los sectores progresistas se enfrentaron a la negativa del gobierno — vinculado a estrategias internacionales (las políticas financieras del FMI entre otras — que, por el contrario, implantaron políticas de “ajustes”. Los partidos políticos de izquierda — socialistas y comunistas, y un amplio espectro de posiciones renovadoras independientes — en proceso de unificación en un frente popular (Frente Amplio 1971), “Obreros y estudiantes” organizados en centrales sindicales fuertes como la tradicional Federación de Estudiantes Universitaria (FEUU) y la Convención Nacional de Trabajadores (CNT-1966) se movilizaron para enfrentar esos intentos. La respuesta fue la implantación de medidas prontas de seguridad, recurso constitucional de excepción que, sin embargo, se aplicó casi ininterrumpidamente durante el gobierno de Jorge Pacheco Areco (1968-1971). En este marco de suspensión de las garantías constitucionales, se produjo la militarización de importantes sectores de trabajadores públicos y privados (los más recordados, los trabajadores de Ute y Bancarios) que fueron llevados a cuarteles, despedidos o suspendidos de su trabajo. Los diferentes enfrentamientos que se produjeron entre un gobierno cada vez más violento y arbitrario y amplios sectores del movimiento popular — sumado al accionar de la guerrilla urbana— llevaron, primero, a la militarización de la sociedad y, finalmente, a la ruptura institucional más grave y dolorosa del siglo que se produjo en 1973.

Resulta difícil establecer claramente cuándo comenzó la dictadura así como hoy se discute la fecha exacta del golpe de Estado. Si ésta se produjo ya en el año de 1972 durante el violento mes de abril de 1972 y el establecimiento del Estado de Guerra, con el saldo de veinte muertos en cuatro días, cifra inconcebible para el otrora “pacífico” país. Se plantean dilemas entre el 9 de febrero de 1973 (con

el Pacto de Boisso Lanza y la difusión de los comunicados 4 y 7) o el 27 de junio, con la disolución del Parlamento por el presidente electo Juan María Bordaberry. Las dificultades provienen de que,

“el golpe de Estado en Uruguay no es una interrupción abrupta de la legalidad, por actores que operan “desde afuera” del sistema político-estatal-militar sino que es una resultante de dinámicas institucionales conflictivas que llevan, finalmente, a un golpe institucional, a que el propio presidente constitucional se convierta en dictador y a la configuración de un régimen totalitario de tipo cívico-militar.”¹

Dos procesos marcan significativamente a la dictadura en el Uruguay. La implantación del terrorismo de Estado y el mayor deterioro de las condiciones de vida y de salarios de la población. Estas dos situaciones afectaron profundamente a las mujeres y suscitaron respuestas políticas de resistencia propiciando el nacimiento de un importante movimiento social — vertebrado por el feminismo — que se puso en evidencia en la transición a la democracia a través de masivas manifestaciones públicas y de la lucha sostenida por el logro de la visibilización del papel protagónico asumido por las mujeres en la recuperación de la democracia.

Recuperación de la memoria traumática

En el período inmediato a la apertura democrática se escucharon testimonios y se produjeron informes sobre el Uruguay de la resistencia. Emergieron las memorias del horror con los informes de diferentes organizaciones de DDHH. Al recoger testimonios para elaborar un relato del período autoritario se enfatizó en las voces públicas, pertenecientes a militantes políticos y revolucionarios varones. Voces que relataron su “verdad” teniendo como eje el rechazo al régimen, quizá por eso los relatos de mujeres no tuvieron cabida. Después de 1989 coincidiendo con la caída del muro de Berlín y la “definitiva” aceptación de la Ley de Caducidad en el Uruguay². Con el resultado del plebiscito de abril de 1989,

-
1. RICO, A. “Del orden político democrático al orden policial del Estado” .pp. II-III. Brecha 6 de junio de 2003. Separata 1972. El año de la Furia.
 2. La “Ley de caducidad de la pretensión punitiva del estado” que fue aprobada por el Parlamento uruguayo, en diciembre de 1986, estableció una cláusula de impunidad para todos los militares y policías que hubieran cometido violaciones a los derechos humanos durante el período de la dictadura. La sociedad civil organizada contestó de inmediato esta ley constituyendo una Comisión Nacional Pro Referéndum que recogería las firmas necesarias para convocar a un Plebiscito que anulara la Ley. Este se realizó en abril de 1989 con un resultado negativo ya que la ciudadanía se pronunció por el mantenimiento de la Ley.

se produjo un silencio sobre los hechos directos de la represión y se dijo que “el tema salió de la agenda política”.

La instalación de la Comisión para la Paz, en agosto de 2000, integrada por representantes de diferentes posiciones políticas y familiares de desaparecidos, se destinó a conciliar “estados del alma” y respondió a una nueva “temperatura” frente al conflictivo pasado reciente. Estuvo precedida por las marchas por la vigencia de los DDHH iniciadas en 1996, y un contexto regional e internacional que revisa y presiona continuamente en el sentido de investigar y condenar las violaciones a los Derechos Humanos.

Con casi dos décadas de atraso en relación a los países de la región — en Argentina los juicios a la junta militar se realizaron en el periodo inmediato de la salida de la dictadura, se produjo el documento oficial “Nunca Más”; en Chile, y acompañando la recuperación democrática, se produjo el “Informe Rettig” —, Uruguay inauguró un nuevo tiempo para la recuperación del pasado inmediato que se acrecentó con la instalación de un gobierno progresista en 2005, provocando una “eclosión de la memoria”.

Sin embargo, la memoria de la dictadura que actualmente se pone en circulación entra en un juego de signos rápidamente reciclados en el flujo del mercado que sólo permite una mención a la historia al pasar. Como sostiene la chilena Nelly Richards (2004), las referencias al pasado no deben presentar ninguna escarpadura, ninguna aspereza comunicativa para no alterar el ritmo ligero de variaciones y diversiones que caracteriza la estética de la redemocratización. Nuestra intervención se plantea si es suficiente conocer acerca del pasado para que este adquiera un sentido activo. La memoria es más de lo que se ha producido hasta ahora; las políticas de la amnesia hacen necesario reintegrar fragmentos del pasado en una nueva estructura interpretativa, haciendo que el pasado diga lo que no era conocido anteriormente — revele lo desconocido — o lo que fue silenciado, produciendo reconceptualizaciones de lo sucedido de tal forma que permitan rescatar y registrar las omisiones que hasta ahora toleramos.

Mujeres y memoria

En 1997, a un año de iniciadas las masivas marchas por el esclarecimiento de las violaciones a los Derechos Humanos, un grupo de mujeres expresas políticas sintió la necesidad de hablar por ellas mismas a fin de reconstruir su peripecia y aportar su visión de la historia del pasado reciente. Luego de tres años de trabajo en común, decidieron convocar a un concurso de relatos sobre la dictadura exhortando a todas las mujeres a que brindaran su testimonio sobre lo que vivieron y sintieron durante esos años.

La convocatoria obtuvo una amplia recepción y se recibieron relatos que no sólo reconstruyen las historias de vida de militantes (y sus experiencias de prisión, exilio, desapariciones de seres amados, amores y desamores). El conjunto de los testimonios (más de 300) comparte un rasgo común, el de la simpatía o la solidaridad con la experiencia de las víctimas. La convocatoria partía de un punto de vista solidario, hacia las mujeres, otorgándoles la calidad de “protagonistas”. Decía: “Tenés que contarlo porque a vos también te pasó”; se mostró abierta a trozos de historias, a recuerdos de quienes por mucho tiempo permanecieron silenciados. Salvo excepciones (como el de Lilián Celiberti en diálogo con Lucy Garrido, Chela Fontora y Graciela Jorge), era notoria la ausencia de los relatos testimoniales de mujeres en la literatura del período casi monopolizada por los varones.

“Liberadas así de la necesidad de presentar un producto extenso y reflexivo acerca de lo vivido, liberadas incluso de la búsqueda del investigador que puede haber en una entrevista — aunque conservando parte del gesto oral de decir algo sobre una misma —, las testimoniantes nos permiten acceder a una serie de memorias, de reconstrucciones de lo acontecido en la dictadura que logra ser plural”.³

¿Qué se espera de ese conjunto de voces de mujeres? O, retornando la pregunta, por qué una relato desde las mujeres podría darnos otra versión de la dictadura? ¿son las mujeres portadoras de una memoria específica? Al abordar estos testimonios desde una perspectiva de género, descartamos las explicaciones biológicas que al naturalizar la construcción de desigualdades, las justifican.

El abordaje de la ciencia social al género pluralizó la categoría “mujeres”. Si hay diferencias de razas, clase, etnia y sexualidad, ¿cuál es el eje conceptual para la historia de las mujeres?, ¿hay una identidad común para las mujeres?, ¿hay una historia de ellas que podamos escribir, o una historia que ellas puedan escribir?

Es necesario avanzar en la reconstrucción de la historia incorporando el análisis de género en los procesos de rememoración. Plantearse, por ejemplo, cuándo, cómo, quién y para qué se recuerda. También problematizar los supuestos de las diferentes propuestas de recuperación de la memoria a través de algunas interrogantes sobre los contextos en los que se “produce memoria” y sobre la necesidad de que la historia se comprometa en el análisis de las subjetividades.

Nos preguntamos, en ese marco, si las mujeres son portadoras de una memoria particular sobre el pasado reciente y si ésta permite construir una historia

3. HERRERA. M. “Memoria de la resistencia de las mujeres uruguayas a la dictadura en el Establecimiento de Reclusión Militar N° 2, Penal de Punta de Rieles”. Ponencia presentada al Encuentro Historia, Género y Política en los '70. Buenos Aires, 2004.

no lineal, que muestre la diversidad de perspectivas de los procesos históricos. Apostamos a que la subjetividad de lo “vivido” se revele en el relato y se integra a la historia, permitiendo comprender, entre otras cosas, las formas en que actuó el terrorismo de estado sobre la población.

¿Se elige desde donde se recuerda? La memoria individual está mediada por las circunstancias, las coyunturas políticas y las políticas institucionales de la memoria. Es decir que las que participaron en la “experiencia” de MPA, aún cuando “eligieron recordar” lo hicieron motivadas por múltiples factores.

Las mujeres que sufrieron la cárcel centran su testimonio alrededor de tres grandes ejes temáticos: torturas sufridas, vida en el Penal, relación con los familiares, (la visita, los códigos de comunicación, etc.). Presentan diferentes formas de resistencias a la prisión, destacan la solidaridad, la unión más allá de las diferencias políticas. Son escasos los textos que hablan en forma crítica de algunas experiencias carcelarias. Marcan todos una polarización entre el adentro y el afuera insertos en una lógica de amigo y/o enemigo. La vida afectiva personal se manifiesta en los casos de presas embarazadas a su “caída” que tienen sus hijos en el hospital militar, mientras algunas testimonian sobre sus casamientos en prisión, pero no se mencionan relaciones de afecto/odio/rechazo especiales, entre las propias prisioneras.

Los familiares afectados por la dictadura están representados básicamente por madres, esposas o compañeras e hijas de desaparecidos y presos. Los temas se centran en el impacto en el núcleo familiar y sus respuestas. Muchos toman como centro las visitas a los penales para detallar la incertidumbre y la arbitrariedad del régimen. Un núcleo importante de testimonios refleja la relación hijas-padres o madres presas. Es decir, son escritos por aquellas que eran niñas en ese período.

Para hablar de la situación del exilio muchas eligen describir los países que las recibieron en diferentes épocas.⁴ Existe, asimismo, un número importante de testimonios de hijas de exiliados, las que no eligieron esa situación. Es notable la presencia de “diálogos” madre-hija por carta o internet reviviendo esa situación o reflexionando sobre ella (esta escritura “de a dos” es un rasgo que comparten muchos testimonios). En ese sentido, se destaca la frecuencia de la temática de la maternidad en estos testimonios, aunque no debería ser llamativo en un grupo que se define precisamente por la pérdida de sus raíces.

4. En el archivo de Memorias para Armar se cuenta con 4 testimonios de mujeres exiliadas después de haber sufrido prisión (50, 189, 224, 276). Otros cuatro de exiliadas que dejaron a sus compañeros presos, o familiares cercanos, al refugiarse en el exterior (39, 204, 294, 311). Unos seis testimonios hablan de la situación de las hijas de exiliados y el retorno al país una vez recuperada la democracia en el años 1985 (11, 18, 205, 242, 257, 262, 280). Un número importante de testimonios, catorce, se extienden sobre los países del exilio (4, 9, 24, 73, 103, 115, 139, 142, 185, 192, 197, 222, 271, 282, 293, 318).

“Aunque existen numerosos testimonios sobre los diferentes aspectos de la represión política, parece haber aún poca investigación académica y periodística sobre estos temas, en particular sobre las experiencias y las actividades políticas del exilio.⁵ Entre estas actividades, se destaca la participación de muchos exiliados en campañas contra las prácticas represivas de la dictadura uruguaya, uniendo esfuerzos con activistas de Europa y Estados Unidos en una red dedicada a denunciar violaciones a los derechos humanos en países bajo gobiernos autoritarios de derecha. Esta cooperación dio origen a un movimiento de alcance mundial que promovió técnicas innovadoras de activismo transnacional y se convirtió en una fuente de información confiable para gobiernos y organizaciones internacionales y en un modelo ineludible para esfuerzos posteriores de denuncia y acción en contra de otros regímenes represivos”.⁶

El mayor número de testimonios y la mayor diversidad de temas se encuentra entre aquellas que no sufrieron directamente la dictadura. En contraste con los testimonios de las presas — en los que no hay referencias al tiempo: no existía el reloj, la luz del día pautaba el paso del tiempo —, en estos hay una clara intención de construir una cronología de la dictadura a través de la mención de episodios considerados como hitos históricos: tanto el 14 de abril de 1972, como el golpe de estado de junio de 1973, la huelga general, la manifestación del 9 de julio, el plebiscito del 80, y así hasta llegar a la salida de la dictadura. Pero el tema más saliente, el eje temático recurrente de este conjunto es el miedo, definido por una de ellas como un sentimiento “viscoso” pegado al cuerpo. Miedo internalizado como síntoma en el cuerpo, miedo

-
5. Exceptuando algunos ensayos escritos durante la transición, la emigración uruguaya ha sido mayormente estudiada desde una perspectiva cuantitativa o demográfica. Ver por ejemplo AGUIAR, César. *Uruguay: País de emigración*. Montevideo: EBO, 1982; WONSEWER, Israel; TEJA, Ana María. *La emigración uruguaya, 1963-1975: Sus condicionantes económicas*. Montevideo: CINVE-EBO, 1983; y FORTUNA, Juan Carlos; NIEDWOROK, Nelly; PELLEGRINO, Adela. *Uruguay y la emigración de los 70*. Montevideo: CIEU-EBO, 1988. El interés por temas como exilio y refugio político es relativamente reciente. Ver por ejemplo DUTRÉNIT, Silvia; RODRÍGUEZ, Guadalupe, (Eds.). *Asilo diplomático mexicano en el Cono Sur*. México: Instituto Mora/Instituto Matías Romero, 1999; y BURIANO, Ana (Ed.). *Tras la memoria: El asilo diplomático en tiempos de la Operación Cóndor*. México: Instituto Mora/Instituto de Cultura de la Ciudad de México, 2000. Este tardío desarrollo es notorio en la dificultad que aún existe para evaluar las causas de la emigración y diferenciar “emigrantes” de “exiliados”. Centrándose en las denuncias de violaciones a los derechos humanos, este trabajo consideró “exiliados” a aquellos que fueron políticamente activos luego de irse del país, más allá de sus motivos para emigrar. Sigo en este punto el trabajo de HITE, Katherine, *When Romance Ended: Leaders of the Chilean Left, 1968-1998*. Nueva York: Columbia University Press, 2000.
 6. MARKARIAN, V. De la lógica revolucionaria a las razones humanitarias: La izquierda uruguaya en el exilio y las redes transnacionales de derechos humanos (1972-1976). *Cuadernos del CLAEH*, No. 89, Montevideo: Centro Latinoamericano de Economía Humana, diciembre 2004.

somatizado en muchos testimonios. Así, la referencia se ubique en la vida cotidiana en los barrios o en el interior del país. Se registra la presencia constante del aparato represivo militar, los allanamientos, pinzas sorpresivas, intervenciones y destituciones, categorización de los ciudadanos en “enemigos/excluidos” y los “patriotas” aparecen en los relatos de los ciudadanos clasificados en A, B o C.

Inicialmente podríamos confirmar la capacidad de esos testimonios de mujeres⁷ en describir escenarios diversificados del pasado reciente (los de la vida cotidiana, los afectos, por ejemplo, así como la ausencia notoria de referentes comunes en el discurso masculino: acciones heroicas, arriesgadas o políticas, en el sentido “tradicional”). El conjunto de los testimonios abarca un abanico amplio de temas que podría considerarse la materia prima para el relato de una historia social, subjetiva, o íntima, del período de la dictadura.⁸

Se observan, a su vez, huecos o vacíos llamativos en los mismos. Lo “no dicho”, lo que no se menciona (o si se lo hace es en forma ocasional) se erige en esta evaluación como un dato notorio. Por ejemplo, no se cuentan, no se recuerdan, “se olvidan” episodios de violencia protagonizados por las testimoniadas. Eso suscita un conjunto de interrogantes. ¿Remite a la clásica o tradicional adscripción de las mujeres al ámbito privado? Prefieren presentarse⁹ como víctimas de la situación, aún a contrapelo de lo que la documentación de época podría confirmar (y nos referimos a publicaciones de la izquierda del período, documentos de los partidos políticos que conformaban el Frente Amplio así como folletería de propaganda y registro de acciones de “política armada” en el que participaron mujeres). Otro de los aspectos llamativamente “ausente” es la referencia directa a la sexualidad cuando en cambio son mayoría los que se centran en la afectividad, incluso presentada como forma original (¿propiamente femenina?) de resistencia a la dictadura

¿Qué sugiere la ausencia de estos temas en el proceso de rememoración? ¿Cuánto hay de negociación entre memoria y olvido? El “olvido” de la violencia ejercida se comprende más prontamente (por múltiples razones), pero ¿por qué se asocia en un par con el “silencio” sobre las verdades que encierra el cuerpo?, o planteando la pregunta en un sentido más político, ¿no es legítimo aún hablar del cuerpo y sus vivencias en ese período?

7. Se entiende que no estamos planteando un esencialismo y que el tema merece otro desarrollo, relacionándolo con la socialización de las mujeres, las determinaciones culturales y aquellas que emanan de sus prácticas.

8. Vale la pena aclarar que no confundimos testimonio, o memoria, con historia, que sería un capítulo a desarrollar en otra instancia, sólo que la sugerencia de este conjunto “universo” autoconvocado dibuja lo que hemos llamado un “mapa de la memoria” que resultaría una cantera de temas a investigar y desarrollar.

9. Me refiero a el conjunto de aspectos que encierra la “presentación de sí mismo” siguiendo a BERGER; Peter; LUCKMAN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003.

La psicoanalista argentina Silvia Bleichmar sostiene que el cuerpo está presente en gran cantidad de los problemas que tienen que ver con lo político y con la organización de la sociedad. Se refiere concretamente al abuso y a la tortura y hace referencia, además, a las migraciones y a la violencia intrafamiliar, definiendo al cuerpo como la propiedad última del ser humano¹⁰. El cuerpo portador de vivencias y memoria es el centro de esta aproximación a la memoria de las mujeres en ese período crucial de nuestra historia.

1. Alcances de la “revolución sexual”

Se habla de una generación de mujeres — la del 60 y 70 — en particular las militantes de la izquierda que habrían sido, además, protagonistas de una “revolución sexual”, la de la píldora anticonceptiva- que separó reproducción de placer.

¿Por qué entonces los testimonios de época hablan tan poco de esas vivencias? ¿Por qué se mantuvo el mandato de la maternidad, aún en situaciones de riesgo — la clandestinidad, la opción guerrillera, por ejemplo — entendida como la de un cuerpo productor de proyectos de futuro?

La conjunción de posibilidades y urgencias dio por resultado aquello de “compañera” para construir el futuro “en la calle y codo a codo”. “La muchacha de mirada clara” se convirtió en símbolo de esa “nueva mujer”, en la voz de Daniel Viglietti, a la que, sin embargo, se le exigían “niños para amanecer”.

Para las mujeres jóvenes de clase media, “la política estaba en la calle” y sobre todo en las movilizaciones estudiantiles que comenzaron en 1967 y 1968, reflejo del incremento de la matrícula femenina en la enseñanza media y superior. En el Censo universitario de 1963 las mujeres eran el 41% del total de estudiantes, iniciando la “feminización” de la matrícula universitaria¹¹. Sin ese dato muchos de los cambios del período no se harían visibles. Las universitarias fueron protagonistas de una revolución cultural tangible. Al decir del escritor argentino Rodolfo Walsh, “las mujeres están haciendo la revolución dentro de la revolución, exigiendo un papel protagónico en la primera línea”¹². Ingresaron a los movimientos de izquierda, algunas en la guerrilla urbana, otras militaron en el Partido Comunista o en partidos políticos que pronto fueron ilegalizados en el marco de la vigencia de las medidas de seguridad.

10. BLEICHMAR, Silvia. En entrevista realizado por Ma. Esther Gilio en Brecha, Montevideo, 31 de mayo de 2002.

11. El censo Universitario de 1999 muestra que existe un 61% de estudiantes mujeres y un 39% de varones.

12. R. Walsh. 1927-76. Periodista y novelista argentino, militante montonero. Es uno de los desaparecidos en la Argentina de la dictadura (1976-1982).

A diferencia de la presencia de mujeres en el movimiento obrero y en el estudiantil, fueron muy pocas las que se destacaron en los partidos políticos. La dureza y masculinización de las estructuras partidarias se expresó en el exiguo número de parlamentarias (menos de 3%) en todo el período (1938-1973).

La escritora chilena Diamela Eltit¹³ define el contexto de inserción de las mujeres en el proceso (que se percibía) revolucionario, como el escenario, “donde el cuerpo de las mujeres quebraba su prolongado estatuto cultural de inferioridad física, para hacerse idéntico al de los hombres, en nombre de la construcción de un porvenir colectivo igualitario”. Donde la “Teatralización paródica de la masculinidad pospuso lo íntimo frente a lo primordial de lo colectivo, público”.¹⁴

Este concepto resumido “por el proyecto político” resultó en que los cuerpos femeninos fueron moldeados por el discurso político dominante. “Urbano”, en entrevista del año 1970 y ante la pregunta sobre la “igualdad” de las mujeres en la organización guerrillera MLN, proclamó: “nadie es más igual que detrás de una 45”.

La maternidad en esas circunstancias, se explica (¿?) por la “intensidad, la urgencia de vida con la que se vivía”, ¿o por la inminencia de la revolución? Ilusión onírica — al decir de Eltit — de su inminencia. Y la permanencia del “mandato” de la maternidad que signaba la condición femenina.

“Es cierto que en las condiciones en que vivíamos no era conveniente tener un hijo, pero teníamos muchísimo deseo de tenerlo. Y en esa lucha loca entre la vida y la muerte, sabíamos el peligro que corríamos, pero a su vez queríamos que viviera y fuera feliz con nosotros”¹⁵. Celeste Zerpa, militaba en el MLN, tuvo un hijo en clandestinidad de su pareja que murió en un enfrentamiento callejero en agosto de 1972. Esa maternidad en condiciones de riesgo parecía adelantar nuevas concepciones sobre la familia: “Éramos una gran familia (...) ese sentimiento de pertenencia me decía que cualquiera de mis compañeros podía ser buen padre para ellos, si yo faltaba. Éramos una familia, no iban a quedar huérfanos”.

Sólo me limito a consignar este tema para enfatizar en la necesidad de su tratamiento en profundidad. “de todas las cosas que he vivido, la más difícil, la que me ha causado más angustia y sufrimiento es ésta: mi condición de madre en la etapa histórica que me tocó vivir”, dice Lilián Celiberti:

13. ELTIT, Diamela. “Cuerpos Nómades”. *Hispanica. Revista de literatura*. Año XXV. No. 75. USA. 1996. p. ¿???? PONER LA PÁGINA.

14. ELTIT, Op. Cit. p. 6.

15. Entrevista a Celeste Zerpa realizada por Clara Aldrighi en 1999 para su trabajo “La izquierda armada” Montevideo. Trilce. 2001.

“me parece que en una situación de cárcel la mujer se siente mucho más culpable del sufrimiento que le causa a sus hijos de lo que se puede sentir un hombre cuando se lo separa de su familia. Esas cosas son más dolorosas y costosas para la mujer y para mí lo fueron mucho. No la decisión en sí de pelear por mis convicciones, sino el de vivir después las consecuencias de esa decisión.”¹⁶

Este debate debería ampliarse a las actitudes hacia la sexualidad y la reproducción en forma amplia, de manera de incluir también las opciones por el aborto, considerando no sólo las actitudes de las organizaciones de izquierda, sino los discursos disciplinadores que impondría la dictadura acerca de la “verdadera femineidad” sobre el cuerpo de las mujeres.

2. El régimen cívico-militar y el silencio de los cuerpos

Dos procesos marcan significativamente a la dictadura en el Uruguay. La implantación del terrorismo de Estado y el mayor deterioro de las condiciones de vida y de salarios de la población. Estas dos situaciones afectaron profundamente a las mujeres. El miedo y la incertidumbre impuesta por el terrorismo de estado, se asocia al de una madre buscando a su hija/hijo desaparecida/o¹⁷. No hay manera de medir el impacto y la angustia que generó esta vivencia no sólo en la familia y su entorno próximo.

El testimonio de Luz Ibarburu, “un hijo desaparecido”, relata: “*advertimos que su escolaridad bajaba sensiblemente de nivel, era el 68’ tenía 17 años (...) nuestra preocupación crecía, aunque nunca soñamos que algún día nos encontraríamos en la situación tan terrible que debimos enfrentar*”. Luego de caer preso, ser procesado y permanecer como prisionero hasta 1973, se fue a vivir a Buenos Aires. “Fue un tiempo atroz” testimonia Luz, el del miedo a “perderlo” cada vez que iban a visitarlo. Sufren igualmente cuando lo reportan como desaparecido, pero aún, “No teníamos idea de lo que realmente significaba la palabra desaparecido”. Entonces, “El miedo fue opacado por una desesperación desde las entrañas, una impotencia, una locura, una angustia de muerte. Pero durante un largo tiempo no imaginábamos que se trataba de algo definitivo.”¹⁸

16. CELIBERTI, Lillian; GARRIDO, Lucy. Mi habitación, mi celda. Montevideo: Cotidiano. Ed., 1989. p. 63-64.

17. Aún a riesgo de perpetuar el estereotipo de la debilidad femenina frente a la fuerza arbitraria masculina-militar, pero así operó el sistema de género, que, además, fue reforzado por el régimen dictatorial.

18. Testimonio de Luz Ibarburu “Un hijo desaparecido” publicado en Memoria Para Armar, Volumen I. Ed Senda. Montevideo 2000.

Otra situación límite fue el de las mujeres presas políticas y las nueve rehenes¹⁹, trasladadas a cuarteles y viviendo en condiciones extremas; una forma de extender el temor a las detenidas y a la población en general. Y “no se puede hablar de la cárcel sin hablar de su antesala, la tortura”, dice Ivonne Trías.²⁰

La “derrota” política significó, para muchas, vivir el secuestro, la tortura y la cárcel, como sufrimiento en el cuerpo. Esta situación no se redujo a las mujeres directamente afectadas, las prisioneras políticas. El terrorismo de estado se infiltró en la vida cotidiana de los/as ciudadanas/os por vías directas, y otras más sutiles. La tortura y la cárcel fueron piezas centrales de esa ingeniería opresiva.²¹

En la tortura, se puso de manifiesto, al extremo, la asimetría de poderes de varones y mujeres. Se planteó en crudo la relación entre poder, cuerpo, género femenino e ideología. Allí se “jugó” el abuso sexual, la violación a los cuerpos, se practicó la seducción como un programa de avasallamiento, la conquista de un trofeo.²²

La masculinidad de los torturadores se afirmaba en su poder absoluto de producir dolor y sufrimiento. La tortura era parte de una “ceremonia iniciática” en los cuarteles y casas clandestinas donde eran llevados los/as prisioneras/os políticos/as. (Durante largos períodos permanecieron desaparecidos para sus familiares — forma efectiva de hacer “correr” la represión en el cuerpo social). Allí se despojaba a la persona de todos sus rasgos de identidad. La capucha, la venda en los ojos impedían la visión generando mayor inseguridad. Para los torturadores significaba no ver rostros, castigar cuerpos anónimos, castigar subversivos. El uso de apodos, frecuentemente de animales, los rituales que se practicaban: música estridente, insultos, amenazas por parte de los miembros del equipo de represores-torturadores eran “momentos de exaltación, cuando el torturador se sentía como Dios, con poder para reducir al/la otro/a a ser una víctima pasiva, a un cuerpo a ser penetrado”²³.

Pilar Calveiro, sobreviviente argentina de la “Mansión Seré”, relata que el nombre “Garage Olimpo” para uno de los “pozos” concentracionarios fue puesto por el personal que lo manejaba como “el lugar de los dioses”²⁴.

“Todos los informes existentes sobre la tortura indican que el cuerpo femenino siempre fue un objeto ‘especial’ para los torturadores. El tratamiento de las mujeres incluía siempre una alta dosis de violencia

19. Los rehenes eran 18, nueve varones y nueve mujeres. Las mujeres rehenes fueron sistemáticamente “olvidadas” en los primeros relatos de la dictadura, hasta que las propias ex presas políticas comenzaron su trabajo de recuperación de una historia plural.

20. TRÍAS, Ivonne. “De este lado de la reja”. Brecha, 4 de julio de 2003. p. V. Separata: A 30 años del golpe de Estado (V) “Dictadura y Resistencia”.

21. TRÍAS, op. Cit.

22. Es la trama central de la novela “Cambio de Armas” de la argentina Luisa Valenzuela.

23. FRANCO, Jean. Gender, Death and Resistance In: CORRADI et alii (Eds.). Fear at the Edge. USA: University of California Press, 1992, p. 107.

24. CALVEIRO, P. *Poder y desaparición*. Argentina: Colihue Ed. 2004, p. 53.

sexual. Los cuerpos de las mujeres — sus vaginas, sus úteros, sus senos —, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual”²⁵

Se debería recordar, además, que las mujeres detenidas eran en su mayoría jóvenes, Ivonne Trías consigna que en el período comprendido entre la inauguración del EMR2 de Punta de Rieles y 1976, “el conjunto de presas estaba formado mayoritariamente por mujeres muy jóvenes (entre 18 y 25 años) estudiantes, profesionales, provenientes de las organizaciones armadas y sus entornos”.²⁶

¿Se puede relatar la tortura? Se pregunta Jean Franco²⁷. El dolor elude la memoria y la puesta en palabras de esa experiencia.²⁸ Los lacónicos testimonios de las víctimas publicados por organizaciones de derechos humanos subrayan la imposibilidad de expresar el sufrimiento total de la tortura. El lenguaje falla/fracasa al intentar expresar el horror, dando por resultado que su narrativa se vuelva frecuentemente *algo banal*, dice Franco.²⁹ Son escasas las memorias que logran reproducir el efecto del miedo y la abyección. Allí, el cuerpo se convierte en un repositorio de lo somático más que una memoria verbal. Alejarse de sí misma es una estrategia posible de la que hablan con frecuencia los testimonios.

“Mi cuerpo se niega a sí mismo tres veces ante los golpes, la sangre corre a 220 y grita por cada poro, se asfixia, se vuelve inhabitable y lo dejo. Contemplo su dolor, pero no puedo acompañarlo”, escribe Isabel Trivelli.

Otro sesgo de análisis polémico es el del “propósito” de la tortura. Mirta Macedo fue detenida en octubre de 1975 por el OCOA (Órgano Coordinador de Operaciones Antisubversivas), fue llevada a la “Casa de Punta Gorda”, luego al local de la “cárcel del pueblo” de la Calle Juan Paullier. Más tarde fue encaminada al 300k Batallón de Infantería No. 13 de Camino de las Instrucciones. Ella sostiene que: “La tortura tenía como objetivo recoger información mediante la destrucción física o psíquica de los presos utilizando técnicas para disuadir, convencer, crear confusión, inventar situaciones”.³⁰

25. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. T. 1. Memorias de la Represión. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 102. La autora cita trabajos de Bunster, X. (1991) y Taylor (1997).

26. TRÍAS, Ivonne. De este lado de la reja. Brecha. 4/7/2003.

27. FRANCO, Jean. “Decline and fall of the littered City”. C. 10 *Obstinate Memory; Tainted History*.

28. Tema abordado por Elaine Scarry, “Body in pain”, citado por Franco, J. Op. Cit.

29. Jean Franco cita algunas memorias publicadas en Argentina como las de Jacono Timmerman o las de Alicia Partnoy (“La escolita”) que logran tener fuerza de revelación, a pesar de la evidente lucha de los autores con las palabras para articular sus experiencias.

30. MACEDO, Op. Cit. p. 37. Otras voces incorporan otra perspectiva, o matizan esta decodificación de la tortura. No me parece que el acto de torturar se encuentre linealmente ligado a la información que pueda entregar el prisionero, sino más bien me parece conectada a una escenografía fascista de aniquilamiento mental, de destrucción, especialmente síquica. El torturador se adjudica la decisión sobre la vida y la muerte, se vuelve una especie de Dios que profana el cuerpo del prisionero, anulándolo.

Según el informe de Serpaj:

“La tortura no es un acto irracional de carceleros inescrupulosos, sino que se ha integrado como un instrumento de poder celosamente administrado. El objetivo es básicamente ‘quebrar’ al prisionero/a, pero también, se puede afirmar que la tortura no se dirige al cuerpo del detenido sino a la sociedad en su conjunto, el castigado es el cuerpo social que se convierte en un prisionero multitudinario. En esta fase superior la tortura se ha transformado, siendo originariamente un método para hacer hablar a alguien, ahora busca acallar a todos”³¹.

¿Se olvida, se recupera esa memoria del sufrimiento y vergüenza? ¿Cómo se negocia con la necesidad del olvido?

Una exiliada relata su participación en campañas de denuncia y solidaridad con los presos en Uruguay. En esas recorridas de difusión, ella daba su testimonio como ex presa política. Pero siempre lo hacía en tercera persona y no mencionaba su propia tortura, y la violación a la que fue sometida. Nunca más recordó – “me quedó una laguna” – sobre la violación a la que la sometieron. Años más tarde se asombró de que sus compañeras de cárcel conocieran su experiencia, ya que ella misma se las había contado, pero “borrado” casi de inmediato.

Otros testimonios plantean situaciones diferentes, en particular aquellas mujeres politizadas/víctimas de la represión que lograban salir del país, presentaron denuncias ante organismos de derechos humanos en sus países de radicación. Algunos de ellos relataron situaciones de violación en diferentes épocas de la dictadura (años: 1972, 1975, 1976, 1980, 1983). Por ejemplo, Ana Ferreira, obrera textil durante 14 años, fue despedida luego del golpe de estado del 73 y de la huelga general, por su actividad sindical. Encontró trabajo como empleada doméstica, cuidaba a la niña de dos meses de la contadora Graciela Marieyhara y Carlos Dossil, ambos militantes del GAU, cuya casa fue allanada el 28 de noviembre de 1977. El 3 de marzo de 1978 fue conducida a una dependencia del Cuerpo de Fusileros Navales donde permaneció detenida durante siete días. Allí pasó por diferentes torturas físicas y psíquicas: “También me desnudaron y violaron. Fui amenazada en más de una ocasión con que traerían a una sobrina mía de 15 años y la violarían en mi presencia. El pánico de que hicieran efectiva su amenaza y los gritos de los otros torturados fueron para mí la mayor tortura.”³²

31. *Uruguay Nunca Más*. Informe sobre la violación a los Derechos Humanos. (1972-1985). 3. Ed. Uruguay: Servicio de Paz y Justicia (Serpaj), 1989, p. 146-147.

32. Testimonio de Ana Ferreira dado a Amnistía Internacional, Suecia, 20 de julio de 1978. M. RREE Archivo Administrativo. ONU. Caja 4 Serie; Comunicacio, 1979.

El 10 de marzo fue dejada en libertad con el compromiso de hacer un registro de vecindad. En mal estado psíquico, viajó a Buenos Aires donde solicitó refugio en ACNUR y esperó una visa que demoró tres meses, para posteriormente viajar a Suecia.

Muchos de los análisis sobre el activismo a favor de los derechos humanos realizados por las exiliadas enfatizan en la “apelación emocional” en estos discursos (intervenciones, peticiones, cartas y denuncias ante organismos de DDHH, incluyendo NNUU y CIDH de la OEA) para explicar la fuerte participación femenina en estas circunstancias. Varios señalan que las mujeres participaron en la actividad política porque eran las únicas libres y con vida para luchar por sus maridos, hijos y padres desaparecidos, asesinados o torturados. Al destacar la novedad de su compromiso, estos análisis agregan que la protección del bienestar de sus familias era una tarea femenina tradicional. En el caso uruguayo las mujeres tuvieron un papel principal en el trabajo de denuncia, pero muchas ya eran militantes de la izquierda y el peso de los lazos afectivos también fue importante para que muchos hombres se involucraran en estas campañas.³³

¿Cuál es el sentido político de recuperar la memoria?

“Pensar el horror ¿es una empresa factible?” — pregunta el psicoanalista uruguayo Marcelo Viñar. “Conviene transitar esta interrogación aunque sepamos que se llega a respuestas vacilantes y contradictorias (...) otra pregunta ¿para qué? ¿Para qué conocer las desgracias? Solemos argumentar con cierta ufana solemnidad proyectos higienistas y profilácticos por el ¡Nunca Más! ...ojalá sea así y comparto esta preocupación aunque no la creo imprescindible para volcarme a pensar en el horror. A este hoy hay que estudiarlo simplemente porque existe, porque está cerca nuestro”³⁴.

¿Se puede hablar del horror, de la barbarie? ¿Se puede hablar de la tortura? La respuesta hoy sería, “Palabras a pesar de todo” palabras para ser escuchadas por otros, para ser tensadas, hasta ser capaces de “inscribir en la memoria colectiva el trauma individual y social”³⁵.

Se ha dicho que Auschwitz es *impensable*. Pero Hannah Arendt mostró claramente que allí donde el pensamiento parece fallar, ahí es donde debemos persistir en pensar. O más bien darle un nuevo giro. Si Auschwitz sobrepasa

33. MARKARIAN, V. *Militancia política y activismo de derechos humanos, 1976-1980*. In: El Uruguay del Exilio. Montevideo: Dutrenit, S. Trilce Ed., 2006.

34. VIÑAR, M. Introducción a *La Especie humana* de R. Antelme. Montevideo: Trilce Ed., 1995, p. ¿??

35. MIRZA, Roger. In: PELLETIERI, O. *Teatro, memoria y ficción*. Buenos Aires: Ed Galerna, 2005, p. ???

todo el pensamiento jurídico existente, toda noción de justicia y de delito, hay que repensar entonces a la ciencia política y al derecho. Si Auschwitz plantea ese problema habrá que repensar hasta llegar al fundamento de las ciencias humanas.. Como dice Vidal Naqué: “Si el genocidio ha sido pensado, quiere decir que es pensable”. En ese mismo sentido se dirigen las críticas de Primo Levi a las especulaciones sobre lo “incomunicable” de los testimonios concentracionarios. La existencia misma y la posibilidad de ese tipo de testimonios — su enunciación *malgré tout* — refutan la idea de un Auschwitz indecible. El testimonio nos invita, nos obliga a trabajar en el hueco mismo de la palabra, trabajo penoso porque lo que muestran es una descripción de la muerte con sus gritos inarticulados y los silencios que eso supone. Pero si no hablamos, si decimos que es indecible colocamos esa experiencia en una región que Giorgio Agamben (2000) a definido muy bien en términos de adoración mística, o de repetición anclada en el propio *arcanum nazi*.³⁶

Hablar sorteando la consignación banal de una anatomía recorrida por el dolor es evitar el voyeurismo mercantilizado, o aún la asociación con la pornografía de un cuerpo exhibido en “la plenitud del dolor”.

La escucha, “*ser escuchadas con respeto*” fue la exigencia de las presas políticas uruguayas planteada a la psiquiatra Gisela Perrin, funcionaria del Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), en su visita a las cárceles del régimen en abril de 1980.

“ — Me dijeron antes que nada queremos respeto. Y eso para mí es central para las víctimas de la violencia. El primer paso es el respeto porque la persona ha sobrevivido”, [durante las entrevistas a un alto número de mujeres encarceladas, más de 200]. Era poder pasar detrás de la tortura — que es un paso que no todas/os lograron — y encontrar en el pasado los recursos personales de memorias de eventos, quizá no tanto felices, buenos, profundos, de convivencia, de amor, de relación; donde la gente se podía dar, internamente, la posibilidad de escapar de la cárcel”.³⁷

Es necesario simbolizar lo traumático, y no solo como denuncia, consignación del horror. Los testimonios hablan también del rescate de valores, los “cotidianos”, el cuidado del otro, el respeto al otro como del que habla Blanca Cobas en su texto.

“En ningún momento me sentí capaz de llevar cuenta de las noches en que me llevaron a aquella azotea del Batallón 5º de Artillería, para golpearme brutalmente y asfixiarme en el llamado ‘submarino’.

36. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Images malgré tout*. Paris: Ed. De Minuit, 2003.

37. Entrevista a Dra. Gisela Perrin realizada por la autora en Montevideo 9/6/1999. “Mujer, política y dictadura” Documentos de entrevistas. Papeles de Trabajo FHCE. Julio de 2001.

Imposible igualmente saber cuantos golpes de karate del capitán Manuel Cordero, patadas y culatazos de fusil me fueron dados, alternándolos con aquellas inmersiones inhumanas, en la sucia y maloliente agua del ‘tacho’.

Y tampoco cuantas luego me tiraron al piso para que volviera a respirar, mientras nuevamente, Cordero me pateaba y me gritaba obscenidades, haciéndome preguntas que yo no podía contestar.

Porque eso que estaba allí, ya no era yo ni mi cuerpo, era tan sólo un único y gigantesco dolor que lo abarcaba todo.

Pero algo insólito sucedió una noche, que motivó que no me torturaran más y aún, que jamás volvieran a insultarme”.

El teniente a cargo de la operación comienza a presionar su pecho para bombear el agua fuera de sus pulmones y ella le vomita en la cara. Ante el hecho, *“lo único que atiné a decirle fue: “Ay, disculpe”. “Al oír mi voz que decía tamaña estupidez e incongruencia, me asaltaron una ganas inmensas de reír, de burlarme de mi misma, superando la terrible situación que vivía”*. El militar la miró estupefacto, pero luego se dio cuenta de que el tratar incluso a un torturador como un ser humano era parte de sus principios más básicos. Dice que nunca más volvieron a torturarla, que sus torturadores sintieron entonces vergüenza. Es un ejemplo del respeto hacia una misma, como persona con valores, de la dignidad mantenida hasta en el límite *“Nítidamente retengo grabada en mis pupilas aquella escena; fijas y estáticas las figuras, rígidas en el gesto y la expresión de asombro, como en una película detenida, en el momento en que los sorprendió la cámara fotográfica de mis ojos.”*

3. ¿Quién no vivió la dictadura?

Durante los doce años de gobierno militar, toda la población del Uruguay vivió bajo el estado de terror. Entre 1972 y 1984 aproximadamente 60.000 uruguayos fueron detenidos, secuestrados, torturados y “procesados” por la justicia militar. Alrededor de 6.000 personas fueron hechos prisioneros políticos – un número asombroso en un país con una población de apenas 3 millones de habitantes. Durante la dictadura, 210 ciudadanos uruguayos “desaparecieron”, muchos de ellos fueron secuestrados en la Argentina, donde habían intentado infructuosamente buscar refugio, durante razzias realizadas con la cooperación de las fuerzas armadas argentinas. El uso sistemático del terror y su “confirmación” en las cárceles y cuarteles llenas de prisioneros operaron en el cuerpo social como un panóptico de control y miedo provocando un repliegue de la población a lo más privado de lo privado como forma de preservarse y preservar la sobrevivencia.

“El ‘golpe de Estado’ de hace 30 años fue la punta del ‘iceberg’ de un proceso autoritario cuyo rasgo sustancial fue el ‘Terrorismo de Estado’”, dice Víctor Giorgi. “Esto es: la aplicación sistemática del terror como instrumento político del Estado para someter al conjunto de la sociedad e imponer un cierto proyecto político. Sus efectos alcanzaron al conjunto de la población y se mantuvieron activos más allá de la recuperación de la democracia. La impunidad y el olvido bloquearon la capacidad del cuerpo social de elaborar esa experiencia histórica (...). El terror es precisamente eso: el ataque a la capacidad de pensar. Esta es la lógica política que se ha instalado en los países de la región a partir de la “salida” de la dictadura y que ha sido sistemáticamente utilizada desde el poder para manipular a la población.”³⁸

Algunos testimonios manifiestan ese bloqueo. La expresión frecuente (mayoritariamente en mujeres jóvenes) de “yo no viví la dictadura” puede leerse como una metáfora de lo ocurrido a quienes la vivieron pero en un lugar oscuro, pasivo/no protagónico. Algunos relatan la vivencia de un cuerpo preso en el estatuto individual más estricto, escindido de lo social/compartimentado. Este fue un efecto del terrorismo de estado: el de generar la desconfianza hacia los otros y el aislamiento final.

Una reflexión de la filósofa Agnes Heller (1992) acerca de la impronta del totalitarismo sobre los individuos, permite adentrarnos en los laberintos de la memoria y del olvido, aún cuando las experiencias del terrorismo de estado y las del totalitarismo son diferentes, comparten al menos, un aspecto: la interiorización del miedo y su efecto paralizador.

Dice Heller:

“El desplome del totalitarismo ofreció al observador atento un interesante espectáculo epistemológico. (...) Cuando el totalitarismo se desploma, el viejo censor desaparece también de manera abrupta y permanente. La mente pretotalitaria resurge completamente intacta de su hibernación y continua funcionando donde se detuvo antes del ‘lavado cerebral’. En esta fase, ocurre un fenómeno muy interesante. Aparentemente no queda nada de la mente totalitaria, es como si ésta se hubiera evaporado por completo. Pero no es así, ésta ha sido tan sólo sumergida en el subconsciente (...). Lo que el censor impide que

38. GIORGI, Víctor., *Políticas de la memoria. Memorias políticas*. Intervención en Mesa del mismo nombre Seminario, “Voces, memoria y reflexiones sobre el golpe de estado en Uruguay”. Ceil-Ceiu.Ic, p. 23-27 de junio 2003.

resurja es la conciencia de haber sido alguna vez sometido, parcial o totalmente a un lavado cerebral.

La mente totalitaria ha dejado tras de sí documentos escritos: libros, cartas, denuncias. El mundo totalitario está lejos de ser borrado de la memoria. Todos están familiarizados con su *modus operandi*, se mofan de sus absurdos, evocan su horror, la experiencia totalitaria se transforma en el tema favorito de las memorias y de la ficción. Sólo que las personas que escriben estas historias, (...) hablan como si ellos no tuvieran nada que ver con el mundo de las historias que ahora recapitulan, como si la sociedad previa hubiese sido tan sólo una sociedad de espectros, una sociedad de “otros” misteriosos, completamente distintos de nosotros.”³⁹

A las interrogantes planteadas inicialmente, ya por sí complejas, se agregan las referidas al consenso impuesto o negociado por el terrorismo de estado y su incidencia en los procesos de evocación y olvido. Esta no es una pregunta que interese sólo a la historia, es de relevancia política y no es fácil de responder. Una de sus fuentes es la memoria individual, aun teniendo en cuenta que constituye un campo cruzado de tensiones donde las personas “negocian” consigo mismo la revelación o el oscurecimiento de episodios que adquieren significados o lo pierden en diferentes momentos y circunstancias de la trayectoria vital.

Trabajar de esta manera con la memoria no es un camino complaciente ni fácil de abordar. No se guía por “las leyes del mercado” como denuncia Nelly Richards (2004). Por el contrario intenta rescatar “la densidad reflexiva y analítica de la memoria” haciendo que el pasado diga lo que no era conocido anteriormente, revele lo desconocido, o lo que fue silenciado.

BIBLIOGRAFÍA

AGAMBEN, Giorgio. *Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo*. Homo Sacer III. Valencia. España: Pre-textos, 2000.

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: Arca, 1989.

Diario de Sesiones. Actas de la Cámara de Senadores. (1970). In: INDAL. Mayo de 1973. Caracas, Venezuela.

39. HELLER, Agnes. Memoria y responsabilidad. *Vuelta*. Volumen 16, No. 189. México. Agosto de 1992.

- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Images malgré tout*. Paris: Les Editions de Minuit, 2003.
- ELTIT, Diamela. Cuerpos nómades. "Hispamerica", *Revista de Literatura*. Año XXV, No. 75. U.S.A., 1996
- FONTORA, Chela. *Más allá de la ignorancia*. Montevideo: Publicaciones del Fogón, 1989.
- FRANCO, Jean. *Gender, Death and Resistance*. In: CORRADI et alii (Eds.). *Fear at the Edge*. USA: University of California Press, 1992.
- GIL, Daniel. *El capitán por su boca muere o La piedad de eros*. Ensayo sobre la mentalidad de un torturador. Montevideo: Trilce, 1999.
- GIORGI, Victor. *Políticas de la memoria. Memorias de la Política*. Ponencia presentada al Seminario Voces, memoria y reflexiones sobre el golpe de estado en Uruguay. Organizado por el CEIU, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República. 23 al 27 de junio de 2003.
- HELLER, Agnes. *Memoria y Responsabilidad. Vuelta*. Volumen 16. No. 189. México, 1992.
- HERRERA, M. "Memoria de la resistencia de las mujeres uruguayas a la dictadura en el Establecimiento de Reclusión Militar N° 2, Penal de Punta de Rieles". Ponencia presentada al encuentro Historia, Género y Política en los 70'. Buenos Aires, 2004.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la Memoria*. Tomo I. Memorias de la Represión. Siglo XXI: Ed. Madrid, 2002.
- JORGE, Graciela. *La fuga de 13 palomas y 38 estrellas*. Montevideo: Tae, 1992.
- Memoria Para Armar*. 2001. Vol. 1. 2002, Vol. 2. 2003. Vol 3. Montevideo: Ed. Senda.
- MAIA, Circe. *Un viaje a Salto*. Montevideo: Ediciones Nuevo Mundo, 1987.
- MACEDO, Mirta. *Un día, una noche, todos los días*. Montevideo: Ed. Orbe, 1999.
- MARKARIAN, V. *Militancia política y activismo de derechos humanos, 1976-1980*. El Uruguay del Exilio. Dutrenit, S. Montevideo: Trilce Ed., 2006.

- MERCADO, T. *Narrar después*. Argentina: Beatriz Viterbo Ed.. 2003.
- MIRZA, Roger. Título del capítulo. In: PELLETTIERI, Oscar. *Teatro, memoria y ficción*. Buenos Aires: Ed. Galerna, 2005.
- PELLEGRINO, A. Aspectos demográficos. 1963-1985. En *El Uruguay de la dictadura (1973-1985)*. Montevideo: EBO, 2004.
- REY PIUMA, Daniel. *Un marino acusa*. Informe sobre la violación de los Derechos Humanos en el Uruguay. Montevideo: Tae Editorial, 1988.
- RICO, A. *Del orden político democrático al orden policial del Estado*. p. II-III. Brecha 6 de junio de 2003. Separata 1972. El año de la Furia.
- RICHARDS, Nelly. Editora *Utopía (s) 1973-2003*. Revisar el pasado, criticar el presente, imaginar el futuro. Santiago de Chile: Universidad Arcis, 2004.
- ROSANDA, Rossana. El encuentro con el feminismo. *Debate Feminista*. Año I. Vol 2. Septiembre. México, 1990.
- ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy de 1944 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1990.
- SEGATO, Rita. 2003. *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires. Prometeo. 2005. Territorio, Soberanía y crímenes de segundo estado. La escritura en el cuerpo de las muertas de Juárez. En, *Perfiles del Feminismo Iberoamericano*. Femeninas, María Luisa, (comp.) Buenos Aires. Catálogos.
- URUGUAY NUNCA MÁS. Informe sobre la violación a los Derechos Humanos. (1972-1985). 3. Ed. Uruguay: Servicio de Paz y Justicia (Serpaj), 1989.
- TRÍAS, Ivonne. *De este lado de la reja Brecha*. Montevideo. Separata: A treinta años del golpe de Estado. (V) "Dictadura y Resistencia". 4 de julio de 2003.
- VIÑAR, M. *Introducción a La Especie humana de R. Antelme*. Montevideo: Trilce Ed., 1995

ARCHIVOS

MPA. Memoria para Armar es una iniciativa de ex presas políticas que convocaron a un concurso de testimonios de mujeres sobre la dictadura con el slogan, “Te invitamos a contar porque a vos también te pasó”. Iniciada en 2000, reunió más de 300 testimonios, que constituyen un valioso archivo, radicado en el CEIU de la FHCE – Universidad de la República. Esta experiencia iniciada en 2000 lleva publicados 3 volúmenes de Memorias, y otros trabajos, ficción, y/o estudios referidos a vivencias de mujeres durante la dictadura.

Testimonio de Gloria Labanca presentado ante NNUU, citado en Informe de Serpaj, “Uruguay Nunca Más” (1989, Op. Cit). Para este artículo se consultó la versión enviada a su ex abogada defensora, Alba Dell’Acqua, (documentación de la autora).

Testimonio de Ana Ferreira dado a la Amnistía Internacional, Suecia, 20 de julio de 1978. M. RREE Archivo Administrativo. ONU. Caja 4 Serie; Comunicacio 1979.

Entrevista a la Dra. Gisela Perrin realizada por la autora en Montevideo 9/6/1999. “Mujer, política y dictadura”. Documentos de entrevistas. Papeles de Trabajo FHCE. Julio de 2001.



NARRATIVAS DO FEMINISMO EM PAÍSES DO CONE SUL (1960-1989)

Joana Maria Pedro

Em entrevistas realizadas com mulheres identificadas ou que se identificaram com o feminismo, nos países do Cone Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai -, em pesquisa realizada entre os anos de 2003 e 2008, recebemos respostas muito variadas. As narrativas que fizeram, desta identificação, podem ser agrupadas em algumas situações que se repetem. Estas situações estão relacionadas ao momento que estes países viveram entre 1960 e 1989: ditaduras militares, movimentos de resistência a estas ditaduras, luta por governos socialistas, luta armada, guerrilhas e movimentos de defesa dos direitos humanos.

Embora a “Segunda Onda do Feminismo”¹ tenha iniciado nos Estados Unidos e Europa Ocidental, desde a segunda metade dos anos sessenta, nos países do Cone Sul a movimentação ocorreu apenas a partir dos anos setenta. Em cada lugar, adotou, por sua vez, configuração específica. Esta movimentação foi divulgada através de livros, periódicos, panfletos, mas também por toda uma rede²

-
1. Costuma-se chamar de feminismo de “Segunda Onda” o movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. É assim chamado para se diferenciar do que é considerado como “Primeira Onda” do feminismo, movimento que esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos - como o de votar e ser eleita. Há discussões sobre a quantidade de períodos em que se dividiria a trajetória do feminismo. Enquanto algumas autoras, e entre elas me incluo, definem a existência de duas “ondas”, outras autoras, como Ana Miguel Álvares, relaciona três grandes “blocos” da trajetória do feminismo. Ver ÁLVAREZ, Ana de Miguel. “História do feminismo”. Disponível em: www.creatividadfeminista.org. Há, ainda, autoras como Clare Hemmings, que argumenta que a noção de “ondas” remete apenas ao “feminismo Anglo-americano”, desconhecendo a existência de formas muito diversas de feminismo que ocorreram em diferentes lugares do mundo. Ver a este respeito HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. In *Revista Estudos Feministas*, vol. 17. n. 1, 2009, p. 215-241.
 2. Veja a este respeito a dissertação de mestrado de VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

que se estabeleceu entre grupos de movimentos de mulheres e feministas³ de diversos lugares do mundo.

O que é preciso destacar, entretanto, é o peso que estas ditaduras tiveram não só na forma como estes feminismos foram apropriados, como também na questão do tempo. Assim, embora no Brasil e na Argentina já exista alguma movimentação feminista nos anos setenta, na Bolívia e no Paraguai isto vai ocorrer somente nos anos oitenta. O que queremos destacar é que a identificação com o feminismo nos países do Cone Sul não foi feita da mesma maneira do que ocorreu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O contexto político tornou difícil, senão quase impossível, em alguns lugares, durante as ditaduras, qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicações. É possível acompanhar a emergência do feminismo nos momentos de democratização e o silenciamento nos períodos de ditadura. No quadro abaixo podemos perceber as diferentes datas em que as ditaduras ocorreram, bem como, o momento em que as “aberturas” democráticas iniciaram.

Quadro 1 – Ditaduras militares no Cone Sul

País	Golpes	Redemocratização
Argentina	1966 e 1976, respectivamente	1973 e em 1983, respectivamente.
Bolívia	1964	1982, com interrupções.
Brasil	1964	1985
Chile	1973	1988 (1990?)
Paraguai	1954	1989
Uruguai	1973	1985

Como se pode observar, estas ditaduras iniciaram entre meados dos anos sessenta e início dos anos setenta – com exceção do Paraguai. Este é, também, o período de maior divulgação do Movimento de Libertação das Mulheres e do Feminismo Radical nos Estados Unidos. Convém destacar, ainda, que os golpes de estado nos paí-

3. Estou entendendo, como movimento feminista, as lutas que reconhecem as mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, estou entendendo que se tratam de movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Tratam-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres. Ver, a este respeito, HIRATA, Helena, et. *Alii Dictionnaire critique du féminisme*. Paris : Presses Universitaires de France, 2000, p.125-130.

ses do Cone Sul, que resultaram, em sua maioria, em governos militares, foram, em grande parte, apoiados pelo governo dos Estados Unidos, em sua política de Guerra Fria. Com a Revolução Cubana de 1959, a possibilidade de regimes comunistas em outros países latino-americanos parecia muito concreta. Isto serviu como justificativa para ditaduras que reprimiram ferozmente todas as correntes políticas próximas à esquerda, ao socialismo, e mesmo, em muitos casos, à democracia.

Estas ditaduras, além de serem antidemocráticas e de definirem formas de apropriação de riquezas que ampliaram as diferenças de classe, foram antifeministas⁴. Desta maneira, as movimentações que se puderam observar em países onde a democracia prevalecia, não existiram nestes países. A maneira como as idéias feministas circularam, nos países mencionados, foi, evidentemente, resultado de disputas e apropriações. Disputas, no sentido de questionar o próprio sentido de feminismo, face aos embates políticos e às questões econômicas, sociais e culturais. Ao mesmo tempo, significou apropriações porque, em cada país, as mulheres adaptaram às suas realidades, às suas culturas e conflitos, as palavras de ordem, os objetivos e o próprio significado de feminismo. Em muitas ocasiões, instrumentalizaram o movimento visando conseguir recursos para ações sociais e de denúncia de desrespeito aos direitos humanos; instituíram núcleos nas igrejas e nas universidades. Criaram ONGs, organizaram grupos de consciência⁵; fizeram, também, manifestações de rua. Entretanto, tudo isso ocorreu de forma diferente, e em datas diferentes daquelas que o noticiário dos anos sessenta e setenta destacava em inúmeras cidades da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

As pessoas que entrevistamos⁶ nasceram entre 1940 e 1959. Eram, portanto, jovens no período das ditaduras no Cone Sul. Foram entrevistadas por causa de sua participação em atividades feministas, de direitos humanos e de resistência às ditaduras. A escolha tem sido realizada por meio de redes de contatos⁷.

-
4. São comuns as narrativas de atitudes antifeministas nas ditaduras militares do Cone Sul. No Chile, até a calça comprida para as mulheres foi proibida nas ruas. Uma das acusações que se faziam às militantes de esquerda é de que não tinham "moral", por possuírem em sua bolsa pílulas anticoncepcionais. Estes são alguns exemplos.
 5. Os "grupos de consciência" foram uma das características do feminismo de "Segunda Onda". Estes grupos reuniam entre 12 e 24 mulheres que discutiam questões do privado e liam bibliografia feminista. Estas mulheres buscavam rever imagens, mitos e preconceitos vigentes na sociedade ocidental que atribuem às mulheres inúmeras desqualificações, tais como de possuírem pouca inteligência, fragilidade física e diversas incapacidades, definindo o lar como seu espaço "natural". Pretendiam, ainda, a expansão da consciência; neste sentido, cada participante de uma destas seções deveria, também, tornar-se uma formadora de outro "grupo".
 6. Trata-se do projeto Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul: Histórias Comparadas (1960-1990), coordenado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, e integrado por professoras e estudantes de diversos níveis de estudo, desenvolvido no LEGH - Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina. www.legh.ufsc.br.
 7. As atividades que temos desenvolvido junto ao IEG - Instituto de Estudos de Gênero, na Universidade Federal de Santa Catarina, permitem-nos conhecer muitas pessoas envolvidas com as temáticas dos estudos de gênero, movimento de mulheres e feminismos, nestes países.

Trata-se de um projeto de História Comparada⁸ e do Tempo Presente⁹. As pessoas entrevistadas se identificaram com o feminismo entre 1960 e 1990, muitas participaram de movimentos de resistência às ditaduras destes países. As entrevistas foram realizadas nos locais de residência e/ou de trabalho das pessoas contatadas. Temos clareza de que as narrativas que estas pessoas fizeram foram permeadas pelo contato com a entrevistadora, pelo momento da entrevista e por toda a trajetória que foi vivida. Trata-se de uma narrativa retrospectiva. As vidas que estas pessoas vivem hoje, as relações em que estão envolvidas, o trabalho que desenvolvem, o contexto político do país atualmente, as relações de força da atualidade configuram narrativas diferenciadas do passado. Mesmo assim, a partir das narrativas, estamos propondo uma síntese destes resultados, por entender que estes podem fornecer-nos um panorama de como as idéias feministas foram apropriadas nos países do Cone Sul.

Nesta pesquisa, entrevistamos diversas pessoas¹⁰, mas nem todas as entrevistadas identificaram-se com o feminismo. O contato com algumas delas foi motivado por sua atuação em atividades de resistência às ditaduras, inclusive nas lutas armadas.¹¹ Além disso, este projeto, além de discussões sobre os feminismos e os movimentos de mulheres, inclui reflexões sobre a resistência às ditaduras no Cone Sul, nas décadas de 1960 a 1990 e, portanto, ultrapassa as razões para a identificação com o feminismo. O que trazemos, aqui, é uma parte do resultado deste trabalho. Queremos apenas focalizar as narrativas de identificação com o feminismo, feito pelas mulheres que hoje se dizem feministas.

Estamos considerando que a identificação com o feminismo não é algo fixo, nem passível de avaliação: seria realmente feminista essa pessoa? A auto-identificação com o feminismo, dentro da abordagem de Stuart Hall¹², como um processo

-
8. Sobre História Comparada ver PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. *Revista de História*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n° 153, 2º semestre de 2005, p. 11-34.; THEML, Neide & BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*. Vol. 1, n. 1, jun. 2007; HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento Surgimento de Uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org). *Passados recompostos*. Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998. p.205-216; FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.
 9. BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.219-229; RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? IN: CHAUVEAU, A. e TÉTART, Ph. (org). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP:EDUSC, 1999. p.39-50.
 10. Até dezembro de 2008 tínhamos entrevistado 132 pessoas, sendo 121 mulheres e 11 homens.
 11. O contato com pessoas envolvidas com a luta armada é devido à pesquisa da Profa. Cristina Scheibe Wolff "Relações de gênero na luta da esquerda armada. Uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul" e que faz parte da equipe. Nem todas as entrevistas estão transcritas. Faltam transcrever várias entrevistas da Bolívia e do Chile.
 12. HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 106.

de “tornar-se”, ou seja, uma construção, um processo nunca completado; dessa forma, a identificação é “condicional”. O fato de se identificar e, de algum modo, divulgar os pressupostos do feminismo, foram as principais condições que nos levaram a envolver uma pessoa nesta pesquisa. Pensamos que, assim, poderíamos identificar as relações, os grupos, as influências e as redes em que estavam inseridas¹³. Poderíamos, desta maneira, perceber alguns dos caminhos que seguiram as identificações com o feminismo no Cone Sul¹⁴.

Narrativas argentinas

Na Argentina, a bibliografia tem registrado que os anos de 1970 foram de grande efervescência na criação de associações feministas. Karin Grammatico¹⁵ cita, como exemplos desta efervescência, a *Unión Feminista Argentina* (UFA), fundada em 1970; o *Movimiento Feminista de Liberación Femenina* (MLF), em 1972; o *Movimiento Feminista Popular* (MOFEP); a *Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina* (ALMA), em 1974; e a *Frente de Lucha por la Mujer* (FLM), aparecida em 1975 sob os auspícios da Declaração do Ano Internacional da Mulher das Nações Unidas, agrupando, mesmo que por pouco tempo, a maioria destes movimentos.

Desde 1970, as integrantes da “UFA – *Unión Femenina Argentina*”, por exemplo, faziam grupos de consciência, nos quais discutiam inúmeros textos vindos dos Estados Unidos. Costumavam reunir-se no Café Tortoni. Uma das entrevistadas da pesquisa narra:

Nos anos 70 (...) Por uma amiga feminista, que se chama Nelly Bugallo, que se reunia com Maria Luiza Bemberg, (...) Gabriela Christeller, começam o feminismo num barzinho, no Café Tortoni, muito tradicional de Buenos Aires, com muita “prosábia” porque passaram quantidades de escritores, músicos, etc. Nos reuníamos um pouco porque não sabíamos

-
13. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 21.
 14. Não estou incluindo, neste texto, os homens que foram entrevistados. Além de serem em número reduzido, merecerão outro estudo. Além deles, também não incluí neste texto as pessoas que disseram ter “nascido feministas”, ou que não conseguiram precisar quando e como passaram a se identificar com o feminismo.
 15. GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea et alii (orgs.) *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 20. Ver, también, VASSALLO, Alejandra. ‘Las mujeres dicen basta’: movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. in: ANDÚJAR, Andrea et alii (orgs.) *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p.61-88; CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990; NARI, Marcela. Abrir los ojos, abrir la cabeza: el feminismo en la Argentina de los años 70. *Feminaria*, Año IX, n. 17/18, noviembre de 1996.

o que íamos fazer e como inquietava essa condição.... (Leonor Calvera, Buenos Aires, Argentina)¹⁶

A ditadura veio interromper estas atividades. Convém destacar que, em 1966, teve início uma ditadura militar – na qual se sucederam três dirigentes militares¹⁷ -, que durou até 1973. Houve um “intervalo democrático” que durou até 1976, quando se iniciou outra ditadura governada por juntas militares, sendo, até 1981, encabeçadas por Jorge Rafael Videla. Durante este governo iniciado em 1976, foram comuns os encarceramentos ilegais, seqüestros, tortura e desaparecimento dos opositores do regime¹⁸.

Foi principalmente no final deste segundo período de ditaduras que novos grupos de feministas surgiram. Estas eram mulheres mais jovens. Estiveram envolvidas com movimentos de luta armada; algumas tiveram que se exilar no exterior, tendo contatos com o feminismo. Para as que ficaram no país, foram os próprios embates da luta, o contato com mulheres militantes, com pessoas dos bairros, com movimentos populares e, principalmente, conflitos com os companheiros nos movimentos de resistência, que as levaram a se identificar como feministas.

Há, entretanto, uma diferença de geração entre elas, que é preciso destacar. As mulheres nascidas antes dos anos 1950 envolveram-se com grupos de consciência semelhantes aos do feminismo radical dos Estados Unidos. Talvez por isso, sejam consideradas pelas mais jovens (nascidas depois dos anos 1950) como “feministas burguesas”. Estas mais jovens identificaram-se com o feminismo depois de terem feito parte de grupos de resistência à ditadura e, inclusive, de grupos armados.

No quadro abaixo, é possível acompanhar o que disseram as mulheres entrevistadas a respeito de sua identificação.

Nota-se, aqui, a importância da idade na narrativa. Enquanto Sara Torres, Leonor Calvera, Lucrecia Oller e Mirta Henault referem-se a grupos de consciência, as mais jovens dizem que, durante os embates com os companheiros de resistência e luta perceberam as discriminações de que eram alvo. Uma outra questão que fica ressaltada é o contato com o feminismo no exterior, por causa do exílio.

Foi comum, nas identificações com o feminismo no Cone Sul, a narrativa de que o primeiro contato com estas idéias se fez no exterior. Isto não somente na Argentina. Este contato fez-se por exílio ou autoexílio. Era comum a fuga para escapar

-
16. Entrevista com Leonor Calvera, em Buenos Aires, no dia 01/03/2007, realizada por Ana Maria Veiga e transcrita por ela.
 17. Foram, respectivamente: Juan Carlos Onganía (1966-1970), Marcelo Levingston (1970-1971) e Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973).
 18. Antes desta ditadura de 1976, era comum, também, estes desrespeitos aos direitos humanos; não eram, porém, emanados, diretamente do Estado. Muitas vezes, eram executados por organizações paramilitares, como a “Triplice A: Aliança Anticomunista Argentina”.

de possíveis prisões e represálias, em vista do envolvimento de familiares nas lutas contra a ditadura ou mesmo na luta armada visando uma nova forma de regime de governo. Importante notar, no caso de Dora Barrancos e de Blanca Ibarlucia, que este exílio foi feito em países da América Latina.

Quadro 2 - Narrativas de identificação com o feminismo na Argentina

Nomes	Narrativas de identificação
Sara Torres, Leonor Calvera, Lucrecia Oller, Mirta Henault	Nascidas antes de 1950 em contatos com grupos de consciência.
Adriana Boria, Alejandra Ciriza, Nora Llaves, Monica Tarducci	Nascidas depois dos anos 1950. Fizeram parte de grupos de resistência e tornaram-se feministas no processo.
Dora Barrancos ¹⁹ , Blanca Ibarlucia ²⁰ , Nora Polido ²¹	Contato com o feminismo no exterior, motivado por exílio ou não.
Maria Luiza Femenias, Nora Domingues	Envolvidas com pesquisas sobre mulheres e/ou relações de gênero - feminismo "acadêmico".

Outra narrativa comum nos diversos países é a do contato com o feminismo através de pesquisas e estudos regulares nas Universidades, como o que está presente no depoimento de Maria Luiza Femenias e Nora Domingues. Estas, porém, são narrativas de identificação com o feminismo do final dos anos oitenta²².

Narrativas da Bolívia

Uma das características do feminismo boliviano é a participação ativa do movimento de mulheres em vários eventos políticos. Mulheres bolivianas, em sua maioria de origem indígena e as chamadas "mulheres de mineiros", tiveram grande participação nos eventos históricos que marcaram o país desde a Revolução de 1952, de caráter progressista. Também constituíram a mais destacada resistência às prisões e exílios durante a Ditadura do General Banzer (1971-1977),

19. Brasil.

20. Peru.

21. Espanha.

22. Uma questão comum aos vários países do Cone Sul é a emergência de um feminismo acadêmico nos anos oitenta. Surgiram a partir de núcleos, grupos de estudos, seguindo o modelo dos "Women Studies" (norte-americanos).

especialmente a célebre greve de fome iniciada por quatro mulheres de mineiros em 1978, pela anistia de líderes mineiros presos.²³ Foi, entretanto, de acordo com as narrativas que obtivemos, no final da década de 80 que passaram a surgir grupos de consciência, os quais teriam dado origem a alguns grupos feministas.

Convém lembrar que as ditaduras na Bolívia têm uma trajetória extensa. Desde a independência deste país, em 1825, sucederam-se inúmeras, numa média de um governo ditatorial a cada 25 meses. Estas iniciadas nos anos sessenta, mais propriamente em 1964, estiveram envolvidas nas disputas pelos recursos minerais da Bolívia sendo, às vezes, entregues para a exploração do empresário, e outras vezes, nacionalizadas. Vários destes governos de exceção reprimiram violentamente a reação popular, promovendo a morte, a prisão ilegal e o desaparecimento de inúmeras pessoas²⁴.

Toda esta instabilidade deve ser uma das responsáveis pelas narrativas falarem de identificação com o feminismo apenas depois de 1985. Algumas entrevistadas relatam que três freiras católicas norte-americanas, Mary Gnoll, Judy e Linn, que trabalhavam na Bolívia, foram as responsáveis pela divulgação de grupos de reflexão na região de Santa Cruz²⁵. Importante destacar que, apesar das diferenças constatadas entre elas, a maioria tem um mesmo relato a respeito das “origens” de um grupo chamado “coletivo Rebeldia”. A partir de então, começaram a fazer reuniões, divulgação de idéias, organizações não governamentais, etc. No quadro abaixo, é possível acompanhar uma síntese das narrativas sobre estas identificações.

Várias entrevistadas falam da “influência de outras mulheres”. São elas: mães, tias, colegas de movimentos de resistência, amigas que indicaram leituras feministas. Outras, ainda, falam do contato com o feminismo no exterior, motivado pelo exílio próprio ou para acompanhar algum familiar envolvido em movimentos de resistência. Na narrativa das feministas bolivianas, destacam-se países da Europa e o México, como lugares de exílio.

23. Ver http://www.muierescreando.com/quienes_somos.htm, acesso em 09/11/2005 e, também, CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. France-Allemagne-Bolivie - Argentine. Deuxième Guerre mondiale - annés 1970-1980. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*. Tome 108, n. 2, 2001. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p.103-128.

24. René Barrientos (1964-1969) favoreceu o empresariado mineiro e enfrentou a guerrilha de Che Guevara; Alfredo Ovando (1969-1970) promoveu nacionalização de empresas de mineração; Juan José Torres (1970-1971) nacionalizou empresas mineiras; Hugo Banzer (1971-1977) apoiou setores agro-empresariais. Entre 1977 e 1980 ocorreram três eleições gerais e quatro golpes de estado; Luiz Garcia Mesa (1980-1981) promoveu uma grande repressão, levando a morte e fazendo desaparecer inúmeras pessoas. Ver LINERA, Alvaro Garcia. Bolívia In: SADER, Emir et alii (org). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 189 - 204.

25. Entrevista com Mandela Sainz M. Meschwitz, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, no dia 10/12/2007, realizada por Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques, transcrita por Gisele da Silva.

Quadro 3 - Narrativas de identificação com o feminismo na Bolívia

Nomes	Narrativas de identificação
Mary Carmargo ²⁶ , Anônima ²⁷ , Susana Seleme ²⁸ , Mirian Suarez ²⁹	Contato com o feminismo no exterior, motivado por exílio ou não.
Loyola Guzman	Fizeram parte de grupos de resistência e tornaram-se feministas no processo.
Raquel Romero Z, Cecília Moreno, Diana Orioste, Elizabeth Andia, Kátia Gamarra, Lourdes Monteiro, Rosario Mamani A., Mari Marca P., Mandela Sainz, Sonia Soto, Daisy Viruez, Jenny Roman ³⁰	Por influência de outras mulheres.
Silvia Escobar	Envolvidas com pesquisas sobre mulheres e/ou relações de gênero – feminismo “acadêmico”.

Outra questão de grande importância a destacar é o surgimento, nos dias de hoje, de um feminismo de origem indígena. Mulheres, cujos pais são de origem indígena, estão na direção de ONGs feministas que fornecem apoio para mulheres de diferentes etnias, como Mari Marca P. e Rosario Mamani A., entrevistadas pela nossa pesquisa. Convém lembrar que a questão indígena articula-se com o feminismo e o movimento de mulheres de maneira muito peculiar. Marisol Cadena, num artigo publicado na revista *Estúdios y Debates*, lembra-nos que, nos Andes, “Las mujeres son más indias”, ou seja, na relação que cruza gênero e raça, os homens são menos desqualificados por suas origens nativas que as mulheres.³¹ Na pesquisa, observamos a importância que a questão raça/etnia tem

26. Inglaterra.

27. México.

28. Alemanha.

29. Suécia.

30. Mandela Sainz, Sonia Soto, Daisy Viruez e Jenny Roman, de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, relatam que se tornaram feministas a partir de uma oficina de reflexão realizada nos anos oitenta por três freiras norte-americanas, chamada por elas como Mary Groll, Judy e Linn.

31. CADENA, Marisol de la. “Las mujeres son más indias”: etnicidad y género en una comunidad del Cusco. *Estudios y debates*. N. 1, julio 1991. p. 7-47.

tomado³². Há, na Bolívia, assim como em outros países andinos, um feminismo “indígena”, cujas mulheres retomam trajes considerados indígenas como forma de identificação e, ao mesmo tempo, usam a categoria gênero nos seus discursos e relações com o Estado e com órgãos financiadores internacionais³³. Assim, diferente do que escreveu Marisol Candena, em 1991³⁴, sobre a busca da mestiçagem como forma de ascensão social, hoje, algumas mulheres de ascendência indígena transformam esta origem em diferencial na sua identificação com o feminismo. Este movimento de “reinvenção do índio” não está, evidentemente, ocorrendo apenas no campo do feminismo.³⁵

Narrativas do Brasil

O feminismo que surgiu durante a ditadura militar no Brasil, esteve diretamente envolvido com grupos de esquerda. Salvo raras exceções, a maioria das mulheres que se identificaram com o feminismo, neste período, participava de grupos de resistência, era simpatizante ou tinha familiar envolvido nestas lutas.

A ditadura militar iniciada em 1964, no Brasil, com o golpe de estado que levou ao governo o General Humberto de Alencar Castelo Branco, seguiu com uma sucessão de “presidentes gerais” até 1985. Em 1968, sob a presidência de Artur da Costa e Silva³⁶, e com a edição do Ato Institucional número 5, o Estado tomou poderes quase absolutos. Na ocasião, foi fechado o Congresso Nacional por um ano. Esta situação de maior repressão permaneceu no governo do General Emílio Garrastazu Médici³⁷, que promoveu uma feroz perseguição às guerrilhas urbanas e rurais, assassinando, levando à prisão ilegal, à tortura e ao desaparecimento inúmeras pessoas. Ernesto Geisel³⁸ substituiu-o na presidência, iniciando a promoção da abertura democrática ao extinguir o Ato Institucional número 5. Foi substituído pelo último general da ditadura, João Batista de Oliveira Figueiredo³⁹, que promoveu a Anistia em 1979, permitindo o retorno ao país de muitas pessoas exiladas por causa da ditadura; entre elas, várias feministas.

32. Esta é uma discussão que leva ao conceito de interseccionalidade entre raça e gênero. Ver a este respeito CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Vol.10, N.1/2002, p. 171-188.

33. SALAZAR, Cecília. Pueblo de humanos: metáforas corporales y diferenciación social indígena en Bolivia. *Antropología*. Año XXIV n. 24/2006, p. 5-26.

34. CADENA, Marisol de la. “Las mujeres son más indias”: etnicidad y género en una comunidad del Cusco. *Estudios y debates*. N. 1, julio 1991. p. 7-47.

35. SALAZAR, Cecília. Pueblo de humanos: metáforas corporales y diferenciación social indígena en Bolivia. *Antropología*. Año XXIV n. 24/2006, p. 5-26.

36. Foi presidente entre 1967 e 1969.

37. Foi presidente entre 1969 e 1974.

38. Foi presidente entre 1974 e 1979.

39. Foi presidente entre 1979 e 1985.

No quadro abaixo, é possível acompanhar as narrativas de identificação com o feminismo no Brasil, e a importância do exílio e da participação em grupos de resistências.

Quadro 4 - Narrativas de identificação com o feminismo no Brasil

Nomes	Narrativas de identificação
Maria Odila Leite da Silva Dias ⁴⁰ , Cecília Sardenberg ⁴¹ , Sandra Maria da Mata Azevedo ⁴² , Angela Xavier de Brito ⁴³ , Maria Lygia Quartim de Moraes ⁴⁴ , Yolanda Cerquinha da Silva Prado ⁴⁵ , Zuleika Alambert ⁴⁶ .	Contato com o feminismo no exterior, motivado por exílio ou não.
Eleonora Menecuci, Maria Amélia de Almeida Teles, Eulália Lima Azevedo, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos.	Fizeram parte de grupos de resistência e tornaram-se feministas no processo.
Lourdes Maria Bandeira, Maria Regina Lisboa	Através do Movimento por direitos Humanos.
Maria Lucia de Barros Mott, Inês Castilho, Ana Regina Gomes dos Reis, Luzia Margareth Rago	Contato com movimentos de contra cultura.
Suely Gomes Costa, Rachel Soihet, Eva Blay, Heleieth Saffiotti	Envolvidas com pesquisas sobre mulheres e/ou relações de gênero – feminismo “acadêmico”.

Algo que distingue o feminismo brasileiro dos demais no Cone Sul, é a grande formação de grupos de mulheres e feministas no exterior, durante o período da ditadura⁴⁷. Formaram-se, no exílio, os seguintes grupos: 1) em Santiago, no Chile, um grupo de mulheres, coordenado por Zuleika Alambert; 2) em Paris, na França, o grupo de “Latino-Americanas”, coordenado por Yolanda Cerquinha da

40. Estados Unidos.

41. Estados Unidos.

42. Estados Unidos.

43. França.

44. França.

45. França.

46. França.

47. Sabemos pelas entrevistas que bolivianas e chilenas também formaram grupo de mulheres no exílio. Não temos, entretanto, notícias de que tivessem cunho feminista.

Silva Prado, conhecida como Danda Prado; este grupo chegou a publicar um periódico chamado Nosotras; 3) em Paris, na França, formou-se um grupo de mulheres, também sob a coordenação de Zuleika Alambert; 4) na França, o Círculo de Mulheres de Paris, que publicou um periódico chamado Agora é que são elas. 5) em Lisboa, Portugal, formou-se um grupo de reflexão (estudos e consciência), que se reunia no apartamento de Marli Moreira Alves⁴⁸.

O retorno destas mesmas exiladas trará novos valores e embates para o feminismo que era representado pelas que ficaram no país durante a ditadura, principalmente por aquelas que tinham militado em grupos de resistência e que, no processo, teriam se identificado com o feminismo.

Convém destacar que nem todas as pessoas que tiveram contato com o feminismo no exterior estavam exiladas. Várias mulheres foram para os Estados Unidos e para países da Europa motivadas por estudos e por simples viagens. Evidentemente, eram oriundas de famílias abastadas. Muitas destas mulheres fizeram parte, no estrangeiro, de grupos de consciência, e os reproduziram no Brasil quando retornaram. Este foi o caso das entrevistadas Maria Odila Leite da Silva Dias, Cecília Sardenberg e Sandra Maria da Mata Azevedo.

No Brasil, o “Movimento Feminino pela Anistia”, surgido em 1975, embora não se considerasse como feminista, foi responsável pela identificação de algumas mulheres com o feminismo. O contato com os presos e as presas políticas e as lutas contra as autoridades militares para que prestassem contas dos desaparecidos e o contato com o exterior, denunciando as torturas, é narrado por algumas delas como o momento em que perceberam a especificidade de ser mulher, de atuar como mulher no espaço público e, portanto, a constatação de sua identificação com o feminismo. Podemos ver, no quadro anterior, que duas de nossas entrevistadas tiveram este percurso.

O contato com movimentos de contracultura também aparece neste cenário como deflagrador da identificação. Para algumas delas, fazer parte de comunidades hippies⁴⁹, ter novas experiências afetivas, participar de movimentos culturais alternativos, permitiram a crítica da estrutura familiar e, por consequência, da sociedade em que viviam.

Entre as mulheres que participavam de partidos de esquerda ou de grupos de resistência, armados ou não, Maria do Espírito Santo narrou uma experiência que pode ser pensada como comum a muitas outras mulheres. Oriunda do Partido Comunista Brasileiro, foi encarregada, pelo partido, de participar do movimento feminista com a finalidade de captar novas filiadas. Uma vez no

48. Depoimento de Albertina Costa, no “Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, ocorrido em Florianópolis, UFSC, entre 4 e 7 de maio de 2009.

49. Este foi o caso de Inês Castilhos, que nasceu no interior de São Paulo em 19/02/1947.

movimento, Maria do Espírito Santo⁵⁰ envolveu-se de tal modo que passou a se dedicar, prioritariamente, a este, organizando grupos de consciência e sendo a responsável pelo engajamento de muitas outras mulheres.

No chamado Feminismo Acadêmico, a trajetória de Heleieth Saffiotti⁵¹ merece destaque. Ela fez uma pesquisa que foi publicada com o título “Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade”, em 1967. Embora, na época da pesquisa e quando a publicou, não se considerasse feminista, sua obra foi identificada, por algumas entrevistadas, como a responsável pela sua identificação com o feminismo. Hoje, esta pesquisadora considera-se feminista, e narrou que esta identificação ocorreu para ela somente no final dos anos setenta. Esta e outras mulheres, em suas narrativas, atribuem o contato com pesquisas acadêmicas como o fator que motivou sua identificação com o feminismo.

Narrativas do Chile

O feminismo de “Segunda Onda”, no Chile, deu seus primeiros passos em plena ditadura militar, tal como no Brasil. Entretanto, a especificidade da ditadura, extremamente violenta e mais tardia que a brasileira compôs um quadro diverso.

No Chile, o golpe de estado que teve a adesão imediata de Augusto Pinochet Ugarte⁵², em 1973, com o apoio dos Estados Unidos e contra o presidente eleito Salvador Allende Gossens, interrompeu um período de governos eleitos democraticamente desde antes da segunda guerra mundial⁵³. Com o golpe de estado, Pinochet assumiu a presidência da República, fechou o Congresso Nacional e iniciou uma feroz repressão aos adversários políticos, provocando a morte de 3.197 pessoas, dentre elas, 1.192 desaparecidas. Muitos foram torturados, presos ilegalmente e alguns conseguiram se refugiar no exílio.

Esta ditadura durou até 1988, quando um plebiscito derrota a pretensão de Pinochet de ficar no governo por mais 8 anos. Em 1990, a presidência é entregue para um presidente eleito, Patricio Aylwin Azócar. Entretanto este processo de transição para a democracia foi difícil e tem trazido inúmeras divisões, que atravessam a sociedade e, inclusive, as mulheres identificadas com o feminismo.

Esta transição para a democracia, chamada de *Concertación*, foi realizada com a presença do ex-ditador, no comando do exército e a impunidade dos crimes da

50. Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, conhecida como “Santinha”, nasceu em Bacabal, Maranhão; atua no Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. É residente no Rio de Janeiro, e foi entrevistada por Roselane Neckel em 14/02/2005.

51. Heleieth Yara Bongiovani Saffiotti nasceu em 4/01/1934, em Ibirá, São Paulo. Entrevista realizada por Joana Maria Pedro em 2/08/2005, em São Paulo.

52. Augusto Pinochet U. era chefe da guarnição militar de Santiago do Chile e pessoa de confiança do presidente Salvador Allende, quando aderiu ao golpe de estado para derrubá-lo.

53. Desde 1933.

ditadura; isto tem causado muita polêmica em todos os campos. Neste “acordo”, firmou-se o compromisso de não atacar a ditadura e fornecer uma relação de mortos e desaparecidos, mas, até hoje, muitos arquivos estão fechados.

Para pôr fim ao governo de Augusto Pinochet, foi realizado um acordo entre vários partidos. Entre eles, destacam-se: *Partido Demócrata Cristiano* (PDC); *Partido por la Democracia* (PPD); *Partido Radical Social Demócrata* (PRSD) e *Partido Socialista* (PS). Desde 1990, elegeu Patricio Aylwin Azócar, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Estes presidentes têm sido eleitos com grande maioria dos votos.

Apesar da *Concertación*, a Constituição de 1980, feita em plena ditadura, continua vigente e mantém instituições não democráticas e que dão para as forças armadas poderes políticos muito grandes. O presidente da República, por exemplo, não pode remover os comandantes em chefe das armas. Existem senadores que são designados para o Senado exclusivamente pelos militares. As forças armadas podem convocar o Conselho de Segurança Nacional – e este pode adotar resoluções que interferem na vida nacional. Ainda há na imprensa uma grande autocensura, um temor de se referir à ditadura. E mais: o mundo empresarial que apoiou a ditadura considera que Pinochet e os militares foram os salvadores do perigo do marxismo. Toda a grande imprensa chilena continua nas mãos deles⁵⁴.

Os governos da *Concertación* têm procurado, antes de mais nada, a governabilidade. A ação política volta-se para o futuro, através do medo partilhado de reviver conflitos passados⁵⁵, como se o país devesse escolher entre justiça e democracia. E, desta forma, as exigências de verdade e justiça têm ficado dentro do possível, e este possível está cheio de limites. Enfim, os direitos humanos não têm sido prioritários; isto leva a que a memória, como rancor, temor e vingança, se instalem no cenário⁵⁶.

É dentro deste contexto que várias mulheres entrevistadas dizem que se tornaram feministas. Os debates que atravessam a sociedade Chilena, especialmente este envolvendo a *Concertación*, criam divisões dentro dos movimentos, divisões estas que se somam a outras já existentes dentro do feminismo chileno.

No quadro abaixo, é possível verificar as narrativas de mulheres chilenas que se identificaram com o feminismo, no período da ditadura Pinochet.

54. GAZMURI, Cristián. Recuerdo y olvido em Chile a diez años del final de la dictadura *L'Ordinaire Latino-Americain*. N. 183, jan-mars 2001.p. 45.

55. Há toda uma discussão sobre políticas de memória, que merecem um estudo mais aprofundado, não cabendo neste texto.

56. LECHNER, Norbert y GÜELI, Pedro. Construcción social de las memorias en la transición Chilena. In: JELIN, Elizabeth e KAUFMAN, Susana G. (comps.) *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva Cork: Social Science Reserch Concil, 2006. p. 24-28.

Quadro 5 - Narrativas de identificação com o feminismo no Chile

Nomes	Narrativas de identificação
Kemy Oyazún ⁵⁷ , Margarita Iglesias ⁵⁸ , Ximena Valdés ⁵⁹ .	Contato com o feminismo no exterior, motivado por exílio ou não.
Gladys Dias, Lorena Fries	Fizeram parte de grupos de resistência e tornaram-se feministas no processo.
Teresa Valdés, Nely Richard	Envolvidas com pesquisas sobre mulheres e/ou relações de gênero – feminismo “acadêmico”.

Nas narrativas de feministas chilenas, também se destacam as identificações com o feminismo no exterior. Algumas motivadas pelo exílio, como é o caso de Margarita Iglesias⁶⁰; outras, como Kemy Oyazun, deram-se em função de estudos realizados no exterior. Algumas narram contatos com grupos de resistência, e o feminismo “aprendido” na academia também está presente. Entretanto, pode-se dizer que uma das características do feminismo que se constituiu no Chile no período estudado, foram as fragmentações. No final dos anos setenta, surgiram três grupos: o *Círculo de Estudios de la Mujer*, *Holas* e *Asuma*. O *Círculo de Estudios*, em 1979, começou suas reuniões junto à *Academia de Humanismo Cristiano* – órgão ligado à Igreja Católica. Entretanto, em 1983 foram impedidas de continuar a utilizar o espaço que ocupavam junto à Igreja. Dividiram-se, nesta ocasião, em dois grupos: *Casa de la Mujer La Morada* e *Centro de Estudios de la Mujer*. Logo em seguida, surgiram vários grupos ligados aos partidos de esquerda⁶¹. Entretanto, as divisões mais evidentes no feminismo do Chile serão aquelas que irão se estabelecer entre o feminismo autônomo e o socialista⁶².

57. Estados Unidos.

58. França.

59. França.

60. Convém fazer uma ressalva: esta entrevistada, apesar de dizer em sua entrevista que teve contatos com o feminismo na França, no Colóquio Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, afirmou que não era feminista.

61. TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile postdictadura*. Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer/Editorial Cuarto Propio, 2003, p. 44.

62. RICHARD, Nelly. La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. In: ____ MATO, Daniel (comp.). *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en tiempos de globalización* - 2. Caracas y Buenos Aires: UNESCO y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. pp. 227-239. Disponible sur: <http://www.globalcult.org.ve/pub/Clacso2/richard.pdf>. Consulté le 05/05/2007.

Mesmo durante a ditadura, mais propriamente desde 1980, uma “consciência de gênero” tem sido discutida e gerou formação de vários grupos, muitas vezes buscando apoio na Igreja Católica como forma de proteção contra a ditadura. Um dos nomes mais citados, nos textos escritos e nas entrevistas, é o de Julieta Kirkwood⁶³. Sua obra mais importante é, certamente, “Ser política no Chile”, publicado em 1986.

O processo de *concertación* acrescentou, ainda, maior fragmentação no interior do campo feminista chileno, dividindo-as entre as que apóiam o processo e as que o rejeitam. Estes embates permearam as entrevistas que realizamos.

Narrativas do Paraguai

Dos vários países do Cone Sul, o Paraguai é certamente o que teve a mais longa das ditaduras. Iniciada em 1954, só terminou em 1989. Este governo, entretanto não foi homogêneo: teve períodos de maior e de menor violência; além disso, a permanência do general Alfredo Stroessner Matiauda no poder foi referendada por sete “eleições” sucessivas.

Foi, certamente, este longo período de ditadura que dificultou a identificação com o feminismo no Paraguai. Segundo Carmen Echaury et alii⁶⁴, foi a participação na Conferência de Nairobi, em 1985, com impulso das Nações Unidas, que marcou a retomada do feminismo no Paraguai. As narrativas do quadro abaixo localizam um feminismo que começou em meados dos anos oitenta.

Quadro 6 - Narrativas de identificação com o feminismo no Paraguai

Nomes	Narrativas de identificação
Nadimyi Perla Yore ⁶⁵	Contato com o feminismo no exterior, motivado por exílio ou não.
Gloria Rubim, Margiorina Balbuena, Rafaela de Guanés Laino, Tereza Saldivar, Peluza Villagra.	Fizeram parte de grupos de resistência e tornaram-se feministas no processo.
Graciela Corvalan	Envolvidas com pesquisas sobre mulheres e/ou relações de gênero - feminismo “acadêmico”.
Line Bareiro, Clyde Soto.	Por influência de outras mulheres
Teresita Silvero	Participação em Movimentos por Direitos Humanos.

63. Julieta Kirkwood nasceu em 1936; licenciada pela Universidade do Chile em sociologia em 1969, morreu em 1985.

64. <http://www.eurosur.org/FLACSO/mujeres/paraguay/orga-1.htm>, acesso em 09/11/2005.

65. Na Argentina.

As primeiras organizações de mulheres políticas surgiram no início da década de 1980, em torno de “demandas pela liberação e democratização do país e reivindicações mais específicas de gênero, no marco da resistência antiditatorial em que convergiam, então, amplos setores da sociedade paraguaia”.⁶⁶ Mesmo ainda sob o governo de Strossner começaram a ser fundadas as primeiras organizações de mulheres, influenciadas pelos movimentos feministas da América Latina.⁶⁷ Entre estas organizações, destacam-se a UMPA – *Unión de Mujeres Del Paraguay*. Em 1985, criaram a FAM – *Frente Amplio de Mujeres*. Esta é a primeira organização a adquirir um enfoque feminista.⁶⁸

Outro destaque no feminismo Paraguaio é a identificação que se efetua em mulheres militantes de movimentos de âmbito rural; muitos destes movimentos, amparados pela Igreja Católica; em sua vertente da Teologia da Libertação, este é o caso de Margiorina Balbuena. Há, de acordo com Line Bareiro, uma tradição de vida antidemocrática no Paraguai, que tem dificultado o desenvolvimento de movimentos mais combativos, entre eles os de mulheres e feministas. Esta militante diz que, enquanto outros países tiveram vários presidentes que se sucederam no poder, o Paraguai foi o que teve menos. Este país, por exemplo, foi o último, entre os países do Cone Sul, a conceder o direito de voto às mulheres, ocorrido somente em 1967.⁶⁹

Como as demais narrativas de outros países do Cone Sul, também no Paraguai as mulheres tiveram contato com o feminismo no exterior, com grupos de resistência na academia e, como no Brasil, por conta de atividades de defesa dos direitos humanos.

Narrativas do Uruguai

O Uruguai, até 1960, foi chamado de Suíça da América do Sul, por sua estabilidade econômica, política e social. Muitos dos direitos reivindicados pelo feminismo foram conquistados, ali, muito antes da década de 1960. Lá, o divórcio era legal desde 1907. Além disso, as mulheres participavam, de forma crescente, do mercado de trabalho liberal, e tinham acesso à educação universitária, como política resultante, especialmente, dos governos liberais de José Batlle y

66. YORE, Nadimy Perla e COLAZO, Carmen. *Al rescate de nuestra historia*. Asunción: Red de Mujeres Políticas, 2001, p.15.

67. Idem, p.15.

68. Idem, p.20-21.

69. Palestra de Line Bareiro no Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, ocorrido em Florianópolis, UFSC, entre 4 e 7 de maio de 2009.

Ordoñez⁷⁰. Graciela Sapriza⁷¹ afirma que foi a entrada crescente das mulheres de camadas médias urbanas nas universidades que promoveu uma verdadeira revolução cultural. Elas estiveram presentes nos múltiplos espaços públicos que se constituíram no período. Entretanto, para esta autora e para Ana Maria Araújo⁷², as lutas específicas das mulheres, que foram a tônica da “Segunda Onda” do feminismo, não tiveram espaços nos anos 1960 e início de 1970, no Uruguai.

O que se vai observar pelas narrativas, é que estas lutas das mulheres serão mais presentes nos anos oitenta, quando os movimentos sociais, formados principalmente por mulheres, irão contribuir de forma significativa para o fim da ditadura que se iniciara em 1973.

A ditadura no Uruguai, iniciada nos anos setenta, não teve, como as demais, apenas gerais na presidência. Esta foi encabeçada, em sua maioria, por civis, porém apoiados pelas forças armadas. Quando, nos anos setenta, a instabilidade econômica também atingiu o Uruguai, o presidente eleito em 1972, Juan María Bordaberry Arocena⁷³, em 1973 fechou o Congresso Nacional e iniciou, com o apoio das Forças Armadas, um governo ditatorial. Este presidente esteve no cargo até 1976, quando foi substituído por Pedro Alberto Demicheli Lizaso⁷⁴, que governou apenas por alguns meses; em 1976, Aparicio Méndez Manfredini⁷⁵ assumiu a presidência até 1981. Neste ano, Gregorio Conrado Álvarez Armelino⁷⁶ assumiu a presidência da república até 1985. A partir de 1985, os militares afastaram-se do governo.

Convém, ainda, registrar que a ditadura deixou um rastro de prisões ilegais, sequestros, desaparecimentos, tortura e morte. Somaram-se 4.933 pessoas presas pela ditadura, sendo 3.700 destas presas sem processo⁷⁷.

Foi no período de 1981 a 1985, época chamada de “ditadura transicional”, que inúmeros movimentos sociais expuseram em público seu repúdio à ditadura.⁷⁸ As mulheres tiveram papel de destaque nestes movimentos. Algumas destas mulheres, juntamente com aquelas que haviam participado, já nos anos setenta, da resistência contra a ditadura - algumas inclusive de luta armada -, tornaram-

70. ARAUJO, Ana Maria. *Tupamaras. Des femmes de l'Uruguay*. Paris : Des femmes, 1980, p. 67-90; RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbrì e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2001.

71. SAPRIZA, Graciela. Memórias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea et alii (orgs.) *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p.42.

72. ARAUJO, Ana Maria. *Tupamaras. Des femmes de l'Uruguay*. Paris : Des femmes, 1980, p. 67-90.

73. Era civil e proprietário rural.

74. Era civil, advogado e jornalista.

75. Era civil e professor de direito.

76. Era general.

77. CAETANO, Gerardo. Uruguai. In: SADER, Emir et alii (org). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 1223-1240.

78. CAETANO, Gerardo. Uruguai. In: SADER, Emir et alii (org). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 1223-1240.

se feministas neste processo. Abaixo, é possível acompanhar o que narraram, como forma de identificação com o feminismo.

Quadro 8 - Narrativas de identificação com o feminismo no Uruguai

Nomes	Narrativas de identificação
Lilian Celiberti ⁷⁹ , Alma Espino ⁸⁰ , Martha Aguiñ ⁸¹ , Moriana Hernandez ⁸² , Lilian Abracinskas ⁸³	Contato com o feminismo no exterior, motivado por exílio ou não.
Carmem Beramendi, Cecilia Anandes	Fizeram parte de grupos de resistência e tornaram-se feministas no processo.
Alejandra Lopes Gomes, Graciela Sapriza, Susana Rostagnol	Envolvidas com pesquisas sobre mulheres e/ou relações de gênero - feminismo “acadêmico”.
Gloria d’Alesandro, Elina Carril	Por influência de outras mulheres

Nas narrativas das entrevistadas do Uruguai, destacam-se a identificação com o feminismo no exterior, seja por exílio, viagem ou estudo. Entre os países de acolhida e de contato com idéias feministas, destaca-se o México. Muitas destas exiladas tiveram intensa participação nas lutas dos anos 70 contra a ditadura que se instalava. O feminismo acadêmico também consta, significativamente, na narrativa das uruguaias. Personagens como Graciela Sapriza e Susana Rostagnol são reconhecidas internacionalmente no mundo acadêmico por seus estudos sobre o movimento de mulheres, os feminismos e as relações de gênero

Ainda algumas reflexões

Algumas narrativas da história do feminismo na América Latina têm afirmado que, nestas décadas, as lutas específicas das mulheres, que foram a tônica da “Segunda Onda” do feminismo, não tiveram espaços na América Latina. Autoras como Bérengère Marques-Pereira & Sophie Stoffel, Victoria González & Karen Kampwirth e, ainda, Jo Ficher⁸⁴, afirmam que, na América Latina, o “femi-

79. Itália.

80. México.

81. México.

82. México.

83. Suíça.

84. MARQUES-PEREIRA, Bérengère e STOFFEL, Sophie . Féminismes d’Amérique latine. In : GUBIN, Éliane et alii. *Le siècle des féminismes*. (Preface de Michelle Perrot) Paris : Editions Ouvrières, 2004, p. 399-410. GONZÁLEZ, Victoria and KAMPWIRTH, Karen (orgs.) *Radical women in Latin America. Left and right*. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press, 2001. FISCHER, Jo. *Out of the shadows: women, resistance and politics in South America*. London: Latin American Bureau, 1993.

nismo se conjuga no plural”, e que nos países que enfrentaram ditaduras, muitas vezes, foi a resistência às ditaduras e a luta pelos direitos humanos que acabaram por reunir mulheres, cujos grupos, mais tarde e nem sempre, assumiram algumas das bandeiras feministas.

O que temos observado, nesta pesquisa, é que a narrativa que as mulheres fazem de sua identificação com o feminismo confirma esta identificação, a partir dos envolvimento em grupos de resistência às ditaduras. Entretanto, outros motivos são apontados. A ida para o exterior por causa de exílio, ou para acompanhar familiar exilado, ou, até mesmo, como auto-exílio, tem uma presença muito forte. O que nos espanta mais é o lugar do exílio, que não são somente os Estados Unidos e países da Europa; o México, certamente, foi um dos principais lugares. Ao lado deste, Brasil, Argentina, Peru, todos vivendo sob ditadura no período; mesmo assim, na narrativa, são apontados como lugar de identificação com o feminismo. Uma das entrevistadas, a argentina Dora Barrancos, relata que participou de movimentos no Brasil e que considerava que, embora o país estivesse em ditadura, havia – na avaliação dela – muito mais liberdade do que encontrava no país de origem.

Os grupos de consciência, chamados em alguns países como grupos de reflexão, também foram muito importantes. Estes adquiriram, em cada país, conotações distintas: foram realizados nas casas das pessoas, em cafés, em espaços cedidos pela Igreja Católica. De qualquer maneira, nas narrativas aparecem como deflagradores da identificação, associada à influência de outras mulheres.⁸⁵

Seria bom, ainda, destacar a importância do feminismo “acadêmico”. Mais presente a partir dos anos oitenta nos países do Cone Sul - com o processo de democratização -, foi, e continua sendo, o responsável por muitas das identificações relatadas. O interesse de organismos internacionais sobre a situação das mulheres nos países pobres gerou a demanda por pesquisas; além disso, aportes de recursos de agências internacionais permitiram o surgimento de diversas ONGs. Esta situação permitiu que muitas pessoas se envolvessem com pesquisas e com atividades voltadas para a cidadania das mulheres. Para muitas delas, que não eram ainda feministas, este foi o caminho que as levou para esta identificação.

Temos claro que as sínteses – como esta que realizamos –, costumam não retratar individualmente as personagens⁸⁶, mas permitem, ao menos, perceber o que constitui a “pluralidade” das identificações com o feminismo no Cone Sul. Este foi um lugar que viveu a “Segunda Onda” sob ditaduras, sem democracia, sem possibilidades de manifestações, mas que encontrou, ao seu modo, adaptações e releituras do feminismo, amparadas por suas configurações locais. Inventaram, com certeza, outros caminhos, diferentes daqueles vividos pelas mulheres dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Fizeram um feminismo possível no Cone Sul, certamente muito diferente dos demais.

85. Nas tabelas aparecem como influência de outras mulheres.

86. Convém lembrar que a pesquisa não está concluída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ana Maria. *Tupamaras: des femmes de l'Uruguay*. Paris: Des femmes, 1980.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 219-229.

CADENA, Marisol de la. "Las mujeres son más indias": etnicidad y género en una comunidad del Cusco. *Estudios y debates*, Perú, n. 1, p. 7-47, jul./1991.

CAETANO, Gerardo. Uruguai. In: SADER, Emir et al. (org.). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 1223-1240.

CALVERA, Leonor. *Mujeres y feminismo en la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre: France-Allemagne-Bolivie-Argentine. Deuxième Guerre mondiale – annés 1970-1980. *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*. Tome 108, n. 2, 2001. Rennes: Presses Universitaires de Rennes. p.103-128.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1/2002, p. 171-188.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: 34, 2004.

FISCHER, Jo. *Out of the shadows: women, resistance and politics in South America*. London: Latin American Bureau, 1993.

GAZMURI, Cristián. Recuerdo y olvido em Chile a diez años del final de la dictadura. *L'Ordinaire Latino-Americain*, Toulouse, n. 183, p. 45-50, jan.-mars/2001.

GONZÁLEZ, Victoria; KAMPWIRTH, Karen (orgs.). *Radical women in Latin America: left and right*. Pennsylvania: The Pennsylvania University Press, 2001.

GRAMMÁTICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas en los tempranos setenta: Un diálogo (im)posible? In: ANDÚJAR, Andrea et al. (orgs.). *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 19-38

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma História Comparada. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; FGV, 1998. p. 205-216.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, Ph. (org.) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-50.

LECHNER, Norbert; GÜELI, Pedro. Construcción social de las memorias en la transición chilena. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. (comps.) *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana; Nueva Cork: Social Science Reserch Concil, 2006. p. 24-28.

LINERA, Alvaro Garcia. Bolívia In: SADER, Emir et al. (org.). *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 189-204.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère; STOFFEL, Sophie. Féminismes d'Amérique latine. In: GUBIN, Éliane et al. *Le siècle des féminismes*. Preface de Michelle Perrot. Paris: Ouvrières, 2004. p. 399-410.

MESCHWITZ, Mandela Sainz M. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Gabriela Miranda Marques, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 10.12.2007. Transcrição de Gisele da Silva.

NARI, Marcela. Abrir los ojos, abrir la cabeza: el feminismo en la Argentina de los años 70. *Feminaria*, Ano IX, n. 17/18, p.15-21, nov./1996.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada na América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, p. 11-34, 2. sem./2005.

RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Ed.UNESP, 2001.

RICHARD, Nelly. La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. In: MATO, Daniel (comp.). *Estudios Latinoamericanos sobre Cultura y Transformaciones Sociales en tiempos de globalización- 2*. Caracas; Buenos Aires: UNESCO; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2001. p. 227-239. Disponível em: <<http://www.globalcult.org.ve/pub/Clacso2/richard.pdf>>. Consultado le 05/05/2007>. Acesso em : 23/05/2007

SALAZAR, Cecília. Pueblo de humanos: metáforas corporales y diferenciación social indígena en Bolivia. *Antropologia*, Perú, Año XXIV, n. 24/2006, p. 5-26.

SAPRIZA, Graciela. Memorias del cuerpo. In: ANDÚJAR, Andrea et al. (orgs.). *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

THEML, Neide; BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 1-23, jun./2007. Disponível em: http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_artigo003.pdf, acesso em 21/04/2008.

TOBAR, Marcela Ríos; CATALÁN, Lorena Godoy; CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *¿Un nuevo silencio feminista? la transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura*. Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer/Editorial Cuarto Propio, 2003.

VASSALLO, Alejandra. 'Las mujeres dicen basta': movilización, política y orígenes del feminismo argentino en los 70. In: ANDÚJAR, Andrea et al. (orgs.). *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. p. 61-88.

YORE, Nadimy Perla; COLAZO, Carmen. *Al rescate de nuestra historia*. Asunción: Red de Mujeres Políticas, 2001.



O GÊNERO DA ESQUERDA EM TEMPOS DE DITADURA

Cristina Scheibe Wolff

Nas décadas de 1960 e 1970, todos os países do Cone Sul viveram um processo político bastante semelhante e que envolveu ditaduras militares, apoiadas pelos Estados Unidos da América e por setores das elites nacionais e classes médias. Todos estes países – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – também foram marcados neste período pelo aparecimento de grupos de guerrilha de esquerda, alguns muito pequenos, outros maiores. Animados pelo sucesso da Revolução Cubana e pela existência do Bloco Comunista da União Soviética e da China, que se mantinham como grandes potências em contraposição aos Estados Unidos e à Europa, grupos ligados aos partidos de esquerda e especialmente ao movimento estudantil se propunham a transformar a sociedade pela força do fuzil.

Se podemos pensar na existência de um processo comum a esses vários países envolvendo os movimentos armados de esquerda e a repressão a estes e outros movimentos através de ditaduras militares, por outro lado é preciso entender que havia diferenças entre esses países. A população do Brasil, por exemplo, se destaca demais neste contexto (ver Tabela 1). Não é a toa que, por questões tanto populacionais quanto geopolíticas (o Brasil só não faz fronteira com dois países da América do Sul), o investimento político e econômico feito pelos Estados Unidos neste país tenha sido tão grande que possibilitou um golpe militar já em 1964. Em plena Guerra Fria, não se podia nem ao menos arriscar uma mínima chance de que o Brasil mantivesse uma postura não alinhada e onde pudesse vicejar algum tipo de aliança com o Bloco Socialista.

As diferenças econômicas, especialmente se relacionadas à população, também impressionam, assim como as mudanças ao longo do tempo. Veja-se especialmente o Brasil e a Argentina. O PIB da Argentina na década de 1960 superava em muito o PIB brasileiro, mesmo que a população brasileira fosse quase 4 vezes a da Argentina, como se vê na Tabela 2. O Uruguai e o Chile também tinham PIB relativamente alto, tomando-se em relação sua população.

Tabela 1 - População dos países do Cone Sul em 1960, 1970 e 1980

	1960	1970	1980
Brasil	72.742.370	95.988.870	121.615.000
Argentina	20.616.010	23.962.310	28.093.510
Chile	7.643.274	9.569.625	11.174.170
Bolívia	3.351.438	4.211.618	5.355.126
Paraguai	1.842.453	2.350.398	3.113.712
Uruguai	844.000	1.508.000	2.913.608

Fonte: http://www.nationmaster.com/graph/peo_pop-people-population em 18/09/2009

Tabela 2 - Produto Interno Bruto dos países do Cone Sul, 1960-1970 (em US\$)

	1960	1970	1980
Argentina	24.450.610.000.00	31.584.210.000.00	76.961.920.000.00
Bolívia	668.973.000.00	1.208.400.000.00	2.781.480.000.00
Brasil	15.165.570.000.00	42.327.600.000.00	235.024.600.000.00
Chile	4.211.762.000.00	8.981.112.000.00	27.572.310.000.00
Paraguai	280.626.600.00	594.609.500.00	4.578.785.000.00
Uruguai	1.243.993.000.00	2.120.144.000.00	10.132.310.000.00

Havia também diferenças políticas muito grandes. Uruguai, Chile e Argentina tinham regimes republicanos e relativamente democráticos, especialmente os dois primeiros, consolidados com altas taxas de alfabetização e participação política popular, pelo menos nas capitais e grandes cidades. No Chile, este processo culminou inclusive com o Governo Allende, de postura socialista, o primeiro da América do Sul. Já no Paraguai, na Bolívia e no Brasil, o processo político era outro, marcado por uma participação bem menor da população, especialmente das populações rurais e com uma diferença de classes e também racial e étnica mais marcada entre indígenas e brancos, e entre negros e brancos.¹ Estas diferenças raciais se concretizavam em exclusão econômica, social e política.

Este conjunto de diferenças políticas e conjunturais pode ajudar a explicar o grande envolvimento, em termos massivos, com os movimentos de esquerda

1. Sobre estas diferenças, consultar SADER, 2006.

no Uruguai, Argentina e Chile, como também a conseqüente repressão que atingiu números estrondosos, como os trinta mil desaparecidos argentinos. E pode, igualmente, ajudar a entender as dificuldades das organizações de esquerda no Paraguai e no Brasil, que viveram as ditaduras mais longas, e na Bolívia, marcada pelas lutas sindicais dos mineiros e das donas-de-casa e por sucessivos golpes de estado.

Há uma diferença importante entre países que viveram ditaduras desde os anos 1960 (Brasil, Bolívia e Argentina) ou até desde 1950 (Paraguai), frente ao Chile e Uruguai, que eram países conhecidos por sua democracia e que só foram atingidos diretamente pela ideologia de segurança nacional, acompanhada devidamente pela ditadura e repressão a grupos de esquerda, após 1973. Isso criou certo descompasso: enquanto no Brasil a repressão já havia praticamente se completado – a partir de 1976 (o que não quer dizer que não tenha tido continuidade, somente que até aí já se havia prendido, exilado, calado a quase todos...), na Argentina se vivia o início da ditadura capitaneada por Jorge Rafael Videla, que oficializava a Guerra Suja, levada a efeito desde 1973 por paramilitares e militares.

Um descompasso se criou também quanto aos efeitos da chamada Revolução Sexual e do feminismo internacional nesses países. Isso interessa muito quando estamos discutindo as relações de gênero. Por exemplo, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o Ano Internacional da Mulher, o que em vários países oportunizou a criação de organizações feministas, a realização de encontros e a discussão das idéias feministas.² No Brasil este também foi um ano marcante para o movimento feminista. Com a chancela da ONU, criaram-se organizações e espaços de discussão que estariam totalmente interditados nos anos anteriores. Já na Argentina, onde vários grupos feministas já vinham se organizando desde o final da década de 1960, este ano de 1975 foi marcado muito mais pela repressão do que pela organização, mesmo que se vivesse em um governo presidido por uma mulher, Isabellita Perón. Segundo Ana Maria Veiga: “No momento em que todas as argentinas foram forçadas a se recolher e se calar, começaram a deslanchar as manifestações feministas brasileiras, impulsionadas pelo Ano Internacional da Mulher (1975), suas discussões e festividades.”³

Na Bolívia, que vivia anos de intensa repressão, bem como no Chile, Uruguai e Paraguai, o ano de 1975 não ficou tão marcado quanto o de 1985, que encerrou a Década da Mulher e coincidiu com o final de várias ditaduras, numa conjuntura de abertura política, transição para a democracia e lutas sociais de vários setores populares – os chamados novos movimentos sociais.⁴

Quando se fala em história comparativa, como é o caso de nossa pesquisa, uma questão interessante é pensar que a comparação não precisa se dar necessariamente

2. PEDRO, 2006 e PEDRO, 2009.

3. VEIGA, 2009.

4. Sobre esses novos movimentos sociais, ver: SADER, 1988.

entre “países”, como se estes formassem conjuntos coerentes e comparáveis entre si. Apesar das diferenças sociais e dos descompassos em processos semelhantes de ditaduras militares e repressão política aos grupos de esquerda, também se pode usar outros parâmetros de comparação. Por exemplo, há uma ampla diversidade entre as linhas ideológicas seguidas pelos diversos grupos de esquerda e de luta armada. Em vários dos países referidos havia grupos marxistas-leninistas, com ênfase no foquismo,⁵ maoístas, trotskistas (os quais normalmente recusavam a luta armada), anarquistas e, ainda poderíamos acrescentar, grupos com profundas ligações com o cristianismo da Teologia da Libertação. Certamente estas escolhas envolviam também componentes de gênero.

Por exemplo, no Brasil, a Ação Popular (AP),⁶ que vinha de uma perspectiva ligada à Teologia da Libertação, ao assumir a tese da guerra popular prolongada ligada à perspectiva maoísta, passou a enviar seus componentes para fábricas ou para regiões rurais. Considerando que para as mulheres seria mais fácil viver nas cidades, a maioria destas militantes deveria se engajar em fábricas como operárias. Já os homens deveriam ir para regiões rurais no interior do país. Em ambos os casos, a missão era tanto pessoal quanto política: proletarianizar-se, tornar-se verdadeiramente proletário, viver na carne, na fome, nas mãos calejadas, a “experiência” de ser proletário. Ao mesmo tempo, esperava-se que exercessem nestes lugares o papel da vanguarda revolucionária, tal como propunha o poeta Geir Campos no poema *Tarefa*:

Morder o fruto amargo e não cuspir
 mas avisar aos outros quanto é amargo,
 cumprir o trato injusto e não falhar
 mas avisar aos outros quanto é injusto,
 sofrer o esquema falso e não ceder
 mas avisar aos outros quanto é falso;
 dizer também que são coisas mutáveis...
 E quando em muitos a noção pulsar
 — do amargo e injusto e falso por mudar —

-
5. Trata-se da teoria do foco revolucionário, segundo a qual a revolução poderia iniciar em um foco, preferencialmente na área rural, a partir do qual o exército revolucionário conquistaria progressivamente o território do país, tal qual ocorreu em Cuba a partir da Sierra Maestra.
 6. A Ação Popular surgiu em 1962 como uma força política muito importante e até predominante no movimento estudantil e formou-se, sobretudo, com pessoas que provinham de organizações como a Juventude Universitária Católica e outras semelhantes, com ligações com religiosos da Teologia da Libertação, e incluindo pessoas provenientes das igrejas Presbiteriana e Luterana. A partir do AI-5, em dezembro de 1968, vários membros começam a pensar na luta armada como uma alternativa de luta política; cf. RIDENTI, 2002 e CIAMBARELLA, 2007.

então confiar à gente exausta o plano
de um mundo novo e muito mais humano.⁷

Segundo Derlei de Luca, ex-militante da AP, para isso a organização não hesitava em separar casais, em deslocar as pessoas, que faziam todos os sacrifícios em prol da revolução:

Os homens vão para o campo. As mulheres vão para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos. [...].

[...] a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tse Tung. Para lá são mandados os melhores quadros militantes, separando noivos, namorados, casais.

– *A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual*, diz um membro da direção. Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima dos nossos interesses pessoais.⁸

Em alguns casos, apesar desta diretriz, era inevitável mandar algumas mulheres para o campo. Na década de 1960, a população rural era ainda predominante em vários estados do Brasil, apesar da industrialização e, além disso, dois dos exemplos de guerrilha que se procurava seguir, a chinesa e a cubana, haviam começado em áreas rurais. Tal como na China, acreditava-se que o campesinato – uma categoria bastante polêmica para a esquerda brasileira daqueles tempos – poderia ter papel determinante na revolução. Por isso o investimento na região do Araguaia, por exemplo, lugar de muitos conflitos por terra, no qual o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – que após 1972 será também integrado por muitos militantes da AP – resolveu iniciar um movimento. Isso gerava uma série de questões. Uma das “moças de Minas”, cuja história Luiz Manfredini nos conta, relata que era obrigada a andar sempre uns passos atrás de seu suposto marido, quando foi mandada pela organização para uma região rural.⁹ Afinal, para não levantar suspeitas, tinham que agir como um casal normal.

7. Geir Campos (1924-1999), poeta, publicou este poema em 1964, no livro *Cantigas de Acordar Mulher*. Em 1962, organizou com Moacyr Félix, Ferreira Gullar e Reynaldo Jardim, os volumes *Violão de Rua – Poemas para a Liberdade*, da série *Cadernos do Povo Brasileiro*, editados pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional de Estudantes (UNE) e Editora Civilização Brasileira. Ver: <http://www.releituras.com/geircampos_tarefa.asp> e <<http://www.almadepoeta.com/geir%20campos.htm>>. Acesso em: 15/10/2009.

8. DE LUCA, 2002. p. 36-37.

9. MANFREDINI, 1989.

Amelinha Teles, que era do PCdoB, em seu texto neste livro, fala que seu marido lavava roupa no tanque atrás da casa em que moravam em São Paulo, num bairro popular, mas primeiro eles estendiam vários lençóis para que a vizinhança não visse a cena, que poderia abalar a reputação dos dois: ele em relação à sua masculinidade, ela na sua reputação de boa dona-de-casa.

Ou seja, ao mesmo tempo em que esses grupos falavam em proletarização e respeito à moral das classes populares, admitia-se a existência de uma outra moral, “mais avançada”, que estaria presente nos meios estudantis, e que permitia uma gama de comportamentos sexuais mais abertos e de relações de gênero mais igualitárias. Isso fica bem claro no discurso de Lamarca, um dos grandes heróis da guerrilha brasileira.¹⁰ Em seu diário, escrito em forma de cartas para Lara Lalvenberg, com quem teve um romance – apesar de ser casado com Maria Pavan, a quem enviou para Cuba com os filhos –, o militante conta que estava lendo *Moral e Revolução*, de Trotsky, e reflete sobre o meio rural em que estava vivendo naquele momento:

Nos trabalhos políticos aqui enfrentamos problemas até de ordem familiar do camponês, o que não deixa de ser um atestado de confiança, mas existem os problemas de auto-afirmação, macheza, [...]. Temo muito pela moral – é como se lhe tirássemos uma moral sem substituí-la por outra. Isso é até compreensível, não se pode destruir os valores sem a base de novos – e que base é esta? É difícil para eles. Mas, entre as deformações deles e as da esquerda – embora compreenda as duas –, aceito mais as da massa.¹¹

Pelo conteúdo da carta, percebe-se que a preocupação de Lamarca era mesmo com a moral sexual.

Em grupos com matrizes ideológicas diferentes, foram por vezes diversas as posturas quanto a essa “questão moral” que envolvia especialmente as práticas sexuais e também as maneiras como as mulheres deveriam se portar. Em alguns casos, há sanções também para os homens que não se comportavam devidamente, como no caso dos Montoneros, da Argentina. Nos depoimentos recolhidos pela jornalista Marta Diana, em seu livro *Mujeres Guerrilleras*, o que mais chamou minha atenção foi o aspecto hierarquizado e moralista da organização Montoneros. Nessa hierarquia, parecia haver lugar para mulheres, especialmente como responsáveis por novos militantes incorporados à organização, porém eram

10. Lamarca era oficial do exército e passou espetacularmente para o lado da guerrilha, tornando-se Comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ver JOSÉ; MIRANDA, 2004

11. Apud JOSÉ; MIRANDA, op. cit., p. 141.

subordinadas a chefes, geralmente homens. Na medida em que se integravam na organização, as mulheres entrevistadas acabavam por também integrarem casais, quando não entravam mesmo na organização já como companheiras de um militante. Neste caso, toda uma conduta era esperada dos casais, o que incluía mesmo punições para adultérios e outros comportamentos que saíssem da ‘linha’ traçada.¹² No Código de Justiça Penal Revolucionária, publicado em 4 de outubro de 1975, lia-se no Artigo 16: “Deslealtad. Incurrer en este delito quienes tengan relaciones sexuales al margen de la pareja constituida, son responsables los dos términos de esa relación aún cuando uno solo de ellos tenga pareja constituida”.¹³ A pena para isso podia ser desde advertência até expulsão da organização. Entretanto, o que estava escrito nem sempre era o que se fazia na prática. Nora Llaver explica que, no grupo que participava dos Montoneros, não havia rigidez de costumes:

[...] também tenho que dizer que neste grupo que militei no âmbito em que eu estava, era bastante particular [...] eu sei que se diz, é possível que se tenha vivido em outras províncias, uma moral muito rígida, [...] com certas proibições, é possível que isso se tenha praticado em alguns âmbitos, mas onde eu estava (...) integramos este grupo humano e político, onde realmente estas prescrições não existiam, escutávamos rock and roll, vínhamos de experiências, de alguns hippies, não todos, alguns vinham da igreja, outros vinham do marxismo, e estas regras não estavam, se estavam eram as regras absolutamente estritas na época onde os Montoneros tiveram mais problemas, [que] foi a última.¹⁴

Já o Partido Revolucionario de los Trabajadores/Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT/ERP), também da Argentina, tinha uma perspectiva teórica muito mais elaborada sobre este aspecto, que se materializou no texto *Moral y Proletarianización*, atribuído a Julio Parra, apresentando uma crítica muito forte ao individualismo e propondo uma moral para “o novo homem”, que enfatizava o coletivo e o social ao invés do individual, e colocava o comportamento dos guerrilheiros como questão central a ser pensada pela organização.¹⁵

Proletarização neste caso era uma proposta diferente daquela que a AP parecia colocar em prática. Não se tratava de tornar-se proletário ao ir trabalhar numa fábrica e procurar mimetizar o comportamento de uma família proletária. Partia-se aqui de um proletariado ideal, aquele que seria revolucionário, aquele

12. Cf. DIANA, 1997.

13. Documento publicado em *Lucha Armada en la Argentina*, Buenos Aires, año 3, n. 8, 2007, p. 124-127.

14. CIRIZA; LLAYER, 2006.

15. POZZI, 2004 e OBERTI, 2004/2005.

que estaria livre de valores pequeno-burgueses como a propriedade privada e a família. O novo homem, conceito no qual as mulheres também se enxergavam, não poderia pensar nas mulheres e filhos como propriedades. Não poderia colocar seus objetivos individuais à frente dos coletivos. Numa entrevista muito rica que fiz com duas ex-militantes, uma do PRT, Alejandra Ciriza, e uma montonera, Nora Llaver, elas afirmam que se sentiam inventando uma nova forma de viver:

Alejandra – Em meu caso, na minha célula era, então creio que o que Nora fala é absolutamente assim, o mundo novo se constrói todos os dias, desde a subjetividade.

Nora – Éramos homens e mulheres novas, isto que tanto dizia Che para nós era cotidiano, tinha que ser assim, não era sacrifício...¹⁶

Os filhos, por exemplo, que aparentemente se encorajava a ter na Argentina, deveriam ser assumidos por toda a célula, ou seja, pelo coletivo ao qual o casal pertencia. Cada nova criança era pensada como um futuro revolucionário, um novo Che que poderia estar nascendo. Isto, porém, não era fácil de colocar na prática. Ao ter um filho, M., que militava no PRT, acabou por sair de sua célula e deixar a militância, acusada, inclusive, por seu companheiro, de ser burguesa – o que naquele momento era uma terrível ofensa – pois achava que não deveria submeter o filho a viver em clandestinidade, ao perigo constante de perder os pais (o que acabou ocorrendo em relação ao pai). À pergunta se havia continuado na militância após o nascimento do filho, M. respondeu:

Existem mulheres que continuam, mas eu não, porque eu senti que tinha uma grande responsabilidade com ele, a diferença com outra mãe é que dizem que eu era burguesa, eu sentia que tinha que me preservar para o meu filho e creio que eu deveria me separar, sem dúvida eu deveria deixar a militância, era difícil, mas eu já estava psicologicamente preparada para deixar, porque sentia que não era justo para o nosso filho que perdesse os seus pais. Existiam pessoas que não se preocupavam porque tinham a certeza de que alguém o criaria... bom, eu não tinha esse lema, para mim era fundamental que um de nós dois o criasse e eu já estava psicologicamente preparada para deixar a militância.¹⁷

O Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR), do Chile, chegou a conceber uma maneira para resolver esse dilema dos filhos de militantes no contexto

16. CIRIZA; LLAVER, op. cit.

17. M., 2006.

da clandestinidade. Na época em que a organização decidiu pela volta dos militantes exilados, alguns filhos de militantes foram mandados/mantidos em Cuba, onde ficavam em casas em que havia pessoas responsáveis por aquele coletivo de crianças. Era uma radicalização da idéia de desmontagem da família burguesa. As crianças passavam a ser responsabilidade coletiva, liberando as mães e pais para a militância. Conforme Margarita Iglesias:

Nos anos 1980 quando o MIR decidiu essa política do retorno, teve o problema dos filhos das mulheres e dos homens que tinham filhos. [...] então se assinou um acordo com Cuba, e com apoio de especialistas do âmbito da psicologia, que reconheciam o MIR e que estavam fazendo trabalho nos países europeus, basicamente, se estruturou a idéia de formar lares coletivos, casas coletivas, com pais e mães sociais, para que os companheiros e as companheiras que decidissem voltar, pudessem deixar os seus filhos nesses lares.¹⁸

Embora tenha se efetivado, esta experiência foi e é bastante polêmica. Segundo Gladys Diaz, outra militante do MIR, houve muitos problemas e muitos dos filhos se sentiram abandonados.¹⁹

Outro ponto de interesse para a comparação nos vários países estudados e entre as organizações é como se deu o acesso das mulheres à militância. Posso afirmar que a grande maioria das mulheres ativistas de esquerda que entrevistamos até o momento teve este acesso a partir do movimento estudantil. Como já se viu, as décadas de 1960 e 1970 foram mesmo um momento de expansão das universidades e especialmente de abertura dos estudos universitários às mulheres. Importante lembrar ainda que cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, por outro lado, pelo cunho político de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil.

Esta vinculação entre movimento estudantil, decorrente da expansão das universidades, e participação política das mulheres, pode ser vista também pela exceção. Ao contrário dos outros países do Cone Sul, o Paraguai tem uma universidade relativamente pequena. Além disso, lá a ditadura de Stroessner iniciou-se tão cedo e de forma tão firme, que alguns movimentos e idéias nem ao menos tiveram como chegar ali naquele contexto. O envolvimento de mulheres neste país em movimentos armados – que, aliás, foram poucos e envolveram relativamente

18. IGLESIAS, 2007.

19. DIAZ, 2007.

poucos militantes – foi muito pequeno e normalmente sua aproximação se deu a partir da Teologia da Libertação. Para Guilhermina Kanonikoff Flores, foi a sua fé cristã e a relação com o marido, que foi recrutado primeiro para a Organização Político Militar, ou Organização Primeiro de Março (OPM),²⁰ que a fizeram entrar para a organização: “Havia necessidade de um compromisso maior, que coincidissem com o nosso compromisso cristão, de ser cristão. Para nós, ser cristão significava uma complementação com o nosso compromisso político, com o cidadão. Não podíamos entender um compromisso sem o outro.”²¹

Guilhermina Flores explica também que a integração à organização era feita através de todo um processo gradual:

Passava-se por vários níveis: primeiro uma capacitação; segundo uma prova, um pouco de força e dignidade da pessoa: a confiabilidade da pessoa, a honra da pessoa, o compromisso real com a causa do povo. E assim então se ia subindo, de um nível de capacitação até um de maior âmbito, integrando-se à Organização posteriormente, e já assumindo a célula; essa célula é uma coluna. E a partir disso, integrar-se como combatente em níveis já mais comprometidos dentro da escala da Organização.²²

Estes níveis mais avançados não eram fáceis de ser atingidos por mulheres. Segundo a entrevistada, no seu caso a dificuldade foi por ter engravidado e, além disso, ser mulher dificultava, por exemplo, ir a uma reunião à noite. Ela explica também que precisava trabalhar para manter uma fachada legal e para sustentar a pequena família, já que seu marido, a esta altura, já estava totalmente clandestino.

Mas, mesmo no Paraguai, o movimento estudantil foi um catalisador para o envolvimento de rapazes e moças com a política, como explica Line Bareiro, que fala de sua militância no Frente Unido Revolucionario (FUR), na Universidad Nacional, nos anos de 1969 a 1971. Era um movimento conhecido como independente, que tinha suas ligações com a Teologia da Libertação.²³ A própria OPM também teve muitos militantes provenientes dos movimentos estudantil, alguns dos quais estudavam na província de Corrientes, na Argentina.

Nos outros países, a integração de estudantes universitários aos movimentos armados era uma constante, tanto para homens como para mulheres. Isto, é claro, liga-se à expansão das universidades neste período, à urbanização e à industrialização destes países também. Tanto que, em vários lugares, uma das

20. Sobre a OPM, ver *BOCCIA PAZ*, 1997. Esta foi a mais séria tentativa de organizar uma resistência armada à Ditadura de Stroessner. Em 1976, reunia cerca de 400 membros.

21. FLORES, 2008.

22. FLORES, op. cit..

23. BAREIRO, 2008.

primeiras medidas repressivas da ditadura foi o fechamento de cursos ou das universidades. Na Argentina, já em 1966, com o Golpe de Ongania, as universidades foram tomadas pelos militares, segundo relata Nora Polido, então estudante de História: “Eu entrei na universidade primeiro em 66, mas não fiquei muito tempo. E foi aí o golpe de Estado, com Ongania tomaram as universidades nessa época, [...] muitos professores foram exilados. A universidade ficou um pouco fechada, escura.”²⁴

Em artigo em que analisam a política da ditadura argentina de 1976 a 1983 frente às universidades, Laura Graciela Rodriguez e Germán Soprano esclarecem que o governo Videla realmente considerava a Universidade um campo propício à subversão e investiu na vigilância destas instituições. Segundo estes autores:

El día 26 de marzo, en base al diagnóstico de que “el problema de la subversión encontró en las universidades un campo propicio para su desenvolvimiento”, el presidente de facto – el teniente general Jorge Rafael Videla – dispuso que las universidades quedaran bajo el control del Poder Ejecutivo Nacional y se dictaminó la potestad del presidente para la designación de rectores y decanos.²⁵

Na Bolívia, ser professor ou estudante, especialmente de Ciências Sociais, era sinônimo de ser “comunista”. A faculdade de Ciências Sociais, então recém-fundada, em 1968, ficou fechada por um ano e meio a partir de 1971. Segundo Silvia Escobar:

[...] era uma ditadura muito forte a que existia naquele momento, quiseram fechar a Universidade no ano de 71, ficou assim durante mais ou menos um ano e meio, foi uma etapa em que, digamos, havia uma diáspora, por assim dizer, onde censuravam todos os lugares dos estudantes, então entramos em um recesso obrigatório; e ao retorno deste recesso na universidade assistimos a uma mudança no sistema em que haviam nos fragmentado, não sabíamos que aulas teríamos, os estudantes de sociologia, o primeiro ano e o último ano não se diferenciavam as aulas, e as lutas haviam desaparecido...²⁶

Este fechamento interrompeu os estudos de muitas mulheres. Muitas vezes, foi difícil para elas voltarem depois a estudar. No Brasil isto também aconteceu em

24. POLIDO, 2007.

25. RODRÍGUEZ; SOPRANO, 2009.

26. ESCOBAR, 2008.

alguns lugares. O episódio da “Batalha da Maria Antônia”, envolvendo estudantes da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e os da Universidade Mackenzie, foi um episódio que marcou a vigilância estreita que se estabeleceu naquele momento nas universidades brasileiras, onde a presença de militares disfarçados e a política da delação tornaram-se comuns.²⁷

Apesar de envolver uma pequena parte dos jovens destes países, pois na época eram poucos os que chegavam a cursar o nível superior – menos ainda do que hoje –, naquele momento o projeto da luta armada assumia ares de discurso de uma geração, um projeto da juventude. É dessa forma que se pode explicar a presença das mulheres nestas “trincheiras”, pois ao contrário de outras gerações de estudantes universitários, naquela geração do final dos anos 1960, a proporção de mulheres universitárias era muito maior do que nas décadas anteriores.

A juventude naquele momento se via e era vista como portadora da mudança, da semente de uma nova sociedade, da força, da virilidade em suma, no sentido de atividade em contraposição à passividade que estava associada simbolicamente à feminilidade, mas também à velhice.

Havia homens mais velhos, muitas vezes em papéis de liderança, como o Comandante Che Guevara, na Bolívia (embora sempre representado como um jovem...), Carlos Marighela (Ação Libertadora Nacional), no Brasil, Raul Sendic (Tupamaros), no Uruguai, Mario Roberto Santucho (Partido Revolucionário de los Trabajadores), na Argentina, entre outros. Normalmente, esses foram transformados em grandes heróis, todos com uma figura muito viril. Não eram mais jovens, mas também não eram velhos. Homens em sua plenitude, cumprindo seu papel de machos ao liderar, ao mostrar o caminho e não qualquer caminho, mas aquele da luta, do auto-sacrifício, da violência revolucionária.

Como diria Marighela:

O guerrilheiro urbano é caracterizado por sua *valentia* e sua natureza *decisiva*. Tem que ser bom taticamente e ser um *líder* hábil. [...] O guerrilheiro urbano tem que ter a *iniciativa*, mobilidade, e flexibilidade, como também versatilidade e um *comando* para qualquer situação. A iniciativa é uma qualidade especialmente indispensável. Nem sempre é possível se antecipar tudo, e o guerrilheiro não pode deixar se confundir, ou esperar por ordens. *Seu dever é o de atuar*, de encontrar soluções adequadas para cada problema que encontrar, e *não se retirar*. É melhor cometer erros atuando a não fazer nada por medo de cometer erros. Sem a iniciativa não pode haver guerrilha urbana.²⁸ (grifos meus)

27. VALLE, 1999.

28. MARIGHELA, 1969.

A linguagem da virilidade imputada à luta armada está presente nos mais diversos materiais das diversas organizações, em todos os países pesquisados.²⁹ Nas célebres palavras de Jorge Ricardo Masetti, citadas no *El Combatiente*, órgão do Partido Revolucionário de los Trabajadores, da Argentina, havia duas qualidades de “hombres”:

“Los que lutan y los que lloran”:

Masetti, junto con Angel, Bengochea y otros hombres de esa talla nos enseñaron que en este país se podía y debía luchar, cuando casi nadie comprendía la necesidad de la guerra revolucionaria. Ellos nos enseñaron que existen los que luchan y que existen los que lloran, ellos eligieron luchar.³⁰

Entretanto, mesmo com todo este discurso para destacar as qualidades viris dos guerrilheiros, as organizações tiveram que lidar com militantes homens e mulheres. Teriam que assumir estratégias diversas para a incorporação de mulheres e aceitá-las como iguais. Isso nem sempre foi fácil. É o que se depreende, por exemplo, do depoimento de Criméia Alice, guerrilheira no Araguaia, uma das únicas sobreviventes deste episódio da ditadura brasileira:

[...] Quando veio a AI-5, a minha vida legal tornou-se impraticável e eu totalmente disponível para a luta. Falei para o Partido: “Olha! Este tempo todo eu estou esperando para ir para o campo. [...] Não dá para esperar mais. Após esse ultimato, me liberaram para o campo. Aí, eu descubro o seguinte: a protelação encontrava respaldo no fato de eu ser mulher. Como mandar mulher para o campo? Como os companheiros iriam reagir? Aceitariam? Havia muitos militantes que eram contra. Na realidade, havia os abertamente contra e os omissos, porque a favor não havia ninguém. [...] Quem me levou foi o João Amazonas. No caminho, ele me disse – e eu fiquei puta da vida – que ia depender do meu desempenho a ida ou não de mulheres para o campo. Porque eu estava sendo a primeira e se não desse certo... Respondi-lhe no ato: “Você também disse isso para os militantes do sexo masculino, que já estão lá? Porque dar ou não certo, depende, única e exclusivamente, de cada indivíduo, independente de seu sexo. Agora, é necessário fazer a revolução, é necessário ir para o campo, está certo? A guerra é popular,

29. WOLFF, 2007.

30. *El Combatiente*, n. 51, ene./1971. Acervo: CeDinCi, (Jornal do PRT, Argentina).

todo mundo vai participar desta guerra ou só os homens? Por que você está colocando isso para mim? Não dá. É querer muito de mim!” Mas, no fundo, era essa a responsabilidade. Se você não desse certo, então, mulher não servia para essa atividade!³¹

No livro *Mujeres guerilleras*, de Marta Diana, já citado, há também muitos relatos de mulheres que contam as dificuldades em ser aceitas pelas organizações a que pertenciam. Outras falam que nunca sentiram nenhum tipo de discriminação por serem mulheres. Afinal, no livro *Guerra de Guerrilhas*, em que é sistematizada um pouco a experiência da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara dedica um sub-capítulo ao papel da mulher na guerrilha e afirma que a mulher é capaz de combater ao lado dos homens. Segundo ele, porém, esse papel era principalmente o de servir como mensageira, passar mensagens e armas pelas linhas inimigas, cozinhar, costurar e alfabetizar os camponeses. Além disso, segundo suas palavras:

[...] na saúde, a mulher presta um papel importante como enfermeira, e até médica, com ternura infinitamente superior ao do rude companheiro de armas, ternura que tanto se aprecia nos momentos em que o homem está indefeso frente a si mesmo, sem nenhuma comodidade, sofrendo dores muito fortes e exposto aos muitos perigos de toda índole, próprios deste tipo de guerra.³²

Vivia-se esta contradição – por um lado admitia-se a importância das mulheres, mas, por outro, era difícil incorporá-las como iguais. É o que nos diz Raul Castillo, que participou do Movimiento de Izquierda Revolucionária do Chile. Segundo o militante, apesar do discurso igualitário, eles, os rapazes, não as viam realmente como iguais, e estavam sempre pensando em conquistá-las.³³ Já uma militante do MIR Boliviano assinala, em entrevista anônima, que elas eram sempre encarregadas de tarefas “servis”, e tiveram que se revoltar:

[...] porque eram as mulheres que serviam café nas reuniões, éramos as que davam recadinhos, éramos secretárias, mas não tínhamos voz nem voto nas decisões políticas. Então começaram a não servir mais café! Estou falando de trinta anos atrás, era revolução, já era uma mudança não servir café, não ser mais secretárias, exigir que se tratassem iguais homens e mulheres em termos de direitos, assim como membros da direção, por

31. Apud LIMA, 2006. p. 212.

32. GUEVARA, 2001. p. 95. (Tradução livre)

33. CASTILLO, 2007.

exemplo. Isso foi uma luta muito interessante e importante, muitas mulheres passaram a ser direção nacional.³⁴

Mas esta já é uma outra história, a de como o feminismo foi sendo incorporado pelas mulheres e homens das organizações de esquerda, mesmo que de forma lenta e com a negação do nome “feminismo”. O fato é que mesmo com as ditaduras e com a filosofia da esquerda daquela época, colocando a luta de classes à frente e acima de qualquer outra luta ou transformação social, a revolução das mulheres já estava se fazendo, pela própria incorporação destas aos movimentos e organizações que lutavam contra as ditaduras.³⁵

REFERÊNCIAS

Entrevistas:

BAREIRO, Line. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro(digital). Asunción, Paraguai, 22 de fevereiro de 2008. Transcrição de Lílian Back. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

CASTILLO, Raul Flores. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). Santiago, Chile, 27 de julho de 2007. Transcrição de Vivian Barbosa Moretti, revisada por Luana Lopes. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

CIRIZA, Alejandra; LLAYER, Nora. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Vila Giardino, Argentina, 27 de outubro de 2006. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis]

DIAZ, Gladys. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, em junho de 2007. Santiago, Chile. Transcrição de Lilian Back. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

ENTREVISTA concedida anonimamente a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). La Paz, Bolívia, 12 de agosto de 2008. Transcrição de Gisele Maria

34. ENTREVISTA, 2008.

35. WOLFF, 2009.

da Silva, revisada por Luana Lopes. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

ESCOBAR, Silvia. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro (digital). La Paz, Bolívia, 14 de março de 2008. Transcrição Larissa Viegas de Mello Freitas. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

FLORES, Guillermina Kanonnikoff. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Asunción, Paraguai, 22 de fevereiro de 2008. Transcrição de Priscila Carboneri de Sena, revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

IGLESIAS, Margarita Iglesias. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff e Joana Maria Pedro, em junho de 2007. Santiago, Chile. Transcrição de Priscila Carboneri de Sena, revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

M. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff. Vila Giardino, Argentina, 27 de outubro de 2006. Transcrição revisada por Andrei Martin San Pablo Kotchergenko. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

POLIDO, Nora. Entrevista concedida a Cristina Scheibe Wolff (digital). Vila Giardino, Argentina, 14 de outubro de 2007. Transcrição Priscila Carboneri de Sena, revisada por Luana Lopez. [Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História-LEGH, UFSC, Florianópolis].

Bibliografia:

BOCCIA PAZ, Alfredo. *La década inconclusa: historia real de la OPM*. Asunción: El Lector, 1997.

CIAMBARELLA, Alessandra. *Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular*. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *Revolução e Democracia: 1964*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 100-116. (Coleção as esquerdas no Brasil)

DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Edição do autor, 2002.
DIANA, Marta. *Mujeres guerrilleras: la militancia de los setenta en el testimonio*

de sus protagonistas femininas. 2. ed. Buenos Aires: Planeta, 1997. (Col. Espejo de la Argentina).

GUEVARA, Ernesto Che. *Textes militaires*. Paris: La Découverte, 2001.

JOSE, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. 16. ed. São Paulo: Global, 2004.

LIMA, Ruth. Mulher: brasileira e guerrilheira. *Revista Diálogos*, Maringá, n. 4.1, set./2006. Disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br//viewarticle.php?id=80>>. Acesso em: 25.10.2009.

LUCHA ARMADA EN LA ARGENTINA, Buenos Aires, año 3, n. 8, 2007.

MANFREDINI, Luiz. *As moças de Minas: uma história dos anos 60*. São Paulo: Alfa-Omega, 1989.

MARIGHELLA, Carlos. *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. 1969. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em: 25.10.2009.

OBERTI, Alejandra. La moral según los revolucionarios. *Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, n. 5, p.77-84, 2004/2005.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, p. 249 -272, 2006.

_____. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. *Clio*, Recife, v. 26, p. 59-82, 2009. (Série História do Nordeste).

POZZI, Pablo. *“Por las sendas argentinas”*: el PRT-ERP la guerrilla marxista. Buenos Aires: Imago Mundi, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: _; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Ed.Unicamp, 2002. v. 5. p. 213-282.

RODRÍGUEZ, **Laura Graciela**; SOPRANO, **Germán**. La política universitaria de la dictadura militar en la Argentina: proyectos de reestructuración del sistema de educación superior (1976-1983). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Cuestiones

del tiempo presente. 2009. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index56023.html>>. Acesso em: 25.10.2009.

SADER, Emir et al. (orgs.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

VEIGA, Ana Maria. *Feminismos em rede? Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970-1985)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0345-D.pdf>>. Acesso em: 15.10.2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Narrativas da guerrilha no feminino (Cone Sul, 1960-1985)*. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, p. 124-130, 2009.

_____. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul. (1968-1985)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.



MEMÓRIAS DA CLANDESTINIDADE: CRIMÉIA ALICE DE ALMEIDA SCHMIDT E A GUERRILHA DO ARAGUAIA¹

Margareth Rago

Nas entrevistas que realizamos na sede da associação feminista *União de Mulheres de São Paulo*, em fevereiro de 2009, Criméia Alice de Almeida Schmidt, ex-presca política torturada pela ditadura militar por sua participação na Guerrilha do Araguaia, junto ao Partido Comunista do Brasil-PC do B, relê as experiências que viveu no cárcere, entre 1972 e 1973, no auge da repressão instaurada pelo regime militar, no país.² Destaca progressivamente as enormes dificuldades enfrentadas para dar continuidade à gravidez, desde a falta de higiene na cela às violentas pressões e ameaças psicológicas de seqüestro de seu bebê. Em meio às muitas recordações, de repente, observa: “houve um momento em que, na prisão, esqueci as palavras, não conseguia escrever, por no papel...”

A impossibilidade da escrita, incompreensível num primeiro momento, remete a um outro momento de seu trabalho de memorização: aquele que indica as dificuldades de existir publicamente, de ter um nome, um passado, histórias, recordações, referências absolutamente necessárias para inscrever-se no mundo e ser identificada. Em suas palavras:

Eu fui para o Araguaia, eu deixei de ser a Criméia, passei a ser Alice, então, isto implica no seguinte, uma mudança muito mais profunda do que você imagina, só quando a gente vive é que a gente sente, porque você está conversando com alguém, pode ser alguém que não te conhece, você diz: “ah, quando eu era pequena eu brincava disso, eu morava em tal lugar, meu pai fazia isso...”. Na clandestinidade,

-
1. Esse trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa “Essas senhoras, essas mulheres: práticas feministas em novos modos de subjetivação”, que vem sendo realizada com o apoio do CNPQ.
 2. Sobre a Guerrilha do Araguaia, vejam-se: Gorender, 1987; Morais; Silva, 2005; Moura, 1979; Pomar, 1980.

isso não pode acontecer, porque você está passando informação a seu respeito, então eu não morei em lugar nenhum antes, eu não tive nem pai, nem mãe, nem irmão, nem amigos, não estudei, nada, sabe o que é nada? (SCHMIDT, 2009).

Numa sociedade que valoriza altamente a escrita em detrimento da oralidade, em que “o anormal é o sem-papéis”, como afirma Artières (1998), se, de um lado, o poder persegue e captura os indivíduos ininterruptamente, produzindo registros desde o nascimento até a morte, de outro, as narrativas autobiográficas abrem espaços para a apropriação do próprio eu, como um modo de autoproteção. Nesse sentido, escrever é inscrever-se, é constituir-se publicamente, dando visibilidade e sentido à própria vida, como mostra Foucault (1994) em suas instigantes reflexões no artigo “A escrita de si”.

Criméia sabe bem disso. Registrada nos discursos do poder, em documentos policiais, sabe bem como é importante o arquivamento de si como modo de resistência política, como forma de dotar-se da própria história e poder contrapor-se às imagens negativas impostas do exterior. Além disso, o relato autobiográfico permite uma ressignificação positiva do passado, uma elaboração das experiências vividas, que podem e devem ser transmitidas, e que são fundamentais para a afirmação da própria identidade no presente (ARFUCH, 2007).

Num nível pessoal, ter o passado silenciado e o próprio nome apagado provocam sentimentos dolorosos de invisibilidade e solidão, que Criméia experimenta na carne, e que Hannah Arendt (1981) analisa com lucidez em *A Condição Humana*, de 1958. Refletindo sobre a experiência do confinamento na esfera da vida privada, a filósofa explica que se trata da privação de um lugar próprio no mundo, da privação de coisas essenciais à vida, o que gera um sentimento atroz de inexistência. Ela insiste sobre a necessidade do ser visto e ouvido pelo outro, sobre a importância dos vínculos construídos com o mundo pela palavra e pela ação, que conferem sentido e existência ao indivíduo:

A privação da privatidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros (ARENDE, 1981, p. 68).

Reescrever o passado, construir sua autobiografia, mesmo que por meio de depoimentos orais, gravados e transcritos, adquire, portanto, um sentido político vital (LEJEUNE, 2008). A memorização do vivido e a construção de um arquivo pessoal são modos de subjetivar-se que possibilitam o redimensionamento dos

acontecimentos passados, o encontro de um lugar no presente, a criação de um espaço subjetivo próprio como um abrigo para instalar-se e organizar a própria vida, especialmente no caso das experiências traumáticas, como a da clandestinidade e a do confinamento na prisão. Permitem a afirmação do próprio nome. E por meio da nomeação, observa Bourdieu (2008, p. 186), “institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis.”

Criméia, Alice, Cri, são vários os nomes e codinomes que esta incansável lutadora recebe ao longo de sua militância e que produzem uma experiência assustadora de instabilidade pessoal pela ameaça de perda da própria identidade. Não se trata, neste caso, dos deslocamentos subjetivos que buscamos como forma de autonomização diante das imposições normativas que nos constroem a ser o que não escolhemos, como aponta Foucault (2004, p. 305), em suas reflexões sobre os mecanismos modernos de sujeição promovidos pelo Estado. Trata-se, antes, da luta para garantir a própria identidade ameaçada pela violência de forças políticas retrógradas, que visam destruir psiquicamente o indivíduo e aniquilar seu impulso vital. Estamos falando da ditadura militar, instalada no Brasil, entre 1964 e 1985.

Criméia registra essa experiência da dor, ainda mais violenta pelas marcas invisíveis que deixa no corpo-alma, impossíveis de serem compartilhadas, pois inexistentes para o olhar do outro:

[Na guerrilha] Então me chamavam de Cri, e as pessoas subentendiam que era Cristina, mas eu cheguei a ter nome falso em certidão de nascimento, carteira de trabalho. Agora, eu acho que tudo isso é muito ruim para a memória da gente. Porque quem me conheceu como Cri, quem me conheceu como Alice, quem me conheceu... é um outro mundo, não é Criméia. Meus colegas de infância, meus colegas de ginásio, conheceram a Criméia... quem eu encontrei depois, quando eu era Alice, depois eu encontrei o pessoal no Araguaia, as pessoas me chamam de Alice, no Araguaia, me tratam como Alice e eu deixo passar, porque, afinal de contas, eu sou Criméia Alice, então é uma questão de usar o primeiro e o segundo (SCHMIDT, 2009).

É um outro mundo, não é Criméia...

Sem possibilidades de conexão com o outro, a clandestinidade é vivida inicialmente no Rio de Janeiro, onde estudava enfermagem, depois nos vilarejos do Araguaia, onde se torna “Alice” para integrar-se num meio rural totalmente diferente e, em seguida, na prisão. Aqui pode ser Criméia, mas desde que oculte

o próprio passado, que não revele as relações e os afetos que manteve na clandestinidade, para que possa proteger o filho que cresce dentro de si.

Esta situação se prolonga ainda por alguns anos, mesmo depois de sair da prisão e participar da abertura política que vive o país, na década de 1980. Já não se trata da imposição do silêncio que evita denúncias, necessário para proteger os/as companheiros/as de luta, nem da clandestinidade exigida pela atuação política sob a ditadura, mas da solidão de ser portadora de uma experiência única que não pode ser transmitida, que não é passível de ser compartilhada, e que é questionada em sua veracidade.³

Por exemplo, para aquele pessoal lá, falar de Criméia, não está falando de ninguém, por outro lado, para mim, é aquela história que eu vivi lá, não existe praticamente ninguém aqui que viveu aquilo lá, todos os meus companheiros morreram... isso é muito cruel... (SCHMIDT, 2009).

É possível dizer que, nesse registro, Criméia se situa numa zona sombria, intermediária entre a vida e a morte, em que não se está mais sob jurisdição alguma, em que não se tem existência pública. Sem documentos, sem carteira de identidade, nem carteira de trabalho, o indivíduo se torna absolutamente exposto e vulnerável ao poder do Estado, como vida descartável e anônima, ou como analisa Agamben (2003), como “vida nua”. O filósofo desenvolve esse conceito para pensar a biopolítica no mundo contemporâneo, em que o “estado de exceção” se torna a regra permanente e em que o modelo do campo de concentração se amplia consideravelmente, atingindo massas humanas nas democracias modernas, que são destituídas dos seus direitos, quando não excluídas da própria vida.⁴ Na mesma perspectiva, Pélbart afirma que o biopoder contemporâneo visa à otimização das forças vitais que ele submete, e ao invés de “fazer morrer e deixar viver, faz viver e deixa morrer”, como observa Agamben, discípulo de Foucault. Diz ele,

O poder investe a vida, não mais a morte – daí o desinvestimento da morte, que passa a ser anônima, insignificante. Claro que o nazismo consiste num cruzamento extremo entre a soberania e o biopoder, ao fazer viver (a “raça ariana”) e fazer morrer (as raças ditas “inferiores”), um em nome do outro. O biopoder contemporâneo, segundo Agamben – e nisso ele parece seguir, mas também “atualizar” Foucault – já não se incumbe de fazer viver, nem de fazer morrer, mas de *fazer sobreviver*. Ele cria *sobreviventes*.

3. Veja-se ainda Arfuch, 2007a.

4. Sobre o conceito de biopolítica, ver Foucault, 2008.

E produz a *sobrevida*. No contínuo biológico, ele busca até isolar um último substrato de *sobrevida*. Como diz Agamben: “Pois não é mais a vida, não é mais a morte, é a produção de uma *sobrevida* modulável e virtualmente infinita que constitui a prestação decisiva do biopoder de nosso tempo”.⁵

São imensas as rupturas no decorrer da vida de Criméia, deslocamentos bruscos e repentinos em que a ativista perde tanto o próprio nome, quanto o contexto de referência pessoal e grupal. A experiência da clandestinidade impede que situações vividas possam ser compartilhadas, mesmo posteriormente e, nesse caso específico, esse período se estende por um longo tempo, como já observei, desde a juventude, quando os próprios pais necessitaram refugiar-se da perseguição política, com o golpe de 1964, até as décadas seguintes. Criméia periodiza com clareza a sua história da clandestinidade, marcando sua temporalidade:

Foi assim, uma clandestinidade mais *light*, vamos dizer, essa que você não tem nome falso, foi de 1964 até 1968. Depois de 1969 até fim de 1972, foi clandestinidade pesada, que eu não via família, lá no Araguaia, com nome falso. Depois fui presa, aí acabou a clandestinidade, aí você esconde das novas pessoas com quem você se relaciona a sua história... é uma desgraça, porque daí você vai procurar emprego... [...] Quer dizer, eu fui procurar emprego eu estava com 27 anos, nunca tinha trabalhado, não tinha nada, não tinha história (SCHMIDT, 2009).

A incomunicabilidade da experiência dramática vivida num momento de fechamento político prolonga-se para o período da redemocratização, pois ainda paira no ar a ameaça de revelar a condição de ex-presa política, por exemplo, ao buscar emprego (ROSA, 2008). Pior do que isso, a indiferença e o desinteresse em relação ao passado passam a ser muito grandes, especialmente entre os jovens, imersos na cultura da videopolítica, que privilegia a imediatez e enfraquece os laços com o passado (SARLO, 1994, p. 195; ARFUCH, 2005). Segundo Criméia,

É muito cruel, porque aí eu volto para esse mundo, eu brinco assim: eu fui exilada nesse país por quatro anos, porque aquela clandestinidade no Araguaia era outro mundo, ninguém das pessoas que eu conheci lá estão aqui, ninguém das pessoas que estão aqui esteve lá; era outro mundo. Era como se tivesse ido para o interior da China, passado quatro anos

5. PÉLBART, P. P. Vida nua, vida besta, uma vida. Disponível em: <<http://www.p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792.1.shl>> . Acesso em: 25.11.2006.

e voltado, no interior de sei lá... você não vai encontrar com ninguém que tenha estado lá (SCHMIDT, 2009).

Sentimento de inexistência, de não ter passado, de não ter histórias para contar, associado à sensação de desencontro, ao receio de ser desacreditada e de não ser reconhecida pelas ações que tiveram um preço muito alto na sua vida e na de outros/as militantes. Se o mundo público se constrói pela palavra e pela ação, como diz Arendt, a impossibilidade da comunicação com o outro, mesmo quando cercada por muitos, cria a sensação do viver isolada, do estar só em meio à multidão, estrangeira em sua própria terra.

Você não podia contar, quer dizer, “por que você não trabalhou antes? por que você não tem experiência?” Aí eu não era casada, não podia comprovar isso, então eu tinha um companheiro, tinha filho, “é porque eu vivia às custas dele, ele me sustentava”... “porque eu parei de estudar, ele não queria que eu estudasse, não estudei, não trabalhei, não fiz nada, depois a gente se separou”... agora, é estranho você ter vivido tanto tempo com um companheiro e quando nasce o filho, vocês separam. Mas essa era a história que eu contava, é complicado. E é aceitável que você tenha parado de estudar... (SCHMIDT, 2009).

A impossibilidade de narrar a experiência, num segundo momento, em que não é mais necessário manter a clandestinidade resulta da incredulidade diante do ocorrido, como mostra Primo Levi (1988), referindo-se aos campos de concentração no nazismo, em *É isto um Homem?* As pessoas preferiam não acreditar no inenarrável da prisão e da tortura, pois não podiam admitir que aquilo tivesse acontecido sem que soubessem ou percebessem; estarreciam-se com a crueldade e o sadismo da relação torturador-torturado; desconfiavam de sua realidade. A dor de quem foi torturado é, assim, redobrada pela solidão provocada pelo não-compartilhamento da experiência, pela ausência de inserção num grupo social com o qual se poderiam reviver emocionalmente as dores, refletir sobre o acontecido, contar os mortos, evocar os desaparecidos. Como registra Criméia:

Depois, veio o tempo da abertura e você não precisa mais inventar história, você pode ter a sua história, e aí a história é muito fantástica, porque ninguém viveu. E quanta gente que não acreditava, achava que era fantasia. Porque num primeiro momento, depois da anistia, você começa a procurar os desaparecidos, para procurar os desaparecidos, você precisa contar a história, por que você procura? qual o seu vínculo? Aí você começa, aí você fala, da Guerrilha do Araguaia, e dizem: “mas essa guerrilha não existiu!” (SCHMIDT, 2009).

Relembrar o passado, especialmente quando traumático, traduzi-lo em palavras para o outro é uma maneira de processar a experiência, de viver o luto, de redimensionar o acontecimento, atribuindo-lhe novos sentidos, organizando aquilo que parece confuso, caótico e que insiste em ser lembrado (GAGNEBIN, 2006). Na trajetória de Criméia, essa experiência dilacerante é reforçada pelas condições adversas da maternidade na prisão e da infância do filho João Carlos de Almeida Grabois: “[...] um filho que não tinha pai, que num primeiro momento, nem morto o pai era. André morreu em outubro de 1973, o Joca já tinha 8 meses, mas eu só fui saber em abril de 1974, através da rádio do exterior...” (SCHMIDT, 2009).

A clandestinidade impede que se conservem as experiências familiares em fotos organizadas em álbuns de família, como se faria em termos de normalidade; impede que o filho se vincule com o pai, mesmo em sua ausência, por meio de fotografias e de outros objetos pessoais, ou ainda, pela transmissão das histórias familiares. Nesse caso, nem mesmo o Partido faz a devida ponte entre esse casal de militantes, pois condena os desdobramentos amorosos e sexuais. Não é novidade dizer que nesse ideário político, amor e revolução, maternidade e transformação social aparecem como termos antitéticos. Criméia desconhece, então, se André soube do nascimento de seu filho, pois este nasceu em fevereiro de 1973, enquanto o pai foi preso e assassinado numa emboscada do Exército, em outubro do mesmo ano.

Arquivar o desaparecimento

O desconhecimento histórico sobre esse passado recente não permite maiores informações. A movimentação política no Araguaia custa a entrar nos registros históricos do país, o que se dá, aliás, pelo próprio impulso e necessidade dos/das sobreviventes. Aqui valem as considerações de Nora (1993), em sua discussão sobre a premente necessidade de arquivar o passado no mundo contemporâneo, marcado pela velocidade e pela fluidez das relações. Para o indivíduo desterritorializado de nossa atualidade, urge a construção de âncoras com nossa herança, portos seguros, a que denomina de “lugares da memória”. Segundo este autor, a impressionante aceleração do tempo afeta diretamente as formas da sociabilidade, desfazendo os antigos elos sociais e bloqueando a transmissão. Já não é possível transmitir a experiência do passado espontaneamente, em nenhum grupo social: os mais velhos estão desaparecendo, os mais jovens desconhecem o passado, pelo qual têm pouco interesse e os mecanismos sociais que vinculavam as experiências compartilhadas por gerações sucessivas se romperam (LUHMAN, 1996). Um abismo foi cavado entre as gerações e, no caso dos países da América Latina, aprofundado pela ação das ditaduras militares.

Contra esse contexto desagregador, Criméia sai em busca do passado político do país, de seu próprio passado, ameaçado pela ação dos militares, mas também pelos impactos das transformações econômicas, sociais e culturais da globalização:

As primeiras matérias que saem [sobre a Guerrilha do Araguaia], saem em 1978, 79, mas é o seguinte, qual o tamanho dessa guerrilha? Quais são os desaparecidos? Quem eram as pessoas? “Ah, não sei por que eu não sabia os nomes”. “Era o Zezinho, o Piauí, o Joca, o Juca”. O que é que é isso? Isso é história? Isso só vai se recompondo na medida em que você encontra o familiar do Joca, o familiar do Piauí, o familiar do Juca, aí você começa a saber que essas pessoas têm nome, essas pessoas têm história (SCHMIDT, 2009).

Daí, o trabalho detetivesco que empreende junto a outros militantes e familiares, para recuperar a história dos mortos e desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia. Em se considerando apenas os militantes do PC do B, partido mais atuante nesses acontecimentos, esse número chega a 69, entre mulheres e homens, em geral, muito jovens, como a estudante de enfermagem Luísa Augusta Garlippe, a professora Telma Regina Cordeiro Correa, Maria Lúcia Petit da Silva, assassinada pelas tropas do Exército em 1972, aos 22 anos de idade, ou ainda Jana Moroni Barroso, nascida em 1948 e fuzilada em 1974.

Construir esses arquivos, que foram reunidos no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985)* (2009), passa a ser uma nova frente de luta. Exige que se parta dos pequenos traços deixados pelo Exército em diferentes locais, ou que se recorra à memória dos familiares e amigos, em busca da recomposição das histórias perdidas dos/das ativistas políticos brutalmente assassinados, alguns esquartejados, outros definitivamente eliminados.

Na década de 1980, Criméia integra a caravana constituída pelos membros da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que durante dez dias, entre outubro e novembro de 1980, parte em busca dos vestígios das histórias silenciadas no sul do Pará. Nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia, onde se desenvolveu a luta armada, procuram os testemunhos dos moradores que presenciaram ou ouviram falar dos acontecimentos. Os elos com o passado são dolorosamente refeitos; as paisagens do passado paulatinamente adquirem novas configurações e relevo. É assim com o depoimento de Maria Raimunda Veloso, 50 anos, moradora do povoado “Metade”. Ao vasculhar as suas recordações dos contatos com os/as militantes, naquele período, registra, em 26 de outubro de 1980:

Eles convidavam o pessoal para uma libertação. Agora ninguém compreendia essa libertação. Eles conversavam aqueles problemas, faziam muita caridade. Depois quando eles saíram pra mata, que vieram novamente em minha casa, eles explicaram para mim que eu fizesse união com meus vizinhos. Se eu soubesse costurar, ensinasse meus vizinhos. Se eu soubesse ler, ensinasse meus vizinhos; e o pão que nós tivesse era para compartilhar uns com os outros. Agora eu não compreendia esse negócio de libertação. Vim compreender depois que comecei a ler a Bíblia. Aí eu compreendi mais ou menos o que é a libertação.⁶

No Instituto de Medicina Legal da Universidade de São Paulo (IML), prossegue o trabalho da Comissão, constituída por Criméia e seus familiares, também vitimados pelo regime – a irmã Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, e o cunhado César, ex-presos políticos, os sobrinhos Janaína e Edson e o filho João Carlos. Encontram fotos de corpos abatidos e dilacerados, registros policiais, pequenas anotações, estranhos rabiscos sobre essas pessoas brutalmente eliminadas e classificadas como “membros do Terror”. Para Criméia, trava-se uma luta coletiva e pessoal, obviamente, em que refazer as trajetórias de outras vidas e reinscrevê-las no público conduzem imediatamente à sua própria história, à memorização pessoal e a um fortalecimento emocional. Criméia avalia esse trabalho político, subjetivo e fundamentalmente ético, em que se mesclam sentimentos de raiva, indignação e desejo de justiça:

São vários fatores, por um lado, você reconstitui a sua própria memória, que está fragmentada. Por outro lado, eu sempre me coloquei o seguinte: eu poderia ser um dos desaparecidos, então eu sei mais deles do que qualquer outra pessoa, desses, pelo menos, então eu tenho responsabilidade com a reconstituição dessa história, ela não é só minha, é a deles que perderam o direito de falar. Então eu acho que tem muitas coisas que vão interligando umas com as outras, que é memória. No fundo, o que é a história de um país? É isso, só que, vamos dizer, essa história que eu estou contando é muito traumática, é de muita dor, de muita perda, de muito sofrimento, mas a história do Brasil é isso, a história do mundo é isso (SCHMIDT, 2009).

Nesse caso, são histórias pessoais e coletivas ameaçadas de desaparecimento, que os militares gostariam de calar e pelas quais é preciso lutar, para que sejam incor-

6. Depoimento de 26/10/1980. In: “Relatório da Caravana dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia”, *Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, anos X/XI, vols. XII-XIII, set.-dez. 1980-jan.-abril 1981, n.27/28, p. 289-290.

poradas nos registros históricos oficiais do país e para que sejam transmitidas para outras gerações, como forma de resistência à sua possível repetição e de reparação aos que resistiram bravamente contra o terrorismo do Estado. Ao contrário do que se poderia supor, o Partido não se responsabilizou devidamente pela preservação de seu passado, denuncia a militante, há anos desvinculada daquele grupo:

O partido, você militou nesse partido, os seus companheiros são desse partido, que você reivindique que esse partido busque essa história, e ele te apresenta para os outros companheiros como louca! [...] Não, eu acho que faz parte, é isso que eu digo, essas coisas fazem parte do pacto de silêncio, eles venderam o silêncio. [...] Negociaram, certo, com o poder, nem é com o governo, é com o poder. Só pode ser, eu não posso entender de outra forma (SCHMIDT, 2009).

Libertar as histórias da guerrilha

Apesar da vigilância minuciosa da polícia sobre as ações do PC do B, ainda paira muito silêncio sobre esse trágico episódio da história do Brasil, em que um grupo de militantes opta por viver no campo e realizar trabalhos políticos com os moradores dos pequenos e abandonados povoados da região do Araguaia. Diz Criméia:

O PC do B considerava que a guerrilha deveria começar no campo, porque a repressão na cidade era muito difícil de ser vencida e não porque a liderança da luta anti-ditadura e anti-imperialista seria dos camponeses. Porque o Mao-Tsé-Tung tinha uma visão mais de camponeses, liderança camponesa. [...] O proletariado era muito pequeno, se é que existia. Mas, naquela época, no Brasil, 70% da população vivia no interior e 30% na cidade, era o inverso de hoje, mas o partido não tinha uma concepção de que fosse camponês que ia dirigir a luta, mas que ela se travaria no campo, daí porque eles defendiam a importância desse partido ser proletariado, etc. etc. e no campo, por causa disso. No Araguaia, com muito mais razão, porque lá era terra de ninguém, lá nem o Estado estava presente, o máximo por onde ele andava era Belém-Brasília e o Rio (SCHMIDT, 2009).

Explicitando os motivos ideológicos e políticos que informavam essa escolha, ela observa:

Daí porque a direção do partido escolheu lá, como a gente brincava, dizendo “aqui é o fim do mundo, é o fim de tudo”, e diferentemente do

que eu imaginava talvez a quase totalidade dos brasileiros que moram lá, a Amazônia não era desabitada. Não tinha a densidade que tem hoje, ou talvez até tivesse, porque hoje transformou em pastagem e pastagem expulsa as pessoas, porque criou centros urbanos que não existiam na época e tirou a população do pasto. Mas no tempo em que era mata, é claro que os vizinhos da gente eram cinco quilômetros, três quilômetros de distância, mas aquilo tudo era cortado por trilhinhas com gente (SCHMIDT, 2009).

A militância política na região consistia num trabalho de aproximação com a população local, chamando a atenção para a situação de desamparo pelos poderes públicos e evidenciando a importância das reivindicações por melhores condições de vida, saúde, habitação, educação e trabalho. Segundo Criméia,

a gente dizia do abandono em que o Estado colocava a região, que era preciso fazer escola, que não tinha um posto de saúde, embora por exemplo outros companheiros que sobreviveram, que dizem que não faziam um trabalho político. Eu fazia, eu falava da falta de escola, por exemplo, tinha uma escolinha que ficava a 5 km da minha casa em que a professora era semi-analfabeta e cega, quer dizer, é muita desprezo pela escola, certo? Primeiro que ela mal sabia escrever, depois, como que ela corrigia o que os meninos escreviam!? [...] A gente falava que era preciso ter um serviço de saúde, o que a gente podia fazer, o que não podia... você vai tentando alguma coisa, então alguns companheiros foram dar aulas; eu, por exemplo, fui trabalhar na área de saúde e eu falava, “não pode ficar por minha conta, eu sei muito pouco, eu não tenho curso, tem que ter um serviço de saúde”... (SCHMIDT, 2009).

Tendo estudado enfermagem no Rio de Janeiro, por indicação do próprio Partido, Criméia trabalha no Araguaia como parteira, médica e enfermeira, realizando inúmeras tarefas de acordo com as necessidades imediatas dos moradores.

Eu fui parteira, fiz muito parto, e outras doenças, malária, leishmaniose e eram uns negócios assim, olha, é tão cruel esse nosso país, que eu achei um livrinho na biblioteca da escola, eu até roubei o livrinho, porque como eu ia para o campo, quando eu estudava na escola... no Rio, certo? Eu também me aproprio do público quando me interessa. Aí esse livrinho era o seguinte: era um livro de valor histórico, eu nem me lembro o autor, era um livretinho de um médico, se não me engano inglês, que escreveu sobre alguns tratamentos que ele fez durante a

Primeira Guerra, e não tinha recurso nenhum. Eu falei, que valor esse livro vai ter nessa biblioteca do Rio de Janeiro? No entanto, eu vou para o campo e isso vai me servir (SCHMIDT, 2009).

No convívio com essa população, novos aprendizados de vida na roça eram adquiridos, enquanto se teciam novos elos de amizade. As dificuldades sociais transformavam-se em demandas para a elaboração do programa de ação revolucionária do Partido.

Dentro dessa perspectiva, você ia conversar com as pessoas, falar das necessidades, foi quando a gente fez um levantamento das principais reivindicações da população e fez um programa que ficou conhecido como “Programa dos 27 Pontos”. [...]

Os “27 pontos” tratavam tanto da parte da região rural, quanto da região urbana – e o urbano ali era muito rural. Então tinha o seguinte, eram facilidades para escoar os produtos, sem intermediários. Era preciso então que tivesse barcos municipais ou estaduais para ajudar a escoar os produtos... Esses 27 pontos, até hoje ainda são válidos lá. Foi concretizado a maior parte deles. Não tem nada de comunista, nada. Então, por exemplo: escola rural para professores capacitados, treinados, porque eu sempre lembrava da professora semi-analfabeta e cega. Hospital era um sistema de assistência médica. A gente propunha uma ambulância que ia circular (SCHMIDT, 2009).

Portanto, ao contrário das imagens que se construíram no país a respeito da Guerrilha do Araguaia, especialmente a partir das eventuais notícias da mídia, censurada pelos militares, esta se forma e responde ao violento ataque das forças do Exército, o que explica também a enorme desproporção entre os efetivos do poder – cerca de cinco mil militares – e os guerrilheiros, com poucas armas e munição.

Ganhar para a luta armada não era o objetivo antes de a gente ser atacado pelo exército, porque o nosso objetivo inclusive não era começar a guerrilha naquela região, aí era um lugar muito seguro, a gente ia fazer as coisas em Goiás e voltar para lá, porque lá era difícil de entrar, a gente não pensava em trazer os militares para lutar na nossa casa, só que eles descobriram a gente antes. Para mim não descobriram, tinha gente. Para mim essa Regina entregou, mas tudo bem... (SCHMIDT, 2009).

Na verdade, é possível que Criméia desconhecesse, naquela ocasião, que já no final dos anos 1960, os agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI)

acompanhavam cada passo dos/das militantes do PC do B, entre outras organizações de esquerda consideradas subversivas, e que sabiam que vários deles haviam partido para capacitação política e militar na China, enviados pelo Partido. Aliás, em 21 de novembro de 1968, o jornal *Folha de São Paulo* publica o artigo “China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país”, assinado pelo jornalista Edson Fiosi (1968), informando que dezoito militantes haviam sido enviados para a Academia Militar de Pequim, entre 1965 e 1966, nomeando cada um deles. Dentre esses, destaca-se André Grabois, então chamado José Vieira dos Santos, carioca, filho do antigo dirigente Maurício Grabois,⁷ que Criméia encontra ao viver nessa faixa do sul do Pará, entre 1969 e 1972.

Amor e revolução

Segundo ela, havia três destacamentos do PC do B na região, dos quais o seu era composto por vinte e três pessoas. Dessas, quatro sobreviveram, contando com ela mesma. Já André, com quem vive uma relação amorosa e de quem fica grávida de Joca, é executado em outubro de 1973.

Eu me lembro assim, por exemplo, que o André, às vezes, eu fico pensando assim, é muito louco que as outras pessoas, eu conheci o André, eu não sabia de onde ele era, o nome dele, eu sabia que ele era tão comunista quanto eu e que estava querendo fazer a revolução, era o que eu sabia dele. Com o tempo, alguma coisa você descobre pela convivência... [...] Ele chamava Zé Carlos e eu chamava Alice. Ele não sabia nada a meu respeito... lá no Araguaia, lá nós nos conhecemos, então eu não sabia nada a respeito dele a não ser que ele tinha uma ideologia igual a minha e eu acho que isto, talvez, para a gente fosse mais importante do que conhecer alguém 20 anos. 20 anos não dava, porque eu só tinha 20... mas 5 anos... (SCHMIDT, 2009).

Partilhando os mesmos ideais revolucionários daquele período, ambos se encontram aos 22 anos de idade, ignorando nomes, passado, relações, afetos e histórias pessoais. Sem passado, a relação que se instaura deve ser vivida no momento presente, de modo fugaz, sem perspectivas nem compromissos além dos que visam à revolução, colocada acima de qualquer desejo. Ainda assim, no convívio cotidiano, o olhar atento de Criméia capta manifestações afetivas não declaradas.

7. Maurício Grabois (1912-1973), dirigente comunista dedicado à causa revolucionária desde jovem, foi um dos fundadores do PC do B; também é assassinado em 1973, no Araguaia.

[...]. Então eu não sabia nada, com o tempo eu fui sabendo, porque daí você vê o seguinte, você vai vendo certas coisas... por exemplo, a relação dos comunistas antigos com o Maurício [Grabois], que era o pai dele e ele. Eu fui vendo que tinha coisas diferentes. Um dia, percebi que eles se pareciam, coisas que às vezes você nem percebe. Um dia, o Maurício adoeceu e ele ficou muito mal, o filho ficou muito chateado e por mais que eu gostasse dos dirigentes do partido e ficasse chateada porque estava muito grave a doença, acho que eu não ficaria tão mal... Então eu falei: “você está assim porque seu pai está doente, não é?” Aí ele me olhou assim: “é, não adianta disfarçar”... (SCHMIDT, 2009).

Dessa relação amorosa, resulta uma gravidez inesperada. Retornando a São Paulo, em 1972, grávida de alguns meses, Criméia é presa pela OBAN – Operação Bandeirantes, criada em 1969 – em São Paulo, onde, dizem os torturadores, deve ser poupada dos choques e de outros ataques, transferidos para sua irmã Amelinha, como aparece na portaria oficial do DOPS, de 7 de março de 1973 (FICO, 2001). Segundo o documento:

Presos na OBAN: [...] De início torturaram o César Augusto, e ele quase morre por estar doente, e pararam de torturar. E como a Cremilda [sic] está grávida, M. Amélia está sendo a mais torturada. Eles perguntam muito a respeito da irmã e do marido dela, mas ela disse que está tranqüila, pois não sabe nada a respeito dos dois. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, DEPENDÊNCIA: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL-DOPS (BRASIL NUNCA MAIS).⁸

Violência sexual

As denúncias da violência de gênero ganham força, nesse momento, nos depoimentos da antiga militante, ao narrar a experiência de ser presa, em estado de gravidez, pelo DOI-CODI, em São Paulo e depois ser encaminhada para parir num hospital militar, em Brasília. Se, de um lado, a condição materna a poupa de algumas torturas físicas, do estupro e de outras formas da violência sexual corporal, de outro não impede a violência sexual psicológica. Além do mais, as constantes ameaças de seqüestro do nenê impedem uma vida menos atormentada. Contudo, o intenso desejo de garantir o nascimento do filho redobra as forças dessa lutadora:

8. A coleção *Brasil Nunca Mais* (BNM), resultado do projeto coordenado por D. Paulo Evaristo Arns e pelo reverendo James Wright, foi doada ao Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, em 1987. Contém 707 processos militares movidos contra suspeitos de subversão no período da ditadura militar, incluindo estatutos, atas de reuniões, correspondências, jornais e panfletos referentes às organizações clandestinas e setores de oposição ao regime. Recobre o período de 1961 a 1977.

[...] nem todas as torturas foram feitas porque eu estava grávida. Agora, por outro lado, do ponto de vista psicológico, a tortura é muito grande, um outro tipo de tortura, porque é o simples fato de estar presa, sujeita à morte, significa a morte de seu filho. Então é assim, o querer resistir, pelo menos até o parto, garantir que ele nasça, mas sempre assim, um nascer e os caras ficam com ele... sabe, assim, é uma tortura diferente, não dá assim, quantificar, dizer o que é pior. Eu acho o seguinte: quanto melhor e mais independente você estiver na prisão, acho melhor, se você não tem filho, se você não está grávida, se você está saudável, não tem irmão, não tem pai, não tem amigo, é melhor, porque aí morrer é muito fácil. Mas são as tais peias que o partido falava, que a vida da gente é cheia de peias, a gente é afetivamente ligado às coisas (SCHMIDT, 2009).

A leitura de gênero organiza a narrativa de si, e evidencia a violência sexual, física ou psicológica, que atingia o corpo das prisioneiras, vistas acima de tudo como duplamente transgressoras: por extrapolarem o universo doméstico e por desafiam os códigos de gênero (MORAES, 2008, p. 86). No discurso feminista, a corporalidade ganha destaque como dimensão constitutiva da própria linguagem.

Nua, o interrogatório era sempre nua. E uma das coisas que eu me recusava era tirar a roupa, então eles me arrancavam a roupa, porque eles até queriam que a gente tirasse a roupa, para humilhar bastante. Então com isso, as minhas roupas era todas rasgadas, porque eles arrancavam violentamente, cada dia tinha um botão a menos, uma costura a menos, você ficava se ajeitando, (...) o que me segurou muito foi a raiva que eu tinha deles. Isso me segurou. Porque aí como eles tiravam a roupa, é muito constrangedor, você na frente de estranhos, de inimigos, não é só estranhos... se eu estivesse nua no meio da rua me sentiria melhor. E eu custei para sentir isso, não vou sentir! então eu cruzava as minhas perninhas, cruzava os meus bracinhos, o objetivo era tampar os peitos e a bunda, sentada e ficava como uma lady, assim, “sim, senhor, não...” De vez em quando, eles te arrancam dali, tiram a cadeira, você tem que ficar de pé, daí você encosta na parede, você tenta se cobrir, porque é muito constrangedor, agora o objetivo deles é te constranger, e se o objetivo é esse, eu vou ficar que nem uma lady aqui, como se eu estivesse no salão de festas, não vou me derrubar por isso. ... depois que eles tiraram a criança e me deram medicação para secar o leite, menstruei (SCHMIDT, 2009).

O olhar feminista de Criméia observa criticamente e desconstrói as representações misóginas dos militares e torturadores, que não acreditavam que mulheres pudessem ser guerrilheiras, pois seriam incapazes de iniciativas, de idéias e ações ousadas. Eles entendiam que as militantes pudessem ser companheiras, amantes ou filhas, girando sempre em torno do eixo masculino, obedecendo incondicionalmente às ordens dos companheiros e líderes. Sempre as olhavam com menosprezo, pois reconhecer qualquer capacidade de iniciativa feminina seria destruir seu próprio sentido de masculinidade, avalia Criméia:

[...] teve o aspecto que eles nos torturavam nosso lado mulher. Tanto na violência sexual, quanto no menosprezo que eles tiveram na capacidade da gente, política, no que em certo sentido nos favoreceu, em outros não, porque a tortura era violentíssima [...] você acha que militar imagina que uma mulher grávida, de 40 e poucos quilos, pode ser uma milica que nem eles, isso aí humilha demais a eles. Então eles preferem não botar esse lado (SCHMIDT, 2009).

E, no entanto, a sua força e criatividade permitem responder de forma surpreendente aos enormes obstáculos criados pelo regime ditatorial. Ao sair da prisão, Criméia enfrenta o desafio de refazer as relações familiares, reencontrando o filho João Carlos, hoje filósofo, e os sobrinhos, Janaína e Edson Teles, atualmente conhecidos historiadores. A militância é retomada nos movimentos populares que, então, cresciam no país, e que levam à fundação da *União de Mulheres de São Paulo*, em 1981. Juntamente com Amelinha, Terezinha Gonzaga e muitas outras companheiras, a criação dessa associação feminista impõe a ruptura com o poder masculino de esquerda. A partir daí, abrem-se novas relações e frentes de combate, e permitem que, cada vez mais, se afirmem novas potências de vida e que se experimentem novos fluxos de intensidade. Vitoriosa e altiva, a rebelde Criméia ainda tem muito a nos contar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 1981.

ARFUCH, Leonor. *Crítica Cultural entre política y poética*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2007.

_____. (org.). *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporânea*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2007a.

_____. Cronotopías de la intimidad. In: _____. (org.) *Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertenencias*. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 237-290.

ARTIÈRES, Phillipe. Arquivar a própria vida. In: *Estudos Históricos: Arquivos Pessoais*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=39>. Acesso em: 11/03/2009

BRASIL NUNCA MAIS. *Acervo do Arquivo Edgard Leuenroth-UNICAMP*. Doc. 693, Caixa 3ª, v. 22 - DOPS-Delegacia Especializada de Ordem Social. Fls. 9, 1973.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, RJ E PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.) *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 183-191.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura: espionagem e polícia secreta*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIOSI, Edson. China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano XLVIII, n. 14.403, 21.11.1968.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994. v. IV. _____ . *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LUHMAN, Niklas. *Confianza*. Barcelona/México, Editorial Anthropos/Universidad Iberoamericana, 1996.
- MORAES, Maria Ligia Quartim. Direitos Humanos e Terrorismo de Estado: a experiência brasileira. *Cadernos AEL, Anistia e Direitos Humanos*, Campinas, v. 13, n. 24/25, p. 69-96, 1º./2º.sem.2008.
- MORAIS, T.; SILVA, E. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. 2. ed. São Paulo: Geração, 2005.
- MOURA, C. (org.). *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto 10. História. Revista do Programa de Estudos da Pós-Graduação em História e do Depto. de História*, São Paulo, n.10, p. 7-28, dez.1993.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia: o Partido e a guerrilha*. Documentos Inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, anos X/XI, vols. XII-XIII, set.-dez. 1980-jan.-abril 1981, n.27/28, p. 289-290. (Depoimento de Maria Raimunda Veloso, 26/10/1980.
- ROSA, Susel Oliveira. A escrita de si na situação de tortura e isolamento: as cartas de Manoel Raimundo Soares. *Revista História, Imagem e Narrativas*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 7, p. 1-17, set./out.2008. Disponível em: <www.historiaimagem.com.br/edicao7setembro2008/edicao7.php>. Acesso em: 15//3/2009
- SARLO, Beatriz. *Escenas de la vida posmoderna: intelectuales, arte y videocultura en la Argentina*. Buenos Aires: Ariel, 1994.
- SCHMIDT, Criméia Alice de Almeida. Entrevista concedida a Margareth Rago. São Paulo, 25.02.2009.



O FEMINISMO BRASILEIRO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR

Ana Alice Alcântara Costa

Analisar a relação do feminismo com a ditadura nos remete necessariamente à história brasileira após o Golpe Militar de 1964 e o processo de reconstrução do feminismo em novas bases dentro de um contexto de repressão e autoritarismo. Remete também a minha experiência como militante e participe de um processo vivenciado cotidianamente naquele momento, bem como de quem refletiu e escreveu sobre essa relação. Refletir hoje sobre o feminismo durante o regime militar inevitavelmente me leva de volta as inquietações vivenciadas em 1980, quando, na condição de brasileira estudando no México,¹ elaborava minha dissertação de Mestrado.

Reler aquele “antigo” texto à luz das novas perspectivas do feminismo que incorporo agora é confrontar-me com um passado militante e distanciado. Recordo-me do esforço teórico em articular os novos desafios que o feminismo apresentava, já naquele momento, ao meu velho e tradicional marxismo-leninista e nele a crença no papel do partido revolucionário. Como pensar um feminismo autônomo desvinculado da idéia de partido de vanguarda? Como entender a necessidade específica das mulheres se a contradição principal era “capital/trabalho”? Eram dilemas que enfrentava naquele momento e que serviram exatamente para

1. Eu, participante dessa história, iniciei na militância feminista em 1978 em um grupo de estudantes brasileiros no México, vinculado a uma ação de denúncia dos malefícios da ditadura brasileira. Poucos meses depois, incomodada pelo isolamento cultural, integrei-me a um grupo mexicano, o *Movimiento de Liberación de La Mujer*, integrado, na época, por Marta Lamas, Itziar Lozano, Gabriela Cano, dentre outras. Em 1981, ao regressar ao Brasil, incorporei-me ao Brasil Mulher de Salvador, onde permaneci até 1989, quando o grupo encerrou suas atividades. Em 1983, juntamente com Cecília Sardenberg, Alda Motta, Maria Quartim Moraes, Maria Luiza Belloni e Maria Amélia Almeida, criamos o NEIM na UFBA.

aprofundar meu compromisso com o feminismo autônomo. Dilemas também vivenciados por muitas outras mulheres militantes nos grupos feministas ou vivenciados dentro dos seus partidos.

Nesse sentido, este trabalho busca analisar a trajetória e os desafios do feminismo brasileiro durante o regime militar no seu enfrentamento com o autoritarismo de um Estado repressor bem como o conservadorismo e sectarismo das organizações vinculadas a um pensamento de esquerda.

Os anos 1960 foram marcados internacionalmente por uma intensa onda contestadora. Foram os movimentos pacifistas contrários à guerra do Vietnam, as lutas anti-racistas e a rebelião ao “*american way of life*” nos Estados Unidos. O movimento estudantil que varria vários países da Europa questionando as velhas estruturas autoritárias do sistema educacional, a desilusão pós-socialismo e a crítica ao stalinismo, o movimento *hippie* etc. É dentro desse contexto que ressurge o movimento feminista internacional. Ressurge no sentido de renascer após algumas décadas de desmobilização depois da conquista do direito de voto e de um conjunto de direitos civis na maioria dos países chamados ocidentais. Ressurge a partir da consciência de que a mudança pura e simples das leis não é suficiente para mudar as estruturas ideológicas pautadas em bases patriarcais.

A conquista da igualdade formal não foi capaz de mudar os parâmetros da subordinação feminina, já que as mulheres seguiam sendo vistas e tratadas como inferiores; seguiam sendo vítimas da violência sexual e doméstica, excluídas do mercado de trabalho – e quando conseguiam romper esses bloqueios, recebiam salários inferiores e estavam submetidas a um cotidiano de assédio moral e sexual.

O novo feminismo, articulado em torno da bandeira “o pessoal é político”, trazia em si um profundo questionamento dos parâmetros conceituais do político, rompendo assim com os próprios limites do conceito, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem, isto é, do campo da política, conforme já argumentei em estudo anterior:

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político (COSTA, 2005, p. 10).

Com essa bandeira, o feminismo chama atenção para o caráter político da opressão vivenciada pelas mulheres de forma individual e isolada no âmbito do seu lar, “[...] levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual” (PATEMAN, 1996, p. 47). Deste processo vem a constatação de que os problemas que as

mulheres vivenciam como indivíduos, no seu cotidiano, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas. Nesse sentido, ressignifica o conceito de político e a própria forma de entender a política, na medida em que estende sua ação para o doméstico. Segundo Pateman, com a bandeira do “pessoal é político”, as feministas mostraram

[...] como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de ‘esposa’, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas ‘pessoais’ só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (1996, p. 47).

Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas e conceitos, novas dinâmicas. Esse foi seu caráter subversivo e que o qualifica como verdadeiramente “revolucionário”. É um movimento social que não apenas renasce, mas também cria estratégias de luta — sua *práxis* política — a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva.

Diferentemente do feminismo anterior, que utilizava como argumento para suas demandas a possibilidade de um melhor exercício — mais competente — das atividades tradicionais atribuídas às mulheres, reforçando assim estereótipos, preconceitos e modelos excludentes, esse novo feminismo vai também questionar a divisão sexual do trabalho e com ela as atribuições do masculino e feminismo, bem como a própria construção dos papéis de gênero.

No campo mais amplo da política, esse novo feminismo teve como característica importante o rechaço ao controle político e ideológico dos partidos e outras organizações políticas e religiosas e também a defesa de um movimento autônomo.

Essa nova onda feminista chegou ao Brasil em um momento muito peculiar da nossa história, em pleno regime militar instalado a partir do Golpe militar de 1964. Muitas das suas integrantes eram oriundas de organizações da chamada “Esquerda Revolucionária” vinculadas a uma perspectiva marxista de liberação nacional. Essas e outras vivenciaram a experiência da luta armada, da clandestinidade, das prisões, da tortura, do exílio e, em especial, vivenciaram o autoritarismo e o sexismo tanto das organizações da esquerda na qual militavam quanto da direita através dos mecanismos repressivos do Estado.

Apesar da posição crítica em relação ao sexismo das organizações de esquerda, as feministas brasileiras mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção (STERNBACH et al., 1994, p. 74). Essa perspectiva as distinguia do feminismo

européu e norte-americano, dando-lhes como característica especial o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social que envolvia diferentes formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (MOLYNEUX, 2003, p. 269) com suas demandas, dentro das quais se realizavam os direitos da mulher.

Synthia Sarti chama atenção também para a delicada relação do feminismo com a Igreja Católica nesse momento, na medida em que diante do imenso vazio político deixado pelo regime militar a igreja passou a ser um importante foco de oposição.

As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário (SARTI, 2001, p. 37-38).

Esse contexto propiciou a construção de um movimento com características específicas muito demarcadas que não só nortearam o movimento naquele momento, mas lhe deixaram igualmente marcas profundas definidoras das suas ações nas décadas seguintes.

A literatura corrente sobre o “surgimento” do movimento feminista brasileiro costuma apontar os eventos patrocinados pela ONU em 1975² como o marco inicial do feminismo brasileiro nessa nova fase. Apesar disso sabe-se que desde o início da década de 1970 algumas ações já vinham sendo realizadas, não obstante o clima de repressão reinante sob a égide do AI5³ e das práticas de tortura. Em 1972, por exemplo, liderado pela advogada Romy Medeiros, o Conselho Nacional da Mulher,⁴ uma entidade reconhecidamente conservadora e com laços de

2. Como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, em 1975 foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina.

3. O Ato Institucional 5, de dezembro de 1968, fechou o Congresso Nacional, cassou mandatos parlamentares, proibiu qualquer manifestação de natureza política, vetou o “habeas corpus” para crimes contra a segurança nacional, estabeleceu a censura prévia.

4. “O Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB) é uma organização cultural, não governamental, fundado em 1947 por D. Jerônima Mesquita, no Rio de Janeiro, tendo por finalidade trabalhar em defesa da condição da mulher”. Foi a principal entidade civil a lutar ao longo da década de 1950 pela aprovação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121), o que veio a ocorrer em 1962. Cf. documento disponível em: <<http://www.conselhonalacionaldemulheresdobrasil.com/abert.htm>>. Acesso em: 20.02.2009.

proximidade com o regime, promoveu o I Congresso de Mulheres com a participação de feministas ligadas a um campo mais à esquerda e setores ligados ao governo. Segundo Céli Pinto, esse Congresso teve como uma das suas principais organizadoras Rose Marie Muraro e contou com a participação de reconhecidas feministas do campo da esquerda como Heleieth Saffioti e Carmem da Silva, bem como representantes do alto clero, banqueiros, congressistas etc.⁵

Também nesse ano começaram a aparecer no Rio de Janeiro e São Paulo os primeiros grupos de reflexão com um caráter muito privado. No Rio de Janeiro, havia o grupo ligado a Branca Moreira Alves, constituído por profissionais liberais que posteriormente se constituiria no Grupo Ceres, e outro constituído por estudantes de graduação e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica-PUC. Em São Paulo existia um grupo criado por Maria Malta Campos constituído basicamente por intelectuais (FIGUEIREDO, 2008, p. 57). Simultaneamente também é criado em São Paulo o grupo integrado pela crítica literária Walnice Nogueira Galvão, juntamente com a socióloga Célia Sampaio, a antropóloga Betty Mindlin, a historiadora Maria Odila Silva Dias. Posteriormente esses dois grupos se unem.

Outros grupos surgem também em várias outras cidades do país. Geralmente eram mulheres articuladas a partir da experiência do feminismo internacional de uma delas (este é o exemplo de Branca Moreira e Maria Malta Campos), que se uniam por afinidades afetivas, políticas e intelectuais, mulheres profissionalizadas, em sua maioria com uma carreira estabilizada. Eram grupos privados, porque as mulheres só ingressavam por convite ou indicação. A idéia de “grupo privado” para caracterizar os grupos de reflexão reflete o clima de terror e perseguições que caracterizava o regime militar naquele momento no Brasil. Reunir mais de quatro pessoas em um lugar, mesmo que privado, poderia ser caracterizado como um ato subversivo e, portanto, exposto às penalidades “previstas”. Albertina Costa ao refletir sobre as características privadas destes grupos afirma:

O terror impede a tentativa de pôr a cabeça para fora, caracterizando, portanto, essa atividade coletiva como caseira, doméstica, privada, voltada para dentro, com todos os atributos do feminino, por mais que

5. Para Céli Pinto (2003, p. 48), esse evento “[...] já mostrava uma rearticulação interessante, que criava uma nova situação tanto para a própria esquerda como para os órgãos de repressão do período. Essa rearticulação possivelmente se constituiu na grande novidade do feminismo e também em um dos problemas que lhe acompanharam na década seguinte: ao mesmo tempo que a questão feminista é um tema progressista por excelência, pois atinge o que há de mais tradicional na sociedade – o poder patriarcal –, ela obrigatoriamente não é perpassada pela questão política no sentido restrito do termo, o que possibilita um arco de alianças muito mais amplo do que o tradicional corte entre direita e esquerda, não sem razão muito presente na sociedade brasileira dos primeiros anos da década de 1970. O congresso promovido por Romy Medeiros é, portanto, sintomático dessa situação.”

as pessoas tendam a pensar sua atividade como hibernal, hiato, preparação para a futura participação política com o maiúsculo.

No entanto, esse fechamento, essa privacidade que protege da polícia, ao mesmo tempo, protege dos amigos ou aliados, as críticas não chegam, ou chegam menos contundentes, não há debate, argumentação, discórdia, não se é obrigado a ser político e fazer política, não se é obrigado a fazer rupturas, não se é obrigado a imaginar formas novas de agir político, quando muito esse enfrentamento é postergado (2008, p. 75).

Por outro lado, desde o golpe de 1964 uma quantidade significativa de homens e mulheres teve de deixar o país em busca de exílio político para livrar-se das perseguições do regime militar. As mobilizações estudantis de 1968, o recrudescimento da repressão com o AI 5, o fracasso da luta armada e a onda de prisões e torturas perpetradas pelo regime intensificaram a saída de militantes do país. México, Chile e Cuba na América Latina e a França na Europa foram os centros de concentração destes exilados. As brasileiras exiladas na Europa e as que estudavam com bolsas de estudo na Europa e Estados Unidos começam a entrar em contato com o novo feminismo. Logo diversos grupos de brasileiras também são criados no exílio. O Grupo Latino-americano de Mulheres,⁶ em Paris, foi criado em 1972 por Danda Prado, ex-militante comunista auto-exilada. No mesmo ano é criado por Zuleika D'Alembert o Comitê da Mulher Brasileira, mais próximo ao PCB. Posteriormente, em 1975, a maioria das mulheres desse Comitê formou o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. O trecho a seguir dá uma visão muito adequada da perspectiva que norteava a ação dos grupos de feministas brasileiras no exílio:

Achamos que nossa contribuição enquanto militantes num país estrangeiro é mais teórica do que prática, entendendo-se a “teoria”, nesse caso, como formação. Porque o avanço do movimento feminista no Brasil é determinado pela própria realidade brasileira e essa realidade nós não podemos vivê-la aqui em Paris. O que podemos é divulgar aqui o avanço desse movimento. Temos, sim, que desenvolver uma luta junto às mulheres brasileiras na colônia, realizando debates, projetando filmes, aproximando-nos o mais possível (CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS, 1976a).

6. Este grupo reunia mulheres de vários países da América Latina e existiu até 1976. Foi responsável pela publicação do boletim *Nosotras*.

Organizações como estas no exílio tiveram um papel fundamental na divulgação das atrocidades do regime militar, na articulação do feminismo brasileiro com o internacional, na articulação, integração e formação de brasileiras no exterior e, ao contrário dos grupos de reflexão brasileiros, acuados diante da repressão, buscavam e podiam ter uma visibilidade política externa. Não obstante, a ação desses grupos no exílio não contava com uma aceitação muito fácil entre os grupos de reflexão no Brasil, na medida em que havia uma espécie de sentimento de rechaço às tentativas de “ditar regras” e/ou orientações vindas do exterior. Albertina Costa tinha uma visão muito crítica da ação desses grupos:

Enquanto as exiladas podiam discutir sem medo de serem presas e escolher entre as muitas combinações passíveis entre luta de classe e luta entre sexos, patrulhadas de perto pelos remanescentes das organizações de esquerda, suficientemente longe da convivência quotidiana com a miséria, para delirar que as mulheres constituiriam a nova classe universal. As exiladas que se afligem com o dilema integração na terra de asilo ou referência principal à terra de origem têm, no entanto, condições de pensar em termos de cidadania, em termos de uma especificidade da cidadania feminina, enquanto para as brasileiras, vivendo em seu país, como para os judeus sob o domínio prussiano, a questão da cidadania não se coloca (2008, p. 76).

Albertina Costa prossegue sua análise demarcando, inclusive, um campo de interpretação da prática feminista em um contexto de repressão e controle político:

É longe da política, embora perto da patrulha ideológica e em confronto com ela, mas longe da miséria e da fome que tende a se desenvolver um feminismo radical de cunho libertário. É a convivência com a repressão, o controle ideológico relaxado em virtude do vazio político, a proximidade da iniquidade social que modelam um estilo de feminismo “bem comportado” de cunho marcadamente social (2008, p. 76).

Como tivemos a oportunidade de ver até aqui, quando, sob o patrocínio da ONU, em 1975, é realizado o Seminário “O papel e o comportamento da mulher na realizada brasileira” no Rio de Janeiro, tido como o momento inaugural do feminismo brasileiro, já existia uma significativa mobilização feminista. Este evento, organizado por dois grupos de reflexão do Rio de Janeiro, foi o deslanchar da criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), organização que inovou ao trazer

naquele momento a possibilidade da existência pública e institucionalizada do feminismo.⁷

A partir deste momento surgem novos grupos de mulheres em todo o país. Ainda em 1975 é criado o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina, no estado do Paraná, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia-MFA⁸ e publicado por ex-presas políticas. No início de 1976, um grupo de mulheres universitárias e antigas militantes do movimento estudantil começou a publicar o jornal *Nós Mulheres*, que desde seu primeiro número se auto-identifica como feminista dentro de uma perspectiva classista.⁹ Nesse ano, o *Brasil Mulher* se desvincula do MFA, transfere-se para São Paulo e passa a ser editado pela Sociedade Brasil Mulher, uma entidade feminista, pese o controle exercido por militantes vinculadas ao PC, PC do B e AP.¹⁰

-
7. Criado em 6 de julho de 1975, o Centro da Mulher Brasileira, não faz referência ao feminismo em seu Estatuto. No Capítulo I, que trata “Da entidade, seus fins e objetivos”, estabelece no Artigo 1º: “O Centro da Mulher Brasileira tem por finalidade o conhecimento e a divulgação da condição da mulher em geral e, em particular, da mulher brasileira, atuando no sentido da superação dos seus problemas”. A proximidade mais cerca do feminismo aparece no item “d” desse artigo, em que propõe a “promover a formação de grupos de reflexão sobre a condição da mulher.” (CENTRO DA MULHER BRASILEIRA, 1975, p. [indicar pág.]).
 8. O Movimento Feminino pela Anistia-MFA foi criado em 1975 sob a liderança de Terezinha Zerbini, com o objetivo de articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla, geral e irrestrita. O MFA foi a primeira estruturação pública e oficial de questionamento da ditadura militar.
 9. “Pensamos que Nós Mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhe-mos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é dever de todos e não somente das mulheres [...] Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes com preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que vivemos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades da casa e nossa luta em torná-las sociais. Mas não é só isso, Nós Mulheres queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde viver, ter o que vestir e o que calçar. E por isso não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação” (EDITORIAL, 1976, p. 2).
 10. Alguns objetivos da Sociedade Brasil Mulher possibilitam uma visão esclarecedora da perspectiva norteadora do feminismo brasileiro neste momento e da hegemonia de uma perspectiva marxista dessas organizações: “1. desenvolver ao máximo a consciência da condição feminina, da opressão específica que sofre, ao mesmo tempo em que avança o combate à opressão comum que pesa sobre os trabalhadores; 2. unificar essa consciência da opressão, fortalecendo e apoiando o movimento de trabalhadoras contra as discriminações específicas que sofrem e sua participação nas lutas econômicas, políticas e sociais de todos os trabalhadores contra sua opressão; 3. lutar para que os diferentes setores das classes trabalhadoras assumam as reivindicações das mulheres e se solidarizem com seus movimentos específicos; 4. desenvolver uma incessante luta ideológica contra os preconceitos e o papel tradicional da mulher, contra a influência da tradição, costumes, moral burguesa, de modo que homens e mulheres transformem suas relações estabelecendo entre si relações de respeito e solidariedade de classes; [...] 12. propor e lutar pela organização autônoma das mulheres em seus lugares de trabalho e moradia, ou inclusive organizações mais gerais” (SOCIEDADE BRASIL MULHER, 1978, p. 12-13).

Esse é um momento de avanço da resistência ao regime militar, fortalecida pela ampla vitória da oposição (concentrada no Movimento Democrático Brasileiro- MDB) nas eleições parlamentares de 1974 e na crise econômica. Nos anos seguintes, os movimentos sociais de resistência ao regime militar seguiram ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, a exemplo dos negros e dos homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas a associações de moradores e clubes de mães começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches, trabalho doméstico e sexualidade. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assumiu novas bandeiras como os direitos reprodutivos, a sexualidade e o combate à violência contra a mulher. Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização (COSTA, 2005, p. 15).

Segundo Mariza Figueiredo (2008, p. 61), nesse momento podia-se identificar claramente três perfis de militantes feministas no país: as feministas liberais, uma espécie de neofeministas, porque continuavam “[...] a luta das sufragistas do início do século, lutando pela igualdade de direitos civis para todos os cidadãos sem discriminação de sexo”; as feministas partidárias, que visavam no plano geral à anistia e à abertura política e, no plano das lutas específicas, a “criação de creches e de uma legislação protetora do trabalho feminino”. Esta “corrente” era constituída majoritariamente por mulheres oriundas dos grupos de esquerda, bem como “acadêmicas e intelectuais engajadas politicamente, para as quais a origem da simetria dos gêneros continuava a ser o resultado de um sistema capitalista de produção”. E as feministas radicais, que entendiam a natureza da opressão feminina fundamentada no “[...] surgimento do patriarcado enquanto sistema ideológico de poder” e reivindicavam o direito à autonomia e à existência de grupos de reflexão como uma iniciativa privilegiada.

Nesse sentido o feminismo radical se amplia sustentado na tese de que a opressão feminina não é um simples efeito da economia, da biologia, nem algo que seria “naturalmente” resolvido em uma “fase posterior” ao processo de transformação social, como acreditavam e defendiam as organizações mais próximas a um pensamento marxista ortodoxo. No geral, as feministas das diversas correntes recusam-se a relegar as lutas das mulheres a um segundo plano, diluídas e pulverizadas nas “lutas gerais” (COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 104b).

No entanto a convivência entre as diversas correntes não era muito fácil. Mariza Figueiredo, reportando as reuniões do Coletivo de Mulheres e o SOS Violência Mulher, do Rio de Janeiro, em fins da década de 1970, quando inevitavel-

mente as reuniões terminavam em confronto entre as feministas radicais e as partidárias, diz:

Enquanto as primeiras partiam do princípio de que toda e qualquer opressão da mulher, em qualquer tempo e espaço, tinha se originado na construção e domínio da ideologia patriarcal, as últimas insistiam na clássica análise marxista, segundo a qual o sistema capitalista de produção seria o responsável pela discriminação entre homens e mulheres, do mesmo jeito que é o responsável pela luta de classes. Assim, a hierarquia entre os gêneros seria da mesma natureza que a oposição entre a burguesia dominante e o proletariado (FIGUEIREDO, 2008, p. 54).

Apesar desses enfrentamentos, havia entre essas diversas correntes uma espécie de alinhamento ideológico à esquerda quanto às propostas de mudanças na sociedade no sentido da redemocratização e mesmo numa perspectiva mais radical de transformação nas relações de produção. A divergência é mais profunda no que tange à condução das lutas das mulheres. Este foi um período de acirrados debates dentro do movimento entre as “correntes autônomas” e as várias correntes partidárias, levando a diversos “rachas” e dissidências e ao surgimento de novos grupos. Firmes no princípio da autonomia do movimento, as feministas não aceitam a tutela dessas organizações (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 43).

Em fins dos anos 1970, o país começava a entrar em um processo de abertura política.¹¹ A oposição articulada no MDB, que naquele momento concentrava todas as forças contrárias ao regime, continuava avançando. Ampliava-se o rechaço ao governo militar, acuado pela crise do “milagre”.¹² As feministas também buscavam construir novas formas de articulação entre si e com os setores populares, que permitissem a reflexão sobre a problemática feminina e o feminismo, definir novos rumos para o movimento e estabelecer novas pautas de reivindicações e lutas. A anistia permitiu a volta das exiladas e com elas um novo fôlego ao movimento, na medida em que traziam a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo na Europa (SARTI, 2001, p. 41).

11. “O Presidente Geisel, após inúmeras hesitações, acelera a abertura política, afastando militares identificados com a tortura e com a corrupção. Sob pressão da opinião pública dá continuidade a uma abertura “lenta, gradual e segura”, consolidada na Emenda Constitucional de 1978, que revoga os atos discricionários e restabelece eleições locais” (SILVA, 1990, p. 300).

12. O chamado “Milagre Econômico Brasileiro” se dá no período de 1968 a 1973, quando o Produto Bruto Nacional chega a um crescimento médio anual próximo a 10%, principalmente na indústria e nas exportações, ao mesmo tempo em que se conseguiu manter baixo e estável os índices de inflação. Sobre o “milagre brasileiro”, ver Singer, 1977 e Cardoso, 1973.

Em 1979 assume a presidência da República o general João Baptista Figueiredo, que promove uma reforma política restabelecendo o pluripartidarismo através da Lei 6.767, de dezembro de 1979. Para o feminismo também foi um ano muito importante, quando em quase todos os estados do país novos grupos foram criados.¹³ O feminismo deixou de ser um privilégio das mulheres de classe média intelectualizada para envolver um número cada vez maior de mulheres dos setores populares. A realização de grandes encontros foi um dos caminhos para essa ampliação. Três desses encontros merecem registro em função da abrangência de suas propostas e do contexto de enfrentamento vivenciados.

Em março de 1979 foi realizado no Rio de Janeiro, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, o “Encontro Nacional de Mulheres”, no qual participaram cerca de 400 mulheres representantes de grupos feministas de oito estados. As resoluções aprovadas traduzem muito bem as características do movimento nesse momento e sua perspectiva de ampliação e reconhecimento da diversidade de interesses. Segundo o “Documento Final”:

1. a luta pela libertação da mulher brasileira está indissoluvelmente ligada às lutas gerais por liberdades democráticas e por uma anistia ampla, geral e irrestrita e vem somar força com os movimentos que lutam contra qualquer tipo de opressão;
2. a tática atual dos movimentos de mulheres implica na luta pela unidade destes movimentos, unidade esta que pressupõe a diversidade dos grupos e organizações, e a superação de particularidades de cada um através da adoção de bandeiras de luta comum...
3. o movimento feminista deve ser aberto a todas as mulheres, independentemente da condição social, racial, credo religioso e posição político-partidária; implica na aproximação com associações de classe, de bairro, clube de mães e donas de casa, etc. e incentivo à organização de mulheres em locais de trabalho e moradia; significa trabalhar sobre os problemas que se colocam especificamente para a realidade de cada grupo, assumindo as bandeiras gerais do movimento; estímulo à criação e ampliação de uma imprensa feminina (CENTRO DA MULHER BRASILEIRA, 1979, p. 4-5).

13. É nesse ano que surge o Grupo Brasil Mulher Núcleo Salvador, o Brasília Mulher, o grupo responsável pela publicação do jornal feminista “Geração”, em Maceió, o Grupo Feminista 8 de Março, em São Paulo, o Ação Mulher de Porto Alegre, o Centro da Mulher Brasileira de Niterói, o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro, como uma dissidência do CMB, dentre outros.

No ano seguinte, outro importante evento foi o Segundo Congresso da Mulher Paulista,¹⁴ realizado nos dias 8 e 9 de março, coordenado por cerca de 55 agrupamentos e com a participação de aproximadamente quatro mil mulheres (FAGUNDES, 1980). Esse encontro foi marcado pelo intenso debate em torno da autonomia do movimento, defendido pela maioria absoluta do Congresso e rechaçado de forma violenta por militantes vinculados a organizações da chamada esquerda revolucionária, mais fortemente por militantes do MR8. Segundo Cardoso:

Previendo o impasse, a comissão organizadora tomou todos os cuidados possíveis para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político. Mas os acontecimentos não saíram como o esperado. Lideranças do PC, do PC do B e do PMDB usaram até de agressão física para fazer valer seus pontos de vista (2004, p. 40).

A atitude sectária destes grupos que se recusavam a entender as especificidades das lutas feministas e o conjunto de demandas do movimento foi motivo para os enfrentamentos. Para estas organizações, as feministas eram pequeno-burguesas e falavam uma linguagem elitista. A insistência das feministas em discutir sexualidade, violência, exploração era inoportuna e divisionista (ZANATTA, 1996-1997, p. 200).

Esse enfrentamento é agravado em 1981 quando da realização do III Congresso da Mulher Paulista. Segundo Maria Amélia Teles (1983 apud CARDOSO, 2004, p. 40), já durante as reuniões preparatórias o MR8 defendeu a proibição da entrada das lésbicas no Congresso na medida em que estas se mostravam preocupadas com a violência contra as mulheres homossexuais. “Para os grupos de extrema esquerda, a luta era uma só, ‘não há violência contra a mulher, mas sim contra o homem e a mulher da classe operária’” (ZANATTA, 1996-1997, p. 200).

Em matéria intitulada “A hora da porrada”, o jornal *Lampião da Esquina* comenta a prática do MR8 identificado pela sigla do jornal *Hora do Povo*:

De tímidas participantes no ano passado, as lésbicas emergiram para a crista da onda neste III CMP, ao se tornarem alvo predileto do HP, para quem a coisa se colocava assim: de um lado as lésbicas, do outro o povo brasileiro [...].

14. O Primeiro Congresso da Mulher Paulista foi realizado entre 3 e 4 de março de 1979 com a participação de cerca de 800 mulheres que, ao final, se comprometeram a “atuar mais ainda nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando até elas [as mulheres] nossas reivindicações específicas e fazendo com que seus membros assumam e lutem também por creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho, formação profissional e socialização do trabalho doméstico” (PRIMEIRO CONGRESSO DA MULHER PAULISTA, 1979, p. 16).

[...] militantes do HP, na eminência de perderem o Pacaembu, entraram em contato telefônico com a Coordenação, para propor a reunificação. Concordaram em aceitar as lésbicas em troca do apoio à Constituinte. Mas não abriram mão de sua oposição ao SOS/Mulheres (ZANATTA, 1996-1997, p. 201).

Para o MR8, segundo o jornal *Lampião da Esquina*, a proposta de criação dos SOS “[...] transforma violência na família em caso de polícia e faz o jogo da ditadura, porque culpa o operário que chega em casa cansado e bate na mulher (ZANATTA, 1996-1997, p. 201).

Apesar desse contexto de enfrentamento e resistências demonstradas em relação às pautas específicas, a exemplo da questão da violência, o que estava de fato em jogo era a questão da autonomia. Esse foi o eixo definidor das diversas correntes e agrupações que demarcavam o movimento nesse momento, bem como o permanente embate e desafio na relação do feminismo brasileiro com os partidos políticos e organizações da esquerda durante a ditadura militar. Essa mesma questão da autonomia estará presente posteriormente, na relação do feminismo com o Estado já no período de transição e no processo de consolidação democrática, como veremos adiante.

Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos frente aos partidos políticos e outras organizações. A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava em uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades. Apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias. Uma autonomia vista como uma espécie de “[...] independência para as mulheres enquanto grupo oprimido, podendo atuar ainda independentemente da aprovação e do paternalismo masculino” (FIGUEIREDO, 2008, p. 61).

Em 1980, ao analisar o feminismo brasileiro naquele momento, pese estar inserida no movimento autônomo, não conseguia pensar esta autonomia para além da classe. Nesse sentido entendia a autonomia

[...] não no sentido de dividir e debilitar este movimento, abrindo dentro ou a seu lado uma força paralela e refratária aos seus objetivos fundamentais, como costumam apontar os partidos tradicionais da esquerda, geralmente de corte burocrático. Mas sim no sentido de garantir dentro do movimento revolucionário uma participação efetiva e real da mulher, possível somente a partir desta autonomia.

É a autonomia de seu movimento que lhe dará as possibilidades de pensar sua atuação social a partir dela mesma, pelo menos

enquanto os valores machistas e segregacionistas da sociedade burguesa ainda tiverem sentido e peso na condução política e pessoal do proletariado e demais setores oprimidos da sociedade. São valores cuja profundidade determinam a conduta do homem e também da mulher ainda não completamente consciente deles (COSTA PINHEIRO, 1980, p. 125).

As integrantes do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, apesar de não vivenciarem o cotidiano dos grupos feministas no Brasil, traduzem muito bem a perspectiva dominante entre as diversas agrupações do feminismo autônomo em relação ao significado dessa autonomia tão almejada:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra sua opressão. Somente nós mulheres podemos estar na vanguarda desta luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres, não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação na sociedade capitalista. A luta contra a opressão específica se integra à luta contra um sistema no qual o homem também é oprimido. Por exemplo, se é correta a luta constante contra toda manifestação do machismo, isto não significa travar uma luta contra o homem, mas sim contra uma ideologia que forja e perpetua este tipo de comportamento (CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS, 1976, p.).

Para o Grupo Ação Mulher de Porto Alegre, a autonomia do movimento feminista era definida a partir da necessidade de “[...] construir um espaço privilegiado de aprendizagem, crescimento e atuação das mulheres onde sua participação trará uma tomada de posição e seu progressivo crescimento e mobilização (GRUPO FEMINISTA AÇÃO MULHER, 1980).

Essa tensão entre as organizações autônomas do movimento de mulheres e as organizações partidárias não foi uma especificidade do feminismo brasileiro. A consciência feminista latino-americana foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistas.

Apesar das feministas latino-americanas romperem com as organizações de esquerdas em termos organizativos, mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção, ao tempo que continuavam lutando contra o sexismo dentro da esquerda (STERNBACH et al., 1994, p. 74).

Por outro lado, a oposição continuava avançando, infringindo uma grande derrota ao governo nas eleições municipais de 1980 apesar das leis eleitorais casuísticas. Em 1982 a oposição consegue eleger 10 governadores e, pela primeira vez depois do golpe, o conjunto da oposição ao regime consegue maioria na Câmara Federal. Esse processo de distensão do regime trouxe novos dilemas ao movimento feminista. O avanço do movimento transformou o eleitorado feminino em um alvo de interesse dos partidos políticos e de seus candidatos, que logo começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino.

Até então, a perspectiva de relação com o Estado no projeto de transformação feminista não se havia colocado. Toda a relação estabelecida com o governo ditatorial era no sentido de confronto, de uma prática oposicionista. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais forçou as feministas a repensarem sua posição frente ao Estado na medida em que a possibilidade de avançar em termos de uma política feminista passou a ser uma realidade. A vitória do PMDB para o governo de São Paulo garantiu a criação do primeiro mecanismo de Estado no país voltado para a implementação de políticas para mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983. Logo depois um novo desafio se apresenta com a criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher Vítima de Violência: não era apenas trabalhar com o Estado, mas também conviver, auxiliar, orientar e até mesmo capacitar a polícia, o aparelho repressivo do Estado brasileiro, até então identificado com a repressão, a tortura e o autoritarismo.

A emenda Constitucional Nº 25 de maio de 1985 reforma a Emenda Constitucional de 1969, suprime as restrições à livre organização política e social, consagra o princípio irrestrito de eleições diretas para todos os postos do Executivo e em todos os níveis da federação, retirando todas as leis de exceção editadas pelos militares, o popularmente chamado “entulho autoritário”. O governo militar, cada vez mais encurralado política e economicamente, buscava saídas para uma transição ainda sob o seu controle. É neste contexto que o PMDB, dentro das regras estabelecidas ainda pelos militares, elege o presidente da República de forma indireta, através de um colégio eleitoral. Tancredo Neves é eleito através da Aliança Democrática formada pelo PMDB e PFL.

Com a democratização, ampliam-se as possibilidades de atuação do feminismo no nível institucional com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e diversos outros conselhos estaduais e municipais, e novos desafios se apresentaram para o feminismo, agora em tempos de democracia.

Mas..., isso é uma outra história...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminina brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. esp., set./dez.2004, p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: DIFEL, 1973.

CENTRO DA MULHER BRASILEIRA. *Encontro Nacional de Mulheres*. Rio de Janeiro, 1979. [Documento final]

CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS EM PARIS. *Circular do Sub-grupo Nation*. Paris, 1976. Mimeografado.

_____. *Carta Política*. Paris, 1976a.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília (org.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2008. (CD-ROM).

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p.

_____; _____. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: _; _ (org.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2008. (CD-ROM).

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem.2005.

EDITORIAL. *Nós Mulheres*, São Paulo, n. 1, jun.1976.

FAGUNDES, Maria. O encontro de 4 mil mulheres. *Movimento*, n. 246, p. , mar.1980.

FIGUEIREDO, Mariza Athayde. A evolução do feminismo. In: COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília (org.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2008. (CD-ROM).

GRUPO FEMINISTA AÇÃO MULHER. Por que as mulheres se organizam? *Em Tempo*, São Paulo, n. 101, p. , mar.1980.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina: un estudio teórico comparado*. Madrid: Catedra/Universidad de Valencia, 2003.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia publico/privado. In: CASTELLES, Carme (org.). *Perspectivas feministas en teoria política*. Barcelona: Paidós, 1996. p.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRIMEIRO CONGRESSO DA MULHER PAULISTA. Documento Final. *Em Tempo*, São Paulo, n. 55, p. 16, mar.1979.

SARTI, Synthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. , 2001.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernização autoritária)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.

SINGER, Paul. *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOCIEDADE BRASIL MULHER. *Objetivos*. São Paulo, 1978. [Documento interno]

STERNBACH, Nancy Saporta; ARANGUREN, Marysa Navarro; CHUCHRYK, Patrícia; ÁLVAREZ, Sonia E. Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo. In: LEON, Magdalena (org.). *Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo, 1994. p.

ZANATTA, Eliane Marques. Documento e identidade. Movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, São Paulo, n. p. , 1996-1997. [Arquivo Edgard Leunroth. Centro de Pesquisa e documentação/ UNICAMP]

A PALAVRA COMO UM BISTURI

Cláudio Pereira Elmir

Ter seqüelas é melhor do que não ter vivido nada.

Flávio Tavares

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à Joana Maria Pedro e à Cristina Scheibe Wolff pelo honroso convite que me formularam para participar deste Colóquio e, especialmente, desta mesa-redonda, ao lado das Professoras Rachel Soihet (UFF) e Albertina de Oliveira Costa (Fundação Carlos Chagas). Para mim, em particular, trata-se de um desafio muito grande, tendo em vista que, nas minhas pesquisas, considerar, em alguma medida, uma perspectiva de gênero ou a referência a feminismos, nunca esteve no meu horizonte teórico ou de análise propriamente. Os termos que mais me aproximam do Colóquio são as ditaduras no Cone Sul e as experiências de exílio.

A pesquisa que atualmente desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS está centrada na análise de narrativas produzidas por militantes políticos que, no período das ditaduras militares, viram-se na contingência do exílio e que, terminados os governos de exceção de seus países de origem, escreveram, sem mediadores, sobre a sua militância, referida tanto às circunstâncias anteriores quanto às posteriores aos golpes de estado perpetrados.¹

Embora não possam ser denominados, estritamente, como autobiografias, são relatos que revelam a forte presença do “eu”, tanto pelo fato de o objeto da

1. Trata-se do Projeto de Pesquisa “A experiência do exílio na América Latina durante as ditaduras militares – um estudo acerca do testemunho e da escrita – (Brasil, Chile e Argentina)”, que está sendo desenvolvido desde 2007 e que conta, desde então, com a inestimável colaboração da bolsista de iniciação científica (UNIBIC-UNISINOS) Gisele de Aguirres Pereira.

reflexão ser em parte o sujeito pretérito da narração quanto pela circunstância de o sujeito presente da narração marcar a tarefa enunciativa pela declinação de sua voz em primeira pessoa. Esta ambigüidade do “eu”, ou esta dupla presença, trazem à tona o testemunho na dupla dimensão daquele que “esteve lá, viu e ouviu”, ao mesmo tempo em que, não obstante seja parte interessada e incluída na história, dela se afasta, em parte, a fim de, como um terceiro, erigir sobre a experiência – a própria e a alheia – os juízos de uma razão distanciada. Assim, se, de um lado, não há mediadores externos para estas histórias, de outro as mediações subjetivas não deixam de marcar presença, o tempo todo, no desenrolar dos enredos construídos nas narrativas que se oferecem a nossa leitura.

Quero propor, para a reflexão que farei nesta manhã, abordar o livro de memórias do jornalista Flávio Tavares, publicado originalmente entre setembro e outubro de 1999, na ocasião em que se comemoravam os vinte anos do retorno dos primeiros exilados da ditadura militar brasileira, como decorrência da aprovação da Lei da Anistia (sancionada no dia 28 de agosto de 1979).

Livro que sofreu, segundo o autor, a desconfiança prévia por parte de algumas editoras, quanto ao ambiente político de sua recepção (isto em 1999!) – e que, por isto, teve os originais rejeitados por elas –, *Memórias do Esquecimento – os segredos dos porões da ditadura* traz, desde o título, o gosto do autor pelo jogo de palavras e, mais do que isto, sugere antever a extrema habilidade na construção literária do relato, o que, do meu ponto de vista, coloca ao pesquisador, inclusive ao pesquisador do campo disciplinar da história, uma tarefa dificilmente reconhecida como legítima ou própria a sua área de trabalho, que é a de prestar atenção aos sentidos que as palavras encerram no arranjo que se faz delas na narrativa.

Se já se tornou um lugar comum, em alguns círculos intelectuais menos obtusos, considerar que sequer aquilo que denominamos de discurso científico aporta um “relato neutro” sobre os fenômenos, não é tranqüila a percepção de que os “relatos de memória”, independente do formato textual que assumam, também carregam uma dicção própria, engendrada por variáveis as mais diversas, sendo uma delas a que diz respeito ao domínio específico que o memorialista revela no uso da língua e de suas regras. Embora, desde um certo ponto de vista, seja antipático ou politicamente incorreto fazer uma afirmação desta natureza, talvez nós devêssemos pensar seriamente que existem memórias vertidas em padrões de escrita muito distintos e que, talvez, numa perspectiva anti-positivista, nestes casos importa não apenas as “informações” trazidas mas também a forma de organizá-las textualmente.² Sem eliminar ainda a possibilidade de que a

2. Segundo Gagnebin (1998, p. 215), “[...] o paradigma positivista elimina a historicidade mesma do discurso histórico: a saber, o presente do historiador e a relação específica que esse presente mantém com um tal momento passado” e ainda “[...] a verdade do passado remete mais a uma ética da ação presente que a uma problemática da adequação (pretensamente científica) entre ‘palavras’ e ‘fatos’” (p. 214).

“construção do sentido” pelo autor do relato, ela mesma, fornece ao pesquisador um outro tipo de informação, diferente daquele de um relato mais simples e, quem sabe, menos imaginativo.

Para ser menos vago, lembro especificamente que, ao fazer uma busca da recepção do livro de Flávio Tavares no meio acadêmico historiográfico (e também em outras áreas do conhecimento), pude encontrar, não poucas vezes, um uso das informações e/ou situações mencionadas pelo autor que fazia delas “comprovações” ou, mais exatamente, “exemplos” daquilo que os historiadores afirmavam em seus próprios textos. A consideração a toda e qualquer questão envolvendo a subjetividade na construção do relato não era feita. O que havia, na verdade, era uma apropriação irrefletida das memórias de Tavares atendendo a um princípio implícito que freqüentemente se reconhece neste tipo de relato, que é o fato de o testemunho ser autenticado pela experiência de quem o fornece.

Alguns historiadores e outros intelectuais, seja por ingenuidade, seja por identificação com a causa política pretérita do relato – atualizada, quem sabe, em suas convicções políticas do presente –, ou por ambas as razões, negligenciam a precaução de método primária de que o relato não é o duplo do “acontecido” e sim uma percepção subjetiva da experiência. Neste sentido, são pertinentes as palavras de Ângela de Castro Gomes, quando trata das “escritas de si”. Diz ela:

[...] está descartada a priori qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de dizer “o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, que ouviu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de “excesso de sentido do real pelo vivido”, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar e pela linguagem intimista que mobiliza (GOMES, 2004, p. 15).

Parece-me equivocada, na apropriação da obra de Tavares, a compreensão de que sua leitura impede qualquer tipo de isenção,³ o que faz supor que só nos restam duas saídas: ou refutamos o relato, ou a ele, como cidadãos, fazemos coro, renunciando, assim, à tarefa crítica; a segunda tem sido a perspectiva predominante. Também não creio que o papel precípua destes relatos de memória esteja

3. Para Reis, (2007, p. 85), “Não há como permanecer isento ao percorrer o relato, repleto de citações a episódios de nossa história recente que a leitura resgata da nossa memória, também fadada ao esquecimento, à amnésia.”

na “recuperação” de “fatos ainda pouco esclarecidos”, “completando os vazios da história oficial” (REIS, 2007, p. 85). Hoje, para mim, torna-se difícil decifrar qual é o lugar de produção desta história dita oficial.

O interessante, parece-me, é pensar na hipótese de que os relatos de memória literariamente mais sofisticados sejam, por esta razão, capazes de embotar, pela sedução produzida em seu leitor, o ponderado e cuidadoso escrutínio do texto. Neste jogo entre o texto e o leitor, ainda que este último se coloque, costumeiramente, no papel de crítico do testemunho no seu ofício, a “suspensão da descrença” – regra de leitura própria da produção oriunda do campo literário – encontra, involuntária e paradoxalmente, a sua realização por meio dos “especialistas”. Nestes casos, imperativos morais, ideológicos ou políticos talvez sejam responsáveis por uma espécie de “comunhão afetiva” entre o historiador e a sua “fonte”; identificação em relação a qual valeria refletir mais detidamente em outra oportunidade.

* * *

Gostaria de situar quem é Flávio Tavares, o autor do relato, para que possamos entender melhor algumas das circunstâncias de sua trajetória política e de suas memórias escritas. Flávio Tavares nasceu em Lajeado, cidade de colonização alemã, no Rio Grande do Sul, em 1934. Na juventude, mudou-se para Porto Alegre, onde realizou o Curso Clássico no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, havendo iniciado aí, em 1952, a sua vida política, através do movimento estudantil. Já na universidade, fez o Curso de Direito e foi dirigente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, da qual se elegeu presidente em 1954. Tavares militou no Partido Socialista, o qual, segundo ele, era mais um clube do que um partido, onde se criticava a “demagogia” dos trabalhistas.⁴ Embora tenha participado do grupo de professores que fundou a Universidade de Brasília – da qual foi demitido logo após o Ato Institucional n. 2 (TAVARES, 2005, p. 192)⁵ –, sua principal atividade profissional sempre foi o jornalismo. Atuou como correspondente político em Brasília do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, entre 1960 e 1968. Após o golpe militar de 1964, foi preso em três ocasiões: no ano de 1964, no Rio de Janeiro, por um curto período de 3 dias; em 1967, em Brasília, por 5 meses e, finalmente, em 1969, no Rio de Janeiro, por cerca de um mês. Desta última prisão partiu para o México, juntamente com outros 14 presos políticos – que

4. Entrevista concedida por Flávio Tavares a Silvío Da-Rin, em Búzios, no dia 28 de setembro de 2005, e publicada em Da-Rin, 2007, p. 145-174.

5. Doravante, todas as citações feitas do livro referem-se a esta edição e serão referidas pela sigla ME, indicando-se a paginação.

foram trocados pela libertação do embaixador norte-americano Charles Elbrick seqüestrado pela guerrilha –, onde teve início o seu exílio, que durou aproximadamente 10 anos. Além do México, Tavares morou também na Argentina (a partir de 1974) e em Portugal, países nos quais atuou como jornalista durante este período de banimento. Além de trabalhar no jornal *Excelsior*, no México, foi seu correspondente em Buenos Aires e, nesta cidade, também foi correspondente internacional do jornal *O Estado de São Paulo* e, posteriormente, da *Folha de São Paulo*. Em uma viagem ao Uruguai, foi seqüestrado, torturado e preso entre julho de 1977 e janeiro de 1978. Beneficiado pela concessão de asilo político, partiu para Portugal, de onde retornou ao Brasil, em novembro de 1979.

Flávio Tavares inicia sua carreira de escritor recentemente. Além do seu livro de estréia, *Memórias do esquecimento* (1999; 2005), publica, cinco anos depois, *O dia em que Getúlio matou Allende* (2004),⁶ ambos vencedores do Prêmio Jabuti de Literatura e acumulando, cada um deles, 5 edições nacionais de grande tiragem em um curto espaço de tempo. Já há alguns anos, Tavares mantém uma coluna de opinião dominical no jornal *Zero Hora*, da Rede Brasil Sul de Comunicações; paradoxalmente, jornal este que nasce no dia 4 de maio de 1964, sucedendo no Rio Grande do Sul à sucursal do *Última Hora* de Samuel Wainer, e que, nas circunstâncias de seu começo, ajudou a construir, desde o primeiro dia de circulação, a legitimidade do regime militar recém-instalado.⁷ Mais recentemente, em 2007, Tavares lançou, pela RBS Publicações, o livro *O Che que conheci e retratei*, no qual traz uma série de fotografias por ele produzidas e uma avaliação de sua participação como correspondente do *Última Hora*, na Conferência da OEA, que se deu na cidade de Punta del Este, no Uruguai, em 1961.

* * *

Em texto no qual aborda as *Escritas da tortura*, Jaime Ginzburg recorre aos psicanalistas Maren e Marcelo Viñar, em seu livro *Exílio e tortura* (1992), no qual os autores “[...] explicam que a grande dificuldade de obter informações de seus pacientes está na quebra da relação harmônica entre linguagem, memória e corpo, provocada pela tortura” (GINZBURG, 2001, p. 140). Creio, contudo, que esta

6. Para uma análise das memórias de Tavares contidas neste livro, ver meu artigo “Histórias dos sentidos e da imaginação: as memórias de Flávio Tavares” (ELMIR, 2009).

7. Em sua coluna para o *Zero Hora*, quando este periódico completa 45 anos de existência, Tavares faz sua homenagem ao principal veículo impresso da RBS, silenciando convenientemente sobre a adesão do jornal ao regime militar em 1964. Diz Tavares (2009, p. 17): “E agora, 45 anos depois, a tragédia da repressão política que levou a fechar um jornal [*Última Hora*] desaparece e despona como glória no aniversário de *Zero Hora*”. Na história oficial construída pela RBS, os vínculos solidários entre o jornal e os novos mandatários do país têm sido também negligenciados, haja vista as comemorações dos 50 anos da RBS realizadas em 2007.

avaliação, feita a partir de situações de terapia, não possa ser transposta, sem mediações, para testemunhos escritos diretamente pelas vítimas de circunstâncias traumáticas. Lendo as memórias de Tavares, na íntegra, não me parece exata a avaliação que um pesquisador faz recentemente de seu texto, em que afirma: “Uma voz, ainda que trêmula, tentando esboçar possibilidades futuras a partir de um presente massacrado pelo passado. Essa literatura destaca-se pela dilaceração do ser humano, onde pequenos fragmentos da memória aparecem tentando dar forma à dor. Ou seria a dor tentando dar forma à memória?” (NIETO, 2008).

Uma das características mais contundentes da narrativa de Tavares é, sem dúvida, a descrição minuciosa que o autor faz da experiência da tortura por ele sofrida. Este traço é destacado por vários comentadores de seu texto. Mas, é justamente por usar “a palavra como um bisturi” – na sua própria expressão (ME, p. 187) –, que custo a perceber em seu texto uma evidente cisão entre a linguagem, a memória e o corpo. Ao contrário, tenho para mim que Flávio Tavares se beneficia largamente de sua longa trajetória de jornalista⁸ para, de maneira calculada (e não por isto menos legítima), construir um enredo pelo qual a figura do círculo é antevista pelo autor no momento mesmo de dar forma sobre o papel do primeiro traço.

O que para alguns talvez se afigure como um movimento titubeante da escrita, resultado de conflitos subjetivos insuperáveis, ou quase isto, para mim pode ser lido de outra forma. A narrativa de *Memórias do esquecimento* revela a escrita madura de um autor experiente, que tem pleno domínio da língua, valendo-se deste capital cultural para produzir um texto estilisticamente refinado.

Em longa entrevista que o autor me concedeu em outubro do ano passado, e perguntado sobre esta questão do cuidado no uso da linguagem em todos seus livros, e não apenas no *Memórias*, Tavares corroborou minha leitura:

[...] eu me preocupo com a palavra, mas de uma forma eu acho que quase natural. Está incorporado ao meu dia-a-dia. Eu acho que é uma coisa de geração. Eu acho que a minha geração dava muita importância à palavra. Dava muita importância à escrita. Dava muita importância a certas formalidades, ainda que eu tenha sido de um grupo que quis

8. Comentando sobre o processo de criação de seu segundo livro, *O dia em que Getúlio matou Alende e outras novelas do poder*, Tavares diz: “Eu até escrevi muitas das minhas crônicas políticas de Brasília antes e depois do Golpe Militar de 1964 [sic] eram assim, eu contava com o ritmo da novela, do que hoje se chama romance”; cf. Tavares, 2008. Especificamente em relação a *Memórias do esquecimento*, afirma ainda o autor: “[...] eu dou estrutura de romance, consegui fazer isso em algumas situações e como eu cheguei a isso eu não sei. Eu só percebo o seguinte: que eu não queria fazer um livro linear começando e ao mesmo tempo achava fundamental eu seguir a ordem cronológica, bom, então, eu usei uma coisa que se usava muito no cinema [...] Gostava muito [...] gosto ainda hoje do ‘bom cinema’ e, ou seja, tu fazer, tu ir adiante e voltar, ir adiante e voltar...”

acabar com as formalidades, que quis reconstruir um outro mundo. Quisemos acabar com a ordem vigente, mas dando importância a determinadas coisas ortodoxas, entre elas a da linguagem, a da expressão (TAVARES, 2008).

Eu agregaria ainda ao seu depoimento e à minha impressão de leitura – a qual quero mais adiante compartilhar com vocês –, para fortalecer meu argumento, a lembrança de que Tavares trabalhou como jornalista por cerca de 8 anos no *Última Hora*, jornal que muito se destacou na construção de textos fortemente marcados pela presença do “maravilhoso” e por profusos sinais de ficcionalidade; características do periódico que procurei assinalar com inúmeros exemplos em pesquisa que fiz com a versão de Porto Alegre do vespertino (ELMIR, 1996). Mas, para evitar construir uma explicação por meio de uma apropriação externa de suas *Memórias*, creio que o mais adequado para produzir uma interpretação consistente do seu relato é destacar algumas presenças constantes na narrativa de Tavares, as quais indiciam uma maneira particular de o autor compor a subjetividade do “eu” a quem ele designa a realização da experiência.

Tendo retornado do exílio em 1979, Flávio Tavares publicou o livro de memórias sobre sua militância política, o golpe militar, suas prisões e torturas apenas vinte anos depois desse desfecho. O livro saiu originalmente “[...] no 30º aniversário do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos (eixo da narração ou *seu ponto de partida e chegada*)” (ME, p. 11, grifos meus), nas suas próprias palavras. Aliás, este é outro dado significativo a ser considerado. Os seus três livros atendem, na ocasião da publicação, para além das motivações pessoais da escrita, ao intento da comemoração de efemérides, o que permite destacar o interesse público atribuído aos relatos e a sensibilidade do autor para tanto. *O dia em que Getúlio matou Allende* é publicado em outubro de 2004, quando se completam 50 anos do suicídio de Vargas; *O Che que conheci e retratei* é publicado em setembro de 2007, quando se completam os 40 anos do assassinato de Che Guevara. Não serão poucas as ocasiões em que a imagem do círculo se configura, quando os fatos são tecidos pelas habilidosas mãos de Tavares. Por vezes, ficamos em dúvida se a linha que se fecha sobre si mesma tem início na história ou na escrita. “Na minha vida, tudo se repete como um arco num círculo já conhecido” (ME, p. 153), diz o próprio autor.

Quais são algumas das presenças constantes na narrativa de *Memórias do esquecimento* e que permitem vislumbrar o tom, a dicção assumida por ela? Chama atenção, por exemplo, a forma como se introduz o assunto do segundo capítulo, cujo título é *Seqüestro*. Nele, qual fosse numa chamada de matéria (talvez seja!) como ocorre nos jornais (a exemplo do *lead*), aparece, todo em letras maiúsculas, o seguinte texto:

RIO DE JANEIRO, 4 DE SETEMBRO DE 1969: O EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS É SEQÜESTRADO POR UM GRUPO ARMADO REVOLUCIONÁRIO QUE, EM TROCA, EXIGE DO GOVERNO DITATORIAL “A LIBERTAÇÃO DE 15 PRESOS POLÍTICOS, A SEREM ENVIADOS AO EXÍLIO NO MÉXICO, CHILE OU ARGÉLIA (ME, p. 23).

São inúmeras as metáforas e as analogias estabelecidas pelo autor.⁹ Uma estratégia narrativa recorrente é contar uma história, bastante particular, para, posteriormente, construir uma explicação mais abrangente para aquilo que está sendo tratado. Este processo indutivo de consumir a narrativa, pelo qual o enunciador se oferece como articulador de vivências de um grupo de vítimas, é reconhecido na literatura de testemunho e se diferencia da autobiografia tradicional, na qual a experiência individual-particular ganha destaque (GINZBURG, 2008). Diálogos havidos entre personagens são reproduzidos, oferecendo esta simulação do discurso direto a presentificação do passado, garantindo assim um “efeito de realidade” que contribui para a autenticação do relato. Esta técnica não impede, no entanto, que Tavares interponha no seu relato um comentário, feito entre parênteses e em itálico, por meio do qual uma avaliação atual da circunstância narrada é feita. Uma estratégia importante de captura do leitor (por vezes, quase ouvinte) é fornecer uma resolução lenta para as histórias narradas, nas quais o suspense desempenha um papel significativo na armação da intriga. Ao mesmo tempo, é possível se deparar na leitura com uma espécie de encadeamento irresistível na narrativa, pelo qual nos sentimos tragados para dentro do texto. Por vezes, o relato se inicia sob uma forma cifrada, um enigma que prende o leitor e o leva pela mão até o seu desfecho. As repetições de palavras que se dão, neste mesmo caso e em outros também, não se justificam pela pobreza vocabular do autor. Elas atendem a um princípio retórico da narrativa (a reiteração), que é o de não deixar o leitor escapar, sob hipótese alguma, como no exemplo do trecho que reproduzo a seguir:

Levei anos para aprender, e só fui aprender nos anos da ditadura, que ter medo não é apenas tremer de medo ou baixar a cabeça – obediente

9. Algumas associações feitas nas imagens construídas na narrativa de Tavares: pênis = sexo; parafuso (p. 19); choque elétrico = Doutor Volts (p. 88); mulher torturada = rês (p. 40); PCB = ameiba no intestino da ditadura (p. 48); revolução/socialismo = a “causa” (p. 72); o avião Hércules 56 que levou os presos políticos, agora banidos, para o México = pato imenso aberto de asas / ventre da baleia (p. 135); palavra = bisturi (p. 187); comunistas = cogumelos na relva (p. 186); tortura = deusa absoluta dos déspotas (p. 245); tortura = purgatório (p. 35); tortura = fogueira da inquisição (p. 36). Embora para outro contexto, porém de maneira que vejo como convergente com esta forma de escrita consumada por Tavares, afirma Márcio Seligmann-Silva: “A ‘passagem’ do ‘literal’ para o ‘figurativo’ é terapêutica” (1998-9, p. 120).

e resignado -, ou dizer “sim” quando quiséramos dizer “não”. Há outro medo, muito mais profundo, que disfarça e não mostra o medo que tem, exatamente porque teme tanto que tem medo de aparentar medo. É o medo que engendra a omissão, o não importar-se com o que ocorra, ou o não assumir-se em nada. É um medo-fuga. E é, talvez, o único medo essencialmente perigoso, porque, estando próximo à covardia, nos torna cínicos e, como tal, nos destroça (ME, p. 190, grifos meus).

* * *

Para finalizar estes comentários sobre a narrativa de Tavares, gostaria de isolar um elemento para testar a hipótese de que ele pode ser tomado como indicador de uma posição de gênero assumida pelo narrador da história, revelando, talvez, um sutil ponto de vista masculino desta voz em primeira pessoa. Vale ressaltar que não estou certo da propriedade deste recorte, mas gostaria, pelo menos, de compartilhar com vocês este exercício de pensar que o exilado que retorna e ousa dizer a sua verdade é também um homem. Assumindo os riscos do anacronismo, poder-se-ia dizer, a partir de uma certa concepção grega acerca do uso da linguagem – especialmente na política – que o “discurso inflamado” de Tavares, ele mesmo, revela o único corpo que pode, nesta circunstância, subir a temperatura. Neste caso, Tavares fez-se homem, também, nesta exaltação do verbo (SENNETT, 1997).

O elemento a que me refiro diz respeito aos relatos sobre a tortura e o corpo. Na entrevista a mim concedida, o autor declara que levou trinta anos para escrever o livro, mas que precisou apenas de cinco meses para redigi-lo; neste caso, movido pela pressão de publicá-lo em setembro de 1999. Afirmou mesmo ter finalizado suas últimas linhas na própria editora. Como vimos, freqüentemente são mencionadas as dificuldades de se escrever sobre experiências traumáticas. No texto de “Introdução” ao relato, cuja redação já estava pronta, o autor não deixa de realizar uma reflexão sobre o seu empenho narrativo, um paratexto, uma narrativa que fala sobre a narrativa a segui-la. Nestas “Primeiras Visões”, a tensão entre a lembrança e o esquecimento comparece em vários questionamentos. Já quase no fim do livro, esta dificuldade é novamente tornada explícita, quando o autor, ao enquadrar subjetivamente o tempo, funde o passado no presente; realiza a operação impossível de tornar somente um “o tempo da narrativa” e o “tempo do narrado”. Para, em seguida, promover o seu inverso e, então, multiplicar o tempo da distância entre eles. Diz ele:

É impossível, ou pelo menos enganoso, tentar explicar com os olhos e a realidade de hoje o que víamos com os olhos de ontem. Tudo o que

houve é ainda recente – a nossa entrega e despojo pessoal, os erros, os pequenos êxitos, os grandes fracassos, a aventura em si. Centenas, como eu, estão vivos e lúcidos para sentir tudo como se entre o passado e o presente hajam passado apenas algumas horas nestes trinta e tantos anos que nos separam daquele 1965 em que éramos jovens, românticos e puros. Incontaminadamente puros. No entanto, entre os dias de ontem e os de hoje, há uma distância de séculos (ME, p. 211-212, grifos meus).

No entanto, houve uma única parte do livro que foi redigida assim que o autor voltou do exílio, em São Paulo, em 1980; texto que o autor denominou de “o capítulo do pênis” (na entrevista) e que, no livro, assume o título de “O exílio no sonho”. É especialmente neste relato que o autor pensa quando afirma que não era exatamente ele que não estava pronto para escrever, mas sim “[...] as pessoas [é que] não estavam preparadas para [ler] aquele livro” (TAVARES, 2008).

Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Repetia-se sempre igual, com pequenas variantes. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre. Sonhei no México, em 1969, com meu pênis saindo-me pelas mãos, seguro na palma esquerda, com os dedos da mão direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia (ME, p. 19).

Este sonho-pesadelo, cuja origem poderia ser localizada na tortura sofrida por Tavares na prisão no Rio de Janeiro em agosto de 1969,¹⁰ acompanhou o autor até seu retorno ao Brasil no final de 1979, quando, então, cessou de atormentá-lo. Se pensarmos na relação que Márcio Seligmann-Silva (2006) estabelece entre o testemunho (fala) e a exposição da virilidade (falo),¹¹ segundo a qual “[...] existe uma tradição testemunhal antiqüíssima e arquetípica que aproxima o testemunho da

10. “Mas a angústia disso foi uma dor que me perseguiu quase constantemente pouco depois que, no México – ao final dos meus primeiros 45 dias de liberdade –, começaram a desaparecer os anéis escuros, de um ténue marrom filigranado, com que meu pênis tinha sido marcado pelos choques elétricos no quartel-prisão no Rio de Janeiro, em agosto de 1969”; cf. ME, p. 20.

11. Assinala o autor: “*testis* em latim significa tanto testemunho, como testículo. Em alemão, testemunha é *Zeugen*, que vem do verbo que significa fertilizar, no sentido masculino de procriar. [...] A ‘lei da língua’ e da gramática também é falocêntrica. Ou melhor, é antes de mais nada nesta lei que o falocentrismo se instaura” (2006, p. 190).

posição masculina no ato sexual” (p. 189), e, ainda, se incluímos nesta tradição o vínculo que os atenienses estabeleceram entre os “os corpos quentes” e a virilidade vertida em palavra (*lógos*) na Assembléia, talvez possamos interpretar o pesadelo da emasculação de Tavares à extirpação da palavra e, portanto, do discurso, da razão e da memória. A perda do pênis é ela também a morte do narrador.

Na entrevista concedida, Tavares comenta das dificuldades de seus amigos, os amigos homens, para dar continuidade à leitura quando se defrontavam com a descrição do “pênis-parafuso” das primeiras páginas do livro:

Bom, então os meus amigos não iam além daquele capítulo, paravam e as mulheres deles é que liam o livro. [...] Porque as mulheres lêem aquele capítulo e não é um problema delas. Eu não falo sobre a vagina, eu falo sobre o pênis, e os homens, os meus amigos, têm muita dificuldade de ler aquilo (TAVARES, 2008).

Mas, pior que o sonho, foi para Tavares lembrar (e redigir) as cenas de tortura, aquelas que sofreu no corpo, mas também as que presenciou de companheiros de prisão.¹² Sobre o processo de atualizar no corpo o sofrimento pretérito no presente da escrita, ele diz:

No *Memórias do esquecimento*, naquelas cenas de tortura, a não ser aquela do meu fuzilamento no Uruguai, eu escrevi aquele livro em Búzios, e em Búzios faz muito frio em julho, frio úmido, a minha casa é junto à praia do morro. Tem praia lá embaixo, numa enseada, e é muito úmido, se sente a umidade, tem que botar dois [...] lã aqui e mais essa coisa de lã, se sente a umidade e eu suava e suava de gotejar (TAVARES, 2008, grifo meu).

Associada ao “purgatório” e à “fogueira da inquisição” (ME, p. 35-36), a tortura como prática sádica é descrita minuciosamente; os rituais prévios e posteriores, as técnicas, os “cuidados” para que não provocasse a morte, as consequências sobre o corpo e sobre o espírito do torturado: “Na sala de torturas, o prisioneiro está sempre nu ou seminu (só de cuecas ou calcinhas)” (ME, p. 39). Neste momento, um perverso jogo é estabelecido entre torturadores e torturados, e as regras, engendradas dramaticamente na hora. Tavares, contudo, ao apontar uma diferença fundamental de reação que existe entre o homem a ser torturado e a mulher nesta mesma situação, assinala:

12. “Ser forçado a presenciar o suplício, como espectador, destroça mais do que o suplício em si. De simples vítima, passamos a ser vítimas da brutalização da vítima”; cf. ME, p. 73.

De modo geral, os homens-prisioneiros se despiam fácil, mas as mulheres se negavam e resistiam. Primeiro, argumentavam. Com paciência ou com ira, perguntavam se o torturador faria isso com a mulher, a mãe, a irmã ou a filha. Depois, empurravam o sargento que lhes ia arrancar a blusa ou a saia. Outras vezes, mentiam e se diziam menstruadas, sem saber que provocavam, assim, um sadismo abominável e abjeto: dois ou três homens se atiravam sobre a prisioneira e, subjugada, ela era apalpada e cheirada nos órgãos genitais, enquanto lhe arrancavam a roupa. E, logo, “bolinada” por aquelas mãos habituadas ao sangue, que tocavam a pele e o sexo não como carícia nem para amar, mas para “verificar”, para destruir ou para marcar a ferro, como numa rês. E, como ela já estava no chão, deitada e inerme, abriam-lhe as pernas e – para começar e não como requinte final, como era a norma – metiam-lhe o cabo diretamente na vagina (ME, p. 40, grifos meus).

As mulheres negavam, resistiam, argumentavam, perguntavam, empurravam e mentiam. É muito possível que os homens fizessem o mesmo, mas não exatamente da mesma forma. Tavares lembra ter-se livrado de um impacto maior do “Doutor Volts” (o choque elétrico), por negar-se a tomar banho, dificultando assim a condução elétrica. Ao mesmo tempo, faz um uso simbólico deste pequeno ato de rebeldia na prisão, ao considerar que a limpeza combina melhor com a liberdade, e ele queria que os seus algozes o vissem na forma como o cárcere havia lhe deixado: imundo (ME, p. 88-89).

A associação entre a situação de tortura e a expressão da sexualidade, por parte do torturador, aparece no relato de Tavares em diversos momentos. Além daquele trecho ao qual me referi a pouco, envolvendo o torturador e mulheres presas, a tortura – “deusa absoluta dos déspotas” (ME, p. 245) – impõe-se perversamente como ato sexual, como ato homossexual,¹³ também na relação entre o torturador e homens presos:

13. Tavares menciona – para mais adiante refutar sua veracidade – a suspeita de que Ranieri Mazzilli, seu vizinho de apartamento em Brasília, mantinha uma relação amorosa com seu barbeiro, trazido de São Paulo e nomeado para um alto cargo no Parlamento. Os termos desta suspeita são jocosos e revelam, em certa medida, a compreensão da época sobre a possibilidade de uma relação homossexual: “Mas é estranhamente inexplicável que o homem que cumpre um interinato tumultuado na Presidência da República – e que acaba de dar um jeito de tornar sem efeito o decreto que regula a remessa de lucros das empresas estrangeiras – venha tomar chá na casa do barbeiro no final da noite. Convenci-me, naquele momento, de que Mazzilli não mandava nada – quem se preocupava com o chazinho não poderia estar pensando no país – e, ingênuo e ansioso, me indaguei sobre quem detinha de fato o poder dos fatos. O oculto poder da caserna ainda não tinha escancarado seu rosto” (ME, p. 176, grifo meu).

Aquele “telefone”¹⁴ aplicado em Ivan¹⁵ à nossa frente, porém, foi diferente de todos. Alto, tostado de sol, olhos verdes, um típico rapagão gaúcho morando na zona sul do Rio, Ivan recebeu o primeiro golpe seco de longe, com o braço do torturador estendido. Os tapas continuaram, o torturador cada vez mais perto, mais perto, até encostar a cara na cara de Ivan, o corpo de Ivan, sempre lhe dando mais golpes, cada vez mais unindo rosto com rosto, quase beijando a vítima, cheirando-lhe o pescoço, como se aquilo não fosse tortura, mas o êxtase do torturador estuprando o prisioneiro pelos ouvidos.

Naqueles longos minutos, olhos esbugalhados, respiração ofegante, tocando com a boca a boca da vítima, o torturador não pôde esconder que buscava o paroxismo. De pronto, estremeceu como se chegasse à ejaculação, aquela simples ejaculação que um homem tem com alguém que não ama e que só lhe molha as cuecas e em seguida produz asco. Ou arrependimento. Ou pena.

E o torturador tirou o rosto do rosto da vítima, despreendeu-se dela, deu um passo atrás e, logo, avançou e lhe deu um estrepitoso tapa na cara.

Ivan gritou um “ai” e o major mandou que “todos os presos” [os quais assistiram à cena] fossem recolhidos ao xadrez.

E saiu atônito, rápido, para enxugar a cueca (ME, p. 94, grifo meu).¹⁶

Em outro trecho da narrativa, Tavares menciona nova situação de inquérito, na qual o major, em suas perguntas, “continua a obsessão em torno à relação dos presos com as mulheres”, referindo-se à namorada de Tavares e à de um companheiro de militância, então recém-soltas:

-
14. “[...] o telefone, aquela série de pancadas secas (mais que tapa e menos que soco) dadas com a mão aberta sobre os ouvidos do prisioneiro” (ME, p. 93-94).
 15. Ivan de Lemos, estudante de Medicina.
 16. É impressionante a convergência desta cena com um trecho de crônica publicada por Luís Fernando Veríssimo em 1982, intitulada “Condomínio”, a qual é primorosamente analisada por Jaime Ginzburg (2001) em seu texto *Escritas da tortura*. “Seu esquerdinha veado! Filhinho de papai. Está pensando o quê? Sérgio falava com o rosto bem perto do de João. Não fizera nenhuma questão de esconder sua identidade. Forçava João a lhe olhar na cara. Comunista tem que morrer! Ele tinha um apelido. Como era? Um nome de bicho. Ele mesmo se chamara pelo apelido. Para enfrentar o... tem que ter culhão. Tu tem culhão, veado? A mão entre as pernas de João para apertar os testículos. Cara a cara. Mas ele enfrentara o bicho. Perdera os sentidos antes de trair os companheiros” (VERÍSSIMO, 1982, p. 68). A leitura da crônica me faz pensar que este exercício de figuração literária do passado, na forma como o cronista opera o seu tema no enredo construído, talvez seja impensável de conceber para outros países da América Latina, como a Argentina e o Chile, por exemplo, nos quais admitir, no período pós-ditatorial, a presença do torturador morando no mesmo prédio do torturado e, mais do que isto, tendo ambos seus filhos como grandes amigos entre si torna-se uma situação surreal. O sentido da história que a crônica encerra tem a ver, em grande parte, com a particular maneira pela qual se realizou a anistia no Brasil: sem julgamentos e, tampouco, punições.

[...] o interrogatório do major se concentrou em saber como nos beijávamos e se fazíamos sexo. “Ou apenas se masturbavam com as mãos, um ao outro?”, me indagou textualmente, ansioso e frisando ao escrevente que isso não constaria no depoimento, mas era importante “para saber como é essa gente” (ME, p. 99-100).

Ambas [Frida e Dulce] são bonitas, louras, olhos claros, e o major se obessiona mais ainda: “Vocês são todos do Che Guevara”, berra, pondo-se uma boina de guerrilheiro, “e todos nacionalistas, mas só procuram as bonitas. Que socialismo ou comunismo é este?” (ME, p. 100).

Se, de um lado, é possível identificar hoje a construção de um mito da unidade imaginária da geração de 1960 (CARDOSO, 2005) – e Tavares não escapa completamente dele –, de outro, este trecho de suas memórias revela visões estereotipadas do homem militante, desde o ponto de vista das forças da reação, numa conjuntura em que os comportamentos sexuais e as relações de sociabilidade, de uma maneira geral, pautavam-se por critérios de normalidade estranhos ao chamado “espírito de 1968”. O torturador, colocando-se na posição de *voyeur* de uma cena imaginária, parecia nutrir consigo o entendimento implícito de que nas relações amorosas de um revolucionário só cabiam as feias. Mas, certamente, as coisas sempre são mais complexas do que aparentam. Os depoimentos que já foram dados a este respeito revelam situações e compreensões as mais diversas, restando difícil estabelecer padrões de comportamento e/ou de percepção nestes casos.

* * *

Eu gostaria de concluir esta apresentação com as primeiras palavras do livro *Memórias do esquecimento* e com alguns comentários finais:

Os beijos que te dou tu não sabes de onde vêm. São teus, do teu corpo e da tua alma, do mais profundo de ti, sim, mas vêm daquele meu ego morto que só contigo renasceu. Pouco me ri e muito mais sofri neste tempo todo. São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever (ME, p. 13).

[...]

Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso, tentei esquecer. Quando te amo, este amor enfurecido de beijos e abraços ocupa todo o espaço da memória e, só então, vivo tranquilo e em paz. Sim, minha amada, o que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar.

[...]

E por não esquecer te conto, minha amada. Como um grito te conto. Ouve e lê (ME, p. 15).

O texto das memórias de Flávio Tavares, escrito por ele mesmo, principia na forma de uma confissão íntima de amor. É desde um lugar recôndito, como pode ser a relação de dois amantes apaixonados e cúmplices, que Tavares traz à tona a narrativa da desdita e a torna, paulatinamente, pública. Se não soubéssemos que é real, poderíamos supor tratar-se de uma interlocutora imaginária, ou uma narratária, para aqui usar o jargão da teoria da narrativa. Mas não. Aquilo que o narrador da história não pode responder, a curiosidade sobre a real existência daquela mulher, fora do “mundo possível” do universo literário – e, portanto, dentro do “mundo necessário” da vida como ela é –, o autor tem a possibilidade de revelar. Sim, houve uma mulher real, uma mulher 30 anos mais jovem que o autor, uma mulher que, por esta razão, não poderia conhecer aquela história. Uma mulher que, ao conhecer a história de Tavares, poderia ajudá-lo a se libertar de tanta dor.

Ao longo da história, Tavares também se dirige a outras mulheres. À Ítala, à Helenita, a sua filha Isabel, de quem ficou separado por 10 anos; a quem deixou com 4 anos de idade e só voltou a ver quando ela já era mocinha. Seu filho Camilo nasceu no exílio, no México, no final de 1971. Foi este nascimento que libertou Tavares da “patologia da vingança” (ME, p. 270). Os amigos do jornalista, ao tomarem contato com seu relato, não compreendiam o tom da narrativa. Nela, não há ódio. E ele diz: “[...] eu até expliquei que até nascer o meu filho no exílio eu vivia na patologia do retorno pelo ódio. Que é retornar para matar os meus torturadores” (TAVARES, 2008). Como pode o abjeto conviver com a delicadeza das palavras?

Creio que o nascimento do filho se oferece para Tavares como um acontecimento dadivoso, um acontecimento que, em certa medida, devolve o sentimento da casa a quem está distante da pátria. A nova paternidade restitui a Tavares a capacidade de produzir uma memória que cicatriza a ferida. Mas não imediatamente. *Memórias do Esquecimento* é, nas palavras justas de seu autor, “um livro decantado”. Se a escritura destas memórias foi a sua “libertação interior”, o seu “divã psicanalítico”, “uma tentativa de auto-análise”,¹⁷ a sua leitura hoje bem pode significar o consolo de todos nós; o que, de resto, não é estranho à “cultura da terapia” – subproduto que o “boom da memória”, na sua dimensão midiática, tem proporcionado em tantos lugares e para diferentes situações.¹⁸

17. Estas expressões constam na entrevista a mim concedida pelo autor.

18. A este respeito, ver Winter, 2006, p. 79-80. Sobre as relações da memória com a mídia e o processo de mercadorização e espetacularização da memória, ver ainda Huyssen, 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, 2005.

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

ELMIR, Cláudio Pereira. Histórias dos sentidos e da imaginação: as memórias de Flávio Tavares. *História UNISINOS*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 140-5, 2009.

_____. O crime da *Última Hora*: Porto Alegre na passagem dos anos cinquenta. 1996. 247 f. Dissertação (Mestrado em História). IFCH. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 213-21, nov.1998.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. *Diálogos Latino-Americanos*, n. 3, Universidade de Aarhus, 2001. [acesso eletrônico].

_____. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, Porto Alegre, n. 3, 2008. [acesso eletrônico]

GOMES, Ângela de Castro. Escrita da si, escrita da História: a título de prólogo. In: _ (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.

NIETO, Diego Porto del Cistia. Memórias e esquecimentos em Flávio Tavares. *Literatura e Autoritarismo*. Dossiê: escritas da violência. 2008. [acesso eletrônico].

OSTERMANN, Ruy Carlos. *Encontros com o professor: cultura brasileira em entrevista*. Vol. III. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008.

REIS, Lívía. Testemunho como construção da memória. *Caderno de Letras da UFF – Dossiê Letras e Direitos Humanos*, Niterói, n. 33, p. 77-86, 2007. [acesso eletrônico].

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *Pulsional*, Revista de Psicanálise, São Paulo, n. 116-117, p. 108-27, dez./jan.1998-9.

_____. Autobiografia, confissão, medo e testemunho: reflexões sobre uma voz dos cárceres brasileiros. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (org.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 179-201.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. Entrevista concedida a Cláudio Pereira Elmir. São Leopoldo, 17.10.2008.

_____. A força do renascer. *Zero Hora*, Porto Alegre, 3 de maio de 2009.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Condomínio. In: _____. *Outras do analista de Bagé*. Porto Alegre: L&PM, 1982. p. 61-72

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006. p. 67-90



MULHERES BRASILEIRAS NO EXÍLIO E CONSCIÊNCIA DE GÊNERO

Rachel Soihet

Em um texto clássico, a historiadora Michèlle Perrot (2005) nos mostra como, através da caridade, as mulheres foram impulsionadas a atuar fora de suas casas, transformando-se esse hábito no século XIX em exigência, diante da extensão dos problemas sociais. Surgem associações cada vez mais numerosas, ligas de todo tipo e sob o termo de “maternidade social” assiste-se a uma verdadeira mobilização feminina em todo o Ocidente. Tal movimento é acelerado por epidemias, pelas guerras, pelas crises econômicas e seus sem-trabalho, acentuados pela gravidade endêmica dos problemas urbanos: alcoolismo, tuberculose, prostituição.¹ Para este “trabalho de amor”, as mulheres não deveriam, porém, esperar qualquer contribuição, sendo tais atividades consideradas extensão das tarefas domésticas. Afinal, fazer a limpeza da cidade seria tão gratuito, quanto fazer a limpeza da casa. Assim, enquanto os homens foram honrados, condecorados e homenageados, a maioria das mulheres foi esquecida.

Mas esta história teve um outro lado. As mulheres caridosas, levadas por seus maridos ou pelos seus confesores, são sucedidas por mulheres mais independentes, solteiras ou viúvas, indignadas com a miséria física e moral, e animadas por um espírito missionário (PERROT, 2005, p. 282). E a filantropia vai se constituindo para as mulheres em uma experiência que modifica sua percepção do mundo, seu sentido de si mesmas e sua inserção pública. Pelo campo social, as mulheres têm reconhecida uma competência que legitima seu desejo de autonomia administrativa. Elas contestam a gestão masculina. Ministras dos pobres, sobre os quais exercem também um poder não desprovido de ambigüidade e de conflitos de classe, elas se consideram mediadoras daqueles que, à sua imagem e

1. Esse texto encontra-se igualmente publicado na obra organizada por Georges Duby e Michelle Perrot. *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRA-DIL, 1994. v. 4. p. 503-539.

semelhança, não têm voz ou voto. Em nome dos excluídos, dos fracos, das crianças e das outras mulheres, reivindicam um direito de representação local e mesmo nacional. As sufragistas anglo-saxãs apóiam-se nesse tipo de poder para reivindicar o direito de voto. A filantropia tem ainda outros efeitos. Ela estabeleceu contatos entre as mulheres das classes médias e contribuiu para criar, da Nova Inglaterra a Atenas, o embrião de uma consciência de gênero. Este cadinho de identidades foi, nos limites do político e do social, do público e do privado, do religioso e do moral, um laboratório de experiências (PERROT, 2005, p. 286-288).

E é com base nestas reflexões que, ao deparar-me com as experiências das mulheres brasileiras e latino-americanas no exílio, por ocasião da ditadura militar, pressinto algo similar. Acentua a historiadora Denise Rollemberg que:

As memórias do exílio dos anos 1960 e 1970 são memórias de estranhamento, de desenraizamento, de sofrimento, de perdas, de luto, de dor, de confusão, de loucura, de morte. Mas igualmente de descobertas, de aprendizagem, de enriquecimento, de redefinições, de alargamentos, de resistência, de vida (2008, p. 18).

Nesse sentido, os pesquisadores que trabalham sobre a temática do exílio e aqueles e aquelas que o viveram, via de regra tendem a sublinhar seus aspectos negativos: o aspecto do afastamento, de exclusão de uma geração que se opunha ao *status quo*, sem dúvida uma característica do exílio. Mas, ao rememorem sua vida, ao reconstruírem para o/a historiador/a sua trajetória do exílio, é feito um balanço de suas perdas e ganhos, das dores, dos sofrimentos, mas igualmente das descobertas, das possibilidades que lhes foram abertas em razão dessa sua experiência. Portanto, para compreender o exílio, torna-se necessário ultrapassar as interpretações dicotômicas e trabalhar a riqueza existente entre seus extremos (ROLLEMBERG, p. 19).

Desde o golpe em 1964, inúmeros brasileiros tiveram que se retirar do país motivados por perseguições, pressões políticas ou por precaução e tiveram como destino privilegiado países da América Latina, mas também a Europa e até a Argélia no norte da África. Inúmeras foram as mulheres que saíram para acompanhar seus companheiros. Enquanto muitas puderam desempenhar as atividades de esposa em terra estrangeira, sem maiores conflitos, outras viveram esse processo de forma problemática, caracterizando-o como um retrocesso, uma perda de identidade (GOLDBERG, 1987, p. 85).

A partir de 1969, após o AI 5, com o crescimento da repressão, intensificou-se a saída do Brasil, não apenas de perseguidos políticos, banidos do território em troca de diplomatas estrangeiros, como através do auto-exílio disfarçado em viagem de estudos, sem esquecer aqueles que, numa época de contracultura,

mergulharam em estilos de vida alternativos. O destino privilegiado foi o Chile, especialmente, depois da vitória eleitoral da Unidade Popular, atraindo muitos brasileiros pela perspectiva de participar na construção do socialismo naquele país, enquanto outros ali pretendiam continuar preparando clandestinamente a luta armada no Brasil, com base num país próximo; com a queda de Salvador Allende, a 11 de setembro de 1973, se dirigiram para a Europa, muitos se instalando na França (PEDRO; WOLFF, 2007).

Nesses períodos, além daquelas mulheres que seguiram seus companheiros, havia algumas ex-prisioneiras políticas e algumas militantes das organizações armadas. Estas, apesar do desdém que manifestavam pelas demais mulheres, passaram a sentir de forma mais acentuada sua discriminação com relação aos homens (BRITO; VASQUEZ, 2007, p. 22).

Chegamos ao exílio sem poder continuar no mesmo nível o trabalho político que fazíamos internamente e sem ter uma profissão que nos integrasse na nova sociedade.

[...] Meu companheiro pôde aprofundar cada vez mais o seu trabalho, seguir o que estava fazendo, enquanto ia amadurecendo uma série de coisas pra ele mesmo. Eu me sentia cada vez mais fora, sem uma função onde me realizar (apud COSTA et al., 1980, p. 316).

A vivência destas mulheres em sociedades nas quais enfrentavam inúmeras dificuldades, muitas interrompendo o trabalho político que faziam no Brasil e sem ter uma profissão que as integrasse na nova sociedade, a impossibilidade de contarem com uma empregada doméstica e o contato com mulheres que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente contra situações que as brasileiras até então não atentavam como injustas – a dupla jornada de trabalho, as assimetrias decorrentes das diferenças de sexo dentro e fora do âmbito familiar (inclusive nas organizações de esquerda) – constituíram-se em elementos que contribuíram para a emergência de uma consciência de gênero (GOLDBERG, 1987, p. 76). Ou seja, tais crises de identidade vividas por ex-militantes e por aquelas que seguiram seus companheiros resultaram na consciência de sua opressão como mulheres, parafraseando E. P. Thompson (1984, p. 37), para o qual é no processo de luta que os explorados descobrem-se como classe.²

Sobretudo as militantes políticas teriam sido unânimes ao ressaltar em suas entrevistas a situação de desprestígio com relação aos homens nas sociedades que as acolheram, particularmente, referindo-se à França. A imagem de heróis

2. A expressão “tomada de consciência de gênero” é utilizada por Michèle Perrot (2005).

de que eram revestidos, além da posição de “chefes de família”, contribuiu para que as redes de solidariedade lhes contemplassem com os melhores empregos e auxílios financeiros mais importantes. Tais fatos lhes permitiram recriar no exílio suas atividades políticas e intelectuais, enquanto as mulheres ficaram reduzidas em sua maioria ao exercício das atividades “femininas”: alimentar, vestir, cuidar e criar os filhos.

[...] esse exílio foi uma carga total! Ao sair, criei uma ruptura em relação à minha família, em relação a minha cidade, ao ambiente em que vivia. E deixei de estudar no momento em que estava entrando na universidade...

[...] O casamento significou uma série de renúncias, de coisas que eu não precisaria fazer se não estivesse casada com essa pessoa. E outras tantas coisas que não podia fazer pela minha formação [...]. As coisas estavam colocadas de tal maneira que ele continuava a ser um militante político, ia a reuniões, falava, discutia e eu era a mulher dele. De repente vou viver numa casa relegada à categoria não só de não militante, mas de dona de casa, mulher do cara que faz a política (apud COSTA et al., 1980, p. 271-272).

Militantes políticas em suas entrevistas referem-se a esse retrocesso em suas vidas, no exercício de tarefas e padrões de comportamento dos quais pensavam ter-se livrado, do que decorreram crises de identidade:

No Brasil, eu costumava militar 24 horas por dia. De repente, cheguei num país estrangeiro e me perguntei, o que é que eu vou fazer? Como posso recomeçar minha carreira? Eu vivi um problema de identidade, que foi um processo bastante lento. Esses últimos sete anos foram anos de questionamento permanente de minha vida (apud COSTA et al., 1980, p. 313).

Muitas, dentre as exiladas, inclusive, devido ao custo de vida muito elevado, se viram obrigadas a se valer de trabalhos desvalorizados, a fim de suprir as necessidades de sobrevivência da família. Assim, não raras eram aquelas com curso superior que se tornaram faxineiras, *baby-sitters*, secretárias, vendedoras e operárias (GOLDBERG, 1987, p. 76).

Paradoxalmente, o exercício de tarefas cotidianas contribuiu para acentuar sua reflexão acerca de sua maneira de viver comparando-a com a de outras mulheres que naquele momento entravam em luta com tais modelos. E muitas, inclusive as que se exilaram em função de seus maridos, descobriram-se capazes

de criar novos projetos, tais como cursar uma universidade, conseguir trabalho, além de buscar alterar a relação tradicional de gêneros dentro do casamento. Sobre estas mudanças o trecho que se segue é esclarecedor:

Fiz tantas coisas aqui na França: mudei a orientação de meus estudos, me diplomei, me separei de meu marido, tive um filho... Mas a coisa mais importante do exílio foi a descoberta de ser mulher... (apud BRITO, VASQUEZ, 2007, p. 24-25).

Dessa forma, muitas mulheres não mais consideraram normal sustentar economicamente um marido inteiramente dedicado à causa revolucionária em um momento de redução de importância da prática política, em especial diante do fato destes se recusarem a uma participação mais ativa nas responsabilidades cotidianas, do que resultou a ruptura de laços matrimoniais. Ao mesmo tempo, em alguns casos ocorreu a reestruturação das relações no casamento, seja com o mesmo marido ou companheiro, seja com um novo companheiro, ao qual se unem no exílio, como se observa na situação abaixo:

... hoje em dia, meu marido não quer mais ser visto como um “macho” ultrapassado, ele divide muito mais as tarefas domésticas... A principal mudança se refere às crianças [...] ele começou mesmo a desenvolver novos laços de ternura, cumplicidade e amor... Antes ele jamais ousaria exprimir isso tão abertamente... (VASQUEZ; BRITO, 1994).

E os movimentos feministas, de início vistos de esguelha, considerados um desvio na prioridade da luta de classes, assumem importância crescente no horizonte dessas mulheres. Fato bem sintetizado no trecho que se segue: “Para a maioria de nós, a tomada de consciência feminista se deu aqui na França porque existia um movimento social que serviu de ponto de referência. Foi um processo coletivo de trocas de experiências de mulheres” (apud COSTA et al., 1980, p. 414).

De qualquer forma, não foi algo fácil para mulheres formadas em uma perspectiva marxista tradicional reconhecer a significação da especificidade feminina. Tal mudança envolveu muitas contradições, muita luta que lhes permitisse a percepção da ironia de sua situação, nelas se manifestando a “síndrome do colonizado”, qual seja o paradoxo destacado pelos vietnamitas e argelinos: “é com o país, ou com o sexo colonizador, que aprendemos os valores que ele não nos aplica, e que retornamos então contra ele”, compreendendo-se daí a apropriação da palavra “liberação”, associada às lutas contra o colonialismo por correntes feministas, tornando-se metáfora instrumental para a confecção de um sentimento

de solidariedade de gênero (DELPHY, 1994, p. 189). Como decorrência teve lugar uma reflexão acerca de sua vida cotidiana, sobre a separação artificial entre a esfera pública e a privada, sobre as relações de poder entre os gêneros e sobre as raízes da sociedade patriarcal dentro da qual haviam sido criadas (BRITO; VASQUEZ, 2007, p. 27).

Foi no meu novo país de exílio que tomei consciência mais clara da condição de inferioridade da mulher. Nunca pensava antes na minha situação como mulher [...]. Foi preciso tomar contato com os movimentos feministas de um país mais desenvolvido para que eu passasse a pensar nestes problemas. No princípio, achava que o movimento feminista era um negócio totalmente louco, que não tinha nada a ver com o processo real, que era um grupo de mulheres alienadas. A minha visão em relação a este movimento era extremamente crítica, pois achava que o importante era fazer o que fazíamos no Brasil: integrar as mulheres na política, dentro de uma perspectiva socialista. Mas quando começo a conhecer a luta feminista que se desenvolve em todos os países desenvolvidos, a ver que ela é realmente a expressão de uma situação de dominação e a tentativa de romper com isso, consigo compreender a sua razão de ser (apud COSTA et al., 1980, p. 316-317).

Algumas dessas mulheres organizaram grupos, como Danda Prado, que em Paris buscou reunir mulheres brasileiras e outras latino-americanas, como Branca Moreira Alves, que chegou a formar um grupo em Berkeley nos Estados Unidos, e outras, que criaram, também em Paris, em 1975 o Círculo de Mulheres Brasileiras. Sem esquecer aquelas que se envolveram em movimentos já existentes naqueles países. Este é o caso da física Lígia Maria Coelho Rodrigues, a qual afirma que durante longo tempo considerava que:

[...] essa história de feminismo é uma bobagem, o problema é a luta de classes. O grande problema da sociedade é a opressão capitalista. É a divisão entre o capital e o trabalho. A revolução que tem que ser feita é a revolução dos trabalhadores. Eu era de esquerda, era trotskista, tudo que todo mundo era naquela época (RODRIGUES, 2005).

Mas, chegando a Paris, quando do auge do feminismo, “saíndo do restaurante universitário [...] deparou-se com uma banquinha com umas mulheres e umas publicações”, interessou-se pelo material “e de repente fez “CLIC” na minha cabeça. E eu virei feminista. Foi assim de uma hora para outra” (RODRIGUES, 2005),

passando a atuar em movimento liderado pela socióloga francesa Andrée Michel.³ E, mais adiante:

...lá na França eu militei durante todo o ano de 78. Era aquela militância tradicional de fazer textos, distribuir panfletos na rua, fazer manifestações, 8 de março, participava das manifestações de esquerda com cartazes específicos das mulheres, enfim... Aquela coisa tradicional desse tipo de militância. O grupo que eu fazia parte lá era também totalmente libertário. Tinha aquelas famosas reuniões... Era essencialmente grupos de reflexão, mas volta e meia se fazia ações concretas. Coisas de panfletar, pichar muros. Todas essas coisas, que, aliás, eu adorava.

Retornando ao Brasil, passa a frequentar o Centro da Mulher Brasileira-CMB, no qual se preparava o primeiro Encontro Nacional de Mulheres. Em começos de 1979, em reunião para discutir o referido Encontro, manifesta sua surpresa diante da ausência de questões como a violência contra a mulher e a sexualidade. Ao sugerir a inclusão do tema da violência, obteve como resposta de uma das componentes do CMB: “Aqui no Brasil é diferente da França. Aqui no Brasil mulher que apanha do marido é porque gosta” (RODRIGUES, 2005). Não se deixou, porém abater, lutando nas assembléias gerais pela inserção desses temas, e ao final com exceção do aborto, das oito comissões, nas quais se repartiram 400 mulheres, duas voltaram-se para a sexualidade e para a violência, podendo a respeito do fato afirmar: “[foi] a primeira vez que um grupo de mulheres se juntou no Brasil para discutir estupro, espancamento no casamento, todas essas coisas”.⁴

Danda Prado, filha do intelectual Caio Prado Jr e militante do Partido Comunista, foi para Paris em 1970 após a prisão de seu pai pela ditadura, dispondo-se ali a realizar seu doutoramento. Sua tese tinha como questão detectar “as razões pelas quais em iguais condições sociais e econômicas, os homens tinham uma situação diferente das mulheres” (GOLDBERG, 1987, p. 71). Em decorrência desse interesse e pelos cartazes que divulgavam reuniões do movimento feminista, buscou entrar em contato com o Movimento de Liberação de Mulheres-MLF, através de Simone de Beauvoir. Esta, em razão do estreito envolvimento de Danda com a esquerda brasileira, não a considerou preparada para compreender o feminismo francês. Preferiu apresentá-la a uma amiga

3. Andrée Michel é socióloga francesa e militante feminista e engajada no movimento antimilitarista. Pesquisadora do CNRS, autora de inúmeras obras, entre elas *Le Féminisme: que sais-je?* PUF, 2006; *Femmes militairement incorrectes* (avec Florence Debray). L'Harmattan, 2002; *Femmes, sexisme et sociétés*. PUF, 1977.

4. Ver matéria sobre a abordagem da sexualidade no Encontro no jornal *Lampião da Esquina*, “Em vez de praia: discussão”, em abril de 1979.

que havia vivido em Cuba, a fim de que esta lhe explicasse melhor o que era o feminismo. Através desta última entrou em contato com o MLF e com Christine Delphy,⁵ a quem de início estranhou, considerando-a “louca e ela me achou débil mental porque eu nunca tinha ouvido falar em patriarcado, não entendia essa opressão e, além do mais morria de medo daquelas militantes francesas... [...] (apud GOLDBERG, 1987, p. 71).

Em seguida a essa experiência, já impregnada da significação das lutas feministas, Danda Prado decidiu-se em 1972 pela formação de um grupo com brasileiras e algumas latino-americanas que cursavam a faculdade, no qual estas colocavam suas experiências, e que assumiu feição similar aos grupos de consciência norte-americanos, como aqueles do MLF (PEDRO, 2007, p. 11).⁶ Tal grupo tornou-se bastante numeroso, realizando suas reuniões numa sala do subsolo de um bar, próximo ao *Quartier Latin*. Destacavam a relevância da discussão da sexualidade, considerada uma questão fundamental para a conquista da autonomia pelas mulheres através da plena assunção do corpo e da sexualidade (aborto, prazer, contracepção) (ERGAS, 1994, p. 601).⁷ Tal autonomia se faria conquistar, através da troca de experiências em pequenos grupos de autoconsciência, espaços nos quais as mulheres compartilhariam experiências e problemas vivenciados nas relações entre os sexos. Esses grupos possibilitariam às mulheres a constatação de problemáticas comuns e a descoberta de que não se tratava de problemas únicos nem particulares, mas parte da opressão sofrida por todas as mulheres, dando margem ao estabelecimento da irmandade de gênero ou da sororidade (ERGAS, 1994, p. 597). Igualmente, partia-se do pressuposto do caráter político das questões ligadas ao cotidiano e ao subjetivo. Nesse sentido, atribuía-se uma dimensão política ao privado, ressaltando o caráter estrutural da dominação e tornando evidentes as modalidades de poder que também se expressam na vida cotidiana, nos diversos aspectos das relações sociais e pessoais, e que, frequentemente, significavam a inferiorização das mulheres (VARIKAS, 1997, p. 67).

-
5. Christine Delphy é autora da obra *L'Ennemi Principal*, na qual articula marxismo e feminismo radical. Para ela o “inimigo principal” é o patriarcado, “sistema autônomo de exploração e de dominação”, considerando seu feminismo materialista. Sua obra foi publicada em 1970 causando grande impacto sobre o feminismo internacional (PEDRO; WOLFF, 2007, p. 61).
 6. Tratava-se de conversas que se iniciavam com as experiências vividas pelas mulheres. Alguns destes ciclos de conversas adquiriram uma metodologia de focalizar diferentes etapas da vida: a infância; o período em que veio a primeira menstruação; a juventude; o casamento; quando fizeram abortos; os partos; a relação com o marido; a menopausa, e assim por diante. Nenhum aspecto da existência das mulheres era deixado sem discussão.
 7. Tais idéias eram muito próximas do movimento da contracultura, iniciado nos anos 1960, que se voltava para a crítica dos costumes e da moralidade convencional. A contracultura pode ser entendida como um movimento que teve origem nos anos 1960, mas pode, igualmente, ser vista como uma posição de crítica radical à cultura convencional (PEREIRA, 1983, p. 14).

Enquanto as mulheres discutiam, seus maridos, companheiros e namorados, bastante curiosos, ficavam circulando entre o andar superior e o banheiro, para tentar ouvir o que diziam, especialmente atraídos pela presença da atriz Norma Benguel, que se refugiou na França, em seguida a sua participação em uma peça crítica dos militares no poder. Logo se fez sentir a ação da Frente de Brasileiros no Exílio, que exigiu canalizar o grupo para tarefas voltadas para o combate à ditadura no Brasil, a partir de sua direção. Ante a recusa de Danda ameaçaram retirar o apoio às famílias cujas mulheres continuassem participando daquelas reuniões, o que significava a perda de ajuda financeira, emprego etc. O argumento era o de que o grupo estava colocando as mulheres contra os homens nos casamentos e nas ligações, contribuindo para desajustar a vida dos companheiros. Como resultado, os homens passaram a pressionar suas companheiras para que se afastassem do grupo, do que decorreu a saída de muitas das brasileiras.⁸

Mas o grupo não desapareceu, ficaram algumas brasileiras, assim como outras latino-americanas, passando a publicar um periódico em português e espanhol, o *Nosotras*, que circulou de janeiro de 1974 até 1976, com um total de 26 edições. Nele faziam-se citações de textos e ações do movimento feminista francês. Muitas foram as mulheres que se tornaram feministas a partir dessa experiência, mesmo aquelas que dele se retiraram, como se vê nesse depoimento de Maricota da Silva:

Pra mim uma experiência muito importante no exílio, certamente eu não teria vivido no Brasil. [...] era lindíssimo você ver então pessoas que nunca na vida tinham falado em público [...] e que de repente começavam a falar. [...] mas o que interessava fundamentalmente era ver como nós éramos parecidas; era a gente ver como a nossa dor [...] como o nosso inconsciente tinha sido forjado da mesma maneira. [...] eu considero, pra mim, essa experiência uma das coisas mais bonitas que eu já vivi (apud COSTA et al., 1980, p. 38-39).

E completava argumentando que apesar das idades e formações disparatadas, “aquele negócio era sagrado, aquela hora era uma vez por semana... eu acho que se fosse toda a noite haveria gente toda noite porque o importante era aquele encontro”.

8. O grupo Front Brasileiro, formado por homens e mulheres brasileiros, era representante do PC francês. Todos os grupos tinham representantes no Front, assim como pessoas independentes. Esta era uma forma de se manter a par dos acontecimentos no Brasil, além de obter a entrada de crianças na escola, encontrar apartamento e trabalho, enfim tudo era o Front que conseguia. Quem participasse do *Nosotras* e do Grupo Latino-americano de Mulheres estaria fora da rede de ajuda do Front (GOLDBERG, 1987, p. 71-72).

O *Nosotras* era distribuído em alguns países latino-americanos e, especialmente, no Brasil, proporcionando às feministas brasileiras acesso às idéias de vanguarda do feminismo, evidenciando a importância das exiladas nas alterações do pensamento feminista brasileiro. Ressalta-se, nesse sentido, o artigo de Françoise Collin, no número 21/22, de 1975, o qual informava acerca das razões da necessidade de reuniões exclusivamente com mulheres. Segundo ela, a apropriação pelas francesas dos “grupos de consciência” norte-americanos visava “criar uma solidariedade ativa, uma identidade necessária para a organização de sua luta na construção de um mundo mais humano”. A presença de homens nas reuniões freava as palavras e as iniciativas das mulheres e para escapar a esses freios as feministas não aceitavam as reuniões mistas (PEDRO; WOLFF, 2007, p. 62). A importância do *Nosotras* se faz presente pelo fato de sua redação estar instalada em um dos centros do mundo da época: Paris. De lá as mulheres puderam vivenciar a produção de ponta dos círculos intelectuais e políticos com relação aos feminismos. Assim, as brasileiras recebiam informações acerca de textos teóricos do feminismo, dos movimentos feministas, das técnicas e idéias de ação para a constituição dos grupos feministas, inclusive acadêmicos, tão importantes nas universidades brasileiras.

Branca Moreira Alves foi outra brasileira que informa ter começado a pensar no feminismo em seguida a uma carta de sua amiga Danda Prado, quando de sua estada em Berkeley, onde seu marido fora terminar o mestrado. Veio-lhe então a idéia de formar um grupo apenas de mulheres, no qual mulheres que anteriormente nunca se manifestaram passaram a fazê-lo, já que não mais se viam intimidadas com a presença masculina. E ao voltar ao Brasil formou um grupo de mulheres de todas as idades, entre elas, sua própria mãe. Posteriormente, em 1975, foi uma das fundadoras do CMB (GOLDBERG, 1987, p. 74), sem deixar de continuar com seu grupo – o Grupo Ceres – voltado para as reflexões sobre sexualidade, do que resultou uma pesquisa nos anos 1978-1979, premiada pela Fundação Carlos Chagas e posteriormente publicada (ALVES; PITANGUY; BARSTED; RIBEIRO; BOSCHI, 1981).

Outra dessas experiências foi a que resultou na criação do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris em abril de 1976, constituído por vinte mulheres – que já publicavam um boletim desde 1975 –, que durou até 1979. A sede das reuniões era a *Maison Du Brésil* e segundo Anette Goldberg, uma de suas integrantes, tiveram forte influência do feminismo francês. Atuavam como grupos de consciência e como militantes de um feminismo preocupado com a luta de classes, tendência dominante, na qual se fazia sentir a influência da Frente de Brasileiros no Exílio (PEDRO, 2008, p. 271).

O Círculo chegou a contar com cem mulheres, a maioria na faixa dos 30 anos, que iam se repartindo em subgrupos segundo suas amizades e/ou preferências

por temas de discussão e/ou práticas desenvolvidas. Uma coordenação composta por uma representante de cada subgrupo, designada em sistema de rodízio, deveria agilizar a circulação de informações no interior do Círculo, e uma Assembléia Geral se reunia mensalmente para debater temas considerados mais importantes e tomar decisões.

De composição muito heterogênea, com diferentes motivações e vivências, distintas procedências em termos sociais e/ou regionais, marcadas ou não por uma experiência militante, as feministas do Círculo disseminavam duas orientações nem sempre de maneira assumida e explícita. A primeira orientação provinha da tendência constituída por mulheres inspiradas pela vertente “luta de classes” do movimento francês, que defendiam a dupla militância (atuação simultânea no Círculo e nos grupos da esquerda brasileira), como da nova-esquerda dos Estados Unidos. Preocupavam-se com a conscientização das demais mulheres com relação às lutas “mais gerais” da sociedade brasileira e às lutas “específicas” das trabalhadoras e em desenvolver práticas voltadas para essa tarefa. Assim, elas se dedicavam ao estudo e à reflexão teórica, tendo produzido textos para discussão sobre o trabalho feminino e sobre as tendências do feminismo internacional, análises críticas dos editoriais e do conteúdo dos jornais brasileiros *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, além de documentos lidos e divulgados em atos públicos e reuniões de diversos tipos.

A outra orientação presente nos subgrupos era quantitativamente minoritária, representada majoritariamente por mulheres mais jovens do que a média, motivadas pelo aspecto contracultural, libertário e utópico dos novos movimentos de liberação das mulheres. Delas provinha o estímulo das “novas práticas”, graças a elas se fez reflexão sobre o “vivido” das próprias participantes, discutiu-se problemas da individuação feminina, relações entre as mulheres e entre os sexos, falou-se do amor e de emoções, deu-se grande ênfase às questões da sexualidade e do corpo e incluíram-se aspectos lúdicos e prazerosos nas práticas desenvolvidas. Para esta tendência não seriam importantes os resultados, mas “o fenômeno de ruptura na subjetividade coletiva”, que se expressaria, entre outros, através dos escritos de Félix Guatari, Michel Foucault, Claude Lefort (GOLDBERG, 1987, p. 150; PEDRO, 2008, p. 270).

Ainda, segundo Anette Goldberg, em tensão permanente e oscilando entre essas duas orientações, o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi um espaço onde várias brasileiras puderam expressar-se sobre temas da vida privada não abordados no âmbito da esquerda e no qual algumas puderam questionar o próprio estatuto de exiladas que as definia apenas como companheiras ou familiares de militantes refugiados. Foi no processo de reconhecimento de uma identidade de gênero vivido no Círculo que várias militantes de grupos de esquerda ousaram contestar uma série de aspectos “machistas” do funcionamento dos mesmos

e começaram a defender o pluralismo e a diversidade de opiniões contra a idéia do necessário consenso, algumas desenvolvendo a noção de “autonomia”. Chegaram mesmo a descortinar uma nova representação do universo da política que passaria a abrigar todas as dimensões da existência até então compartimentalizadas em “pessoal”, “político”, “privado”, “público”, “feminino”, “masculino” (GOLDBERG, 1987, p. 151). Em suma, apesar dos limites decorrentes de suas vinculações com os interesses da Frente de Brasileiros no Exílio, teria sido também significativa sua contribuição na emergência de uma “consciência de gênero”.

Tal fato se comprova examinando uma circular de um dos subgrupos do Círculo, o Sub-Grupo Nation, no qual vejo contemplada a preocupação com a opressão específica no que tange às mulheres na família, na educação, na produção e na sexualidade. Nesse sentido, apresenta esse subgrupo comprometimento com as demandas das vertentes mais inovadoras dos feminismos da época. Dentre as matérias apresentadas, ressalta a transcrição de uma notícia relativa ao estupro ocorrido em julho de 1976 na Bélgica, do qual foi vítima uma brasileira, cujo julgamento deveria se processar a 30 de novembro. Solicitava-se a difusão da informação com vista à realização de um encontro do maior número possível de mulheres com a advogada da questão, além de um encontro com a imprensa. Para aquelas que não pudessem comparecer, apelava-se para que enviassem telegramas ao Tribunal a fim de que fosse reconhecida a existência do estupro questionado pelo fato de não ter havido contato sexual direto, mas a utilização pelo agressor de um pedaço de madeira (VIOL, 1976).

Uma outra matéria dizia respeito a uma experiência de aborto de uma militante do Círculo, na qual esta lamenta sua alienação sobre a contracepção e sua negligência com relação a seu corpo, que a fazia não atentar para a época de seu ciclo menstrual. As desventuras atravessadas no processo em foco são apresentadas, finalizando por agradecer a solidariedade que lhe foi prestada pelas companheiras do “Grupo Sexualidade” do Círculo, sem a qual afirma: “je ne sais pas comment j’aurais fait face à une situation que je ne connaissais pas encore” ([UNE MILITANTE], 1977).⁹

Nesse sentido, verifica-se que, também no Círculo, as mulheres que o desejaram encontraram um espaço para a discussão de questões consideradas específicas, embora houvesse, igualmente, como já mencionado, uma vertente majoritária voltada para as questões consideradas gerais, a qual mantinha ligação com os grupos representativos das esquerdas no exílio.

Outra dessas experiências foi a de Zuleika Alambert, militante do PCB que fora obrigada a se retirar do Brasil em 1970. Quando refugiada no Chile, Zuleika

9. Em livre tradução: “Eu não sei como eu teria feito face a uma situação que eu não conhecia ainda.”

não teria sentido a sensação de exílio, tal o seu entusiasmo com a experiência que estava ocorrendo naquele país. Acentua que naquele momento preocupou-se em trabalhar politicamente as mulheres brasileiras que ali se encontraram. De acordo com algumas fontes, esta seria uma incumbência que lhe foi atribuída pelo Partido Comunista a fim de organizar e conscientizar as mulheres, resultando no *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior*. Mas, segundo suas palavras, ela teria assumido esse papel, também, diante das posições conservadoras assumidas pelas mulheres, diante de movimentos revolucionários, como ocorrera no Brasil com aquelas que apoiaram o golpe militar de 1964 e com aquelas que se manifestavam contra o governo da Unidade Popular no Chile, exemplificando com a célebre marcha das panelas vazias. Mas, também, sentia-se motivada, segundo suas palavras:

[...] porque eu via as mulheres brasileiras muito dependentes dos seus maridos. A maioria dos exilados eram homens, que levavam as suas famílias. Então as mulheres eram as mulheres dos exilados. O que não quer dizer que não houvesse algumas dezenas que tivessem participado em ações políticas no Brasil, e por causa disso tivessem também de buscar o exílio. Mas a grande maioria estava lá em função dos maridos e eram as grandes marginalizadas. Marginalizadas da sociedade chilena, porque não eram chilenas, não falavam nem a língua. Marginalizadas como mulheres dentro das suas próprias famílias, porque os homens eram políticos, continuavam as suas ações, e elas ficavam em casa (apud COSTA et al., 1980, p. 60-61).

Enumera a seguir uma série de realizações levadas a efeito com vista à participação dessas mulheres, dentre elas a idéia de criação do citado Comitê. Um *Seminário Latino-Americano de Mulheres* para discutir a problemática da mulher no continente foi também uma de suas iniciativas. Nele se teria dado “o primeiro despertar para o problema específico da mulher”, atentando-se, ainda de forma limitada, para problemas como planejamento familiar, divórcio, aborto e falta de trabalho.

Em meio à ida para a Europa e a emergência das questões especificamente feministas, teria a militante se voltado para a sua própria condição, levando a efeito uma reavaliação de sua trajetória. E ela que se julgava uma mulher “plenamente libertada” tomou consciência de uma série de dependências, o que aguçou sua sensibilidade para entender não apenas suas dificuldades do passado, mas também das coisas que teria de superar para poder dar uma real contribuição à causa para a qual lutava. O exílio foi um elemento significativo para que estas questões aflorassem, o que se depreende de suas declarações de que,

[...] Se não senti o exílio no Chile, com a vinda para a Europa as coisas se tornaram muito diferentes. [...] E, pela primeira vez me senti exilada.

Quer dizer: você está num lugar que não é o seu, que não te pertence. Não me sinto integrada por mais que me interesse pela vida, pelos hábitos, pela cultura do país em que vivo (apud COSTA et al., 1980, p. 63).

E, mais adiante, assume ter adquirido um ganho com relação a questões para as quais até então não atentara:

As coisas que pude aprender na Europa. Os instrumentos que adquiri de análise e compreensão da mulher na sociedade me levariam a ter um senso crítico muito agudo para a sua aplicação à realidade brasileira. No Brasil temos de começar muito de baixo, de coisas muito pequenas. Tenho a impressão de que só muito recentemente começa a surgir lá uma noção muito clara de que a mulher, além de ser explorada como todo trabalhador, tem uma exploração adicional, específica (apud COSTA et al., 1980, p. 64).

E em seguida enumera uma série de situações que denotam um contexto de dependência feminina, acentuando a sua problemática familiar, para a qual, entre outros, cita o autoritarismo de seu pai e o sofrimento de sua mãe; o sentimento de propriedade com relação ao outro; a busca de identificação pelas mulheres aos gostos masculinos, quanto a filmes, músicas etc. e o relacionamento afetivo como razão fundamental da existência.

Ainda, refere-se à instrumentalização dos movimentos de mulheres pelos partidos políticos, afirmando que estes lançavam mão da mobilização das mulheres, mas, passada a necessidade, elas eram postas de lado. Refere-se aos novos tempos, nos quais as mulheres gritam por autonomia, não mais se deixando instrumentalizar, o que não quer dizer que tais movimentos autônomos sejam apolíticos:

É evidente que são políticos, porque dentro dos movimentos há mulheres políticas. Mas só que elas estão lá para debater democraticamente os problemas das mulheres, não para transformar essas organizações em pequenos biombos dos partidos políticos, que não são monopólios dos partidos: recusam-se a serem instrumentalizados (apud COSTA et al., 1980, p. 67).

Situação que a militante bem conhecia e que teria vivenciado, pois ao ir para a França deveria reeditar a experiência chilena, organizando as mulheres brasileiras em um Comitê visando sua participação em tarefas políticas dos grupos de esquerda. Incumbência que, mais tarde, assumindo-se como feminista, teria recusado a nela prosseguir (PEDRO; WOLFF, 2007, p. 64), o que não significava que

estivesse abandonando os comunistas, pois continuava concordando com seus pontos de vista, com exceção da 'questão da mulher' que deixava de "considerar como a esquerda a considera: como um pormenor" (DELPHY, 1994, p. 189).

A partir dessas considerações pode-se detectar em Alambert, de forma similar às mulheres filantropas de fins do século XIX e primeiros anos do século XX, a emergência de um embrião de consciência de gênero, decorrente de suas experiências no exílio. Fato que se revela significativo se lembrarmos que naquele momento o Partido Comunista, do qual foi a única mulher membro do Comitê Central, no Brasil, opunha-se ao encaminhamento das questões feministas, alegando a necessidade de concentrar as energias na movimentação contra a ditadura que assolava o país, além da implantação de seu principal objetivo, qual seja a sociedade sem classes, na qual todas as demais contradições de gênero, de raça/etnia, entre outras, deixariam de existir.

Com o retorno do exílio em razão da anistia decretada a 28 de agosto de 1979, a aliança de tais mulheres com aquelas que permaneceram no país nos anos 1970, e que construíram os feminismos locais, proporcionará a esses movimentos uma nova configuração, mantendo-se o termo "feminismo" associado a diferentes significados e representações. A partir desse momento, questões antes colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência, foram legitimadas e trazidas à esfera pública, reconhecendo-se sua dimensão política. Partiu-se para a afirmação do universo cultural feminino e temas tabus foram trazidos à tona, forçando o alargamento e democratização daquele espaço (RAGO, 2003, p. 5). Consolidou-se a consciência de que a igualdade propalada entre mulheres e homens era mais uma retórica e as mulheres defrontaram-se com a questão da necessária articulação entre a luta contra as condições objetivas da opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares; RIBEIRO, Mariska; BOSCHI, Sandra. *Espelho de Vênus. Identidade social e sexual da mulher*. São Paulo: Brasiliense, 1981

BRITO, Angela Xavier de; VASQUEZ, Ana. Mulheres latino-americanas no exílio: universalidade e especificidade de suas experiências. *Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC N° 17, Florianópolis, 2007, p. 15-34.*

COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DELPHY, Christine. Feminismo e recomposição da esquerda. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1994, p. 187- 199.

ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michèlle. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5. p. 583-611.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro. Tese de Mestrado: UFRJ, 1987.

PEDRO, Joana Maria. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne – Rede de Divulgação Feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FAVERI, Marlene de Ramos (org.). *Leituras em Rede: gênero e preconceitos*. Florianópolis: Mulheres, 2007. p. 307-328.

_____. Lectures brésiliennes du féminisme français et mécanismes d'identification au Brésil. In: SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos Santos; ROLLAND, Denis; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (coord.). *L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 261-279.

_____; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *Art Cultura: Revista de História Cultura e Artes*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan./jun.2007, p. 55-69.

PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é Contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PERROT, Michèlle. Sair. In: _____. *As mulheres e os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 279-326.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys, estudos feministas*, Brasília, n. 3, p. 5, jan./jul.2003. Disponível em: <www.unb.br/lh/his/gefem>. Acesso em: 20 de abril de 2009.

RODRIGUES, Lígia Maria Coelho. Entrevista concedida a Rachel Soihet, Flávia Cópico Esteves e Nataraj Trinta Cardoso. 01.02.2005.

ROLLEMBERG, Denise. Mémoires en exil, mémoires d'exil. In: SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos Santos; ROLLAND, Denis; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (coord.). *L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 17-34.

THOMPSON, E. P. Lucha de clases sin clases? In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Crítica, 1984. p. 13-61.

[UNE MILITANTE]. *Pour l'avortement et contraception libres et gratuits: lettre d'une militante du Cercle des Femmes Brésiliennes a Paris, a propos de son experience d'avortement*. Septembre 1977.

VARIKAS, Eleni. 'O Pessoal é Político': desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1997, p. 59-80.

VASQUEZ, Ana; BRITO, Ana Xavier de. La situation d'exil: essai de généralisation fondé sur l'exemple des réfugiés latino-américains. *Intercultures n. 21*. N. especial sur Stratégies d'adaptation, p. 51-66, avril 1994.

VIOL. Coordination de Groupes de Quartier Parisiens et de Femmes Brésiliennes à Paris. Paris, 20 nov.1976.



O CORPO COMO CAMPO DE BATALHA

Olivia Rangel Joffily

Procuro refletir, neste artigo, sobre as formas de participação encontradas pela população feminina para resistir à ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985. Como diz Oliveira, “pensar as práticas políticas do passado assume um significado de liberdade, quando inserimos nosso pensamento no exercício das construções cotidianas das múltiplas relações nas quais estão envolvidos homens e mulheres. Assim é que o passado vivido deixa de ser passado, para se tornar parte integrante de cada um de nós” (OLIVEIRA, 1996:8-9). Detenho-me em particular, na resistência à tortura, dentro das prisões, onde o corpo se transformou em campo de batalha¹.

O que é um corpo? Pergunta Maria Rita Kehl. E responde:

“Sede da vida, organismo capaz dos mais variados movimentos e de uma infinidade de trocas com o meio circundante; conjunto de órgãos em funcionamento recoberto por uma superfície elástica e sensível que delineia uma forma mais ou menos estável a partir da qual um indivíduo se reconhece e se representa para os outros. Mesmo um corpo em mal funcionamento, doente, restrito em seus movimentos e em sua capacidade de trocas com o meio continua sendo um corpo.(...)Um corpo ferido, torturado, esquartejado, virado do avesso (...) continua sendo um corpo. Um corpo roubado a seu próprio controle – corpo que não pertence mais a si mesmo e transformou-se em objeto nas mãos poderosas de um outro, seja o Estado ou o crime (...) continua sendo um corpo”. (KEHL, 2004: 9-10)

1 As entrevistas citadas neste artigo foram retiradas de minha tese de doutorado: Esperança equilibrada - participação feminina na resistência à ditadura militar no Brasil (1964-1985), defendida em 2005 na PUC-SP

O corpo – e tudo que fazemos com ele, como nos vestir, nos alimentar, nos exercitar, dentre outras coisas, constitui o substrato material de nossa identidade. É por meio dele que expressamos nossas emoções, sentimentos, raciocínios. Usando o corpo, nos comunicamos com os outros, amamos, reproduzimos. É ainda com o corpo que enfrentamos e manifestamos nossos sofrimentos, sejam de ordem física ou psíquica.

O corpo é também, como afirma Bordo (1988: 19), um agente da cultura. É não apenas um texto da cultura, como também um lugar prático e direto de exercer várias formas de controle social. É nossa força e nossa fraqueza. Não por acaso, como afirma Dom Paulo Evaristo Arns, no Prefácio ao ‘Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964’: “Tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários de Estado, em nossa pátria brasileira, após o golpe militar de 1964. Tocar nos corpos para destruí-los psicologicamente e humanamente, tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais da Medicina e de grupos militares e paramilitares durante 16 anos em nosso país”.

Cada história de vida é uma história de um corpo e cada corpo tem um sexo que possui valor histórico, social e cultural. O conceito de **corpo** diz respeito aos significados e sentidos que podemos atribuir a qualquer interação que se estabelece (consigo mesmo, com os outros ou com objetos). Ou seja, o corpo é o organismo atravessado por todas as experiências vividas, pela inteligência e pelo desejo.

No conceito de corpo, portanto, estão incluídas as dimensões da aprendizagem e todas as potencialidades do indivíduo de se apropriar de suas vivências. Isto significa que é por meio do conceito de corpo que podemos compreender o modo particular como cada um organiza e sente tudo o que vive, atribuindo sentido a cada experiência. A capacidade de emitir sons, por exemplo, depende de condições anatômicas, enquanto que a linguagem é uma forma de articular sons e significados, que tem de ser aprendida. Como mostra o poema da ex-presa política Loreta Valadares, ao referir-se à tortura, e à doença cardíaca que adquiriu como seqüela:²

A vida/como se fosse
terra/defendida
pedaço a pedaço
invadido/por agressor
que espreita/e penetra sem dizer

O corpo/como se fosse
Pátria/saqueada
em suas riquezas/infinitas

2 Embora Loreta tenha publicado dois livros de poesia, este poema não consta de nenhum deles. Foi entregue a mim quando a entrevistei.

por invasor/estranho
que ataca/sem quartel

O sonho/Indômito
do acordar/diário
cada minuto rompido
cada pedra escavada
o inimigo batido
a morte afastada
o futuro é hoje o presente passado
e a certeza/de mais um dia
conquistado

Como afirma Oliveira,

“O corpo é nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo, e é nesta casa, que as diferenças de gênero se acentuam e diferenciam: a tortura no corpo do homem e no corpo da mulher. A tortura, a exemplo do que ocorre com os processos penais, sempre atendeu a interesses de classe e foi marcada igualmente pela hierarquia de poder entre os gêneros. Se o corpo é a nossa casa, na tortura ele nos acua, para que nos neguemos, enquanto seres humanos e esta casa é clivada de poder pela divisão sexual das atividades nos momentos em que nos encontramos acuados frente a nossa condição de sujeitos nos quais emerge a relação de poder entre o torturador e o sujeito – o corpo torturado.” (OLIVEIRA, 1996: 2.)

Para o psicólogo Carlos Villamos, um dos coordenadores da Comissão Nacional de Presos e Desaparecidos da Argentina, o terrorismo de Estado é a forma mais cruel de discriminação contra a mulher, já que o machismo se manifesta elevado à milionésima potência. De fato, as presas políticas brasileiras enfrentaram torturas específicas pelo fato de serem mulheres, como sevícia sexual, estupro e outros abusos. Relata a ex-presa política, Gilse Cosenza:

“... Uma coisa a gente percebeu: com a gente que é mulher, eles usam além da tortura normal para os homens, a afetividade e a questão sexual. Comigo, usaram minha filha, com a Laudelina a mãe, com a Loreta o marido e o sogro. Eles apelavam o máximo que podiam para dobrar a gente.”

Sonia Maria Lopes de Moraes, militante da ALN, que foi companheira de Stuart Angel Jones, foi assassinada com requintes de crueldade e seu corpo foi

vilipendiado e mutilado pelos torturadores. Seu pai, o Tenente-Coronel da Reserva do Exército Brasileiro e professor de matemática, João Luiz de Moraes, relata a esse respeito:

“Tenho conhecimento de que, nas dependências do DOI-CODI do I Exército, minha filha foi torturada durante 48 horas, culminando estas torturas com a introdução de um cassete da Polícia do Exército em seus órgãos genitais, ato que provocou hemorragia interna.

Após estas torturas, minha filha foi conduzida para as dependências do DOI-CODI do II Exército, local em que novas torturas lhe foram aplicadas, inclusive com arrancamento de seus seios. Seu corpo ficou mutilado de tal forma, a ponto de um general em São Paulo ter ficado tão revoltado, tendo arrancado suas insígnias e as atirado sobre a mesa do Comandante do II Exército, tendo sido punido por esse ato.”³

Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero. No caso de Loreta Valadares, seu torturador, o coronel Góes, usou de um recurso extremo para não ter que se rebaixar perante a resistência de uma mulher: tratou-a como ‘homem’, como chefe, era um soldado para outro soldado, tentando estabelecer uma negociação, elaborando a ‘proposta’ de falar só com o ‘general’, o chefe da resistência. Ele recorreu a essa farsa para não ter que ‘rebaixar-se’ a enfrentar uma mulher, utilizou esse mecanismo para não perder o poder a ele conferido por sua patente e por sua condição de macho. Ao mesmo tempo, como afirma Loreta, era “uma armadilha para que eu me sentisse ‘honrada’, ‘prestigiada’ e com isto ele quebrassem minha resistência, cedendo ao interrogatório”.

Mais adiante ele vai se valer de outro recurso, o de explorar os sentimentos, partindo da pretensa fragilidade da mulher. Mas a aparente fragilidade feminina revelou-se, na prática de resistência e, inclusive, na solidão da tortura, uma enorme força de reação. Como relata a ex-presa política Eleonora Menicucci,

“Fui torturada 70 dias, não fui violentada sexualmente, não foi estupro, mas fui violentada porque colocaram um pau de vassoura com fio amarrado na minha vagina e deram choque. O Hélio Pelegrino já disse isso e eu queria pontuar: a tortura, não importa se ela é física, subjetiva ou psicológica. Só o fato de você ficar isolado, confinado já é

3 Depoimento retirado do *site* www.desaparecidospoliticos.org.br, acessado em 6/6/2005.

uma humilhação. Se a tortura é física, ela pode deixar marcas indelévels visíveis, como ficou em mim: fiquei surda, fiquei com problemas de saúde muito grandes.”

Mas a tortura psicológica é sutil, sorrateira, insidiosa, humilhante e as marcas não são visíveis, não são feridas, são cicatrizes que ficam para o resto da vida. ‘Minha dor física somada à dor emocional, me fizeram gritar como mulher e repudiar aos berros todo uso de meu corpo. Na tortura me descobri uma mulher forte e com muita vontade de ser alguém. Queria muito ser mulher e sabia que conseguiria.’” (OLIVEIRA, 1996: 18-19.)

Ou, ainda, segundo a assistente social Gilse Cosenza, ex-presa política, “a época era de luta profunda, que exigia coragem e arrojo, ‘qualidades que nossa sociedade considera masculinas’” – observa. Gilse, a exemplo de outras, desafiou o machismo e provou que a força feminina é capaz de surpreender. Ela relata que o coronel Teixeira Góes, designado para ‘arrancar’ depoimentos dela e de outras quatro militantes mineiras, teria dito que sua tarefa era a mais fácil do DOPS, pois bastariam “alguns tabefes para que aquelas mocinhas frágeis entregassem tudo”. As cinco resistiram a todo tipo de tortura e não entregaram um só ‘aparelho’, um único nome.

O coronel, depois, as procurou na prisão e lhes disse que gostaria de ter, sob seu comando, cinco soldados tão fortes quanto elas. E o supra-sumo desta hierarquia contraditória manifesta-se quando o coronel Góes diz em um tom de posse: “as **minhas meninas** não falam” (o realce é meu).

O ponto de partida simbólico dos torturadores

As mulheres que optaram por participar ativamente da vida política do país, além de lutarem por um mundo mais justo do ponto de vista da distribuição de renda e da participação política de amplos setores sociais, integravam o esforço no sentido de redimensionar o papel da mulher na sociedade. O grande aumento da participação das mulheres no mercado formal de trabalho, o crescimento do movimento feminista e a revolução de costumes, que se seguiram à disseminação da pílula anticoncepcional, começavam a alterar radicalmente o antigo quadro social. No embate concreto com o poder instituído, as militantes de esquerda defrontaram-se com as representações dominantes mais arraigadas das desigualdades entre as categorias de sexo, reproduzidas, na grande maioria das vezes, pelo discurso e pela prática masculina dos agentes de segurança. As relações de dominação política, nesse caso, eram potencializadas pelo universo simbólico, mas também concreto, da desigualdade entre os sexos.

A idéia de uma fraqueza física e emocional inerente à mulher pautava a ação de policiais e militares, como fica patente na fala de Loreta Valadares, ao descrever sua prisão:

“- Agora você vai ver’, disse Portela. Agarraram-me pelo braço, deram-me safanões, aparecerem mais alguns e fizeram uma roda em torno de mim. Entre gargalhadas, comentavam: ‘- Essa magricela vai se arrebentar’; ‘- Não vai agüentar nem as 24 horas’; ‘- Vamos arrancar estes cabelos’, etc.”

Loreta Valadares foi presa juntamente com quatro outras companheiras, dentre as quais Gilse Westin Cosenza, que relata, a esse respeito:

“Nós éramos todas pequenas. A Laudelina era gordinha mas miúda também. E então ele (o coronel responsável pelo Inquérito Policial Militar) cantou de galo, dizendo que, com mulher, ele não tinha trabalho, porque ‘mulher é fraca, mulher em uma semana entregava tudo o que ele quisesse’. E ainda disse o seguinte: ‘- É só encostar nelas e elas entregam tudo o que eu quiser. Porque é mulher’.

Quase dois meses depois, ele não tinha conseguido nada! E o outro coronel mangava dele: ‘- Mas Góes!’ E começou a gozar dele para os outros coronéis: ‘- O Góes está sendo feito de besta por cinco mulherzinhas. Está apanhando de cinco mulheres’. E o Góes ficava irritado, desesperado.”⁴

No confronto entre torturadores e militantes mulheres, à oposição de idéias políticas e visão do mundo somavam-se as desigualdades de gênero. Para o agente de segurança, a alteridade que o distanciava do inimigo não poderia ser mais completa. A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia. Daquela que não se contenta com o espaço privado que lhe cabe de direito, e quer ocupar aquele destinado aos seus pares, os homens. A condição de mulher das oponentes é tomada como um dado a mais a aumentar o fosso que os separa; e utilizada como ferramenta de humilhação e de destruição da auto-estima do outro. Como nos mostra Loreta Valadares:

“No meio da roda, Portela, abre uma mala cheia de materiais e objetos, puxa alguma coisa que joga na minha cara. Eram as minhas calcinhas, tiradas de minha casa!! Continuava a tentativa de humilhação exclusivamente pelo fato de se tratar de mulher. Ao jogar, dizia: ‘Tome, pegue, para não ficar com sua calcinha suja, imunda, já que vai ficar aqui

4 JOFFILY, Mariana. Entrevista com Gilse Cosenza. São Paulo: 1992, mimeo. pp. 26 e 27.

...
 muito tempo.’ Como eu estava de braços cruzados, as calcinhas caíram sobre eles e eu não tive dúvidas, joguei de volta para Portela, que, de novo, jogou-as para mim e eu as atirei outra vez em cima dele.”⁵

Até a maternidade, símbolo máximo da fecundidade feminina e de seu papel crucial na reprodução da espécie, normalmente utilizada na sacralização da imagem da mulher, é vista como um sinal de baixa, motivo de desprezo. Eis um exemplo, citado por Gilse Cosenza:

“Me puseram no pau-de-arara (...) Eu tinha tido uma menina há pouco tempo então as marcas dos pontos ainda estavam bem visíveis. O Leo passava a mão nos pontos e falava: ‘- É a própria puta que pariu mesmo! Olha aqui, tudo costurado.’”⁶

Encontra-se, entre os clichês veiculados pelos torturadores, todo um arsenal disponível no imaginário social para estigmatizar o gênero feminino, ou seja, a puta, que se vende por dinheiro, a mulher fria e insensível, a mãe desnaturada. Pelo uso destes ‘clichês’ pejorativos, num jogo de opostos, percebe-se o papel que atribuem à mulher ‘não-desviante’, ou seja, o de doçura, de procriação, de sensibilidade, de beleza, de fragilidade. Tal visão fica patente na fala do coronel Góes, dirigida a Loreta Valadares:

“- Você é gelada, insensível, que espécie de mulher é você? (...) - Entendi por que você é fria, você é chefe e não quer aparentar fraqueza diante de suas comandadas. Mas eu sei que, por dentro, você é mulher, sensível, frágil. Li suas poesias e cartas ao seu marido, vi que você é bem feminina.”⁷

Curiosamente, muitas vezes essa representação tornava-se seu próprio contrário e as mulheres eram vistas como duras, más e frias. Ou seja, como eram militantes, não eram mulheres.

Relata Dulce Maia:

Fui mais torturada pelos militares. Até no filme ‘Cabra Cega’ tem uma homenagem para mim. O Renato Borghi fala a frase que foi dita por um militar para mim que era “você vai parir a eletricidade?”. Aquilo me chocou tanto! É tão monstruoso alguém estar colocando na sua vagina um arame com eletricidade e dizer uma coisa dessa... Eu sendo

5 JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, pp. 20 e 21.

6 *Idem*, p. 28.

7 JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, pp. 25.

torturada e não abrindo nada, era uma resistência. Eles diziam e para mim era uma forma de elogiar, eles dizerem “você é macho.”

Comentando, em entrevista, a participação feminina na resistência, um ex-chefe do CODI, no Rio de Janeiro, Adyr Fiuza de Castro afirmou:

(...) “Elas são mais ferozes e controladas que os homens. Normalmente. A minha experiência é essa. O Exército de Israel que o diga. Mas vê-se logo quando o cidadão é frio e está perfeitamente controlado, porque ele não tem esses sinais reveladores, quer dizer, a disenteria, a menstruação.

Percebe-se, de imediato, quando a pessoa está com o autodomínio perfeito: se não teve disenteria e não teve menstruação. A maioria entrava em pânico. Havia, porém, aqueles que eram muito seguros, muito senhores de si, e não falavam nada. Alguns até embromavam os interrogadores. É a personalidade”

A tortura como instrumento do Estado

A tortura faz parte da máquina de Estado. É um instrumento usado deliberadamente com o fim de causar dor, sofrimento, terror para a obtenção explícita de informações e confissões daqueles considerados infratores da lei. A tortura é política quando praticada contra os opositores do Estado. No Brasil, foi incluída como elemento integrante da doutrina de segurança nacional do Estado brasileiro. A tortura não é episódica, nem fruto dos desmandos de algum policial tresloucado. Sem ela, o regime se vê incapaz de alcançar resultados, sejam políticos, sejam informativos. A tortura política não visa somente a obter informações, mas a aniquilar, física e moralmente, o preso político. A tortura como método de interrogatório é exercida por especialistas, dentro de um cuidadoso plano de combate. A utilização de policiais e militares sádicos e perversos faz parte desse plano, assim como o é o uso de outros, frios e altamente conscientes de seu papel como instrumento de repressão de classe. A estratégia da tortura inclui, também, a utilização de médicos indignos, a postos para ‘qualificar’ a capacidade de resistência à tortura.

É no contexto da tortura e das formas que ela assume que as relações opressoras de sexo/gênero atingem seu ápice. Evidentemente, a tentativa de cisão entre o corpo e a mente por meio de intensa dor física e psicológica não se restringiu às mulheres. Ambas as categorias de sexo foram indiscriminadamente violentadas em sua integridade física e moral. No entanto, as torturas de cunho sexual foram preferencialmente aplicadas às mulheres, dado que merece uma análise mais aprofundada. Em primeiro lugar, vale lembrar que os torturadores eram,

se não em sua totalidade, pelo menos em sua esmagadora maioria, homens. E como, para eles, as mulheres das quais queriam obter informações eram 'putas', nada mais lógico do que alternar as seções de tortura com violência sexual. A dor física, nesse caso, é acrescida de atos de natureza íntima, aumentando o sentimento de humilhação das vítimas.

Fala Guiomar Lopes:

"Eu estava voltando (de um ponto) para deixar uma companheira, quando entrei na Afonso Brás, uma daquelas peruas C14 da OBAN me fechou. Não por acaso, porque primeiro eles tinham a chapa e já começou a pancadaria no meio da rua...

Eu estava com a Sônia Hipólito, fomos as duas presas. Eu gritava, fazia escândalo, cutucava a Sônia para ela gritar, eu levei um soco no estômago no carro... bem aí foi. Fomos para OBAN, o cara que me recebeu disse 'essa que é a Maria, tão pequena, tão magrinha...', o meu nome de guerra era Maria... e começou a pancadaria, a tortura...

Depois, rasgaram minha roupa e me levaram para o pau de arara. Aí eu passei mal, Deu um pânico neles, eles acharam que eu ia morrer, eles queriam informação. Então, me levaram para o pronto-socorro, tinha um pronto-socorro na avenida Brigadeiro Luiz Antônio, chamado Santa Luzia. O pessoal que me atendeu no hospital ficou em pânico, achando que eu ia morrer, pediram para que me levassem embora...

Lá examina, examina e disseram que não tinha nada. Chega um indivíduo lá, eu o conhecia do movimento estudantil, ele disse 'ela está bem, dá para ser torturada'. Acredita nisso? Eu não estava muito bem, me colocavam no soro, me deixaram numa maca e o cara do OBAN na porta."

Sentindo-se humilhada e desesperada, Guiomar tentou o suicídio:

"Eu vi que a janela ficava assim... que dava para passar, eu esperei um minuto de distração dele e me joguei, do quarto andar, me joguei para me matar. Só que não cai de cabeça, não cai no chão, fiquei presa no telhado toda quebrada. Eles foram lá e me pegaram... O tempo todo, quando estava nas Clínicas, eles me faziam perguntas; eu não respondia e o cara... era o chefe do pronto-socorro, era ligado à OBAN. Ele dizia 'agora você está falando, está gritando, não queria falar antes, então, vai ficar desse jeito'. Acabaram colocando o braço no lugar, me despacharam, não queriam que eu ficasse lá e fui para o hospital militar."

Relata Amelinha:

“Toda a mulher que tinha ali na tortura era puta, era amante de todas as pessoas da organização. Nunca fui torturada com roupa. Não sei se foi a primeira ou segunda noite, eu era muito torturada noite e dia, você ficava fraca, eu desmaiei quando acordei, ele estava com a mão no meu peito, eles me jogaram numa cama de lona, o cara se masturbando, jogando pôrra em cima de mim. O cara se masturbava, enquanto eu estava levando choque no ânus, na vagina, no seio. Meu seio ficou roxo, todo cheio de hematomas. Eu levava choque no corpo inteiro, ficava menstruada o mês inteiro. Não sabia se estava com hemorragia, se eu estava menstruada, não tinha como saber. Eles diziam que as mulheres chegavam lá e ficavam menstruadas.”

A dominação de gênero, naquelas condições, chegava ao paroxismo e, sem dúvida, era um caldo de cultura favorável ao exercício do sadismo, embora nem todos os torturadores pudessem ser considerados como tal. Com a palavra, Gilse:

“O sargento Leo realmente era sádico, doente mesmo, porque ele me botava na latinha, já com a dor da latinha, ele começava a torcer o bico do meu seio até machucar, e, aí, quando ele percebia que eu estava chorando e que as lágrimas estavam correndo, que a dor era muito forte, ele ficava realmente excitado e avançava sexualmente por cima de mim.”⁸

Mas, na maioria das vezes, as sevícias sexuais eram perpetradas por pessoas ‘comuns’, isto é, não-doentes mentais:

“(…) a tônica da exploração sexual esteve presente em todo o meu interrogatório (...) ao mesmo tempo em que aplicava golpes de telefone (o torturador) insinuava-se, roçando seu corpo contra mim.”⁹

O prazer da dominação do torturador sobre sua vítima, nesse caso, é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. A ambigüidade da figura da prostituta assume, aqui, seu paroxismo: por um lado, a mulher é desprezada, considerada não como um par, mas como um ser destituído de toda dignidade. Por outro, é capaz de proporcionar prazer físico (sexual) e psicológico (dupla dominação) num contato extremamente íntimo.

8 JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, p. 28.

Relata Eleonora Menicucci:

“Na tortura, vi-me fraca, frágil e com medo, mas também encontrei forças para reagir, pois foi na tortura que pude ver todo meu corpo de mulher sendo usado por monstros masculinos. Vi minha sexualidade sendo usada como objeto de prazer pelos torturadores, embora não tenha sofrido estupro sexual. Vi o quanto somos objetos e o quanto podemos ser adestradas e utilizadas, quando fazem de nosso corpo um instrumento para quebrar nossa fidelidade a uma causa ou para satisfazer qualquer capricho dos torturadores. Na tortura, me descobri uma mulher forte com muita vontade de ser alguém. Queria muito ser mulher e sabia que conseguiria.”

Outra forma de tortura particularmente utilizada contra mulheres foi a psicológica, envolvendo entes do círculo familiar mais próximo: filhos, maridos, irmãos, pais. É uma das mais terríveis, pois encerrala suas vítimas numa situação completamente sem saída: ou elas traem os companheiros de luta, sendo responsáveis pela tortura e/ou morte dos mesmos, ou põem em risco a vida e a integridade física das pessoas que lhe são mais caras.

Foi o que ocorreu com Loreta Valadares, na figura de seu companheiro:

“- Chegou a hora’, bradava satisfeito. ‘Nós pegamos o seu marido, pegamos o Melgaço. Agora vamos fazer o teste do amor, vamos ver se você agüenta ver a tortura dele’. (...) Ficaram me segurando com força na cadeira, para assistir a uma cena de quase linchamento. (...) Usando longos cassetetes, batiam em Carlos, indiscriminadamente na cabeça, no tórax, nas costas. Vi quando o sargento Léo enfiou na mão uma soqueira de aço e passou a esmurrar Carlos no rosto. No afã de torturar, o tenente Pádua, apressado, calçou um par de pesados coturnos, um pé marrom, outro preto, tomou distância, correu e pulou em cima do peito de Carlos, que caiu. O tenente repetiu a dose por diversas vezes, pulando entre as costelas de Carlos, que não mais conseguiu se levantar. Eu, desesperada, gritava: ‘-Vocês vão matá-lo, desgraçados assassinos.’ O coronel e outros: ‘- Depende de você, se você falar, nós o poupamos.’”¹⁰

O caso da tortura psicológica (e às vezes física) envolvendo filhos é a mais cruel, porque incide sobre a responsabilidade materna em relação aos seres por

ela gerados. Gilse Cosenza viveu essa situação:

“Passou um período em que, às vezes, me pegavam e levavam para o interrogatório e não encostavam a mão em mim. Não me torturavam. Apenas passavam horas me descrevendo em detalhes o que iam fazer com a minha filha (de quatro meses) na hora em que a pegassem. ‘– Vamos ver se você vai nos ajudar a fazer umas experiências científicas: quanto tempo uma criança de quatro meses, no inverno daqui consegue ficar viva dentro numa banheirinha cheia de pedras de gelo? A gente vai botar ela na banheira e você é que vai marcar no relógio o tempo que leva para ela virar um picolé. Nós vamos te devolver ela, mas roxinha e dura como um picolé. Mas antes disso, a gente pode fazer outras experiências; nós vamos contribuir para a ciência: quanto tempo ela agüenta ficar com fome com a mamadeira na frente sua e dela e você algemada sem poder dar a mamadeira? Vamos ver quanto tempo ela agüenta com fome. Como é que será que é dar choque numa criança de quatro meses? Porque eu já dei muito em adulto e a experiência de dar numa criança é diferente. Será que morre com um choque só? Será que fica aleijada? E o pau-de-arara? Acho que quebra os ossos dela todos. Ela pode não morrer. Nós podemos te devolver ela com todos os ossos quebrados e aí você fica com ela. Toda aleijada, sem mexer nem braço, nem perna nem nada e a vida inteira você vai olhar para ela e saber que foi você que fez isso com ela, você que é a culpada. Você vai ter que explicar para ela, porque que fez isso. A culpa será sua! Porque que ela vai ficar toda aleijada? Porque você quis.’”¹¹

Para além do sofrimento infligido ao outro, essa modalidade de tortura apóia-se no sentimento de culpa. A inversão não poderia ser mais completa: o torturador tenta fazer da vítima a responsável pelo flagelo que ele pretende infligir a um membro de sua família. Prossegue Gilse:

“Ficavam dizendo essas coisas e eu ficava rígida. Voltava para a solitária chorando. Chorava, chorava, a tensão explodia na minha cabeça e eu ficava desorientada, porque eu não tinha muita dúvida de que comigo eles podiam fazer o que quisessem, que eu morria, mas não falava, mas com ela... E eu começava a entrar em pânico. Eu pensava comigo: pô, será que eu agüento a deixar morrer, ficar aleijada na mi-

10 JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, pp. 29 e 30.

nha frente e não entregar ninguém? Depois mudava: não, eu não vou agüentar, vou falar. Mas não posso. Se falar eles vão prender outras mães e outras filhas. E aí vou comprar a vida da minha filha e a saúde dela às custas da vida e da saúde de outras mães e outras filhas. Como é que eu vou viver, que ela vai viver, sabendo que está perfeita, porque nós entregamos outras para serem substituídas na tortura? Não, não vou falar! Mas, aí, eu pensava: se eu não falar, como é que vou carregar essa menina aleijada para o resto da vida? Como é que vai ser isso? Eu vou agüentar? Eu ficava quase doida. Chorava, chorava, chorava, chorava, chorava... Não dormia um minuto. Eles perceberam que aquilo me afetava. Me afetava até mais que a tortura física.”

Telma Lucena relata a prisão e assassinato do pai e a tortura de sua mãe, Damaris:

“Aquilo foi numa fração de minutos, ele logo foi atingido, ele caiu perto do tanque, estava com aquelas sandálias de nordestino, sem camisa, com uma calça *jeans*, o pé dele ainda estava mexendo. Minha mãe me pegou no colo e eu vi da janela o policial que deu um tiro na cabeça dele. Minha mãe começou a ser torturada lá na nossa casa, com a gente olhando, ela levou uma coronhada na boca, começou a sangrar; eu gritava muito, grudava no colo dela, eu tinha três anos e meio e lembro perfeitamente daquele momento. Ela começou a apanhar muito, foi aquela gritaria, um mandava tirar a criança, outro mandava tirar o dinheiro. Ela foi presa e primeiro fomos levados pela polícia para o Lar Manequinho Lopes em Atibaia. Fomos para um juizado de menores e minha mãe foi trazida para a OBAN. Naquela época, não tinha como fazer contagem exata, mas ficamos muitos dias sem vê-la. Quando nós a vimos novamente já tinha acontecido o seqüestro do cônsul japonês, ela estava com o rosto muito inchado, toda arrebetada, eu não a reconheci, quando ela quis me pegar no colo, isso já no avião.”¹²

No caso de mulheres grávidas, a responsabilidade é dupla. Criméia de Almeida viveu muito intensamente esta experiência. Conta ela:

“Eu fui presa duas vezes. Quando ainda não era mãe, e grávida. E nos dois casos, eles usaram muito o fato da gente ser mulher. Para nós, é

11 JOFFILY, Mariana. *Idem*, p. 23.

muito mais chocante ouvir certos palavrões, ver certas cenas. E eles usam muito isso.

Depois, eu fui presa quando estava grávida. Meu companheiro estava foragido. E, realmente, a gravidez é só da mulher mesmo. Quem estava com o filho no útero era eu. E isso foi usado. Ameaçavam matar meu filho, provocar aborto etc. Então, eles diziam que eu era uma mãe desnaturada, que foi fazer política e podia ter dado melhores condições para meu filho.

Existe uma visão reacionária de mulher e da mãe. E dentro dessa visão, quem participa de política é uma mãe desnaturada. Ela não pode participar de política, porque pode prejudicar o filho etc. Mas, minhas experiência, embora meu filho tenha só sete anos, mostra que a criança entende isso. Ele entende que sou tão mãe quanto as outras. Não fui eu que determinei que ele devia nascer na prisão. Foram os outros, foi a repressão.”¹³

A irmã de Criméia, Amélia, também foi presa junto com o marido, César, e os dois filhos, Janaína e Edson. As duas crianças foram levadas para ver os pais serem torturados.

“Ameaçaram o tempo todo de matar meus filhos. Vi minha irmã¹⁴ sendo torturada na barriga, com a barriga daquele tamanho. O Joca (filho de Criméia) nasceu em fevereiro, isso era janeiro. Quando eu vejo o Joca vivo, eu não acredito! Que força da vida, não tenho explicação!

Ameaçaram o tempo todo matar minha filha. A Janaína (filha de Amelinha) sofre até hoje com isso, porque ela ouviu (as ameaças). O Edson, que era pequeno, subia na grade para ver; eu estava na sala e diziam que eu era bandida, porque bandido é que ficava assim.”

Os filhos de Amélia ficaram sob a guarda da repressão, segundo ela, numa casa clandestina, durante cerca de 20 dias. Depois, foram levados para Belo Horizonte, para ficar com o cunhado do César (o marido), policial do DOPS e torturador. Conta Amélia:

“Ele (irmão de César e tio das crianças) dizia para os meus filhos que o pai e a mãe eram terroristas, matando, assaltando supermercado. Depois, quando peguei meus filhos de volta, eles estavam arrasados. A Janaína, com sete anos, já tinha seio, ia ficar menstruada. Levei-a ao médico e ele disse que era preciso dar um remédio, porque, se ela

12 Damaris Lucena foi banida em troca da libertação do cônsul japonês seqüestrado pela VPR.

13 **Tribuna Operária** n. 9, 8-21 de março de 1980, p. 7.

ficasse menstruada com sete anos, não iria crescer mais. Quando ela estava com 28 anos, hoje está com 37, estava entrando na menopausa, porque foi tudo precoce. A Janaína amadureceu depressa para proteger o Edson. Eles só sobreviveram, porque eram dois. E o Edson, ao invés de amadurecer, ficou um bebê. Quando peguei ele de volta, ele não falava, não comia, era nanico, magro, desnutrido.”

A tortura psicológica também explorava as relações das torturadas com as genitoras ou outros membros da família, como relata Gilse:

“Com a Laudelina fizeram diferente: a mãe dela era muito nova, teve uma gravidez temporã. Detiveram a mãe dela, submeteram a um interrogatório cerrado e ela teve um aborto lá na hora. Usaram a mãe para torturá-la.”¹⁵

De acordo com a ótica invertida dos agentes de segurança, Laudelina era uma mulher particularmente fria, pois, além de não ceder diante de sua própria dor física e psicológica, ainda ‘provocara’ o aborto de sua mãe, portanto, a morte do seu (sua) próprio(a) irmão(ã). Do mesmo modo, a mãe de Laudelina via-se numa situação sem saída: denunciar sua própria filha, causando-lhe mais danos e talvez a própria morte ou correr o risco de perder o embrião que trazia em seu ventre. Em todos os casos, os torturadores atribuíam às militantes a carga moral dos atos de violência, que eles mesmos cometiam. Tal atitude fica patente em um outro trecho do depoimento de Gilse, quando esta se refere a sua filha:

“Depois que eles já tinham utilizado uma série de métodos comigo, no sentido de obterem as informações que queriam, começaram a me dizer, que eu tinha sido treinada pelos comunistas para sofrer, que eu não tinha medo de morrer e, por isso, não falava nada ; mas que eles queriam ver a hora em que estivessem com a minha filha lá, se eu ia ser durona desse jeito. Queriam ver se eu era mãe ou comunista desnaturada, que ia deixar minha filha ser torturada, ficar aleijada. (...) Essa fase de tortura psicológica, para a minha condição de mulher, de mãe, foi terrível! Muito mais do que a tortura física.”¹⁶

Embora a ameaça de torturar crianças tenha sido dita, algumas vezes, aos pais, não conheço nenhum relato de tortura realizado diante do genitor. Mas a

14 Criméia, quando foi presa, estava grávida.

15 JOFFILY, Mariana. p. 26.

repressão chegou a torturar fisicamente crianças na frente das mães, visando a aniquilar toda e qualquer resistência, como relata Eleonora:

“Fui presa com a Maria; ela tinha 1 ano e 10 meses. Eu fiquei muito fragilizada, o eixo dessa fragilidade era a minha filha, que não tinha escolhido (a militância). E os torturadores pegaram na (questão da) maternidade. Eu nunca vi na minha vida expressão tão violenta, tão desestruturadora, tão arrebatadora de poder de gênero, como vi na tortura, quando eles torturaram a Maria na minha frente e não torturaram na frente do pai. Não que eu quisesse isso, é claro! Mas, foi comigo (que eles utilizaram o recurso de torturar a filha), porque eu era fraca, eu era mulher, mãe”.

Como em todo tipo de tortura, os efeitos dessa modalidade estão longe de ser circunstanciais. As seqüelas físicas e psicológicas se estendem para os laços afetivos, que precisam ser muito sólidos para não se partirem em cacos. Como os pares mãe e filha, filha e mãe, mulher e marido poderão encarar-se após terem estado diante de uma situação extrema, num certo sentido em virtude do persistente mutismo de um dos seus elementos? Na ótica do discurso dominante, essas mulheres, mães, filhas e esposas falharam no seu papel social. Na verdade, os que sustentam esse discurso são os próprios agentes da violência real e simbólica, tentando obrigar as militantes a fazer uma ‘escolha’ entre seus próprios filhos (ou outros familiares) e os companheiros de militância. Trata-se, no entanto, de uma ‘escolha de Sofia’.¹⁷ Como se a responsabilidade pela decisão fosse das mulheres e não da repressão e dos carcereiros e torturadores, que as colocaram diante daquele dilema. Gilse Cosenza, Loreta Valadares e outras três mulheres que compunham o Inquérito Policial Militar (IPM) da Ação Popular, em Belo Horizonte, comandado pelo coronel Góes, mantiveram silêncio sobre suas atividades e seus contatos políticos. Trata-se de um caso particular de resistência feminina, que constitui matéria útil para o objetivo desta reflexão: o de confrontar uma determinada visão do papel feminino e algumas reações concretas, num dado momento histórico, associadas ao campo masculino. O discurso do responsável pelo IPM, ao longo do tempo em que essas militantes estiveram presas, foi se alterando. No início, não passavam de “cinco mulherzinhas pequenininhas”.¹⁸ Tempos depois, sucedeu-se a seguinte cena:

“Um dia, o coronel Góes, quando nós estávamos já no alojamento coletivo, mandou chamar nós cinco. Nos levou para uma sala e disse para

a gente que sabia que nós éramos inimigas perigosas mas que ele tinha que nos confessar que ele nos admirava muito. Que queria ter sob seu comando cinco homens com a fibra de nós cinco porque ele tinha que admitir que era muito difícil ter pessoas com aquela fibra.”¹⁹

A perspectiva mudara, mas o cerne do discurso dominante mantinha-se o mesmo: aquelas mulheres eram admiráveis, mas constituíam exceção, pois o coronel, mesmo querendo elementos com aquela fibra, continuava insistindo em ter homens sob seu comando.

Os relatos dessas mulheres evidenciam que a maternidade, ao invés de torná-las mais frágeis, mais vulneráveis, ajudou-as a construir uma trincheira de resistência. Isso fica patente na fala de Eleonora, ao afirmar:

“Ali, eu tive, de pronto, a percepção de que jamais esqueceria aquilo e não deixaria que ninguém esquecesse e cuidaria da minha filha para o resto da vida para que ela transformasse aquele sofrimento numa outra coisa.”

Também fica evidente na constatação de Gilse:

“Então, pensei: quer saber de um caso, eu vou ter que agüentar. Não vou falar! E tenho que me preparar para vê-la morrer ou ficar aleijada na minha frente. Porque se eu falar para salvá-la, primeiro não garanto salvar, porque eles podem matar do mesmo jeito, e também não garanto que eles vão me soltar, nem soltá-la. Porque nisso eles mentem, sempre. Então, para começar, não é garantido que fiquemos livres. Segundo: se eu falar, vão ser presas outras pessoas e vou ser responsável pelo que suceder a elas. Isso vai ser um peso que praticamente inviabiliza a minha vida. Não sei como é que vou conseguir viver com isso na cabeça. E acho que o próprio amor que eu tenho por ela faz com que ela seja para mim a representante mais próxima de todo o povo, que eu amo. E não posso desvincular o amor que tenho por ela do amor que todos os brasileiros têm direito de ter por seus filhos e que hoje não têm condições de dar a eles uma vida melhor. Tomei a decisão: não vou falar!”

17 Referência ao filme estrelado por Meryl Streep, em que um nazista a obriga a escolher entre um entre os dois filhos para ir para o campo de concentração.

18 JOFFILY, Mariana. *Op. cit.*, p. 26.

19 Idem. *Ibidem*, p. 32.

O fato é que, naquele ambiente de aniquilação e morte, elas transformaram a dor em resistência e fizeram valer a força da vida, como diz Amélia:

“Quando eu vejo o Joca vivo, eu não acredito! Que força da vida, não tenho explicação.”

Referências bibliográficas

ARANTES, Maria Auxiliadora. O pacto revelado. Psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Escuta, 2 ed. 1999.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de História. *In*: KOTHE, Flávio R. e FERNANDES, Florestan (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985. p 153-164.

BORDON, Susan. O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault. *In*: JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá - Guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade. Uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

COLIING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Albertina *et ali.* (org.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO - GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ E PE. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 64**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1965.

D'ARAÚJO, Maria Celina, *et ali.* (org.). **Os anos de chumbo - A memória militar a respeito da repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma, Edição da autora, 2002.

Diário da Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa Ômega, 1985.

ERNICA, Maurício. Cidadania – decidir entre humanos. Sessão “O assunto é”, sítio educarede.org.br, Texto baixado do sítio em setembro de 2004.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

FON, Antonio Carlos. **Tortura:** a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

FREIRE, Alípio *et ali.*(org). **Tiradentes, um presídio da ditadura – Memórias de presos políticos.** São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 1970.

JOFFILY, Bernardo. **Isto é Brasil 500 anos – Atlas Histórico.** São Paulo: Editora Três, 1998.

JOFFILY, Mariana Rangel. “...Vale a pena viver se a gente souber amar, se a gente souber lutar!” Trabalho realizado no curso de História. Universidade de São Paulo, 1996, mimeo.

KEHL, Maria Rita. Prefácio in KEIL, Ivete e TIBURI, Marcia (org). **O corpo torturado.** Porto Alegre, Escritos Editora, 2004.

MAIA, Dulce. A morte, a donzela e a caça dos pescadores. In: FREIRE, Alípio *et ali.* (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura – Memórias de presos políticos.** São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas Uma história dos anos 60.** São Paulo: Alfa Ômega, 1989.

MATHIEU, Nicole-Claude (org.). **L'arraisonnement des femmes: Essais en anthropologie des sexes.** Paris: Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

—————. Quand céder n'est pas consentir. In MATHIEU, Nicole-Claude (org.) **L'arraisonnement des femmes: Essais en anthropologie des sexes.** Paris, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

_____. Femmes, matière à penser... et a reproduire. In MATHIEU, Nicole-Claude (org.) *L'arrondissement des femmes: Essais en anthropologie des sexes*. Paris, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MORAES, Jô. **Uma história para Érica** – Fragmentos da vida sob a ditadura militar. Belo Horizonte: O lutador, 2002.

MOURA, Mariluce. **A revolta das vísceras**. Rio de Janeiro: Códice, 1982.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **As relações de gênero entre pais e filhas/os na solidão da tortura: reflexão de uma experiência**. Trabalho apresentado no GT Família e Sociedade, ANPOCS – XX Encontro Anual, outubro de 1996. Caxambu, MG (mimeo).

_____. Reconstruindo práticas de liberdade. In: FREIRE, Alípio. *et ali.* (orgs.). **Tiradentes, um presídio da ditadura: Memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

_____. A prática feminista e o gênero na construção do conhecimento. In *Feminismos e Gênero em Sociedade e Estado*, Revista Semestral de Sociologia, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/Paralelo 15, Brasília, v. XII, no. 2, p. 329-339, jul/dez. 1997.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de (org.). **Militares: pensamento e ação política**. São Paulo: Papyrus, 1987.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. **Perfil dos atingidos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1988.

RANGEL, Olivia. A punição da maternidade. **Princípios**. São Paulo, C 42, p. 47-51, maio//jul 1994.

RANGEL, Olivia e BEBELA, Maria Isabel. Resistência feminina à ditadura militar. *Presença da Mulher*. São Paulo, Anita, n. 33, pp. 18-21, dezembro 1998 e janeiro-fevereiro 1999.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

ROWBOTHAM, Sheila. **La mujer ignorada por la historia**. Madrid: Debate. 1980.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio - Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1992.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b. 4º capítulo ampliado. Inédito.

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória Particular. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez Editora, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SAUTCHUK, Jaime. **Luta armada no Brasil dos anos 60 e 70**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

VALADARES, Loreta. A visibilidade do invisível. *Presença da Mulher*, São Paulo, nº 31, p. 38-42, abril 1998.



DEPOIMENTOS

MEMORIA, EXPERIENCIA POLÍTICA Y TESTIMONIO

Alejandra Ciriza

En memoria de los y las nuestros/nuestras

A manera de introducción, a sabiendas de la distancia que media entre el decir y lo dicho, entre una instancia de escritura argumentativa y un testimonio, aún cuando éste haya sido escrito, me empeño en agregar tardíamente algunas reflexiones sobre las nociones de testimonio, memoria y política, procurando mantener el registro del texto inicial, que fue leído durante el cierre del *Colóquio Internacional Género, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*, el 7 de mayo de 2009, en compañía de muchas personas con quienes compartimos nuestros testimonios.

Maria Amélia de Almeida Teles, de Brasil, Miriam Suárez, de Bolivia y yo pondríamos palabra, en esa mesa singular, a nuestras respectivas (y por cierto diversas) experiencias políticas, habidas en territorios unidos en un cierto sentido, pero a la vez suficientemente distantes, tanto en el tiempo como en el espacio como para que, al menos a mí, me resultara necesaria la formulación de algunas puntuaciones sobre mi propia palabra y sobre el sentido político que tenía y tiene el acto de poner en común historias cuyas fracturas impiden percibir cuánto es posible anudar y construir hacia adelante, cuánto es necesario hilvanar hacia atrás. Ilustrábamos, en un escenario mínimo, uno de los dilemas teóricos que han desvelado a quienes se ocupan de la cuestión de las relaciones entre historia y memoria, a saber: la relación entre experiencia individual y colectiva que el testimonio plantea, la tensión entre la singularidad inevitable del testimonio, en cuanto puesta en palabra de una experiencia y un recorrido peculiar, y la posibilidad de iluminar los procesos históricos que tuvieron lugar en el Cono Sur entre los años 1964 y 1990 aproximadamente. Desde luego la singularidad de la que se trata difiere de la del individuo sin atributos, pues la capacidad de recordar/olvidar de los/las sujetos se halla vinculada, o tal vez debiera decir determinada, en el sentido que Williams (1990) atribuye a la palabra, por los límites y presiones que establecen las condiciones históricas y político-sociales bajo las cuales se lo

hace¹. Como bien supo verlo Halbwachs (2004), la memoria es un terreno ligado a la subjetividad, sin embargo tal subjetividad no es la de un individuo abstracto, sino la de un/una sujeto marcado por las relaciones entre las generaciones y los modos de transmisión de lo acontecido, por el singular itinerario de cada sujeto al interior de un cierto colectivo². Por decirlo a la manera de Said (1996) y de Thompson (2002), pero también de las teóricas feministas, un/una sujeto rememora y testimonia a partir de las marcas de clase, de las coordenadas de la ubicación social y geográfica desde la cual mira, marcado/a por el interés que guía la producción de esa memoria y por las huellas que esa historia dejó en su cuerpo, en su inconsciente, por la multitud de aprendizajes superpuestos y cambiantes que configuran sus experiencias³.

De allí que las memorias lo sean en conflicto. Gramsci (1996) y Benjamin (1992) han señalado, en registros diferenciales, esta idea de que sólo las clases dominantes pueden tener de sí una visión continua y coherente. Dispersas/os (o tal vez sea más preciso decir dispersadas/os) los y las subalternos y subalternas tienen de sí registros fracturados por las derrotas y los largos reflujos, por la interrupción de los lazos, ligada a la clandestinidad, al aislamiento y silenciamiento causado por la

-
1. La idea de Williams, según la cual son las condiciones materiales de existencia las que determinan las formas de conciencia y su detenimiento sobre la noción de determinación como fijación de límites y presiones, es particularmente fructífera para pensar en las formas y contenidos que adquieren las memorias y las modulaciones de los testimonios personales. Cf. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y Literatura*. Barcelona: Península, 1990.
 2. El trabajo clásico de Halbwachs proporciona algunas indicaciones valiosas respecto de las tensiones que habitan al relato testimonial. Incurablemente marcado por la subjetividad y el interés individual, la memoria individual se inscribe en un marco colectivo, social, que le proporciona hitos, recorridos posibles, carriles sociales por los cuales discurre cada itinerario singular. La mirada de Halbwachs está impregnada por la necesidad de distinguir entre la memoria colectiva, vinculada al registro parcial acerca de lo acontecido y la historia como conocimiento universal y objetivo. Su texto se halla presente en debates actuales a propósito de lo que se ha conocido como "la explosión de la memoria". Cf. HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. Trad. Inés Sancho Arroyo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. [*La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968].
 3. Las útiles reflexiones de Edward Said respecto de la antropología probablemente proporcionen pistas para pensar la relación entre quien testimonia y quien escucha esa palabra desde un interés, por así decir, científico. Quien testimonia, en condiciones como las referidas a las dictaduras del cono sur, a menudo procura restituir en algún punto las profundas grietas que surcan la memoria de los/las vencidos/as. No existe, señala Said, ninguna posibilidad de juzgar la relación con el otro/la otra por fuera de las relaciones entre culturas, entre poderes y lugares desiguales. No hay forma de juzgar, evaluar, interpretar, por fuera de los intereses, las emociones, los compromisos académicos, económicos y políticos que los sujetos portan. La escucha de la palabra de otro/otra debiera tener siempre presente la tensión que existe entre el deseo humano de conocer y las relaciones sociales y políticas existentes, basadas en el ejercicio de diversas formas de dominación. No es bajo un cielo libre, sino bajo una serie de regulaciones sociales (y la academia está cruzada por esas relaciones) que se produce conocimiento. Cf. SAID, Edward. Representar al colonizado. Los interlocutores de la antropología. In: GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz. *Cultura y tercer Mundo*, Vol. 1. Cambios en el saber académico. Caracas: Nueva Sociedad, 1996, p. 28-58.

violencia del terror, y al peso que sus secretas continuidades produce en las vidas de quienes sostienen perspectivas políticas disidentes. Por decirlo rápidamente ¿cómo hablar de lucha armada después del “por algo habrá sido” y de la demonización de los terroristas subversivos, tan responsables como el Estado terrorista de la brutalidad de la represión y sus consecuencias sociales y humanas? ¿Cómo resituar la violencia política en contexto después del anatema predicado por Oscar del Barco en su “No matarás”⁴.

De las *Tesis de Filosofía de la Historia* (1982) deriva la idea de que historia y política, memoria y política, temporalidad y política son terrenos a los que apenas podemos acceder por iluminaciones discontinuas, asediados por la necesidad de hallar los momentos de detención mesiánica del acaecer, esos en los que hubo alguna chance revolucionaria, impulsados e impulsadas por esa débil herencia que nos ha de permitir hacer saltar el cuadrante de los relojes⁵. En procura de la revolución, en procura del pasado oprimido, la rememoración de nuestro pasado es una tarea ética y política, que supone la búsqueda de alguna forma de aproximación que nos devuelva, por breves y fugaces destellos, una expectativa de la redención aún cuando ella sea discontinua, pues ni nuestros muertos estarán en paz si el enemigo vence. Y ese enemigo, durante mucho tiempo, aún hoy, no ha dejado de vencer⁶.

Si la memoria es terreno de disputa por imponer una visión del mundo, terreno incierto de pertinaz búsqueda de los lazos que nos ligan con los/las nuestros/as, también lo es, por continuar en el registro benjaminiano, de la moda, de las recurrentes preocupaciones memorialistas e, incluso, por qué no, de academiización del debate⁷.

En el caso argentino el terreno está marcado por hitos ligados a la lucha por establecer una versión acerca de lo acontecido en los años del terror. Señalizado por las iniciativas de las clases dominantes, por la emergencia de nuevos sujetos, por la transformación de los escenarios, por el establecimiento de versiones que se

-
4. Oscar del Barco publicó en el número 17 de la revista mensual de política y cultura *La Intemperie*, con sede en la Provincia de Córdoba, una carta titulada “No matarás” a propósito del testimonio de Héctor Jouvé, quien formara parte del Ejército Guerrillero del Pueblo, una pequeña organización armada que protagonizó breve experiencia guerrillera en Salta, en el año 1964. La carta de Del Barco, una revisión en tono profético y ferozmente crítico de su propia experiencia, dio lugar a una larga polémica. La carta y los debates posteriores se pueden ver en: *El interpretador. Literatura, arte y pensamiento*, N. 15, junio de 2005. Disponible on-line en: <http://www.elinterpretador.net/15EnDiscusion-Presentacion.htm>. Acceso en agosto de 2009.
 5. BENJAMIN, Walter. Tesis de Filosofía de la historia. In: *Para una crítica de la Violencia*. Trad. Pedro Sandoval. México: La nave de los locos, 1982, p. 99-132.
 6. Cf. GRAMSCI, Antonio. La formación de los intelectuales. In: Antología, selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1986, p. 388-396; GRAMSCI, Antonio. Apuntes sobre la historia de las clases subalternas. Criterios metódicos. In: GRAMSCI, *Op. Cit.*, p. 491-494.
 7. Cf. las reflexiones respecto del retorno de la problemática de la memoria en OBERTI, Alejandra; PITTALUGA Roberto. *Memorias en montaje. Escrituras de la militancia y pensamiento sobre la historia*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2006, p. 22-24.

pretendían de alguna manera definitivas o, en todo caso, hegemónicas. Entre el 24 de marzo de 1976 y el reciente juicio por la desaparición de Floreal Avellaneda no sólo han transcurrido 33 años. Por decirlo a la manera de Benjamin, el tiempo de la rememoración no está vacío, ha proporcionado escenarios diversos para la puesta en curso de los testimonios, desde la escena impensada para la Junta Militar que se inauguró con la emergencia de las Madres de Plaza de Mayo hasta los testimonios por verdad y justicia, entre ellos el del inolvidable Julio López, desaparecido el 18 de septiembre de 2006 tras testimoniar ante el 1^{er} Tribunal Oral Federal en la Ciudad de La Plata, durante el juicio que se seguía a Miguel Etchecolatz. Respecto de esos avatares constrictivos de la memoria, lo que Raymond Williams (1990) hubiera llamado el espacio de límites y presiones en que se despliegan las estrategias y discursos de los subalternos, Oberti y Pittaluga señalan:

“Relatos como el de la ‘república perdida’ y la teoría de los dos demonios clausuraban antes que abrían las miradas sobre el pasado. Es el período en el que el dicho popular de la época de la dictadura para nombrar la desaparición — ‘algo habrán hecho’ — es reemplazado con ese otro que sanciona la desresponsabilización genérica de una sociedad que se planta ante su pasado como si fuera ajeno: ‘nosotros no sabíamos’. Durante esos iniciales años de la post-dictadura, incluso las formas testimoniales predominantes (...) estuvieron orientadas primero por la estrategia de la denuncia del Terrorismo de Estado y luego por la necesidad de la construcción de prueba judicial... Entre los efectos de este necesario proceso estuvo el fortalecimiento de ciertas figuras y modos de ejercicio de la memoria que constriñeron *los temas posibles de investigación* al modelar un campo de determinaciones o presiones sobre las formas de exploración del pasado reciente”⁸.

El campo de la memoria es, por decirlo de alguna manera, un campo de bordes inestables, que involucra sujetos vinculados a diversas tradiciones teóricas y políticas, un espacio donde el interés emancipatorio y el cognoscitivo se solapan sin hallar límites precisos. Probablemente a esto se deba que quienes investigan sobre memoria procuren para sí el “mismo lugar” de legitimidad que quienes atravesaron por los avatares de la dictadura y perdieron a quienes por

8. OBERTI; PITTALUGA, *Op. Cit.*, p. 24. El destacado es mío. Indudablemente el interés que Oberti y Pittaluga mantienen respecto de la cuestión de la memoria está vinculado a una cierta valoración del interés cognoscitivo por sobre otros. A menudo quienes habitan la academia se asumen a sí mismos como los depositarios de un cierto privilegio interpretativo, como los custodios de una verdad que aspira en algún punto a pronunciar la última palabra en un terreno sujeto a permanente disputa y, por ello, inestable y conflictivo.

entonces no quedaba otra alternativa que denominar “nuestros seres queridos”, por decirlo con las palabras de Mariú Carrera⁹. Se recusa la autoridad de quienes atravesaron pérdidas personales y familiares, la tortura, el exilio, la prisión política, señalando con justeza el riesgo de suponer verdad cuando ella está basada en la sangre derramada y en el padecimiento, pero se pasa por alto las relaciones asimétricas de poder que a menudo se instauran en esta batalla por la verdad y el conocimiento, a la vez que se sutura demasiado rápidamente la distancia que existe entre estos dos escenarios diferenciales, pero inevitablemente relacionados cuando se habla de testimonio y memoria: el de las prácticas políticas y el del campo del saber, un campo en el que también se juegan privilegios y acumulaciones.

En esa dirección conviene señalar los puntos de tensión localizables en muchos de los textos que se ocupan del asunto de la memoria, entre ellos el de Elizabeth Jelin¹⁰. En *Los trabajos de la memoria* Jelin plantea una distinción, por cierto problemática, entre “emprendedores” y “militantes” de la memoria a la vez que retoma la idea de Todorov (por cierto también conflictiva) de “abusos de la memoria”¹¹. En la perspectiva de Jelin, los militantes de la memoria estarían fijados al pasado, ubicándose como guardianes de una verdad que deriva del sufrimiento, mientras los emprendedores “saben muy bien que su éxito depende de reproducciones ampliadas y de aperturas de nuevos proyectos y nuevos espacios. Y allí reside la posibilidad de un *ñande* y de la acción de la memoria ejemplar” por contraposición al ore excluyente¹². La dificultad se halla, precisamente, en que la memoria de lo acontecido es tanto singular como social, tanto ligada a los avatares del inconsciente de sujetos portadores de un dolor que sólo se puede tramitar singularmente, como a los espacios sociales y políticos de debate. La singularidad y brutalidad de la desaparición de personas, cada una de ellas irremplazable, hace necesaria la elaboración personal del duelo. Una doble temporalidad cruza el proceso: la de la tramitación subjetiva de la pérdida y la de los tiempos históricos y los acontecimientos sociales. Atravesada por el inconsciente individual, por los alcances y cegueras de la propia experiencia, por los conflictos sociales y políticos, la cuestión de la memoria es enormemente compleja. De allí la dificultad de un lugar supuesto al saber, de un pretendido espacio de pacificación desde el cual sería posible establecer “la verdad”, la última palabra. Si alguno hubiera, éste no se halla garantizado por el interés de conocer (que es a menudo también interés por dominar), o simple consideración del otro/ la otra como sujeto despojado de determinaciones, puro objeto de “curiosidad

9. CARRERA, Mariú. *Crónica de un ancho presente*. Buenos Aires: Dunken, 2006.

10. JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

11. Cf. TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, (1995) 2000.

12. JELIN, *Op. Cit.*, p. 62.

científica”, insecto a diseccionar por pura pasión cognoscitiva, como alguna vez hicieron los/las antropólogos/as con los/las sujetos que vivían y procedían de las sociedades colonizadas. Un sujeto dominaría la escena, portador de una posibilidad de acceso privilegiado a la verdad debido a su capacidad para construir un “nosotros” incluyente debido a su no aferramiento a los destinos singulares de los/las detenidos/as-desaparecidos/as, iluminado por la distancia que no tienen ni pueden tener los/las familiares y los/las sujetos que protagonizaron esa historia, presos en la especularidad, aferrados (se supone) tenaz e irreflexivamente al pasado¹³.

Si bien coincido parcialmente con Oberti y Pittaluga, con Jelin y Todorov, respecto de la necesidad de un cierto distanciamiento (que prefiero llamar elaboración) que permita recordar más bien que repetir, desasidos/as de la compulsión a la repetición que irrumpe con fidelidad indeseada, entiendo que el dilema que se juega en el terreno de la memoria es el de las políticas de la memoria, en un territorio que incluye necesariamente a quienes, con sus testimonios y prácticas, colaboran y han colaborado en la tarea de recomponer un relato sobre lo acontecido¹⁴. Relatos que son, por cierto, aún y a pesar de los años transcurridos, fragmentarios e incluso fracturados, vulnerables, en persistente estado de emergencia, ubicados como están en un espacio marcado aún por la impunidad, cercado por la vigilante presión ejercida por quienes han heredado y sostienen el proyecto de las clases dominantes, por cierto transformado, pero no menos brutal, tras la ola de políticas neoliberales que arrojara a una enorme cantidad de latinoamericanos y latinoamericanas a la pobreza, hasta convertir a nuestro subcontinente en la región más desigual del planeta.

De la experiencia y el testimonio

La experiencia remite, según han establecido, entre otros, los intelectuales ingleses pertenecientes al círculo de Birmingham, a comportamientos, acciones,

-
13. Sobre la cuestión de la especularidad conviene recordar el sentido que le asigna Lacan. Ella constituye, según el psicoanalista francés, “un drama. El sujeto se precipita de la insuficiencia a la anticipación. El sujeto es presa de una identificación ilusoria que va desde la imagen fragmentada hasta la ortopedia de su totalidad a la armadura de una identidad enajenante”. LACAN, Jacques. El estadio del espejo como formador de la función del yo. In: Escritos 1, Trad. Tomás Segovia. Buenos Aires: Siglo XXI, 1988, p. 90.
 14. La cuestión del olvido, la repetición, el recuerdo son asuntos que, en el campo de la memoria, hacen relevante la consideración de herramientas conceptuales procedentes del psicoanálisis. Freud, en *Más allá del principio del placer*, había señalado la diferencia entre repetir y recordar. Preso del padecimiento psíquico y de la neurosis el sujeto “(...) se ve forzado a repetir lo reprimido como vivencia presente en vez de recordarlo (...) en calidad de fragmento del pasado. Esta reproducción emerge con fidelidad no deseada (...)” FREUD, Sigmund. *Más allá del principio del placer*. In: *Obras Completas*. Vol. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001, p. 18.

Porous, reflexivas, sentidas, parciais, participativas, angustiantes, pela ma depegasos e eliminando a resistir à la subjetividad, a una subjetividad (1964) e 1985) e cada y six Oida, pero a la vez se halla vinculada y determinada por condiciones materiales de existencia no elegidas por el sujeto.

Este debate registra prácticas y experiencias pasadas, cuando se debata la cuestión de la vida, cuando experimento y los pensamientos a serie de células que procurará, ni no de conciliar, a la noción de las prácticas y las prácticas involucradas.

Me interesa retener el relato de la noción de experiencia de esta idea, es sostenida por Thompson (2003) de que la experiencia es cada campo de prácticas (1996, p. 89) nudas, pero vinculadas a condiciones no elegidas, que articula varias dimensiones de la vida: económica, social, política, cultural, incluidas los efectos políticos de la detención, en particular, la resistencia a la tortura, dentro de las prisiones, una vez el cuerpo se transformó en campo de batalla.

Un cuerpo que hacemos con él, como nos vestimos, nos alimentamos, nos graduamos, entre otras cosas, constituye un conjunto material de nuestra delimitada. Por medio de que expresamos, nos sentimos, nos comunicamos, Bourdieu (1999) este cuerpo puede modificarse, disolverse lentamente y también, reproducir. En algunos momentos históricos, transformarse abruptamente e incluso olvidarse, se afirma también silenciosamente¹⁵. Noción ambigua, la experiencia incluye la repetición de la vida cotidiana, pero también los acontecimientos decisivos, como las transformaciones en la vida cotidiana. E no apenas un texto de cultura, que también un lugar práctico e irreto de ejercer varias formas de control social. E nossa força e nossa fragilidade. Não por acaso, como afirma Dom Paulo Evaristo Arns (1965), no Prefácio ao *Dossie dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964*.

La vida, encarnada, sexuada, la noción de experiencia permite recordar que, más que de relatos homologables a cualquier otro relato, los testimonios remiten a tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários de Estado, em nossa pátria Brasileira,

El debate sobre la relación entre experiencia y testimonio es muy amplio. Me limitaré a retomar la conocida crítica de Scott (1999) quien se ocupa de refutar psicológicamente e humanamente, tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais da Medicina e de grupos militares e paramilitares durante 16

15. Los/las sujetos de nuestras vidas cotidianas una serie de prácticas menudas, inadvertidas, pequeños gestos y acciones que suceden como si no sucedieran, sometidas a la repetición, o a variaciones leves, tan leves que no las registramos en el nivel consciente, las incorporamos y naturalizamos insensiblemente en distintos aspectos de nuestras vidas, en el trabajo productivo que posee valor histórico, social e cultural. El contenido de cuerpo dice respecto a las concepciones dominantes del mundo. Precisamente porque las hemos ido incorporando silenciosamente, a través de una serie de prácticas silenciosas, de pasos leves y atenuados que resultan ce (consigne pueramente como os corpos que os objetos). Quisiera por eso é o organismo

através de que se dá as experiências vividas, pela inteligência e pelo desejo de las percepciones pasivas, de la unificación de las prácticas y de las representaciones (es decir, el equivalente históricamente constituido, por lo tanto históricamente situado, de eso y que hay gem e todas as potencialidades do indivíduo de se apropriar de suas vivências históricas).

significa que é por meio do conteúdo de corpo que podemos compreender o modo particular como cada um organiza e sente tudo o que vive, atribuindo sentido a cada experiência. A capacidade de lembrar, por exemplo, depende de condições

biográficas. In: *Razões Práticas*. Barcelona: Anagrama, 1999, p. 77.

“anatomías basadas en lo que experimenta” en un ritual forma de vida al que suso no significa-
 dos; luego Scott (1999) proclama la admisión de la potencia de la experiencia política. La eta
 Visión a esó que emerge la idea de que el discurso contribuya que reproduzca los sistemas
 ideológicos dominantes. En segundo lugar sostiene que la noción thompsoniana
 de experiencia como se refiere a algún sujeto (la clase) preconstituido que tendría,
 post-hera experiencia una objeción en mi entender paradójica, pues precisamente
 Thompson se plantea: “la noción de clase entraña la noción de relación... un pro-
 ceso fluido que elude el análisis si intentamos detenerlo en seco...”¹⁸. En tercer
 lugar (y tras realizar un largo recorrido que este texto no tiene la pretensión de
 abarcar) Scott (1999) llega al nudo de su argumentación: la noción de experiencia
 encubre que toda experiencia se dice en un lenguaje. La separación entre un ám-
 bito de la experiencia y un espacio de decibilidad la induce a

en sus riquezas/infinitas

“rechazar una separación entre la ‘experiencia’ y el lenguaje, e insis-
 tir en cambio en la cualidad productiva del discurso. Los sujetos se

que atacan, se encuentran constituyen discursivamente, pero existen conflictos entre los sistemas

discursivos y la experiencia es un hecho lingüístico (no sucede por

fuera de los significados establecidos), pero tampoco queda encerrada

en un orden fijo de significación”¹⁹.

cada piedra escavada

Desde la perspectiva que procuro sostener el testimonio, si bien articulado

en un relato analizable en términos de discurso, excede con mucho el campo de

los enunciados disponibles como discursos decibles para interrogar la articula-
 ción entre el decir y lo dicho. Como ha señalado Andrea Andújar, “el testimonio

e a certeza/ de mais um dia implica la voluntad de rescatar la propia experiencia en su enlace con lo colec-
 conquistado

tivo, con las experiencias de la comunidad”²⁰ y suele ser, como supo verlo Shari

Stone-Mediatore, un recurso inestimable para la reflexión crítica, aún cuando no sea

Como afirma Oliveira, una evidencia indubitable y menos aún neutra²¹. En efecto, como ha señalado esta

O corpo é nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo, e é nesta casa,

18. THOMPSON, Lynn. *Compromiso y género: la compleja perspectiva de Marx, que cada tanto*

conviene recordar. En *El 18 brumario de Luis Bonaparte* dice Marx sobre la experiencia de “los

hombres” (los seres humanos, varones y mujeres, seguramente diríamos muchos y muchas de

ocorre con los procesos penales, siempre atendido a intereses de clase e

nosotros) que, “hacen su propia historia pero no la hacen a su libre arbitrio, bajo circunstancias

elegidas por ellos mismos, sino en condiciones dadas que se repiten, que condicionan cada

acción humana y que ella misma condiciona cada acto posterior, por la división sexual

de las actividades entre los sexos. La casa en la que nos encontramos es un cuerpo

19. SCOTT, Joan. *La experiencia como prueba*. In: CARBONELL, Naura; FORRÁS, Mtri (Compa-
 doras). *Feminismos literarios*. Madrid: Arco libros, 1999, p. 106.

20. ANDÚJAR, Andrea. *Relatos desahantes, recuerdos en disputa: género, memoria e historia, leído*

en las *Voluntades de sujetos en el cuerpo torturado*. (OLIVEIRA, A. Ciriza, 1996, p. 112).

21. STONE-MEDIATORE, Shari. *Chandra Mohanty y la revaloración de la experiencia*. Trad. Ana

Para el psicólogo Carlos Villamos, uno de los grandes autores de la Comisión Na-

autora, la experiencia no involucra sólo el mundo de lo percibido, sino las emociones, compromisos, una dimensión que ella llama “visceral” de la experiencia, esa dimensión indecible que le hace decir a Lévi que existe siempre, en todo testimonio, un resto intestimoniable, y que le hace especificar a Stone-Mediatore que no se trata simplemente de cualidades vinculadas a la visión, sino de la articulación de la experiencia personal a la lucha política: “Tales textos no privilegian simplemente lo personal sobre lo político. Más bien re-escriben la ‘experiencia personal’ como parte de la lucha común mientras contribuyen a la memoria colectiva que sustenta a las comunidades políticas”²².

Es precisamente esta inscripción de los testimonios en las prácticas lo que hace de ellos arena de disputa. Una vez dicho, deja de pertenecernos, a la vez que permanece marcado por nuestra singularidad. Puede remitirse al sujeto que lo puso en acto, pero se halla también sujeto a la trama del lenguaje y a las condiciones históricas en que se lo pronunció. Objetivado, lo dicho toma una vida que no nos pertenece, sujeto a resignificaciones, a trivialización y elaboraciones divergentes del sentido que quien lo produjo hubieran deseado imprimir e incluso preservar.

La dificultad del testimonio no reside sólo en su referencia al registro de la subjetividad, a las determinaciones (en el sentido de límites y presiones) del momento y lugar donde se produjo, sino a las dificultades que genera el sentido fugitivo de las palabras. A menudo nos empeñamos en múltiples aclaraciones en procura de un sentido que nunca será único aún cuando tenga, por decirlo en términos de Stuart Hall (1992), una estructura de significación que intenta orientar la lectura, cierres y codificaciones que indican al intérprete/escucha/lector sentidos preferenciales. Se puede intentar orientar en una dirección preferencial de lectura, pero tales intenciones no garantizan el proceso de decodificación. No hay una correspondencia natural entre codificación y decodificación²³.

En oposición al archivo, que designa el sistema de relaciones entre lo no dicho y lo dicho, el testimonio es el sistema de relaciones entre el dentro y el fuera de la lengua, entre lo decible y lo indecible en cada lengua. Agamben ha señalado que mientras el archivo coloca al sujeto como una posición vacía, en el testimonio el lugar del sujeto, de su toma de palabra, de la diferencia entre el hablar y el callar deviene la cuestión decisiva²⁴.

Poner palabra a lo acontecido constituye sin duda un acto político que remite no sólo al relato sobre lo sucedido sino a la oscilación entre aquello que se puede y lo que no puede decirse, un intento de recuperar la leve presencia fugitiva de los nuestros en las palabras, a sabiendas de que se trata de un gesto

22. STONE-MEDIATORE, *Op.Cit.*, p. 99.

23. HALL, Stuart. *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-79*. London: Routledge, 1992.

24. AGAMBEN, Giorgio. *Quel qui resta di Auschwitz, L'archivio, e il testimone, Homo sacer III*. Torino: Bollatti Boringhieri, 2002.

político articulado a nuestras prácticas y no el acto de restauración de una escena originaria perdida. No sólo demanda de “inocencia” de “víctimas del terrorismo del estado genocida” ni glorificación acrítica del pasado, el testimonio tiene para mí, y creo que para quienes pusimos palabras a nuestras trayectorias políticas, un sentido que apunta a horadar su congelamiento, su reificación como cosa a exhibir en los museos de la memoria, pero también su objetivación, la conversión de nuestras palabras, aún cuando en algún punto ya ajenas, en puro objeto de curiosidad científica que, aún con las mejores intenciones, sólo contempla un sujeto, aquel que, distanciado, se proclama a sí mismo “no militante”.

Testimonio

“‘Ellos’ son ‘los que están arriba’; la ‘crema y nata’, quienes te pagan la incapacidad, los que te multan, los que te mandan a la guerra, los que ‘pueden ser más que tú’ y ocasionaron, en los años treinta, que las familias se dividieran (...) ‘Ellos’ no son confiables (...) son todos de doble cara’, (...) ‘están confabulados’, ‘te despreciarán siempre’ y ‘te tratarán como si fueras basura’. En Inglaterra...en este siglo ‘ellos’ ya no tiene una connotación violenta. No es el **‘ellos’ del proletariado de algunos países europeos, de la policía secreta, de la brutalidad manifiesta y de las desapariciones repentinas**. Sin embargo existe, con cierta razón, el sentimiento entre la clase obrera de que a menudo están en desventaja; de que la ley está más bien en su contra y que pesa más sobre ellos que sobre otros grupos”²⁵.

Con estas palabras caracteriza Hoggart (1990) la partición fundamental que percibía en el campo social la clase obrera inglesa en los años 50. Esta percepción del mundo continúa orientando mi perspectiva, sobre todo si se tiene en cuenta que “ellos” han hecho gala de brutalidad manifiesta, al menos en Argentina, durante los últimos 33 años.

Hacia atrás, pero también hacia delante. Sobrevivir y testimoniar

Tiempo

Ñaupaman Rishun, la idea que los pueblos indios de nuestra América tienen de la temporalidad, ilustra con bastante fidelidad la noción del tiempo que me ha acompañado durante estos treinta y tres años desde que, un 24 de marzo de

25. HOGGART, Richard. *La cultura obrera en la sociedad de masas*. México: Grijalbo, 1990, p. 90.

1976, la dictadura más asesina que haya asolado mi país, Argentina, iniciaba su aterrador recorrido.

No es que no hubiera habido represiones ni dictaduras anteriores, sino que se trata de que entonces se iniciaba una que aplicó una metodología hasta entonces inédita: no sólo se fusiló, encarceló, torturó, sino que los militares inauguraron una nueva forma de tratamiento del adversario o la adversaria políticos: la detención — desaparición forzada de personas.

Milité en una organización político-militar, el PRT-ERP²⁶. Tal vez eso explique más de lo que yo misma desearía. Lo cierto es que me incorporé tardíamente respecto del tiempo de la revolución. Lo hice cuando la orden de exterminio ya había sido impartida por el gobierno de María Estela Martínez de Perón. Lo hice bajo condiciones no elegidas, bajo las presiones y límites que impuso el reflujó de una de esas oportunidades en las que los y las condenados de la tierra realizan una de sus recurrentes tentativas por tomar el cielo por asalto.

La revolución, que como dice Andrés Rivera (2007), es “un sueño eterno”, poblaba mi imaginación política, como la de muchos y muchas de los jóvenes y las jóvenes de mi generación. Habríamos de inaugurar un tiempo nuevo²⁷.

En esa trayectoria colectiva e individual, en ese tiempo denso en que se produce lo que Walter Benjamin llama “el salto dialéctico”, ese que bajo el cielo

26. El PRT fue una organización política de orientación guevarista que se formó como producto de la articulación de dos fuerzas previamente existentes, el FRIP (Frente Revolucionario Indoamericano Popular) y Palabra Obrera (PO) de orientación trotskista. Ambos grupos venían de compartir una experiencia ligada a la lucha de los gremios de trabajadores de la industria del azúcar (FOTIA), en la provincia de Tucumán. La alianza FRIP-PO se produce a partir de la relación de Mario Roberto Santucho con Leandro Fote, dirigente azucarero miembro de Palabra Obrera, y se concreta el 25 de mayo de 1965. Existieron desde el comienzo tensiones políticas vinculadas tanto con la cuestión de la lucha armada, que había sido ya asunto de debate entre Ángel Bengoechea, y Nahuel Moreno (Hugo Bressano), como relativas a la orientación ideológica del nuevo partido, al carácter y las vías de la revolución. La cuestión de la lucha armada fue el eje de la disputa que, agudizada en el interior del PRT en 1968, finalizaría varios años después con el alejamiento de la fracción dirigida por Bressano, pues el IV Congreso había votado como línea estratégica la guerra revolucionaria. Tras el IV Congreso se produce un período de cinco años de lucha interna que termina en el V Congreso con la decisión de crear el ERP y el alejamiento definitivo de la fracción morenista. El 19 de julio de 1976 caen en combate con el ejército Santucho y Urteaga, en un departamento de Villa Martelli que pertenecía a Domingo Mena. Ese mismo día fueron capturados, llevados a Campo de Mayo, y continúan desaparecidos/as Liliana Delfino (compañera de Santucho), Ana María Lanzilotto, embarazada de 7 meses, Domingo Mena y el pequeño hijo de Urteaga. Había sido secuestrado ese mismo día Fernando Gertel. En un día, con la excepción de dos militantes: Arnold Kremer (Luis Mattini) y Eduardo Merbillá, había caído en pleno el buró político del PRT-ERP. Se produciría un duro y doloroso repliegue. En 1979, se reunió el último congreso, en París, con unos 100 militantes. Cf. SANTIS, Daniel de. *A vencer o morir. Historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Nuestra América, 2004; MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP de Tucumán a La Tablada*. Buenos Aires: Editorial de La Campana, 1996.

27. RIVERA, Andrés. *La revolución es un sueño eterno*. Buenos Aires: Seix Barral, 2007.

libre de la historia” produce la revolución, algunas y algunos sobrevivimos y otras y otros perdieron la vida y la libertad²⁸.

Nosotras, las feministas de izquierda

Para mí, que transité las experiencias más decisivas de mi vida personal y política en los años setenta, se trata de mantener una relación ambivalente con el tiempo, recordar hacia atrás, y a la vez mirar hacia adelante, en una tensión inevitable entre nuestras raíces y nuestras esperanzas, entre nuestros sueños y utopías y las determinaciones de lo dado. También se trata de tramitar y sostener la tensión siempre irresuelta que implica la pertenencia a una doble tradición: ser de izquierda y ser feminista; ser feminista y ser de izquierda. Muchas de nosotras procuramos mantenerla apostando a sostener una perspectiva que tuviera en cuenta la relación clase/género sexual a sabiendas de que no pocas veces sucedería aquello que Heidi Hartmann había señalado: algo en las demandas feministas producía (y aún produce) una cierta incomodidad en los espacios de militancia²⁹. Tal vez a ello deba mi obsesión por la historia, por recuperar las marcas que pueda hallar del movimiento de mujeres en Argentina, y las de quienes buscábamos la transformación radical del capitalismo, con la convicción de que la vida misma, humana y natural, es incompatible con su lógica. En Argentina sucedió que de las condiciones impuestas por la dictadura y de las formas de resistencia resultó la (re)emergencia, si hemos de creerle a Gramsci (1996), del movimiento de mujeres, inesperadas antagonistas bajo las brutales condiciones de la dictadura.

De mi parte he sido feminista desde que guardo memoria. Feminista práctica en la infancia, y la primera adolescencia, en compañía de mis primas y mi hermana, niñas insurrectas ante nuestra abuela, una mujer fuerte y libre, *fata* Morgana de un reino de plantas variadas y maravillosas, bruja de calderos donde se cocían dulces cristalinos y asombrosos, como no he vuelto a comer nunca más desde que ella dejara la cocina. Mi abuela, hada y bruja de mi infancia, era fuerte y libre, pero sexista y autoritaria.

Feminista teórica a partir de que fui hallando, como pude, ávida y curiosa como era, palabras para mis posiciones. Margaret Mead, Simone de Beauvoir, Engels, Alexandra Kollontai.

Feminista en una organización político-militar de izquierda sobre la que vale la pena señalar el compromiso con la transformación de cada uno y cada una de nosotras en sujetos capaces de encarnar subjetiva, personalmente nuestros compromisos políticos.

28. Cf. BENJAMIN, Walter. *Op. Cit.*

29. Hago referencia a un texto muy conocido de HARTMANN, Heidi. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo. In: *Cuadernos del Sur*, N. 5, marzo de 1987, p. 113-159.

Feminista hoy, en la producción de teoría y en la práctica política en las organizaciones de mujeres y feministas en mi país.

Feminista y marxista, hermana de mis hermanas políticas, militantes de izquierda, detenidas-desaparecidas, torturadas en los centros clandestinos y en las cárceles de la dictadura, violadas y asesinadas. Compañera de mis compañeras, que parieron en los centros clandestinos de detención, que nos dejaron como herencia la búsqueda de sus cuerpos y de sus hijos e hijas. Feminista y marxista, compañera de las mujeres encarceladas durante la dictadura, muchas de las cuales pudieron allí transformar sus relaciones con otras mujeres construyendo otras sociabilidades. Compañera de quienes tuvieron que irse fuera, compañera de quienes permanecemos en la zona gris de un país habitado por el terror ejercido por los de arriba.

Compañera fraternal de varones y mujeres con los cuales hemos compartido y compartiremos sueños, y sin embargo muchos de ellos y ellas son consistentemente patriarcales.

Colocada en ese lugar estrecho e incómodo creo que es preciso abrir un boquete que permita reconstruir hacia atrás y públicamente nuestras genealogías, decir que ser mujer no fue indiferente durante los años de plomo, que la tortura tomó formas específicas para con los cuerpos de las mujeres, que la dictadura secuestró mujeres embarazadas y que hay aún en Argentina más de 400 niños y niñas desaparecidos y desaparecidas, muchos y muchas de ellas/ellos nacidas/os en cautiverio y que la misma iglesia que hoy condena el aborto es la que bendijo el exterminio, las picanas, violaciones y apropiaciones.

Para nosotras y las y los que vienen es necesario mirar hacia atrás y decir públicamente que la resistencia a la dictadura fue mujeril, encarnada en Azucena Villaflor, fundadora de Madres de Plaza de Mayo, en las Abuelas que aún hoy buscan sus nietos y nietas, en las mujeres de sectores populares que, ante la prohibición de las actividades sindicales y políticas, salieron a reclamar por pan y trabajo. Decir que del exilio muchas volvieron feministas y que durante el exilio interno muchas otras rumiaron preocupaciones postergadas en el fragor de la pelea. Eso que Eva Giberti llamó la "cultura de catacumbas"³⁰.

En los años 80, erguidas sobre las ruinas de la dictadura, el primer 8 de marzo en democracia, miles de mujeres tomábamos en Argentina el espacio público para reclamar por nuestros derechos específicos: de las entrañas donde se gestó, durante la resistencia a la dictadura más cruel que conociera la Argentina, paríamos, un 8 de marzo de 1984, la irrupción pública del movimiento de mujeres y feministas en Argentina.

30. GIBERTI, Eva. "Prólogo". In BURIN, Mabel. *Estudios sobre la subjetividad femenina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987, p. 10-26.

Sobrevivir y testimoniar

Para nosotras, quienes hemos sobrevivido, se hace indispensable al menos la intentona de horadar en la doble muralla de estas tradiciones des-encontradas.

Sobrevivir... En el diccionario de la Real Academia Española la palabra correcta es superviviente, del latín, *supervivens-entis*. Se dice de quien “conserva la vida después de un suceso en el que otros (y otras) la han perdido”³¹.

Hace un tiempo me preguntaba qué me/nos impulsaba a testimoniar y qué deseaba/mos transmitir, me preguntaba qué me/nos ha impulsado cada 24 de marzo a la calle, qué obstinación nos mantiene alertas a los juicios por Verdad y Justicia, qué lazo me/nos une a quienes fueron nuestros compañeros y compañeras de militancia, aún cuando muchos de ellas y ellos ya no están, aún cuando la historia y la política nos haya separado en muchos casos, aún cuando sea tan difícil reunirse.

La cuestión del testimonio ha sido objeto de debates filosóficos de los que no voy a ocuparme. No porque los desconozca o los considere improcedentes desde el punto de vista conceptual, pero tal vez por una vez no es ahora mi función, según parece, colocarme en esa posición que es, de alguna manera, también mía. No es como académica, se me dijo, que se me invita, sino por haber transitado la experiencia de la militancia, la supervivencia, el exilio interno³².

Tal vez una de las marcas más claras tenga que ver con la ruptura de las solidaridades, de la continuidad de nuestras historias personales y políticas. Interrumpidos nuestros proyectos vitales, colocadas y colocados en una suerte de extrema individualización y silencio, apenas pudimos conservar nuestras vidas (la nuda vida diría Agamben, 2002) cuando otras y otros la habían perdido, sin haber podido en muchos casos elaborar las ausencias, cumplir con los rituales de despedida, hacer el trabajo de duelo.

Tal vez para que la vida recobrara su sentido es que muchos y muchas hemos procurado recuperar los lazos que nos ligaban y nos ligan a ese pasado significativo, no sólo por lo doloroso, sino por los sueños y las prácticas que fueron posibles mientras duró.

Quienes sobrevivimos a menudo procuramos testimoniar y transmitir un relato, no sólo del 24 y del horror, sino un relato en que el horror no se transforme

31. *Diccionario de la lengua española*. Disponible on line en <http://www.rae.es/>.

32. *Post hoc* escribí las consideraciones teóricas que preceden este escrito, al que sólo he agregado unas pocas referencias bibliográficas y una breve nota aclaratoria relativa a la conformación y disolución del PRT-ERP.

en parálisis, la narración de nuestros sueños y utopías, de nuestra resistencia, de las luchas aún en democracia.

Transmitir, no sólo con las palabras, sino con las prácticas, pues aún cuando nada digamos, aún cuando no pronunciemos palabra, transmitimos lo que somos, lo que pudimos hacer con nuestra historia, lo que encarnamos: nuestras solidaridades y nuestros odios, nuestras pequeñeces y nuestros dolores, nuestros deseos, esos que tanto nos costó recuperar una vez oscurecido el deseo de la revolución. Transmitimos incluso lo que no deseábamos transmitir, lo que nos atraviesa desde la subjetividad, desde el cuerpo y el inconsciente, desde los dolores no tramitados, desde las condiciones no elegidas y sus marcas en nuestras subjetividades y en los límites que ellas imponen a nuestras prácticas e imaginación política.

De mi parte he deseado transmitir esa herencia tensa y doble que me liga a mi/nuestro pasado político y al deseo de transformar el mundo sobre la base de la idea de que la reproducción de la vida humana y el cuidado de la naturaleza son imposibles en el capitalismo, bajo la idea de que la revolución, si alguna vez la transitamos, no podrá hacerse sin nosotras, las mujeres de todos los colores y todas las orientaciones sexuales.

En mí insiste la idea de esa suerte de densidad del tiempo que a veces sólo la poesía puede invocar, como ahora, por ejemplo, con el gesto de traer al presente nuestro pasado y encarar el futuro, como lo hacía Paco Urondo para decir con él *La pura verdad*:

Suelo confiar en mis fuerzas y en mi salud
y en mi destino y en la buena suerte:
sé que llegaré a ver la revolución, el salto temido
y acariciado, golpeando a la puerta de nuestra desidia.
Estoy seguro de llegar a vivir en el corazón de una palabra;
compartir este calor, esta fatalidad que quieta no
sirve y se corrompe.
Puedo hablar y escuchar la luz
.....
Estar hablando, sostener
esta victoria, este puño; saludar, despedirme
Sin jactancias puedo decir
que la vida es lo mejor que conozco³³.

33. URONDO, Francisco. *La pura verdad*. Disponible on-line en: <http://www.poemasde.net/la-pura-verdad-francisco-urondo/>. Acceso en agosto de 2009.

Francisco Urondo, escritor y militante político, tenía 46 años cuando fue asesinado en Mendoza el 16 de junio de 1976, en Guaymallén, junto a Alicia Raboy, su compañera.

Yo tenía 19 años cuando, un 24 de abril de 1976, llegaba a Mendoza desde Córdoba, tras la desaparición de mis compañeras de militancia, María del Carmen y Adriana Vanella, asesinadas en Córdoba por los esbirros de Menéndez un 20 de abril de 1976.

BIBLIOGRAFÍA

AGAMBEN, Giorgio. *Quel qui resta di Auschwitz, L'archivio, e il testimone, Homo sacer III*. Torino: Bollatti Boringhieri, 2002.

ANDÚJAR, Andrea. Relatos desafiantes, recuerdos en disputa: género, memoria e historia, leído en las *VIII Jornadas Regionales de Investigación en Humanidades y Ciencias Sociales. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Jujuy*. Jujuy, 18 al 20 de mayo de 2005.

BENJAMIN, Walter. Tesis de filosofía de la historia. In: *Para una crítica de la violencia*, México: La nave de los locos, 1982, pp. 99-132.

BOURDIEU, Pierre. La ilusión biográfica. In: *Razones Prácticas*. Barcelona: Anagrama, 1999.

CARRERA, Mariú. *Crónica de un ancho presente*. Buenos Aires: Dunken, 2006.

DEL BARCO, Oscar. No matarás. In: *El interpretador. Literatura, arte y pensamiento*, N. 15, junio de 2005. Disponible on-line en: <http://www.elinterpretador.net/15EnDiscusion-Presentacion.htm>. Acceso en agosto de 2009.

FREUD, Sigmund. "Más allá del principio del placer". In *Obras Completas*. Vol. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

GIBERTI, Eva. "Prólogo". In: BURIN, Mabel. *Estudios sobre la subjetividad femenina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987, p. 10-26.

GRAMSCI, Antonio. *Antología*. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México: Siglo XXI, 1996.

HALBWACHS, Maurice. La memoria colectiva. Trad. Inés Sancho Arroyo. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004. [La mémoire collective, Paris, PUF, 1968].

HALL, Stuart. *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-79*. London: Routledge, 1992.

HARTMANN, Heidi. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo. In: *Cuadernos del Sur*, N. 5, marzo de 1987, p.113-159.

HOGGART, Richard. *La cultura obrera en la sociedad de masas*. México: Grijalbo, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LACAN, Jacques. El estadio del espejo como formador de la función del yo. In: *Escritos 1*. Trad. Tomás Segovia. Buenos Aires: Siglo XXI, 1988.

MATTINI, Luis. *Hombres y mujeres del PRT-ERP de Tucumán a La Tablada*. Buenos Aires: Editorial de La Campana, 1996.

OBERTI, Alejandra; PITTALUGA Roberto. *Memorias en montaje. Escrituras de la militancia y pensamiento sobre la historia*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2006.

RIVERA, Andrés. *La revolución es un sueño eterno*. Buenos Aires: Seix Barral, 2007.

SAID, Edward. Representar al colonizado. Los interlocutores de la antropología. In: GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz. *Cultura y tercer mundo*, Vol. 1. Cambios en el saber académico. Caracas: Nueva Sociedad, 1996. p. 28-58.

SANTIS, Daniel de. *A vencer o morir. Historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Nuestra América, 2004.

SCOTT, Joan, "La experiencia como prueba". In: CARBONELL, Neus; TORRAS, Meri (Compiladoras). *Feminismos literarios*. Madrid: Arco libros, 1999.

STONE-MEDIATORE, Shari. Chandra Mohanty y la revaloración de la experiencia. Trad. Ana María Bach. In: *Hiparquia*. Buenos Aires, Vol. 10, N 1, julio de 1999, p. 85-111.

THOMPSON, Edward P., "Prefacio" de *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. In: *Obra esencial* (edición de Dorothy Thompson). Barcelona: Crítica, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, (1995) 2000.

URONDO, Francisco. *La pura verdad*. Disponible on-line en: <http://www.poe-masde.net/la-pura-verdad-francisco-urondo/>. Acceso en agosto de 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y Literatura*. Barcelona: Península, 1990.



RECORDAR PENSANDO EL PASADO PARA REPENSAR EL PRESENTE

Miriam Suárez

Fueron tiempos difíciles los que vivimos los y las latinoamericanas durante las dictaduras militares. Me tocó vivir muy de cerca los efectos de un régimen totalitario que no se detuvo ante nada, atropelló los derechos más humanos de las personas, quitó la vida de mujeres y de hombres que cometieron el delito de soñar y aspirar a vivir en una sociedad justa, con libertad y ejerciendo sus derechos. Los regímenes dictatoriales pretendieron acabar con las esperanzas de cambio que empezaban a germinar, en los países del Cono Sur del Continente Latinoamericano, y que habían sido regadas con sangre de guerrilleros comandados por el mismo Che Guevara.

Ha transcurrido el tiempo y he guardado silencio, evitando recordar el dolor y los momentos más tristes de mi vida, quizás con la idea de que el silencio nos ayuda a proteger a nuestros seres más queridos — muchas mujeres víctimas de las dictaduras hablan muy poco o nunca, de sus experiencias de privación de sus derechos más elementales, como el derecho a transitar libremente por la ciudad, a expresar las ideas sin temor alguno, a juntarse con sus compañeras, a recibir información. Hay una historia, la de las mujeres que aún no ha sido contada en su totalidad, ésta es la primera vez que comparto un pedazo de mi alma.

Tiempo de romanticismo y poesía

Los años 70 y 71 fueron decisivos para lo político y la política que se gestionó en Bolivia hasta hace poco tiempo. Echando la mirada hacia atrás, vagamente recuerdo algunos acontecimientos previos al periodo presidencial de René Barrientos Ortuño. Célebre dictador, en 1964 derrocó, con un golpe de Estado, a Víctor Paz Estensoro y mandó asesinar al Comandante Ernesto Che Guevara en octubre de 1967. La presencia de los guerrilleros en Bolivia había despertado una serie de manifestaciones a favor y en contra. En los centros mineros, los trabajadores

y sus mujeres habían decidido colaborar a la guerrilla de Ñancahuazú y eso desató la rabia del dictador Barrientos que militarizó los centros mineros y asesinó a los líderes sindicales, persiguió a otros tantos y sometió a una brutal represión a las familias mineras.

Después de Barrientos, recuerdo a los presidentes Ovando Candia y Juan José Tórrez, éste último, militar de inclinación, según decían los comentarios de la época, era simpatizante con la doctrina de los izquierdistas que aún permanecían activos después del asesinato de Ernesto Che Guevara, en La Higuera, Vallegrande. En aquellos años, particularmente, en Bolivia se sentía una efervescencia revolucionaria. En las universidades y en algunos grupos de jóvenes, surgían tendencias de condena a los militares y sus aliados, los partidos de derecha. Se cuestionaba a los viejos partidos de izquierda que hicieron poco caso de la presencia guerrillera en territorio boliviano, algunos hasta hablaban de traición a la revolución.

Fue un periodo de emergencias revolucionarias, el Ejército de Liberación Nacional (ELN) buscaba reeditar la experiencia del foco guerrillero en la montaña. Mientras tanto, en el oriente boliviano, el Partido Comunista Marxista Leninista (PCML), abrió un nuevo grupo de entrenamiento ideológico y militar que pretendía recuperar tierras y hacer una redistribución territorial justa. Este nuevo grupo se denominaba la Unión de Campesinos Pobres UCAPO, comandado por Oscar Zamora Medinacelli (el comandante Rolando) quien, en ese momento, era el Primer Secretario del Comité regional del PCML. En este grupo se alistaron jóvenes de todo el país y, por la militancia que inicié con este partido político, es el grupo que más conocí.

Allí desarrollé y fortalecí mis ideales y compromisos de luchar por la liberación del pueblo boliviano. Ningún joven podía ser indiferente ante el discurso de ese tiempo, lleno de poesía, de entregas sin miramientos de ninguna clase, una pasión por la vida en libertad que no se compara con nada. Era difícil no estar de acuerdo con esos jóvenes que decidieron abandonar todos sus proyectos personales para brindar sus vidas a una causa colectiva y una búsqueda de sentido, después de tanto luto con las muertes de los guerrilleros. Los planteamientos políticos e ideológicos se orientaban a una lucha abierta contra el monstruo norteamericano y sus mecanismos de control en los países de América del Sur. El enemigo había entrado al territorio con sus agentes de la CIA y todo su poderío capitalista había castigado de la peor manera a los jóvenes soñadores de Ñancahuazú. En las minas, se enriquecía con la explotación del trabajo humano, para ello contaba con todo un séquito de serviles locales.

Los medios de comunicación

Hacían su oficio, redimensionando la presencia de los guerrilleros en el departamento de Santa Cruz, se anunciaba la toma de tierras y el fin del latifundio,

se amedrentaba a la población, se hizo alarde del crimen organizado que planeaban ejecutar los grupos guerrilleros y, lo peor aún, pretendían conducir el país hacia un régimen comunista.

Como en todo proceso, algunos medios fueron los voceros de los grupos anti guerrilleros y sectores de la burguesía con fuertes intereses en la economía nacional que se dedicaron a sembrar la duda y la sospecha sobre el accionar de los líderes sindicales y políticos, buscaban romper la unidad de la organización en la clandestinidad, era un modo de control y desmovilización. La gente que antes creía en los viejos líderes, empezó a preguntarse: “¿se habrá vendido a la derecha? ¿son tantos sus hijitos?” La desconfianza empezó a resquebrajar las relaciones al interior de las organizaciones. Grave situación, algunas compañeras y compañeros quedaron abandonados, solos. Esos eran los efectos que buscaban los medios que, lamentablemente en algunos casos, fueron certeros.

Otros medios corrieron la mala suerte de ser identificados como aliados de los rebeldes, éstos fueron tomados, quemados, clausurados, destruidos y sus trabajadores perseguidos y corrieron la misma suerte de los jóvenes militantes que habían expresado su simpatía con los grupos guerrilleros y críticos a la vieja izquierda boliviana.

La iglesia católica

Jugó el más triste de sus papeles, sacando a los santos y la imagen de una virgen “patrona del pueblo de Santa Cruz”, Virgen de Cotoca, a las calles para proteger y bendecir a sus fieles que estaban bajo la amenaza del comunismo. Las mujeres ligadas a los grupos de poder económico del departamento salían y pedían la oración por las familias amenazadas. Eran acciones y manifestaciones que necesitaban las fuerzas facistas, para entrar en contra de todo movimiento que declarara simpatías con los jóvenes soñadores que estaban convencidos que los cambios estructurales, políticos y humanistas estaban por producirse.

Participación de las mujeres

Los jóvenes persistían en sus luchas y en sus reflexiones teóricas sobre los métodos de agilizar la transformación nacional en beneficio de los pobres, los obreros y los campesinos. En este discurso no entraban los pueblos indígenas y menos las mujeres — aunque en todos los grupos, las mujeres estuvimos participando activamente en las reflexiones y acciones que se generaban como parte de los ejercicios. Las mujeres cumplían la labor de correos, de búsqueda de información, de apoyo logístico para encontrar las formas de contribuir al sostenimiento de los grupos, sin dejar de lado sus labores cotidianas de estudiar o trabajar fuera de sus casas. Las

madres se quedaron en sus hogares, cuidando de sus hijos y siguiendo de cerca el rumbo que iba tomando la política represora de los gobiernos de turno.

Estos antecedentes de participación, de entrega y de vivir para el "otro" sin recibir nada a cambio fue despertando una conciencia crítica en las mujeres. Cuando nos reuníamos durante alguna tarea que cumplíamos, comentábamos y cuestionábamos nuestros roles de colaboradoras o de "segundonas" que daban los dirigentes de las organizaciones políticas de la época a las mujeres. Sin embargo, la disciplina y el compromiso adquiridos para sobreponer los intereses colectivos del partido a los cuestionamientos individuales, vengan de donde vengan, eran más fuertes que la incipiente crítica feminista a la organización partidaria que se proponía cambiar el mundo, sin siquiera preguntarse cómo las mujeres resolvíamos los problemas de la vida cotidiana.

El anonimato de las mujeres o su invisibilización junto a otros factores de relacionamiento y/o de inconsecuencia con el discurso, fortalecieron este sentido crítico en las mujeres. Las mujeres que fuimos detenidas durante la dictadura, fuimos desterradas de nuestras propias casas, algunas andábamos de un lugar a otro, no podíamos permanecer en un sólo lugar, era peligroso, la clandestinidad se volvió "algo natural". La dictadura ejercía violencia física y también simbólica contra las mujeres, la censura, la descalificación social, el desprecio por las mujeres militantes, producían heridas profundas, invisibles, pero dolorosas.

¿Cuándo surge el amor?

La clandestinidad y la inseguridad nos volvieron expertas para movernos en circunstancias de alto riesgo. No se contaba con recursos, se vivía de la solidaridad, de compartir lo poco que se tenía. Así surgió el amor o la solidaridad entre militantes, compañeros que se jugaban su seguridad para ayudar a una compañera sola y sin recursos. Lo que más se temía era caer presa, se sabía que cuando esto ocurría, cuando una mujer era privada de su libertad, era sujeta de burla, de acoso, de condena y de maldiciones de todo tipo. Eran sometidas a los temibles interrogatorios, a la incomunicación y, para las mujeres, el no saber qué está pasando con la familia, con los hijos, se volvía una situación insostenible. Este era uno de los mejores mecanismos de control para obligar a las mujeres a romper la clandestinidad. En esos difíciles momentos, surgieron relaciones amorosas que acabaron en matrimonios, apareamientos y acuerdos entre compañeros para, juntos, "salvar el pellejo". Luego en plena represión, las mujeres dieron muestras de verdadero valor, se dieron modos para averiguar desde la cárcel, la clandestinidad o la persecución, el paradero de los maridos y hombres de la familia. Con mucha entereza, decidieron continuar la lucha y poco a poco retomamos las calles para reclamar por nuestros familiares. Eso asustaba mucho

a nuestros padres y madres quienes, calladamente, aceptaban las decisiones de sus hijos e hijas.

Dictadura de Banzer Suárez

No todas las mujeres simpatizaban con los jóvenes de barbas y pelo largo. El 19 de agosto de 1971 a las 3 de la tarde, en Santa Cruz de la Sierra, una marcha bien pensada de mujeres ricas, vestidas de blanco, paseaba por la plaza principal, portando rosarios e imágenes de la virgen de Cotoca, pidiendo el perdón para los pecadores comunistas y el alejamiento de los rebeldes guerrilleros; la gente en las calles y desde la Universidad Gabriel René Moreno observaba sin imaginar el desenlace de esa “pacífica” petición de las mujeres “de bien” de la ciudad. Al poco tiempo y detrás de las mujeres aparecieron tropas del partido Falange Socialista Boliviano (FSB), grupo de derecha que reivindica hasta hoy el fascismo como el medio más eficaz de poner fin a cualquier aventura romántica que se emprenda, en nombre de la justicia, la libertad y la justa distribución de las riquezas. Los falangistas aparecieron con metralletas y pistolas en mano, desafiando a los jóvenes que se habían reunido de emergencia en la Federación de Trabajadores Fabriles, a una cuadra de la plaza. Allí, universitarios y trabajadores decidieron ir hasta la plaza y dar una “lección a los derechistas”.

Cerca de las 17 horas de ese fatídico día, ante el asombro de los transeúntes, ambos bandos se trenzaron en una balacera con heridos graves. La gente empezó a correr a gritos. En ese momento un señor que conocía a mis padres pasaba por la plaza y me pidió para volver a mi casa, ver a mis padres. Corrí hasta mi casa, yo vivía en el mismo lugar donde se encontraban los transmisores de una radio emisora de nombre Piraí. Cuando llegué, ya no era mi casa, había sido tomada por los militares, saqueados los transmisores, clausurada la programación radial, baleada las paredes y todo, absolutamente todo, destruido. Fue una de las primeras hazañas de los golpistas. Mis padres salieron perdedores, como se dice, con una mano adelante y otra atrás, sin saber dónde llevar a mis hermanos.

Las noticias volaron desde La Paz, sede del gobierno central, allí, el coronel Hugo Banzer Suárez, junto a su tropa, se amotinó y pretendía derrocar al gobierno del general Juan José Tórrez. Sectores populares del pueblo boliviano se organizaron para resistir los intentos golpistas. Fue una resistencia heroica con un saldo de medio millar de muertos en tres días de lucha, al cabo de los cuales, el día 21 de agosto, se derrotaron todos los frentes de la resistencia y el coronel Banzer ocupó el sillón presidencial, manchado de sangre de bolivianos y bolivianas.

La población boliviana era de 5 millones, de los cuales, según cifras de entidades defensoras de los derechos humanos, habían sido asesinadas 600 personas: morían en las cárceles, durante las sesiones de tortura, en los campos de

concentración, en las casas de seguridad, en dependencias militares, en los allanamientos de domicilios, en los centros mineros, en las filas de los campesinos pobres, acusados de extremistas, guerrilleros, enlaces, enemigos de las Fuerzas Armadas. Muchas de estas personas murieron sin acusación alguna y sin que se les haya comprobado algún delito. Diez mil personas fueron encarceladas sin proceso y sin acusación. Los centros mineros fueron cercados militarmente y cerca de seis mil familias fueron deportadas.

Un pájaro gigantesco volaba por nuestros países...

La situación de los países vecinos era similar o peor que la boliviana. En Argentina, la Triple "A" ejecutaba acciones represoras contra la población que manifestaba algún signo izquierdista; en Chile, el derrocamiento del Presidente Salvador Allende acarreó una de las dictaduras más sangrientas de la región. Los dictadores militares que habían tomado sus gobiernos mediante crueles golpes de Estado decidieron trabajar en coordinación, diseñaron y ejecutaron un plan represivo y de colaboración que lo llamaron "Operativo o Plan Cóndor". Los torturadores contaban con los registros de "personas sospechosas de izquierdismo", les hacían seguimiento, las amedrentaban y, si eran extrajeras, las entregaban a sus autoridades de facto, aún a sabiendas que serían sometidas a la tortura.

Las organizaciones políticas de resistencia a las dictaduras afirmaban que la lucha por la libertad y la justicia no tiene fronteras y eso lo sabían los torturadores que cuidaban de cada detalle de la persecución, el amedrentamiento y las amenazas. Actuaban hasta cerrar el círculo, lo más que podían, para impedir la movilización. Se intercambiaban las personas detenidas y se extraditaba a los detenidos. Muchos de ellos nunca volvieron a sus países. Los dictadores tenían en común el miedo irracional al comunismo y lo consideraban una amenaza para la humanidad.

Resistencia Popular

En estos escenarios de terror, las mujeres encabezaron la resistencia, no se cansaban de ir hasta los mismos cuarteles para reclamar por los maridos ausentes o encarcelados. Quizás sin proponérselo, las mujeres empezaron a tejer una red de actoras y actores que desde abajo se organizaba para recabar informaciones sobre el estado de salud de los sobrevivientes, se crearon enlaces cuidadosos. Las madres iban con sus hijos a buscar a sus compañeros, los padres y madres enviaban encomiendas para sus hijos, comida y ropa para el frío de La Paz, aunque éstos presentes nunca llegaron a las manos de los interesados. Las mujeres agudizaron sus reflexiones y movilizaciones, identificaron algunos religiosos dispuestos a colaborar con los

familiares de los desaparecidos y de pronto la resistencia adquirió rostro y nombre de mujer. Las mujeres habíamos perdido el miedo y todos los días entrábamos hasta el mismo ministerio del interior donde estaba instalado el coronel Rafael Loayza, principal cabecilla de las persecuciones y torturas.

La labor de un pequeño grupo de defensores de los derechos y la democracia, denominado Justicia y Paz, junto a la incansable denuncia de los familiares, fue arrancando del dictador algunos derechos: las visitas a los presos en la cárcel de San Pedro, en La Paz, algunas comunicaciones que daban cuenta del estado de salud de los detenidos, se permitieron algunos asilos políticos y otros tantos fueron exiliados en distintos países. Mi caso no fue el más horroroso, el mejor o el peor, fue uno más de tantos que se repetían constantemente sin que nadie pueda hacer algo para detener a la bestia. Fui detenida en la frontera con Argentina junto a mi compañero y otros jóvenes que venían desde Argentina. Todos los hombres fueron acusados de subversores y entregados a los militares en Villamontes. A mí me tocó conocer la carcelera de Yacuiba, ciudad fronteriza.

Me residenciaron en La Paz, allá nació mi hija Libertad. Su padre permaneció preso hasta que un buen día, con todo el esfuerzo y la ayuda de muchas personas, pudo fugarse durante una de las audiencias que se realizaban ante el ministerio público. Esto tuvo un costo muy alto para personas cercanas y muy queridas quienes, inmediatamente después de la fuga, fueron víctimas de agresiones, allanamientos de domicilios, interrogatorios, detenciones ilegales. No obstante, esta gente se mantuvo firme, algunas personas eran militantes de la izquierda boliviana otras no, pero todas estaban llenas de un sentimiento de solidaridad sin precedentes, una generosidad que sólo sabe dar la persona que ama la vida en libertad y con justicia. Todos decían “deben irse y cuidar de la bebé”. Lo que vino después fue muy duro, pero no era nuestra hora, así que pudimos salir otra vez hasta Argentina, desde donde partimos al exilio a Suecia.

El Exilio

En el exilio, la vida transcurrió tranquila, demasiado tranquila para mi gusto, nos inspirábamos en las noticias de los compañeros y compañeras de las minas que se habían convertido en el dolor de cabeza de la dictadura y sus pongos. El exilio, o refugio político también nos sirvió para rearticularnos y sentirnos fortalecidos y fortalecidas. Organizamos un Comité de Solidaridad con el Pueblo Boliviano y Latinoamericano, nos reuníamos, comentábamos las noticias y con la esperanza puesta en Bolivia. “Supuestamente”, nos reuníamos para la recuperación de la democracia, nos movilizábamos y tratábamos de repetir las acciones de protesta y de movilización que se producían en el país. Cuando se producían manifestaciones públicas en Bolivia, nosotras y nosotros los exiliados repetíamos

la acción, caminábamos por el centro de las ciudades donde residíamos y contábamos con la participación de los demás compañeros latinoamericanos. Eso nos oxigenaba un poco y nos permitía mantener vivo el llamado de retorno a la Patria.

En 1978, un grupo de mujeres mineras, desafiando al dictador Hugo Banzer Suárez, se lanza a una huelga de hambre exigiendo la amnistía irrestricta, la restitución de los derechos, el retorno inmediato a la democracia, exigían la liberación de todos los presos políticos, el retorno de los exiliados, el fin de las persecuciones, torturas y represiones de todo tipo. Esta huelga de hambre tuvo la adhesión casi inmediata de más de mil personas en el país; en el extranjero, los exiliados y exiliadas nos dimos la tarea de informar al mundo lo que sucedía en Bolivia y también abrimos piquetes de huelga en las ciudades que nos cobijaban.

A las mujeres el exilio nos ayudó a encontrarnos, conocer otras mujeres con historias de dolor semejantes a las nuestras, con otras visiones de la lucha y de la vida. Ahí encontramos un espacio para contarnos cómo nos sentíamos, cómo sobrevivimos y qué esperábamos repetir y qué no volveríamos hacer. Algunos hombres decían que nosotras no buscábamos la liberación de los pueblos, sino el libertinaje individual. Eso dolía, después de todo lo que pasamos, después de todo lo que vivimos. Decir que sólo pensábamos en nosotras, era feo; lo peor resultaba cuando este discurso era repetido por algunas mujeres que siempre, jugaban a las "santas".

Recuerdo la primera reunión de mujeres feministas a la que asistí, convocada por algunas compañeras chilenas, argentinas y uruguayas, realizada en Estocolmo. Yo vivía en Gotemburgo y la convocatoria era pública para todas las latinoamericanas. Entonces en el Comité de Solidaridad con Bolivia, donde participábamos las mujeres, discutimos y vimos la conveniencia de participar. No podía el Comité estar al margen de una reunión de mujeres combatientes y, más que por interés de conocer qué plantearían las feministas, nos fuimos a saber cómo las mujeres planteaban la continuidad de la lucha de los pueblos. Con mucho cariño, recuerdo las palabras de los compañeros: "van a ir, y nunca se olviden que antes que feministas son luchadoras de los pueblos, ustedes tienen que decir que primero está la lucha de liberación de nuestros pueblos y después vendrá la lucha de liberación de las mujeres".

Fuimos a Estocolmo una compañera de nombre Mary y yo. Lo chistoso es que no dijimos nada de lo que nos advertían nuestros compañeros. Estábamos encantadas con las mujeres, ellas hablaban un lenguaje parecido al nuestro, contaban historias de terror similares a las nuestras, también hablaban de esperanzas, de sueños, de decepciones con el partido y de posibilidades de organizarnos de modo alternativo, de recuperar la alegría y la sonrisa, nos planteaban humanizar la organización política, sin dejar de ser serias pero introducir temas de la vida diaria, sobre todo de las mujeres. Ahí surgió una identificación inmediata entre ellas y nosotras, o al menos entre ellas y mi persona.

La Reconquista de la Democracia

La huelga de hambre iniciada por 6 mujeres mineras estremeció al mundo entero que se plegó comprometidamente a la medida de presión dentro y fuera del país. Después de 7 años de dictadura militar y clandestinidad de las organizaciones populares, las mujeres lograron, otra vez, movilizar a las masas exigiendo la amnistía irrestricta para todos los presos políticos, el retorno de los exiliados, la expulsión de los militares de los centros mineros y el retorno a un sistema democrático. Fue la primera gran victoria de la resistencia nacional. Cuatro años después, la democracia fue conquistada por el pueblo boliviano y sus organizaciones. En esta etapa es notorio el valor y la madurez política que adquirieron las mujeres, ellas decidieron ir hasta las últimas consecuencias. Una de las mujeres huelguistas estaba en avanzado estado de gestación, nada las detuvo. Ellas habían generado una nueva conciencia popular que estaba dispuesta a cualquier sacrificio para liquidar la dictadura militar.

Volver al país...

Marzo de 1983, las lluvias habían castigado a mi pueblo, la inundación producida generó pobreza, enfermedades, luto y, desde la Alcaldía Municipal, se dispuso un plan de asentamiento de las familias damnificadas, Plan 3000. Santa Cruz seguía casi igual, a pesar del tiempo transcurrido, las necesidades seguían siendo las mismas aunque el contexto había sufrido algunos cambios importantes. Se advertía la emergencia de movimientos urbanos con demandas y propuestas concretas que se distanciaban del discurso político partidario.

Ante la falta de servicios públicos y de empleos, con frecuencia surgían con fuerza los movimientos de protesta urbana. Lo característico de estos movimientos era, y sigue siendo, la participación de las mujeres. Ellas fueron las principales protagonistas, ellas aprovecharon cualquier espacio que la democracia les permitía, salían desde los barrios con ollas vacías, haciendo ruido y exigiendo la atención de las autoridades locales y nacionales. Estos movimientos no estaban conducidos por los partidos políticos, las condiciones de liderazgo eran otras y las demandas estaban centradas en los bienes y servicios que el Estado debiera brindar a la población. Estábamos asistiendo a la construcción de un movimiento de mujeres empoderadas que luego cuestionarían las políticas asistenciales que tanto daño produjeron en la mentalidad de las familias bolivianas. Ellas constituyeron el almacén del pensamiento feminista boliviano.

Sentí amor a primera vista por el movimiento de los pueblos indígenas que orientaba sus demandas a la cuestión de identidad cultural y su relación con el territorio. Con mucho respeto me acerqué a ambos movimientos, el de las mujeres

y el de los pueblos indígenas, me sentí privilegiada de escuchar a mujeres y hombres excluidos de siempre, hablar un discurso renovador, incluyente y vigoroso.

Las mujeres se reunían abiertamente, en las plazas o donde les tocaba para ponerse de acuerdo sobre asuntos de su interés. Los pueblos indígenas estaban consolidando su organización y se reunían en las viejas oficinas de APCOB, hoy oficinas de la CIDOB. La clandestinidad era cosa del pasado, la gente vivía la democracia, atrás quedaron las censuras y prohibiciones, el tiempo de las dictaduras militares había pasado, en Bolivia y en los países vecinos.

Proceso Constituyente

La democracia boliviana, al igual que en otros países, no logró resolver asuntos estructurales del Estado nacional. Los distintos gobiernos se adscribieron al sistema neoliberal como una solución a los problemas del desempleo y la ausencia de recursos para enfrentar la crisis que se vivió, a raíz de la disminución de los precios de los minerales y, por consiguiente, de la reducción de las exportaciones. Se dictaron medidas de ajuste estructural que pusieron en marcha la reacción, la desaprobación, las protestas y movilizaciones populares en su contra. Para eso, las mujeres y los pueblos indígenas ya habían alcanzado el mayor grado de compromiso y una claridad política que se diferenciaba de los viejos partidos políticos. Ellos, los pueblos indígenas, exigían una refundación de la república, un proceso constituyente que recogiera todas las necesidades, demandas y aspiraciones de las bolivianas y bolivianos en todas sus diversidades.

Las mujeres nos aliamos con los indígenas, entendimos su planteamiento de refundar el país y consideramos que era la oportunidad para participar en un proceso que podíamos construirlo desde abajo. Los pueblos indígenas caminaron miles de kilómetros para decirle a los gobernantes que existen, que siempre vivieron excluidos de las políticas estatales, pero que habían sobrevivido y no estaban dispuestos a seguir discriminados. Las mujeres nos subimos al tren puesto en marcha por los indígenas y apoyamos todas sus propuestas y por consiguiente, sus marchas.

Una vez aprobada la constituyente, como proceso social y político, las mujeres nos organizamos y recorrimos el territorio nacional para preguntar, a las mismas mujeres, lo que pensaban y deseaban lograr de este proceso constituyente. Fue una experiencia maravillosa, un proceso de aprendizaje acelerado en las aulas de la lucha por la vida. Este proceso constituyente no haya sido posible sin toda la acumulación hecha por el pueblo y sus organizaciones, donde las mujeres actuamos junto a los hombres, tratando de derribar las barreras impuestas por el neoliberalismo y por un patriarcalismo que invisibilizan a las mujeres, dejándolas en el anonimato y la negación.

Frente a ustedes, compañeras latinoamericanas, rindo homenaje y agradezco profundamente a las mujeres madres y compañeras que, sin ningún interés, cuidaron de la vida de mucha gente, incluyendo la mía y la de mi pequeña hija Libertad. Valoro las redes de solidaridad que se reproducían constantemente y servían para abastecer de algún alimento o vestido a los más perseguidos o a quienes estaban corriendo mayor peligro.

No podemos olvidar o desconocer el papel que jugaron algunas mujeres con alguna relación favorable en los círculos políticos. Ellas conseguían medicinas para algunos familiares enfermos que no podían salir a buscar empleos. Recuerdo que en una ocasión, con todo el miedo sobre mi espalda, acudí a una reunión de mujeres. Una señora, muy elegante, me habló cuando estaba frente a la puerta del ministerio del interior en La Paz. Me dijo que todas las mujeres que reclamábamos por nuestros presos nos reuniríamos. Con todo el temor que sentía fui a la reunión y, ahí, algunas mujeres empezaron a cuestionar sobre los primeros secretarios de los partidos políticos de la izquierda boliviana. Ella, la mujer elegante, nos preguntaba, ¿alguna de ustedes sabe dónde están los primeros secretarios de los partidos? No era una pregunta casual, ni peligrosa, era una provocación a la crítica, era una llamada de atención sobre nuestra condición de rebeldía ante la dictadura y de subordinación ante los sistemas patriarcales de los partidos.

En las reuniones entre mujeres, no hablábamos de patriarcado y de feminismos, empezamos hablar sobre el socialismo que deseábamos las mujeres conquistar, de la sociedad democrática que buscábamos construir. Sin darnos cuenta, estábamos dando nuestros primeros pasos de tránsito hacia las teorías feministas. Por lo tanto, la evolución del pensamiento feminista en Bolivia tiene un origen político, de lucha y de resistencia a los sistemas de exclusión y de propuestas inacabadas, abiertas a nuevas ideas, participación y de respeto a la diversidad que ahora se evoca como un potencial de nuestro pueblo y de los pueblos de la región.

Retos actuales

En el escenario actual tenemos que mantener algunos objetivos en mente y que los expongo en seguida:

- Rearticularnos y fortalecernos para consolidar los procesos de cambio que se están operando en Bolivia y en otros que forman parte de la región.
- No retroceder ni un solo centímetro de las conquistas logradas, recordar que no existen los derechos, ni se los respeta sin la presión ciudadana.

- Poner en agenda todos los derechos específicos de las mujeres y convertirlos en preocupaciones prioritarias de las organizaciones políticas y sociales.
- Estar atentas a las reproducciones de los sistemas patriarcales y neoliberales, diferenciarnos para no ser conformistas y usar nuestras rebeldías para denunciar sus intentos de acomodo.
- Luchar por la valorización del trabajo de las mujeres dentro y fuera de sus casas.
- Ser vigilantes con los medios de comunicación.
- Soñar, soñar y seguir soñando en la posibilidad de construir sociedades nuevas, incluyentes, democráticas y con equidad.

Muchas gracias compañeras.

4 de mayo de 2009



MEMÓRIAS DO CÁRCERE DE UMA FEMINISTA *EX POST*

Albertina de Oliveira Costa

As práticas repressivas no Brasil entre 1964 e 1980 não foram uniformes: variaram em intensidade, grau e modalidade de acordo com o período, a região, o organismo executor, os agentes e o público a que se destinavam. Assim, preciso a localização da minha experiência. Estive presa em São Paulo, no início de 1971, passei um mês na carceragem do Departamento de Ordem Política Social-DOPS (Secretaria de Segurança Pública/SP) e uma semana nas dependências da Operação Bandeirante-OBAN (II Exército) instalada em anexo a uma delegacia de polícia (atualmente 36ª DP) na rua Tutóia. Hoje em dia é possível visitar a cela em que estive no DOPS: reconstituída de modo fidedigno integra o Memorial da Resistência da Pinacoteca do Estado Estação da Luz ¹, o que não acontece com as instalações da OBAN.

Decorridos 38 anos dos eventos, as lembranças se acomodaram retrabalhadas por relatos, leituras e também por obras de ficção.

Foi uma experiência breve e inesquecível. Na verdade, o título proposto é enganoso ou pode conduzir a enganos. O intento não é o de narrar as sessões de

1. Em sua inauguração como parte integrante da Pinacoteca do Estado de São Paulo, a cela de polícia (ve qual) a carceragem do extinto DOPS encontrava-se totalmente desfigurada: a modernização das celas incluiu pintura em tons modernos como berinjela e retratos de perseguidos famosos, como Chico Buarque, nas paredes. Parecia um barzinho. (Em minha primeira visita ao local tive vontade de rir do aspecto *fashion* e de gritar de raiva da descaracterização empreendida em nome da preservação). Graças à organização dos ex-presos políticos, em especial Ivan Seixas, a carceragem foi remodelada de modo bastante próximo a seu aspecto na fase em que conheci. Uma maquete do prédio ajuda o visitante a se localizar. Foi reunido um acervo de depoimentos de ex-presos relatando suas experiências no local, bem como é possível acompanhar as diferentes fases da repressão em São Paulo por intermédio de uma bem organizada e didática exposição de fotos. A exposição não contempla locais e instrumentos de tortura. Embora não esteja segura, penso que a exemplo de museus que exibem instrumentos de tortura utilizados em períodos mais remotos, pela Inquisição, ou menos remotos, para punir escravos, poderiam ser exibidos alguns utensílios e apetrechos, como também ser disponibilizados recursos audiovisuais, uma vez que um razoável acervo de filmes de ficção documentam torturas com muita verossimilhança, como a *Batalha de Argel* ou o *Passageiro da Agonia*.

tortura ou o cotidiano das celas. mas sim o de tentar vislumbrar e pensar possíveis relações entre a maquinaria repressiva e gênero para além das denúncias de conho sexual usualmente veiculadas a respeito deste período sombrio. O título “Memórias...” remete ao fato do texto estar ancorado em lembranças de minha experiência, na observação, em conversas com companheiros de viagem/infortúnio e em obsessivas leituras de relatos sobre o período (e não só) e não em pesquisa sistemática a respeito de um *corpus* definido de documentos, embora tenha a pretensão de fornecer pistas para futuras investigações. As observações não reivindicam precisão ou exatidão, mas me parecem sugestivas e merecedoras de desdobramentos.

ENQUADRAMENTO

O sexo dos agentes da repressão

O aparato repressivo era composto por homens. O ingresso das mulheres nas Forças Armadas iniciou-se no Brasil apenas na década de 1980 de forma relativamente tardia.² Por sua vez o ingresso das mulheres nas carreiras de nível superior nas Secretarias de Segurança Pública deu-se de forma muito diferenciada no território nacional. Estudo de Maria da Glória Bonelli (2003) mostra que os delegados de polícia constituem um grupo predominantemente masculino, embora alguns estados, como a Bahia, já contassem em 2002 com uma parcela expressiva de delegadas, cerca de 47%, enquanto em São Paulo esta porcentagem não ultrapassava 10%. Embora fosse possível encontrar mulheres no cargo de delegadas de polícia na década de 1970 em diversos estados brasileiros,³ isto não ocorria em São Paulo, onde o recrutamento para cargo não era realizado por concurso público, com evidentes óbices para o ingresso de mulheres na carreira. Embora a presença feminina nas polícias militares seja bastante recente, uma vez que sua regulamentação data de Portaria de 1977 do Estado Maior do Exército, a sua efetiva incorporação, segundo Barbara Soares e Leonarda Musumeci (2005), ocorre na maioria dos estados apenas a partir dos anos 1980, já no contexto da abertura política. São Paulo, no entanto, é uma exceção, na medida em que, desde 1955 é instituído um corpo feminino de guardas civis, o Corpo de Policiamento Especial Feminino, que em 1959 passa a ser subordinado à Secretaria de Segurança

2. A criação do Corpo Auxiliar feminino da reserva da Marinha em 1980 foi o início da feminização das Forças Armadas no Brasil, mas é somente no final da década de 1990 que este processo se consolida: em 1997, as mulheres são incorporadas na estrutura oficial dos quadros da Marinha, já em 1996 dá-se o ingresso da primeira turma feminina na Academia da Força Aérea e no Instituto Militar de Engenharia do Exército e, em 1998, obtêm permissão para ingressar no Serviço Militar em caráter temporário, cf. Lombardi (2008).
3. Na Bahia o primeiro concurso público para o preenchimento do cargo de delegado de polícia foi realizado em 1972, segundo Maria Candida Bahia apud Bonelli (2003).

Pública, com a designação de Polícia Feminina. Com a fusão da Força Pública e da Guarda Civil que originou a Polícia Militar do Estado de São Paulo, em 1970, este corpo transformou-se em batalhão. De qualquer modo, é indiscutível a presença de funcionárias na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, as indefectíveis secretárias, telefonistas, encarregadas de serviços gerais que passam e circulam cafezinhos, lavam as xícaras e esfregam os assoalhos, mas também policiais e investigadoras.⁴ Seria interessante verificar a distribuição por sexo dos funcionários pelas diferentes unidades da SSP/SP e saber quantas eram e o que faziam as mulheres no DOPS. Não me lembro de ter cruzado com mulheres funcionárias nas dependências do DOPS nos diferentes ambientes em que circulei: carceragem, local de tortura, andar administrativo, gabinetes de delegado para interrogatório, depoimento oficial e visitas, nem mesmo na enfermaria onde fui tratada.⁵ As mulheres estiveram ausentes ou tiveram uma presença apenas residual ou ainda excepcional no aparato repressivo,⁶ tanto nas diligências externas de busca e captura quanto nas atividades internas de interrogatório, intimidação/tortura e registro de depoimentos. Isto, possivelmente, porque ainda não tivessem ingressado nestas carreiras do mercado de trabalho e não por sua natural aversão a esse gênero de atividade, que implica coerção e violência, como demonstram diversos exemplos históricos, como o recente de Abu Graib ou o dos campos nazistas de extermínio.⁷ Atividades que não se limitavam exclusivamente a capacidades físicas como força ou truculência, uma vez que a segurança do estado dependia essencialmente de atividades de inteligência, captação, sistematização e processamento de dados. Penso que um contraponto interessante para a análise dos lugares da mulher nos movimentos de resistência seria o exame das funções femininas no aparato repressivo, para além das imagens de senso comum das administradoras e guardiãs em presídios femininos, em muitos casos freiras.

Estrutura física

Diversos agentes da repressão com que cruzei na OBAN manifestaram seu espanto com a dimensão da participação feminina na “subversão”, alguns deles

-
4. Caso célebre na época da Maçã dourada, que seria uma policial infiltrada na ocupação pelos estudantes do prédio da FFLCH da USP, na rua Maria Antônia, ou das polícias femininas presentes no momento da prisão e morte de Carlos Marighella.
 5. Assinalo, no entanto, que funcionários de limpeza costumam ser invisíveis.
 6. Maria Amélia Telles lembra que, na OBAN, seus filhos eram acompanhados por mulheres provavelmente policiais, evidenciando uma divisão sexual do trabalho em que as missões de assistência são atribuídas às mulheres.
 7. No entanto a idéia de que a presença feminina teria capacidade para humanizar a polícia está fortemente ancorada no imaginário social, como lembram Barbara Soares e Leonarda Musumeci (2003) ao relatar os objetivos da incorporação das mulheres nas Polícias Militares após a redemocratização do país.

lamentaram não dispor de espaço adequado para acolher tantas mulheres. Ali as mulheres ficavam recolhidas no corpo do edifício principal (dois quartos sem banheiro, que ficava no fundo do corredor), no primeiro andar, ao lado das salas onde eram realizados os interrogatórios cordatos. As violências eram cometidas no andar superior, enquanto os homens permaneciam numa carceragem externa (possivelmente pertencente à delegacia) composta de 3 celas que, segundo relatos, naquele momento comportavam de cinco a seis presos cada. Um oficial comentou comigo que estavam providenciando a construção de um anexo para abrigar as mulheres. No curto período em que lá permaneci, as celas tiveram uma ocupação flutuante de duas a três mulheres, tive uma companheira permanente e cruzei com outras três. Em razão do meu estado, era carregada até o banheiro e era permitida a presença de outra mulher, “detida para averiguação”, para me dar banho.

A carceragem do DOPS, no subsolo,⁸ era composta de seis celas que comportavam uma população variável e três solitárias. Uma cela era destinada a mulheres durante minha permanência sua ocupação oscilou entre 10 a 15 detidas. Das duas celas mais próximas da carceragem, uma era atribuída aos desbundados⁹ e naquele momento abrigava apenas um preso, que também podia circular livremente pela carceragem ajudando na distribuição das refeições e na limpeza de corredores e, hipoteticamente, também um investigador acusado de crimes comuns, que circulava por ali de modo intermitente, mas não passava as noites; a outra cela era para detidos com instrução universitária, cerca de 10. A prisão especial para doutores, regalia instituída pelo Código Penal de 1941 foi abolida em 2009 do sistema prisional brasileiro. Naquele período nunca foi reservada uma cela especial para mulheres com nível de instrução superior, talvez porque o maior contingente das presas fosse de estudantes universitárias, talvez porque o número diminuto de encarceradas não justificasse a regalia ou porque essas distinções de nível acadêmico e estatuto social tivessem validade para os homens, mas fossem menos significativas no caso das mulheres.

Números

Naquela ocasião a carceragem do DOPS comportava, com flutuações cotidianas, cerca de 45 homens (contando o desbundado e um estrangeiro estelionatário) e 15 mulheres. Estimativas mais consistentes como a de Marcelo Ridenti (1993), apoiado em dados do projeto *Brasil Nunca Mais*, apontam cerca de 15% de mulheres entre os processados por delitos políticos no período 1964-1982. Maria

8. Base das expressões subir para interrogatório/tortura e descer para cela, também utilizada para o pau de arara, subir para montar e desmontar, descer significando descanso nos dois casos.

9. Pessoas que declararam publicamente seu arrependimento por ter praticado atos subversivos.

Amélia Telles (ver explicação no início, não existe texto) calcula que a proporção de mulheres entre mortos e desaparecidos seja de 10%. Embora o predomínio do sexo masculino corresponda à proporção historicamente verificada no conjunto da população prisional, esta é uma aproximação grosseira, visando apenas sublinhar a escassa presença feminina. É possível que a porcentagem de mulheres no universo de presos políticos seja mais elevada que sua proporção no universo de presos comuns. Penso, no entanto, que a comparação que realmente importa é de caráter histórico. Seria interessante cotejar esta proporção com a de homens e mulheres entre os perseguidos políticos no Estado Novo, para verificar se ocorreu um incremento na participação política feminina.

Um caso

Fui presa por investigadores do DOPS e torturada nas dependências daquela instituição pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury.¹⁰ Passada uma semana, fui transferida para a Operação Bandeirante, onde não sofri torturas. Não era militante de organização de esquerda, embora tivesse amigos e amigas em diversas delas. Uma amiga que estava em minha casa no momento da minha prisão, embora sem ligação alguma com a investigação em pauta, também foi detida. Prestava favores, dava recados, emprestava o carro, encontrava alojamento, enfim podia ser considerada um apoio. Não fui processada.

As campanhas de denúncias

As campanhas de denúncias de torturas e maus-tratos a presos políticos brasileiros têm enfatizado ao longo do tempo os abusos de ordem sexual de que as mulheres foram vítimas. É um tema de apelo forte para opinião pública e sua utilização em campanhas é justificada. Penso que seria interessante explorar outras dimensões de gênero presentes de modo menos explícito nas práticas repressivas.

Os abusos foram de toda ordem e também sexuais. Não parece ter ocorrido uma política sistemática de estupros, apesar do caso de uma freira em Ribeirão Preto, que alcançou grande repercussão, e de outros menos conhecidos. Não há notícias, salvo engano, de estupros em massa (ou de indução de abortos ou, ainda, de roubo de crianças nascidas no cárcere, como na Argentina). Choques nos órgãos sexuais foram aplicados a homens e mulheres (pênis, vagina, ânus e mamilos correspondem a regiões extremamente sensíveis como gengiva e obturações). Os artifícios de desmoralização eram vários e as ofensas sexuais apenas um dos muitos

10. Acusada de integrar o Esquadrão da Morte.

expedientes utilizados (o cachorro da OBAN, chamado de Marighella, coagir a imitação de Tarzã balançando numa corda, simbologia e rituais religiosos para padres/freiras e assim por diante, numa imaginação sádica idiota e sem freios).¹¹

Os torturadores são muitos, o torturado está só e nu. Diversos relatos dão conta da maior relutância feminina em despir-se.¹² É altamente provável que os pudores de homens e mulheres tivessem manifestações diferentes, como é certo também que roupa nunca impediu tortura. Por outro lado, este é um momento liminar e tirar a roupa pode ser vivido como cooperação com o agressor.

Família

A família é omnipresente neste universo. Tanto a família concreta quanto um ideal de família. A família foi perversamente valorizada como instrumento para obtenção de informações. Recorrente foi a prática de tortura de familiares na presença do interrogado. Maridos coagidos a presenciar e eventualmente a colaborar nas sevícias infringidas a suas mulheres. Mulheres obrigadas a assistir maridos sendo torturados. Crianças não foram poupadas de maus-tratos diante de pais e mães. Pais, irmãos, cônjuges e filhos foram presos para auxiliar na localização de pessoas procuradas. Pais, irmãos, cônjuges e filhos foram ameaçados de tortura para arrancar confissões/depoimentos. É possível que o número de casos de mulheres torturadas apenas para impressionar seus companheiros seja maior que o de homens nas mesmas condições, mas o fato pode ser atribuído ao maior número de homens em posições de responsabilidade nas organizações da resistência e, portanto, detentores de informações mais valiosas.

Imputação de culpabilidade ao parceiro. No momento da prisão realizada em casa de família,¹³ o procurado/suspeito do sexo masculino poderá ser levado sozinho, no caso do procurado ser mulher a tendência será levar também o marido/companheiro (o responsável) se houver. Num interrogatório é aceitável que a mulher desconheça as atividades do marido e inadmissível que este ignore o que faz sua mulher. Uma mulher pode alegar que agiu por amor ao namorado, marido, pai, filho/a, irmão, atenuante inaceitável para homens que, como se sabe, agem por convicção ou quando muito por amor à pátria. Antes de ser presa, ouvi de amigas que haviam passado pela experiência que era possível fazer-se de boba. A probabilidade de ser crível como idiota, a meu ver, era inegavelmente maior para as mulheres. É bem verdade que muitas militantes recusaram fingir

-
11. Seria interessante verificar em relatos as conotações de gênero neste repertório de humilhações.
 12. Entre eles, o de Flávio Tavares, 1999.
 13. Casa de família onde mora uma família verdadeira por oposição à família falsa encontrada no aparelho.

que desempenhavam papéis tradicionalmente femininos, embora mais tarde, durante o julgamento do processo, este viesse a ser um conselho usual de advogados para obter redução de penas.

Afazeres domésticos. As mulheres não são iguais. Nos centros em que estive, as mulheres presas não eram chamadas a desempenhar funções de limpeza/faxina, cozinha e cuidado do bem-estar de terceiros. Na OBAN, a cela era limpa por soldado e a comida vinha do refeitório/cantina. No DOPS, a faxina era realizada pelos presos de cada cela e a comida, o boião, vinha da Casa de Detenção. Graças ao sistema de corrupção vigente em diferentes níveis da instituição, muitos recebiam alimentos, roupas, objetos de higiene pessoal, remédios, cigarros e livros. Embora não houvesse como preparar e aquecer alimentos, a maioria das mulheres não aceitava o boião fornecido, preferindo a comida vinda de casa. O consumo seletivo da comida evidenciou ostensivamente diferenças de classe: as presas de classe média tinham nojo da comida fornecida e nunca tocavam nela, as presas de origem popular por diversas vezes não só aceitaram a refeição como até mesmo elogiaram sua qualidade. Por ali circularam alimentos desconhecidos de umas e outras como alcachofras e bucho. Algumas humilhações também seguiam linhas de classe. Lembro com nitidez de um oficial entrando na cela da OBAN e, dirigindo-se a uma companheira, dizer que a mulher dele estava precisando de uma empregada doméstica e perguntando se ela não estaria interessada em trabalhar na casa dele agora que seu marido havia sido preso. As mulheres (com exceção das incapacitadas) se dedicavam com entusiasmo à faxina (sobretudo quando tinham autorização de levar os colchões para o sol). Nas enumerações do que sentíamos falta (filhos, amores, comidas, praia...) e do que não sentíamos falta, foi mencionado o fato de estarmos livres do trabalho doméstico. Reinava a solidariedade, tudo era distribuído equitativamente, era possível enviar e receber alimentos entre celas. Um cuidado especial com os torturados, apoio moral para os desesperançados, estávamos do mesmo lado, mas mesmo ali, num local de detenção provisório, era possível constatar (que alguns eram mais iguais que outros) clivagens entre organizações diferentes, entre quadros e apoios, entre os que falaram e os que calaram.

Os elogios da feminilidade

É principalmente nos elogios às mulheres que situo as mais gritantes diferenças de gênero. As mulheres eram constantemente elogiadas por seu comportamento pelos agentes da repressão. Tinham, segundo estes agentes, um comportamento digno por oposição ao comportamento revoltado de seus companheiros de detenção, digno neste caso significaria conformado. Mas muitas vezes a expressão “comportamento digno” era utilizada por contraste a comportamento indigno (frouxo/

pusilânime). Gritar, gemer, chorar, suplicar não é comportamento de macho que, neste caso, age como mulherzinha. Já as mulheres que não se comportam assim, ou simplesmente se manifestam de modo comedido, são consideradas mais corajosas que os homens. No entanto, é outro elogio que me parece demonstrar de forma cabal a expectativa diferencial com relação aos sexos. A afirmação constantemente repetida que “as mulheres puxam bem um cadeião” pretende-se elogiosa, valoriza a capacidade de adaptação feminina, mas quer dizer também que as mulheres estão habituadas a ambientes confinados, que circulam pouco, que estão nas celas como em suas casas, que não sentem ou sentem menos falta de ar e de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, Maria da Glória. Perfil social e carreira dos delegados de polícia. In: SADEK, Maria Teresa (org.). *Delegados de Polícia*. São Paulo: Sumaré, 2003.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECCI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LOMBARDI, Maria Rosa. *Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: Marinha do Brasil 1980-2008*. São Paulo: FCC; DPE, 2008.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. Rio de Janeiro: Globo, 1999.



LEMBRANÇAS DE UM TEMPO SEM SOL...

Maria Amélia de Almeida Teles

*Porque sobrevivemos temos que contar o que passou
com a gente e com outras pessoas que também estavam por lá...*

No ano de 1972, tudo acontecia rápido, a repressão no nosso encaço, tive que mudar de casa, por quatro vezes. A casa onde morávamos era chamada por nós e por eles de *aparelho*, onde se desenvolviam várias atividades políticas como reuniões, encontros, atividades de imprensa e, às vezes também, havia manipulação de armas e outros materiais usados nas ações de rua. No começo desse ano, meu companheiro apresentou um quadro de tuberculose, adquirida devido ao intenso trabalho na gráfica clandestina do Partido onde tínhamos que imprimir material: boletins, panfletos e também publicações temáticas sobre questões teóricas e ideológicas, como análise sobre as possíveis revoluções na América Latina, a questão fundiária no Brasil ou do movimento estudantil, entre outras. O local da gráfica era todo vedado para ninguém da vizinhança ouvir o barulho infernal que fazia a máquina *off-set*. Ali não respirávamos oxigênio, era quase que somente o cheiro da tinta. Naquela época, tuberculose não se tratava em casa. César, meu companheiro, teve que se internar, com *cavernas* nos pulmões e eu tive que cuidar de tudo sozinha. Meus filhos eram pequenos, 5 e 4 anos. Fazia o trabalho de *rádio-escuta* à noite, enquanto eles dormiam. Ouvia os programas de rádio de países socialistas à época, voltados para as questões do Brasil e também do contexto internacional. As notícias mais alvissareiras vinham das façanhas dos *vietcongs*, que mesmo desnutridos e franzinos enfrentavam corajosamente os soldados *yankes*, como eram conhecidos os soldados dos Estados Unidos. As transmissões de rádio que ouvíamos eram da antiga União Soviética, Albânia, China e Cuba. Às vezes ainda ouvíamos a BBC de Londres. Ouvíamos e anotávamos para transmitir as informações, comentários e análises aos dirigentes do Partido. A transmissão desses programas sofria interferências, e, portanto, era bastante

inaudível, o que me obrigava a escutar várias vezes por dia, em português e espanhol. Durante o dia, enquanto meus filhos freqüentavam uma escola infantil, eu cobria *pontos*, como eram chamados os encontros de rua com companheiros da organização. A repressão também usava o mesmo termo: *ponto*. O trabalho doméstico também era feito, em sua maioria, por mim. Alguns companheiros ajudavam, mas nunca assumiam de fato o trabalho. Com exceção do meu companheiro, que, quando estava em casa, dividia comigo todas as tarefas o mais igualitariamente possível. Lembro-me que quando ele ia lavar roupa no tanque, no quintal, tinha que colocar uma cortina para esconder sua cara, pois as vizinhas olhavam e censuravam a cena. Homem não tinha que ir para o tanque, pois a mulher dele passava a ser mal vista. Estou me referindo aos finais dos anos 1960, tanto nas cidades do Rio de Janeiro como São Paulo. Mas quando ele se encontrava internado, a maior parte do trabalho doméstico ficava sob meu encargo. Naquele ano de 1972, havia sido deflagrada a guerrilha do Araguaia (região do sul do Pará) e por isso começou a caça aos militantes do Partido tanto os que viviam na área rural como também na área urbana. O Partido já havia adotado o caminho da luta armada para resistir aos arbítrios da ditadura militar desde quando *rachara* com o *partidão*. A guerrilha, deflagrada no campo, precisava manter-se por meio do apoio da militância das cidades. De São Paulo, era necessário enviar remédios, equipamentos de sobrevivência na selva e outras coisas mais. Eu participava desse processo, sobrecarregada sim, mas orgulhosa por fazer parte desse momento histórico. Naquele ano de 1972, eu sabia que havia várias mulheres militantes do Partido e muitas participavam da luta armada. Muitas vezes eu precisava comprar para elas roupas íntimas e medicamentos ginecológicos. A participação de mulheres se deu a partir de 1968, o ano marcado pelos protestos de jovens no mundo inteiro e que trouxe um certo clima de revolução cultural e sexual também para o Brasil apesar da ditadura vigente. Assim, aqui repercutiram as mudanças no comportamento de nossa juventude que passou a se rebelar ainda mais contra o conservadorismo que existia também nas forças de esquerda. As mulheres participavam dos movimentos estudantis e também das mobilizações dentro das fábricas. Nas greves de 1968 que ocorreram em Osasco (SP) e Contagem (MG), pelo menos nesta última cidade, houve participação de mulheres encabeçando a luta, como foi o caso da líder operária, a mineira Conceição. Pouco lembrada, por ser mulher, talvez, mas desempenhou papel da maior importância, mobilizando operários e operárias para a greve, o que deixou os repressores furiosos. Aliás, quando me lembro de idéias e ações da época, penso em alguns tabus que foram de uma certa forma quebrados, como o da virgindade. Naquele tempo, passou a ser vergonhoso manter-se virgem. Levantaram-se também, sob a influência dos *hippies*, o viver em comunidade e o amor livre. No Partido em que eu militava, só havia homens, pelo menos nas atividades que eu realizava. Eu entrei para o Partido em 1960, ainda era chamado de *Partidão*. Com

o *racha* de 1962, eu fiquei no PC do B, que tinha feito a opção pela luta armada. Na minha época, todas as tarefas que tínhamos que fazer, como pichar muros, distribuir panfletos em porta de fábrica, ações rápidas de propaganda, só participavam homens. As meninas eram proibidas pelos pais, irmãos, namorados. Eu me lembro que éramos eu e minha irmã, Criméia, as únicas mulheres que participávamos destas atividades. Éramos filhas de um sindicalista que nos incentivava a protestar e a participar dos movimentos políticos. Com o golpe militar, as ações tornaram-se ainda bem mais difíceis. Eu morava e atuava em vilas operárias no meio de uma militância essencialmente masculina. Aprendi desde logo que a igualdade apregoada pelos comunistas não incluía as mulheres. Era comum eles me passarem tarefas sem travar nenhuma discussão política comigo que pudesse justificar meu empenho no trabalho. Eu reclamava e aí eles prontamente diziam: *A camarada tem razão, ela também deve receber o informe político antes de realizar as tarefas*. Eu me entusiasmava, na esperança de que tais atitudes não iriam mais se repetir... Ledo engano. O comportamento sexista prevalecia e continuava me discriminando e me excluindo dos debates políticos e, principalmente das decisões. Eu, novamente, tinha que reclamar e eles mais uma vez faziam sua *auto-crítica*... Infelizmente, mais uma vez tudo se repetia. Quando eu reclamava de forma mais contundente e indignada, os companheiros me tachavam de *criticista*, o que podia levar ao imobilismo e a graves prejuízos. Era mais urgente no momento responder às ofensivas da repressão com agilidade – e as tarefas postas, independentemente dos métodos adotados, eram imprescindíveis e deviam ser realizadas. Agora era um tempo de guerra, *era um tempo sem sol*. Não podíamos discutir tais assuntos enquanto militantes eram assassinados sob tortura. Quando fosse feita a revolução, então teríamos tempo para discutir as *contradições secundárias*. De fato, a repressão não dava folga. Cada vez mais fazia seu cerco que ia se tornando mais intenso e eu acabava achando que *estava sendo egoísta, mesquinha mesmo, de pensar em questões como o sexismo, machismo, entre outras*. Eles me faziam acreditar que a *revolução* era a prioridade número um. Depois vamos tratar das questões de *super estrutura* como as questões ideológicas e culturais. Minha condição de mulher falava alto mesmo assim. Consegui escrever textos, ainda que pequenos, sobre a *questão da mulher*, como conseguia denominar à época, a discriminação histórica contra as mulheres. Os textos eram cortados sob o argumento de que havia matérias mais urgentes. O que eu concordava, muitas vezes. A repressão fazia diariamente suas vítimas. Em 1971, foi assassinado pelos órgãos de repressão, Devanir José de Carvalho, militante comunista, à época integrante do MRT-Movimento Revolucionário Tiradentes, com quem havíamos militado no Partido, quando ainda vivíamos no Rio de Janeiro. Quando era morto alguém mais próximo, era inevitável uma tristeza imensa. Nós vivíamos ali, no calor dos acontecimentos, a perda fatal de um companheiro era algo doloroso e nos obrigava a manter a luta, o moral alto, num sentimento paradoxal

de incerteza, esperança, raiva, medo e coragem. Eram sentimentos confusos que tomavam conta da gente e que eram vencidos pela afetividade e carinho que tínhamos pelo grupo de pessoas com as quais eu militava. Havia muita solidariedade entre nós militantes, o que nos fazia retomar o fôlego depois dos baques que passaram a ser diários naquele ano de 1972. Mulheres guerrilheiras do Araguaia, como Maria Lucia Petit e Helenira de Souza Nazareth, e homens como Bérqson Gurjão, Kleber Lemos da Silva, Idalisio e outros, foram assassinados pelos militares no Araguaia. Nas cidades também as quedas e as mortes eram constantes. Daí a necessidade de mudar de casa para tentar sair do cerco. Cada mudança levava a gente a perder contatos com a vizinhança com a qual sempre tivemos muito bom relacionamento. Um vizinho amigo é uma garantia de segurança. E era difícil fazer amizade, pois vivíamos uma dinâmica bastante distante da rotina de moradores de um bairro da periferia. Então éramos, meu companheiro e eu, superprestativos com todos os vizinhos e fazíamos de tudo para eles gostarem da gente. Era uma situação difícil, pois tínhamos que esconder muito de nós, do que fazíamos, do que pensávamos. Mas às vezes também era divertido, participávamos de festinhas, soltávamos pipas nas várzeas que eram muitas naquela época, jogávamos bola. Tentávamos parecer exageradamente *normais*. Mas a repressão implacável fazia com que de um dia para o outro, nós não estivessemos mais lá. Tornávamo-nos invisíveis e íamos para outra periferia da cidade, iniciando novas amizades, começando tudo de novo. Assim vivíamos a clandestinidade. Em cada lugar era um nome diferente, uma estória diferente para desmanchar possíveis vestígios. Não ter a verdadeira identidade, mas não perder a ternura e a afetividade. Nós confiávamos no povo, nas pessoas com cara de povo e tudo que cheirasse a popular. Assim eu passei quase oito anos da minha vida, dos 20 aos 28 anos de idade, quando então fui presa. Eu e toda a minha família, César, Criméia, minha irmã, meus filhos, Janaína, com 5 anos e Edson Luis, com 4 anos de idade. Foi preso também um dirigente do Partido, com quem trabalhamos durante todo o período de nossa clandestinidade (no Rio e em São Paulo), Carlos Nicolau Danielli, que foi assassinado sob torturas dentro da Operação Bandeirantes (DOI-CODI/SP) sob o comando do então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante daquele lugar sinistro, o lugar dos horrores.

PRISÃO, TORTURA, INCOMUNICABILIDADE

De modo que, para contar minha história, aqui estou.

Vocês me escutam falar, mas... me escutam sentir?

Gertrud Kolmar¹

1. Escritora judia assassinada em Auschwitz. Trecho de “La mujer poeta”, em *Esse Inferno*, Buenos Aires, 2006. [indicar pág]

No dia 28 de dezembro de 1972 fomos presos. A partir daí muda radicalmente nossa vida. Passamos a ser torturados e ficamos seis meses incomunicáveis: três meses na OBAN e três meses no DOPS/SP.

O perigo, a tortura e a morte se faziam cada vez mais presentes na nossa militância. De uma certa forma, nos preparávamos todos os dias para enfrentar tudo isso. Não entregar os companheiros, não dar informações para o inimigo, não se deixar abater pelas perdas constantes de militantes. A prisão, a tortura e a morte são uma derrota previsível para quem decidiu opor-se de todas as formas à ditadura. Como transformar a derrota em algo suportável, onde possamos guardar, com cuidado e carinho, em algum cantinho de nossa alma, a nossa ideologia e nossa esperança de transformar o mundo em rosas, pão e felicidade? É um processo cruel que vivemos, pois estamos nas mãos de torturadores que fazem de tudo para quebrar nossa vontade e nosso desejo de ver o mundo melhorado. Querem arrancar de dentro de nós os nossos sentimentos de solidariedade, nossa capacidade de buscar a luz, nossa capacidade de acreditar na humanidade. Querem nos jogar nas trevas, querem nos transformar em vermes rastejantes. A tortura é uma sucessão de horrores. Quando se está na *cadeira de dragão*, levando choques nos seios, na vagina, no ânus, nos ouvidos, no umbigo, na boca, com os braços e pernas amarrados, só pensamos na morte, carregamos a impressão de que não sobreviveremos. E até pensamos que bom seria se morrêssemos logo, depressa, para terminar tanta dor, tanto sofrimento. Não temos como reagir ao assédio ou violência sexual que os torturadores cometem contra nós. No *pau de arara*, com as pernas dobradas por horas e horas, com *afogamentos* e *choques elétricos*, a cabeça pendurada e os torturadores ainda te jogando coca-cola no nariz, como se estivessem brincando, dando gargalhadas, enfiando agulhas nas solas dos teus pés, gritando palavrões, suados, nervosos, reclamando do trabalho que têm que fazer, perde-se a noção do tempo e cresce a dúvida de até quanto tempo é possível conseguir viver nesta situação. Dá vontade de falar tudo, de inventar histórias que possam acalmar os torturadores. Infelizmente nos primeiros quinze dias em que estive na OBAN passei sob essas diversas formas de tortura. Nos dias posteriores me ameaçavam de levar mais uma vez ao *pau de arara*, à *cadeira de dragão*. Fui levada e obrigada a ver meu marido em estado de coma, em que tive a nítida impressão de que ele havia de fato morrido. Vi minha irmã grávida de quase oito meses, nua, ser torturada, de diversas formas, inclusive levando choques no umbigo e na barriga. Meu sobrinho, o Joca, foi torturado antes de nascer. Vi meus filhos na sala de tortura, pois os torturadores tiveram a coragem de levá-los até lá, quando eu me encontrava toda urinada na *cadeira de dragão* devido à intensidade das torturas. Ameaçaram torturá-los, diziam que Janaína já estava no caixão, e pior, se é possível, vi nosso amigo Carlos Nicolau Danielli ser torturado até a morte durante três dias. Teve hemorragia interna, e de sua boca

e nariz escorria sangue. Arrastaram seu corpo e colocaram numa maca, já morto. Não posso me esquecer dele que não deu nenhuma informação para os inimigos. Nem mesmo seu nome ele disse. Quando eles lhe perguntavam, ele dizia: *Vocês que me prenderam, vocês devem saber quem eu sou, não? Eu sou comunista, não falo.*

Não fosse o apoio da Anistia Internacional e de alguns bispos progressistas da Igreja Católica, talvez não tivesse sobrevivido. Desde os primeiros dias da nossa prisão, alguns companheiros denunciaram que havia mães, mulheres grávidas sendo torturadas na OBAN. Dizem que um bispo da cidade de Lins (SP) chegou a ir até a sede da OBAN para interpelar a nosso favor. Seu nome era D. Cândido Padim.

Na OBAN fiquei presa na mesma cela com Marly Rodrigues, Nadine, Cecília, Olivia, Elza, Elia Menezes Rola, entre outras. Todas elas me ajudaram a superar as conseqüências das torturas. Procuravam cuidar de mim, massageavam minhas pernas para desmanchar os *caroços* produzidos pelas horas no *pau de arara*, molhavam minha boca, ressecada da febre produzida pelos choques elétricos. Tratavam de me acalmar quando sofria alucinações, em que me vinham à cabeça cenas em que meus filhos apareciam de fato no caixão, como me falavam os torturadores. Outra cena da minha alucinação era ver meu filho todo picado em pedaços. Eram cenas horríveis que me faziam entrar em pânico. Não fossem essas companheiras, talvez tivesse perdido de vez minha sanidade mental. Quando elas foram embora, os torturadores colocaram na cela uma mulher que se apresentava como prostituta e que me ofendia, me xingava o tempo todo.

Quando eu voltava da tortura, ela dizia que estava passando por isto porque merecia, por ter me metido com *terroristas*. Quando estava nas sessões de tortura queria morrer. Mas depois ia me recuperando, queria viver, queria denunciar a tortura e os torturadores. Tinha que sair dali com vida e lúcida para lutar contra a tortura. Assim me senti novamente forte apesar de tudo.

No DOPS/SP, fiquei ora sozinha, ora com presas comuns e, por um período menor, com presas políticas. Estas eram Marlene Crespo, Sonia Iglioni, Rosa, entre outras. Ali fiquei na *Cela Três*, que era considerada a *cela das mulheres*. Em nenhum momento, eu tinha notícias do mundo lá fora, nem dos meus filhos, nem da minha irmã, que havia sido transferida para Brasília segundo tomei conhecimento por outro preso lá da Operação Bandeirantes. Só sabia que meu companheiro se encontrava lá na cela do *fundão*, que era ainda bem pior do que aquela onde eu me encontrava. Ficou por um tempo na mesma cela que eu uma alemã que havia sido carcereira nazista de um campo de concentração e fugira para a Argentina após a II Guerra Mundial. Os Estados Unidos pediram sua extradição e ela fugiu para o Brasil, onde foi presa. Esta mulher me deu muitíssimo trabalho e preocupação, pois cismava que toda comida estava envenenada. Daí esperava eu experimentar a comida para depois comer. Na verdade, ela só confiava em comer a minha comida. Era uma confusão. Ela queria tirar o pão, o prato da minha mão, depois que eu tinha começado a comer. Com a dificuldade de comunicação

devido ao idioma, mas principalmente à loucura dela, fizemos uma espécie de acordo para eu experimentar a comida dela e só depois dar-lhe o prato. Quando completaram seis meses, houve a quebra da incomunicabilidade, passei a ter advogados, Rosinha e Virgílio. Fui transferida juntamente com o meu companheiro para o Presídio do Hipódromo que ficava no Brás. Tive, então, notícia de que minha irmã estava viva e havia tido seu filho no Hospital do Exército, em Brasília. Tive notícia de que meus filhos se encontravam em Belo Horizonte, sob a guarda de um delegado de polícia que era cunhado do César.

No Hipódromo, passei a conviver com um coletivo de 23 mulheres, das quais me lembro, no momento, os nomes de Darcy, Márcia Amaral, Márcia Mafra, Walquíria Costa, Leopoldina Duarte, Eleonora Menicucci, Maria, Nair, Rioko Kaiano, Joana Contijo, Walderês Nunes, Linda, Eliana Potiguara, Neide Richopo, Carmem Callegari, Cida Costa, Guiomar, Ângela (acho que essas duas, eu as encontrei na Penitenciária Feminina), Marly. A vida no coletivo era bem organizada, fazíamos a faxina, líamos jornais, devidamente censurados, com as notícias que não podíamos ler, recortadas a gilete. Refazíamos a comida que era horrível. O que nos salvava era a contribuição de alguns familiares que traziam verduras, como o Ken, irmão da Nair, a família da Rioko também levava sempre carne e frutas. Outras famílias também davam seu apoio. Às vezes íamos ao pátio tomar sol, que aparecia muito pouco. Quando víamos o céu, estava sempre nublado, que eu me lembro. Tínhamos contato com as presas comuns, que nos mostravam como eram as drogas que elas sempre tinham e nos falavam da homossexualidade, assunto pouquíssimo encarado por nós, presas políticas, chamadas *terroristas* pela direção do Presídio e pelas presas comuns como *as do terror*.

Mais tarde fomos para o Carandiru, na chamada *Casa do Egresso*. No Carandiru, éramos obrigadas a usar um uniforme cáqui horroroso, largo, cumprido, desajeitado. Éramos consideradas *reeducandas*. Ali havia mais conforto material, mas éramos bastante isoladas de tudo e de todos, até mesmo das presas comuns. Era horrível. Ali era para a gente se conscientizar de que éramos mesmo *terroristas*. A comida era a mesma todo o dia, salsicha, salsicha e mais salsicha. No ano de 1973 devido a algo que aconteceu no comércio internacional, a carne bovina era raríssima no Brasil.

DIA 12 DE OUTUBRO DE 1973...

*Necessitamos muito tempo para aprender a
linguagem cotidiana da liberdade.*

Jean Améry²

2. Trecho de “En los limites de la mente: observações de um sobrevivente de Auschwitz e suas realidades”, em *Esse Inferno*, Buenos Aires, 2006. p. 249.

Chamaram-me na carceragem para dizer que ia chegar meu alvará de soltura e que, em poucas horas, eu estaria livre. Havia sido relaxada a prisão preventiva do meu companheiro e a minha. Arrumei rapidamente minha sacola. A hora da despedida é sempre triste. Deixei ali companheiras com quem eu passei o dia-a-dia na cadeia, a quem admirava muito, gostava mesmo delas e não podia vê-las serem libertadas pois podia talvez significar que nunca mais nos encontraríamos. Cantaram a *Internacional: Bem unidas, façamos nossa luta final*. Tinha pouca bagagem. Fomos eu e a Leo para o DOPS/SP na viatura, conduzidas por um investigador de nome Tarciso. Lá o delegado (no caso Alcides Singilo) nos ia liberar. Saímos do prédio do DOPS antes do almoço. A claridade da rua ofuscava nossa vista. Não sabia o que fazer, fomos direto para a casa de Sininha, irmã da Rosinha, a nossa advogada. Quanto apoio, quanto carinho com a gente. A Rosinha me explicava para eu não falar muito, nem falar de cadeia, nem usar aquela linguagem de lá, pois eu teria que disfarçar para poder viver na sociedade que vivia reprimida, silenciada e que começava a se desgastar com tanta tortura, morte, censura, proibição, perseguição e fugas.

Na rua, sem casa, sem dinheiro, sem nada, mas com toda força e toda gana de encontrar nossos filhos, de encontrar minha irmã e seu filho, busquei emprego, moradia para me reunir novamente com minha família. O companheiro da minha irmã, André Grabois, foi morto pela repressão no Araguaia, dois dias depois de nossa soltura, e até hoje não pudemos sepultá-lo. Morreu sem conhecer seu filho Joca que nasceu na cadeia. Moramos no Rio, Campinas e voltamos para São Paulo. Meu companheiro foi condenado a cinco anos e voltou para a prisão. Eu fui condenada, mas já havia cumprido três meses além da pena que recebi. Eu fiquei com meus filhos, minha irmã e meu sobrinho. Passamos a morar juntas, ela trabalhava à noite e eu durante o dia. Assim as crianças sempre tinham quem cuidasse delas. Nossos filhos tinham graves seqüelas da prisão e das torturas que presenciaram. Muitas vezes, me surpreendi com o meu filho colocando uma boneca de pano no *pau de arara*, ameaçando-a com um toco de pau como se fosse um revólver, dizendo que se ela não falasse ia morrer. Minha filha amadureceu antes do tempo. Aos 7 anos já tinha seios e todo seu corpo já estava formado para entrar na puberdade. Puberdade precoce que necessitou ser interrompida, trazendo-lhe alterações hormonais para sempre. Meu sobrinho passou a ter convulsões, entrava em pânico como se estivesse levando choques elétricos. Tivemos um apoio solidário que nos deu força para enfrentar e superar essa situação. Madre Cristina talvez tenha sido a mais importante. Mas outras também nos deram força: Margarida Genevois, nossa advogada, Rosinha e todo seu escritório, Regina Pasquale, Belisário e tantos outros. Não posso deixar de falar aqui da Josefina Bacariça, querida e amada, que sempre trazia algo necessário para nós: roupas, alimentos, brinquedos, chás e principalmente seu afeto e carinho, acompanhados

com um *dedinho de prosa*, bem mineiro e cheio de humor e graça. Não posso me esquecer do Joel nem do Zé Pereira, companheiros solidários e presentes no meu cotidiano em busca de sol e liberdade.

A militância política eu nunca larguei. Agora mais do que nunca a situação se impunha: denunciar os desaparecimentos de opositores políticos que passaram a ser constantes em 1974, lutar por melhores condições carcerárias para os presos, defender a anistia, ampla, geral e irrestrita. E mais: tínhamos que lutar pelas idéias feministas. Passamos a entender que não haveria mudanças sociais, econômicas e políticas sem a participação e libertação das mulheres. A nossa revolução é mais longa, por isso temos que fazê-la no cotidiano e já.



AUTORAS/AUTORES

ALBERTINA DE OLIVEIRA COSTA

albecosta@uol.com.br

É socióloga, pesquisadora senior da Fundação Carlos Chagas onde é editora executiva da revista *Cadernos de Pesquisa*. Integra o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Publicou *Política Governamental e mulher* (Nobel) de *Memórias das mulheres do exílio* (Paz e Terra) e diversas coletâneas de estudos de gênero.

ALEJANDRA CIRIZA

alejandraciriza@hotmail.com

É filósofa e pesquisadora do CONICET, *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas*, além de professora da *Universidad Nacional de Cuyo*, em Mendoza. Tem numerosos artigos publicados em livros e revistas. Coordenou o livro *Intervenciones sobre ciudadanía de mujeres, política y memoria* (2008). Seus temas de interesse são a filosofia política feminista e os estudos sobre memória, orientados para a reconstrução de genealogias de mulheres e feministas.

ALEJANDRA OBERTI

aoberti@memoriaabierta.org.ar

É socióloga especialista em teoria social contemporânea, em estudos de gênero e em estudos sobre memória do passado recente. Atualmente coordena o *Archivo Oral de Memoria Abierta*. É professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. É investigadora do *Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*. É autora de *Memorias en montaje. Escrituras de la militancia y pensamientos sobre la historia* (2006).

ALFREDO BOCCIA PAZ

galiboc@tigo.com.py

É médico, historiador e escritor reconhecido no Paraguai, jornalista, analista político e ativista pelos Direitos Humanos.

ANA ALICE ALCANTARA COSTA

analice@ufba.br

É professora Associada do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHist), também pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, órgão suplementar da UFBA. Mestrado e Doutorado na *Universidad Nacional Autónoma de México* – UNAM e Pos-Doutorado no *Instituto de Estudios de la Mujer da Universidad Automa de Madrid*, com várias publicações sobre gênero e políticas públicas, feminismo participação política.

ANDRÉA ANDÚJAR

andreaandujar@gmail.com

É historiadora e professora de Sociologia (CBC), de Teoria e História da Historiografia (Facultad de Filosofía y Letras na La Universidad de Buenos Aires), organizadora do livro *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005. Atua como pesquisadora do *Instituto de Estudios de Género da UBA*. Organizou o livro intitulado *De minifaldas, militancias y revoluciones. Exploraciones sobre los '70 en la Argentina*, editado por Editorial Luxemburg, Buenos Aires, 2009.

CLÁUDIO PEREIRA ELMIR

elmir@unisinós.br

É professor do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Sua pesquisa atual trata de narrativas de ex-exilados políticos do período das ditaduras civil-militares no Cone Sul da América, realizando uma análise comparativa de autores da Argentina, do Brasil e do Chile. Sua área de interesse, além da história da América Latina Contemporânea, está relacionada à Teoria e Metodologia da História e à Historiografia.

CRISTINA SCHEIBE WOLFF

criswolfoff@gmail.com

É professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e bolsista de produtividade do CNPq. É doutora em História Social (USP, 1998) e fez pós-doutorado na Universidade de Rennes 2, França (2005). É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História e do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC. Publicou o livro *Mulheres da Floresta: uma história*. Alto Juruá (AC), 1890-1945, e vários capítulos de livros e artigos. Atualmente pesquisa sobre Relações de gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul.

GRACIELA SAPRIZA

gmsapriz@adinet.com.uy

É professora da Universidade da República do Uruguai. Fundadora do Grupo de Estudos sobre a condição da Mulher no Uruguai (Grecmu 1984-1999). Coordenou o projeto *Memórias para Armar*, que reuniu memórias de mulheres no período da Ditadura no Uruguai. Atualmente atua como Assistente Acadêmica do Reitor da Universidad de la República (2007-2009).

JOANA MARIA PEDRO

joanamaria.pedro@gmail.com

É professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1983. Leciona no curso de Graduação em História, no Programa de Pós-graduação em História e no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Fez Doutorado em História Social na USP em 1992, e pós-doutorado na França entre 2001 e 2002. É pesquisadora 1 C do CNPq e realiza pesquisas em História focalizando questões do feminismo e do gênero. É editora de artigos da "Revista Estudos Feministas" e uma das coordenadoras do IEG - Instituto de Estudos de Gênero, sediado na UFSC. Coordena a pesquisa "Movimento de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)".

LUZIA MARGARETH RAGO*marga_rago@uol.com.br*

É professora titular do Depto de História do IFCH da UNICAMP. Professora-visitante pela Comissão Fulbright no Connecticut College, nos Estados Unidos entre 1995/6. Diretora do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP, entre 1999-2000. Pesquisadora 1 B do CNPq. Pesquisa na área de história cultural, gênero, sexualidade, feminismo, anarquismo. Publicou vários livros e artigos.

MARGARITA IGLESIAS SALDAÑA*margaritaiglesias9@gmail.com*

É professora de História do Centro de Estudios de Género e do Departamento de Ciências Históricas da Facultad de Filosofía y Humanidades da Universidad de Chile, encarregada nesta universidade de estabelecer convênios com o exterior. Atualmente tem trabalhado com a temática das mulheres no período da Ditadura Chilena.

MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES*amelinhateles@globo.com*

Presa política na Ditadura Militar, professora e bacharel em direito, feminista, educadora jurídica popular, pertence a União de Mulheres de São Paulo e coordena os Projetos: Promotoras Legais Populares e Maria, Maria.

MIRIAM SUAREZ*miriam_sisi_suarez@hotmail.com*

Nasceu em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. Participou de movimentos de resistências às ditaduras. Foi como refugiada política para a Suécia em 1976. Retornou para a Bolívia em 1983. Atualmente é Coordenadora da Casa de la Mujer em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

OLÍVIA RANGEL JOFFILY*oliviarangel@uol.com.br*

É professora da UNIP, doutora em Sociologia pela PUC/SP, é membro do conselho de redação da Revista Presença da Mulher e fundadora da União Brasileira de Mulheres. Realizou tese de doutorado intitulada "Esperança equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-85)". É conselheira do Conselho Estadual da Comissão Feminina - SP.

RACHEL SOIHET*rachelsoihet@globo.com*

É professora da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora 1B do CNPq, tem inúmeros trabalhos sobre feminismo e movimentos de mulheres no Brasil. Membro do Conselho Editorial dos Cadernos PAGU.

Esta obra foi composta em Book Antiqua, no formato
16 x 23 cm, mancha de 12,5 x 20 cm
A impressão se fez sobre papel Off-set 75g,
capa em Duplex 250 g pela Gráfica Copiart
no verão de 2010 para a Editora Mulheres